

Universidade de Brasília
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
CONTABILIDADE E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Departamento de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia

**20 ANOS DE PUBLICIZAÇÃO: ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Tese de Doutorado

Autora: Natália Aurélio Vieira

Orientadora: Andrea Felipe Cabello

Brasília

Junho de 2020

NATÁLIA AURÉLIO VIEIRA

**20 ANOS DE PUBLICIZAÇÃO: ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Departamento de Economia da Universidade de Brasília para obtenção do título de Doutora em Economia.

Orientadora: Professora Dra. Andrea Felipe Cabello

Brasília, 2020

NATÁLIA AURÉLIO VIEIRA

**20 ANOS DE PUBLICIZAÇÃO: ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Departamento de Economia da Universidade de Brasília para obtenção do título de Doutora em Economia

Aprovado em 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Doutora Andrea Felipe Cabello (Orientadora)
FACE/UNB

Prof^ª. Doutora Adriana Moreira Amado (Membro Titular Vinculado)
FACE/UNB

Prof^ª Doutora Cristina Helena Almeida de Carvalho (Membro Externo)
FE/UNB

Prof^º Doutor Mariano Francisco Laplane (Membro Externo Não-Vinculado)
IE/UNICAMP

“(...)a ciência não morre... Morremos nós, ela sobrevive com todas as graças do primeiro dia, ou ainda maiores, porque cada descoberta é um encanto novo.”

Machado de Assis

Agradecimentos

À minha Orientadora

Dra. Andrea Felipe Cabello, orientadora fantástica, que me ajudou a achar soluções nas dificuldades ao longo dessa trajetória. Foi paciente, generosa, espirituosa, professora e, acima de tudo, amiga. Meu eterno agradecimento.

À minha banca de qualificação

Profa. Doutora Adriana Amado pelas importantes contribuições durante a qualificação, seja na literatura indicada, seja nos problemas que apontou, que muito me auxiliaram na construção desta tese final. Destaco também a importância da professora no estímulo aos discentes ao longo do doutorado em economia política.

Profa. Doutora Daniela Freddo, embora o contato durante a trajetória do doutorado tenha sido menor, agradeço enormemente às imprescindíveis colocações durante a qualificação e que contribuíram para a versão final desta tese.

À minha banca de defesa

Prof. Doutor Mariano Laplane, pelos excelentes comentários no que se refere ao modelo de organizações sociais. Serão contribuições imprescindíveis para trabalhos futuros.

Profa. Doutora Cristina Carvalho, pela análise detalhada e fundamental dos pontos de melhoria e aperfeiçoamento da própria tese.

Profa. Doutora Adriana Amado que participou da evolução da construção de toda tese e sempre foi muito assertiva. Eterna gratidão.

Ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)

Pela licença de dois anos concedida para a realização deste doutorado. Sem esse tempo, não teria sido possível o cumprimento das disciplinas e o início dessa tese.

Aos Meus Amigos de MCTI

Agradeço ao companheirismo durante essa trajetória e a ajuda nos momentos de dúvida sobre o órgão: Fábio Barreto, Marisa Conceição, Marcela Gallo, Ayres de Melo, Marcelo Cerqueira, Rogéria Mendes e Higor Lopes.

Ao Programa de Pós-Graduação em Economia

Pelo apoio Institucional na realização deste trabalho.

Aos Meus Amigos

Aos amigos de doutorado que trilharam esse caminho comigo ao longo desses anos, em especial, Heitor Ambrósio, Clarissa, Cadu, Claudiano, Mauro, Henrique Rogê, Ilana, André Cavalcanti, Matheus Paiva e Maria Carolina.

Aos meus amigos de vida que acompanharam o sofrimento ao longo desses anos, mas sempre me estimularam a continuar.

À Minha Família

Meus pais, que sempre me estimularam a buscar mais.

Meus irmãos queridos: Hugo, Isabela, Gabriela e, em especial, a Amanda Vieira, que me ajudou na interminável coleta de dados.

Às Mulheres da Minha Família

Símbolo de força, perseverança e coragem, a quem dedico este trabalho.

RESUMO

Esta tese de doutorado analisa o modelo de gestão de financiamento em C&T por meio de organizações sociais (OS), a partir da experiência do governo federal nas OSs supervisionadas pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Defende-se que seu surgimento insere-se no processo de desenvolvimento brasileiro, composto por períodos desenvolvimentista, caracterizado por índices econômicos positivos; fases de ruptura institucional, em decorrência de piora nos índices econômicos; e fases de reformas estruturais com o objetivo de solucionar a crise, que passa por reformas no setor público a fim de reavaliação do papel do Estado. Nessa esteira, um dos pontos da reforma de Estado, instituída na década de 1990, foi a criação do modelo OS. Os dados indicam que o fomento das OSs se comporta de forma mais volátil, em especial quando comparado as Unidades de Pesquisa (UPs), todavia apresentam uma tendência de crescimento ao longo dos anos, o que mostra uma propensão de fortalecimento do financiamento do setor público não-estatal. Ademais, as OSs conseguem de forma mais dinâmica aumentar o seu quadro de pessoal, no entanto, em momentos de restrição fiscal, estão mais sujeitas a corte de pessoal, o que pode prejudicar significativamente o setor de pesquisa e desenvolvimento (P&D) que dependem de capital humano qualificado.

Palavras-Chave: organizações sociais; financiamento em C&T, financiamento estatal

ABSTRACT

This thesis analyzes the funding model in Research and Development R&D through Social Organizations (SO), based on the experience of the Brazilian Federal government in SOs, supervised by the Ministry of Science, Technology and Innovations (MCTI). It is argued that is part of development process in Brazil, composed of developmentism periods, characterized by positive economic rates; phases of institutional rupture, as a result of diminishing growth rates and increasing inflation rates; and phases of structural reforms in order to solve this crisis, which involves reforms in the public sector in order to re-evaluate the role of the State. In this context, one of the points of the State reform, instituted in the 1990s, was the creation of the SO model. The data indicates that funding to SOs is more volatile, especially when compared to funding to Brazilian Research Units (RUs), however they show a growth trend pattern over the years, which tends to reinforce non-state public sector financing. Furthermore, SOs are better able to increase their employees, however, when faced with a fiscal restriction, they are more sensitive to employees cuts, which can significantly damage to R&D sector that rely on qualified human capital.

Key words: Social Organizations; R&D financing, state financing

Sumário

Lista de Anexos	12
Lista de Gráficos.....	13
Lista de Quadros.....	16
Lista de Tabelas.....	17
Lista de Abreviaturas e Siglas	18
Introdução.....	24
Metodologia de Pesquisa.....	27
1. Estruturação do Pensamento Econômico no Brasil a partir de 1930 – A Construção do Desenvolvimentismo, Contrapontos e Novas Versões.....	33
1.1 Desenvolvimentismo no Brasil.....	34
1.2 Primeiras Construções do Desenvolvimentismo.....	35
1.3 O papel da CEPAL.....	40
1.4 Desenvolvimentismo Clássico.....	41
1.5 Desenvolvimentos Posteriores:.....	43
1.5.1 Novo-Desenvolvimentismo (ND).....	43
1.5.2 Social-Desenvolvimentismo (SD).....	46
1.6 A Corrente Liberal do Meio do Século XX.....	48
1.7 O Consenso de Washington.....	50
1.8 Conclusões.....	52
2. O Processo de Desenvolvimento e o financiamento do Estado.....	53

2.1 O Desenvolvimento e a Ruptura institucional:	54
2.2 Primeiro Ciclo.....	55
2.2.1 Industrialização por Substituição de Importações	55
2.2.2 O Plano de Metas.....	57
2.3 PAEG – Primeira Reforma Estrutural Econômica Estatal	60
2.4 Síntese do Primeiro Ciclo	62
2.5 Segundo Ciclo.....	64
2.5.1 O Milagre Econômico e o II PND	64
2.5.2 A década de 1980 e a recessão brasileira.....	67
2.6 Segunda Reforma Estrutural.....	68
2.7 Síntese do Segundo Ciclo	74
2.8 Terceiro Ciclo.....	76
2.9 Terceira Reforma Estrutural	80
2.10 – Síntese do Terceiro Ciclo	81
2.11 Conclusão	83
3. A Reforma Gerencial dos anos 1990 e o modelo de Organizações Sociais e seu uso em C&T	85
3.1. O Financiamento em C&T	86
3.2 As duas primeiras Reformas Administrativas Públicas.....	93

3.2.1 Criação do DASP.....	95
3.2.2 – Decreto Lei nº 200/67.....	97
3.3 Reforma Administrativa dos anos 1990 no Brasil.....	102
3.4 A Construção do Modelo de Organizações Sociais no Brasil.....	105
3.4.1 Organizações Sociais do MCTI.....	109
3.4.2 – CNPEM – Centro Nacional de Pesquisa em Energias e Materiais.....	109
3.4.3 IMPA – Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada	111
3.4.5 IDSM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	112
3.4.6 RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa.....	113
3.4.7 CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos	113
3.4.8 EMBRAPPII – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial	114
3.5 Unidades de Pesquisa do MCTI	118
4. O Fomento das Organizações Sociais – Recursos e Pessoal.....	122
4.1 Dados Gerais de Orçamento: Organizações Sociais X Unidades de Pesquisa.....	123
4.2 A Divisão do Orçamento – Por Classificação	138
4.3 Geral por Fonte – Os financiadores do Modelo OS	150
4.4 Os Recursos para Fomento por Organização Social do MCTI	158
4.4.1 CGEE – Fomento e Pessoal.....	158
4.4.2 CNPEM – Fomento e Pessoal	161
4.4.3 EMBRAPPII – Fomento e Pessoal	165
4.4.4 IDSM – Fomento e Pessoal	167

4.4.5 IMPA – Fomento e Pessoal	170
4.4.6 RNP – Fomento e Pessoal	173
4.5 Síntese do Capítulo.....	174
Conclusão	176
Bibliografia.....	180

Lista de Anexos

Anexo 1 - Fonte de Dados - OS..... 230

Anexo 2 - Fonte de Dados - UPs 234

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução dos recursos do FNDCT e da FINEP entre 1967 e 2006	89
Gráfico 2 - Distribuição Relativa dos recursos do FNDCT e da FINEP entre 1967 e 2006	89
Gráfico 3 - Dados Gerais - OS.....	124
Gráfico 4 - Valores Reais - UP (Ajustado).....	127
Gráfico 5 - Valores Reais - UP (Não Ajustado)	127
Gráfico 6 - LOA Comparada	128
Gráfico 7 - Execução Orçamentária Comparada.....	129
Gráfico 8 - Execução Financeira Comparada.....	130
Gráfico 9 - Financeiro Excluído Gasto com Pessoal OS	131
Gráfico 10 - Financeiro Total das OS.....	131
Gráfico 11 - Gasto com Pessoal OS X UP	133
Gráfico 12 - Comparação da Execução Financeira e Gastos de Pessoal - UP	134
Gráfico 13 - Número de Pessoal - OS X UP	137
Gráfico 14 - LOA por Classificação nas OS	140
Gráfico 15 - LOA por Classificação das UPs (Ajustado).....	142
Gráfico 16 - LOA por Classificação das UPs (Não Ajustado)	142
Gráfico 17 - Execução Orçamentária por Classificação nas OS	142
Gráfico 18 - Execução Orçamentária por Classificação - UPs (Ajustado).....	143
Gráfico 19 - Execução Orçamentária por Classificação - UPs (Não Ajustado).....	143

Gráfico 20 - Execução Financeira por Classificação nas OS	144
Gráfico 21 - Execução Financeira por Classificação - UPs (Ajustado)	145
Gráfico 22 - Execução Financeira por Classificação - UPs (Não Ajustado).....	145
Gráfico 23 - Gasto de Pessoal por Classificação - OS	146
Gráfico 24 - Gasto de Pessoal por Classificação - UP	147
Gráfico 25 - Nº de Pessoal por Classificação - OS.....	149
Gráfico 26 - Número de Pessoal por Classificação - UP.....	149
Gráfico 27 - Execução Orçamentária por Fonte - OS	151
Gráfico 28 - Execução Financeira por Fonte - OS	152
Gráfico 29 - Distribuição da Execução Orçamentária por Classificação - MCTI.....	153
Gráfico 30 - Distribuição da Execução Financeira por Classificação - MCTI.....	153
Gráfico 31 - Distribuição da Execução Orçamentária por Classificação - FINEP.....	154
Gráfico 32- Distribuição da Execução Financeira por Classificação - FINEP.....	155
Gráfico 33 - Distribuição da Execução Orçamentária por Classificação - MEC	157
Gráfico 34 - Distribuição da Execução Financeira por Classificação - MEC.....	157
Gráfico 35 - Execução Financeira por Fonte- CGEE.....	159
Gráfico 36 - Comparação de Gasto com Pessoal em relação ao Financeiro do CGEE	160
Gráfico 37 - Execução Financeira por Fonte - CNPEM.....	162
Gráfico 38 - Comparação de Gasto com Pessoal em relação ao Financeiro do CNPEM	163

Gráfico 39 - Comparação de Gasto com Pessoal em relação ao Financeiro do CNPEM Excluída a Ação 13CL (Sirius).....	164
Gráfico 40 - Execução Financeira por Fonte - EMBRAPPII	166
Gráfico 41 - Comparação de Gasto com Pessoal em relação ao Financeiro da EMBRAPPII.....	166
Gráfico 42 - Execução Financeira por Fonte - IDSM	168
Gráfico 43- Comparação de Gasto com Pessoal em relação ao Financeiro do IDSM .	169
Gráfico 44 - Execução Financeira por Fonte - IMPA	170
Gráfico 45 - Comparação de Gasto com Pessoal em relação ao Financeiro do IMPA	172
Gráfico 46 - Execução Financeira por Fonte - RNP.....	173
Gráfico 47 - Comparação de Gasto com Pessoal em relação ao Financeiro da RNP...	174

Lista de Quadros

Quadro 1 - Classificação das Instituições de Ciência e Tecnologia	29
Quadro 2 – Ciclo de Intervenção e Reformas.....	55
Quadro 3 - Relação de Organizações Sociais Qualificadas pelo Governo Federal.....	108
Quadro 4 - Organizações Sociais sob a Supervisão do MCTI	116
Quadro 5 - Relação de Unidades de Pesquisa do MCTI	119
Quadro 6 - Principais Diferenças entre OS e UP.....	120

Lista de Tabelas

Tabela 1- Taxa de Crescimento do PIB X Inflação no 1º Ciclo:	63
Tabela 2- Taxa de Crescimento do PIB X Inflação no 2º Ciclo	75
Tabela 3 - Taxa de Crescimento do PIB X Inflação no 3o Ciclo	82
Tabela 4- Síntese	84

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABTLuS - Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncroton

Acerp - Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto

ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

ANP – Agência Nacional de Petróleo

ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar

BC- Banco Central

Bioamazônia - Associação Brasileira para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

CBPF - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

Cebraspe - Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Ambientais

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

C&T – Ciência e Tecnologia

C,T&I – Ciência, Tecnologia e Inovação

CETEM – Centro de Tecnologia Mineral

CETENE – Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

CIS – Complexo Econômico e Industrial da Saúde

CMN - Conselho Monetário Nacional

CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear

CNPEM – Centro Nacional de Pesquisa em Energias e Materiais

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CsF – Ciência sem Fronteiras

C,T&I – Ciência, Tecnologia e Inovação

CTI – Centro de Tecnologia de Informação Renato Archer

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRAPII – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial

ENCTI - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo

FGTS - Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ICM-Bio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDSME – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

IMPA – Instituto de Matemática Pura e Aplicada

INMA – Instituto Nacional da Mata Atlântica

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INSA – Instituto Nacional do Semiárido

INT – Instituto Nacional de Tecnologia

IOF – Imposto sobre Obrigações Financeiras

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI – Impostos sobre Produtos Industrializados

ISD – Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont

ISI - Industrialização por Substituição de Importações

JK – Juscelino Kubitschek

LAI – Lei de Acesso à Informação

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LNA - Laboratório Nacional de Astrofísica

LNBio – Laboratório Nacional de Biociências.

LNBR – Laboratório Nacional de Biorrenováveis

LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica

LNLR - Laboratório Nacional de Radiação Síncroton

LNLS - Laboratório Nacional de Luz Síncroton

LNNano – Laboratório Nacional de Nanotecnologia

LOA – Lei Orçamentária Anual

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MCTI – Ministério da Ciência, tecnologia e Inovação

MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ME – Ministério da Economia

MEC – Ministério da Educação

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi

MS – Ministério da Saúde

ND – Novo Desenvolvimentismo

NICs – Novos Países Industrializados

OBMEP - Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas

ON – Observatório Nacional

ORTN - Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional

OS – Organizações Sociais

PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo

PBDCT – Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PDTA - Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário

PDTI - Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial

PDRAE - Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

PICE - Política Industrial e de Comércio Exterior

PITCE - Política de Inovação Tecnológica e de Comércio Exterior

PL – Partido Liberal

PM – Plano de Metas

PND- Plano Nacional de Desenvolvimento

PND – Política Nacional de Desestatização

PNP – Programa Nacional de Publicização

PPA – Plano Plurianual

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSI – Processo de Substituição de Importações

PT – Partido dos Trabalhadores

QIM – Quadro de Indicadores e Metas

Quangos - Quasi Non-Governmental Organizations

RJU – Regime Jurídico Único

RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

SCM – Sociedade Civil Mimirauá

SD – Social Desenvolvimentismo

SFH - Sistema Financeiro da Habitação

SIOP – Sistema Integrado de Orçamento Público

SNCTI – Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

SNDCT – Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SOF – Secretaria de Orçamento Federal

STF – Supremo Tribunal Federal

STI – Secretaria de Tecnologia Industrial

SUS – Sistema Único de Saúde

TCG – Termo de Compromisso de Gestão

TCU – Tribunal de Contas da União

TED – Termo de Execução Descentralizada

UPs – Unidades de Pesquisa

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

URV – Unidade Real de Valor

Introdução

Esta tese de doutorado tem o objetivo central de discutir o modelo de gestão de recursos públicos por meio de organizações sociais (OS), a partir da experiência do governo federal nas OSs supervisionadas pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Argumenta-se aqui que o processo de desenvolvimento oscila, dentro do cenário político-econômico brasileiro, por três fases distintas: um período desenvolvimentista, marcado por medidas intervencionistas e aumento do Estado; uma segunda fase, em que ocorre baixo desempenho econômico e alta inflacionária, o que gera uma crise política, ocasionando uma ruptura institucional; e uma última fase composta de uma série de reformas estruturais que buscam estabilizar os dados econômicos, em especial, por meio da reavaliação do próprio papel do Estado dentro do cenário econômico. Nessa última fase, o modelo de gestão de recursos públicos por meio de OS foi adotado.

Com esse panorama, salienta-se que a criação de OSs no Brasil está vinculada a uma série de reformas estruturais, vinculadas ao processo de desenvolvimento brasileiro, ocorrida na década de 1990. A reforma administrativa se fez necessária em um cenário no qual o discurso se pautava pela necessidade de ajustes fiscais, particularmente por meio da diminuição do papel do Estado na economia, em sua forma clássica, ou seja, de ser aquele que efetua, que executa, a atividade econômica.

A iniciativa procurou trazer as novidades que ocorriam no mundo, em particular, na Inglaterra, de novos modelos de gestão, que contavam com a participação de entidades privadas, sem fins lucrativos, na consecução das políticas públicas não exclusivas de Estado. A legislação brasileira trouxe as possibilidades dessa atuação, conforme exposto na Lei nº 9.637/98, “atividades (que) sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde” (BRASIL, 1998). Sem dúvida, foi na saúde que o modelo de OS encontrou um terreno fértil para seu estabelecimento dentro dos estados e municípios. Todavia, no governo federal, os modelos bem-sucedidos se concentraram na área de ciência, tecnologia e inovação.

As OSs compõem, assim, o Sistema de Inovação brasileiro, entendido como o conjunto de instituições de caráter público e privado, que contribuem para inovação em

suas diferentes facetas, de forma interdisciplinar e interdependente, a fim de gerar novos conhecimentos e tecnologias (SOETE, VERSPAGEN e WEEL, 2010), tornando-o ainda mais complexo, uma vez que as interações entre o setor privado e público, no caso brasileiro, tem nuances administrativas diferenciadas, com grandes repercussões para a forma como o setor se organiza. Porém, o conceito de sistema de inovação não será abordado de forma mais profunda, pois foge ao escopo da tese.

Ao todo, o MCTI supervisiona 06 (seis) OSs em ciência, tecnologia e inovação que apresentam origens, disposição geográfica, escopo e apoio estatal para sua atuação distintos. Portanto as seguintes perguntas motivaram essa tese: (1) como o modelo de gestão por meio de OSs modificou a forma de atuação do Estado?; (2) como tem sido o financiamento das OSs em C&T?; (2) quais as diferenças entre a execução das atividades desenvolvidas de forma direta pelo Estado e as atividades que foram publicizadas, isto é, em atividades que são executadas pelas OSs?

A tese se estrutura em quatro capítulos. O primeiro capítulo almeja apresentar, de forma sintética, a evolução das ideias econômicas, mostrando que esse não é um processo dissociado da prática econômica. São apresentados os elementos que contribuem para a formação de um pensamento pró-desenvolvimento no Brasil, a partir do processo de industrialização e diversificação da capacidade produtiva. São apresentados o pensamento desenvolvimentista clássico e suas versões mais recentes: o novo-desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo. Por fim, indicou-se as principais correntes teóricas que se opunha ao pensamento desenvolvimentista.

O segundo capítulo procura apresentar as mudanças no próprio aparato institucional do Estado marcado por fases, instigadas pelas mudanças no desempenho econômico brasileiro e da capacidade financiamento estatal rumo ao desenvolvimento. Em cada fase, existem elementos marcantes e que estão atrelados a própria evolução das ideias econômicas, bem como pela história política nacional que é influenciada pelo “sucesso” dos rumos econômicos. Há fases marcadas por um Estado mais forte, atuante no campo econômico e planejador dos rumos nacionais, e há fases de crises de financiamento desse Estado e a revisão de sua atuação que ocorrem após crises institucionais severas.

O terceiro capítulo visa identificar como tem se estruturado o financiamento em ciência e tecnologia no Brasil. Em seguida, são apresentadas duas primeiras reformas da administração pública que ocorreram no Brasil. Em seguida, demonstra o contexto que levou a criação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), em 1995, e que trouxe as bases para uma reforma gerencial, dentro da ideia de reformas estruturais de Estado, que tinha como objetivo a reorganização da máquina estatal, descentralização das atividades, busca por eficiência, de controle por meio de resultados, visando desburocratizar, reduzindo o papel do Estado, que deveria ter funções mais regulatórias e provedoras. O capítulo apresenta ainda a construção do modelo OS, por meio da ideia de parceria entre Estado e setor privado, no provimento das políticas públicas de serviços não exclusivos de Estado. São identificadas as OSs que são atualmente supervisionadas pelo MCTI, a saber: (1) o Centro Nacional de Pesquisa em Energias e Materiais (CNPEM); (2) Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA); (3) Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM); (4) Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP); (5) Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE); (6) Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII). Por fim, o capítulo traz uma breve síntese das características das Unidades de Pesquisa (UP), que é o modelo de gestão direta exercida pelo próprio Estado, a fim de que possam servir de contraponto na análise de dados.

O último capítulo tem o objetivo de examinar o orçamento geral das organizações sociais, seja em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA), a execução orçamentária e a execução financeira realizada pelo MCTI, em comparação às UPs. Além disso, procura-se identificar quem são os principais órgãos que financiam as OSs em ciência, tecnologia e inovação dentro do Estado, em uma concepção mais ampla na qual o modelo permite que diferentes órgãos injetem recursos na entidade. Finalmente, é analisada cada OS, procurando se compreender quais fatores influenciam na trajetória de cada uma, e quais as principais dificuldades que o modelo encontra em relação a sua própria manutenção.

Assim sendo, a tese tem como objetivos: (1) situar a criação do modelo OS dentro de um contexto histórico e econômico que funcionou como uma janela de oportunidade para que se houvesse êxito na reforma administrativa que o modelo se propunha; (2) identificar como tem sido o financiamento estatal para o modelo OS; (3)

contrapor os repasses ao modelo OS com as formas de execução direta pelo Estado, por meio das UPs; (4) analisar o financiamento estatal de cada OS de forma individualizada, procurando entender padrões e ações que tem contribuído para o próprio funcionamento do modelo.

A tese apresenta contribuições à literatura em três frentes principais: i) inserir a discussão do financiamento da inovação e pesquisa nas discussões já existentes sobre desenvolvimentismo e suas concepções modernas, mostrando uma relação com as reformas administrativas no setor público e rupturas institucionais que ocorreram a partir de 1964; ii) a discussão e contextualização do conceito de OS na literatura econômica, algo que acontecia de forma relevante apenas no Direito e, de forma menos importante, na Administração Pública; iii) a análise quantitativa das OSs no campo de CT&I, saindo do escopo da área da Saúde, buscando analisar o papel do financiamento estatal nesse gerenciamento em comparação com outras formas de gestão em que não há uma parceria ativa com o setor privado.

Metodologia de Pesquisa

As ações para consecução dessa pesquisa se desenvolveram em duas frentes: a primeira, de revisão bibliográfica sobre os temas que permeiam essa tese; e a segunda, composta de análise de documentos públicos, tais como os contratos de gestão assinados e seus termos aditivos, os relatórios de gestão das OSs, os relatórios de gestão do Tribunal de Contas da União (TCU) das Unidades de Pesquisa, do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP), em seu módulo de dados abertos ao público.

A bibliografia utilizada se baseou na combinação de quatro grupos distintos de referenciais, mas que se complementam: a) o referencial teórico sobre o desenvolvimentismo econômico no Brasil, tanto em sua versão clássica, bem como a suas novas leituras, ou ainda, “atualização” durante os governos petistas (novo-desenvolvimentismo e social-desenvolvimento); b) as reformas administrativas no setor público, reformas essas que levaram a construção do modelo de organização social no Brasil; c) o referencial teórico de OSs, porém com limitações, pois as análises estão muito relacionadas a modelo de gestão em saúde ou relacionada a parte da legislação

(direito); d) obras referenciais em ciência e tecnologia que auxiliaram na explicação das nuances específicas da área.

As OSs em ciência e tecnologia do governo federal supervisionadas pelo MCTI são o objeto de estudo deste trabalho. No entanto, serão consideradas de forma subsidiária as UPs em ciência e tecnologia do governo federal vinculadas ao MCTI para ajudarem nas comparações necessárias.

Nesta tese, é feita uma classificação que utilizou como base a “Proposta de Política de Longo Prazo para as Unidades de Pesquisa Vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia”, publicado em 2001, e que teve origem de comissão formada pela Portaria MCT n° 137/2000, chefiada por José Galízia Tundisi. Esse relatório é popularmente conhecido como “Relatório Tundisi” e é referencial dentro da ciência e tecnologia. Tendo isso em mente, as OSs e as UPs estão divididas em 05 (cinco) áreas que refletem as diretrizes de missão das instituições. São elas:

1) Biomas – Originalmente, esse bloco se chamava “Ups da Amazônia” e se referiam as instituições de pesquisa que desenvolviam pesquisas nessa região. Como forma de atualização, esse trabalho amplia a classificação para “biomas” e inclui instituições de pesquisa com caráter regional como o Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA) e o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), que lidam com os problemas regionais, em busca de sua integração dos habitantes no ecossistema social e econômico do país.

2) Foco em Ciência – Com um foco mais acadêmico, são instituições de caráter singular, como o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) que respondem a uma “demanda estratégica e exerçam um efetivo impacto no setor, com abrangência nacional, inclusive contando com o reconhecimento e o apoio dos pesquisadores que atuam em Matemática e Física no País” (BRASIL, 2001, p. 59).

3) Foco em Tecnologia – Embora algumas Institutos de Pesquisas com foco em tecnologia ainda estejam relacionados a um setor mais acadêmico, a Relatório apontou que esses institutos devam se voltar especialmente na indução de tecnologias de fronteira, inovação tecnológica, atividades técnicas sofisticadas em áreas estratégicas e de interesse nacional.

4) Laboratórios Nacionais – Segundo o Relatório Tundisi “Laboratórios Nacionais são organizações provedoras, prioritariamente, de infraestrutura laboratorial sofisticada para a comunidade científica e tecnológica desenvolver suas atividades de pesquisa. Tais infraestruturas normalmente são de implantação e manutenção caras; faz sentido, assim, concentrar os esforços e os recursos financeiros em infraestruturas singulares que sejam, porém, abertas a toda a comunidade nacional, para uso compartilhado” (BRASIL, pp 75: 2001).

5) Missão Específica – Por fim, as instituições com missão específica têm o objetivo tanto a sistematização e difusão das informações na área de ciência e tecnologia, bem como o auxílio na gestão e estudos estratégicos na área.

Pode-se, então, dividir as OSs e UPs, de forma atualizada, com base no Relatório Tundisi, conforme Quadro 1 - Classificação das Instituições de Ciência e Tecnologia abaixo:

Quadro 1 - Classificação das Instituições de Ciência e Tecnologia

Classificação	Instituição	Modalidade de organização
Biomás	- IDSM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	OS
	- INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	UP
	- INMA – Instituto Nacional da Mata Atlântica*	UP
	- INSA – Instituto Nacional do Semiárido*	UP
	- MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi	UP
Foco em Ciência	- CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	UP
	- CEMADEN - – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Ambientais*	UP
	- IMPA – Instituto de Matemática Pura e Aplicada	OS
	- MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins	UP
	- ON – Observatório Nacional	UP
Foco em Tecnologia	- CETEM – Centro de Tecnologia Mineral	UP
	- CETENE – Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste*	UP
	- CTI – Centro de Tecnologia de Informação Renato Archer	UP
	- EMBRAPPII – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial*	OS
	- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	UP
	- INT – Instituto Nacional de Tecnologia	UP
	- RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa**	OS

Classificação	Instituição	Modalidade de organização
Laboratórios Nacionais	- CNPEM – Centro Nacional de Pesquisa em Energias e Materiais	OS
	- LNA - Laboratório Nacional de Astrofísica	UP
	- LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica	UP
Missão Específica	- CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos	OS
	- IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	UP

Elaboração própria, com base no Relatório Tundisi

* As Instituições assinaladas são novas desde a elaboração do relatório e foram classificadas pela autora.

** Embora a RNP já existisse quando da elaboração do Relatório Tundisi, ela não foi analisada pela comissão. No entanto, o próprio documento aponta a importância da RNP para difusão e a utilização de tecnologia de informação.

O recorte temporal dos dados de OSs e UPs se diferem nessa tese. Como as OSs têm um histórico mais recente, uma vez que a previsão legal ocorre em 1998, procurou-se fazer uma retomada histórica desses dados, portanto, foram considerados os dados disponíveis a partir de 2001. Como se poderá observar no Anexo 1, os dados seguiram a disponibilidade nos relatórios de gestão. Ao longo dos anos, novos instrumentos e informações foram sendo incorporados nos respectivos relatórios de gestão, principalmente por exigência nos órgãos de controle, o que foi ampliando a quantidade de dados disponíveis.

Além disso, foram retirados dados do SIOP em [https://www.siop.planejamento.gov.br/modulo/login/index.html#/,](https://www.siop.planejamento.gov.br/modulo/login/index.html#/) no Painel do Orçamento. A partir de 2014, foi criada uma Ação Programática específica para as organizações sociais, a 212H. No entanto, anteriormente, essas as ações se encontravam, muitas vezes, diluídas em pequenas ações. Portanto, utilizou-se como padrão, antes de 2014, as ações que constavam em termos aditivos para formação do orçamento anual das OSs. Em relação aos termos aditivos e relatórios de gestão das OSs, todos eles se encontram disponíveis no site das próprias instituições, como determina a Lei de Acesso à Informação (LAI).

É preciso ponderar também que não foi considerado para a composição da LOA das organizações sociais, os recursos que eram repassados por ano via Fundo Nacional

de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), visto que era somente uma parcela de cada fundo que era repassada, portanto não era possível segregar o que era destinado especificamente para organização social, bem como a definição desse recurso era definida ao longo do ano pelo Conselho Diretor do FNDCT e demais instâncias presente na lei específica sobre o assunto.

Já para as UPs, primeiramente foi solicitado via LAI as informações de gasto com pessoal das unidades de pesquisa, de forma segregada, ano a ano, a partir do ano 2000. Todavia, na resposta fornecida pelo sistema de ouvidorias do MCTI, foi apontado que em relação aos dados:

1) De 2000 a 2004 cada Unidade de Pesquisa apropriava e pagava a sua folha de pessoal de forma individual. A partir de 2005 a folha de pessoal foi centralizada no MCTI, cuja apropriação e pagamento ocorre na Unidade Gestora 240133-Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP. Observar que os dados de 2000 a 2012 foram extraídos do SIAFI Operacional, pois o sistema gerencial só disponibilizou os últimos 7 (sete) exercícios financeiros;

2) De 2013 a 2019 os dados foram extraídos do Sistema Tesouro Gerencial. Como já mencionado anteriormente, a folha das Unidades de Pesquisa + Administração Central é centralizada no MCTIC, portanto, sendo apropriada pela Unidade Gestora 240133-Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP, o que nos impossibilita de apresentar os valores por Unidade de Pesquisa. (Resposta em 06 de maio de 2019 ao pedido de acesso à Informação realizado pela autora)

Ou seja, o MCTI não conseguiu apresentar os dados segregados, por UP, conforme solicitado. Sendo assim, a opção adotada foi a extração dos dados dos relatórios de gestão das UPs enviados ao TCU, conforme consta no Anexo 2, e disponíveis em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/>. Todavia, os dados apresentados unitariamente por cada UP só estão disponíveis entre 2008 e 2017. Posteriormente, o TCU solicitou o envio de forma centralizada dos dados pelo MCTI, o que impossibilitou a análise desses dados de forma segregada a partir de 2018. Por outro lado, os dados que chegaram a ser enviados, por serem todos os gastos de pessoal do MCTI, não foram possíveis de serem incluídos nessa análise, pois, além dos servidores que trabalham nas UPs, também estão incluídos os servidores da administração central, bem como os servidores que foram cedidos às OSs.

É importante considerar que as UPs CEMADEN, CETENE e INMA não estarão presentes nessa análise, uma vez que essas UPs são recentes e não há informações de relatórios de gestão do TCU suficientes.

Salienta-se ainda que, em geral, não foi possível diferenciar salários por grupos (pesquisadores, técnicos, administrativos, etc) pelos dados do relatório de gestão das organizações sociais. Diante disso, foi considerado o total gasto com pessoal. Já os gastos de pessoal de UPs se referem aos servidores públicos, portanto não inclui terceirizados, que estão dentro dos contratos administrativos das UPs.

Por fim, pontua-se que, para comparação dos dados monetários, esses foram calculados em termos reais, utilizando-se como base a série do IPCA obtida no site do Banco Central e tendo como base o ano de 2000, diante do primeiro ano da série de três organizações sociais: IMPA, IDSM e CNPEM. Os Anexo 1e Anexo 2 demonstram a síntese de extração dos dados.

1. Estruturação do Pensamento Econômico no Brasil a partir de 1930 – A Construção do Desenvolvimentismo, Contrapontos e Novas Versões

O processo de desenvolvimento não é dissociado da evolução do aparato institucional do Estado. Da mesma forma, o desempenho econômico também não se dissocia da evolução das ideias que o influenciam, ou seja, da história do pensamento econômico e social.

O objetivo do capítulo é discutir de forma breve e não exaustiva as ideias que influenciaram o processo de desenvolvimento no Brasil a partir de sua industrialização, com especial atenção àquelas que discutiam a importância do papel do Estado no processo de desenvolvimento e suas reações no sentido de limitar essa atuação por meio de reformas e políticas mais restritivas.

O Desenvolvimentismo pautou o processo de desenvolvimento brasileiro desde a primeira metade do século XX. A primeira grande análise desse processo foi realizada por Bielschowsky (1988), que buscou caracterizá-lo conforme sua manifestação no período de 1930 a 1964 e contrapô-lo a outras ideias existentes na época. Ele definiu o desenvolvimentismo como uma “ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico” composta de industrialização por meio de planejamento que deve ter a participação ativa e financiamento do Estado (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 7). Outros autores buscaram mostrar as origens desse pensamento (por exemplo, FONSECA, 2004), ou ainda recentes versões manifestadas nas últimas décadas (FRITZ, PAULA e PRATES, 2020). Além disso, como contraponto, serão apresentadas as principais ideias que permeavam a corrente liberal e que foram fundamentais na construção de alternativas nos momentos em que o modelo de financiamento estatal do projeto desenvolvimentista encontra seus limites.

O capítulo está estruturado em oito seções além dessa introdução. A primeira discute o Desenvolvimentismo no Brasil, enquanto a segunda traz suas origens e a terceira a influência cepalina. A quarta discute o Desenvolvimentismo clássico e a quinta desenvolvimentos posteriores com foco no novo desenvolvimentismo e no sócio desenvolvimentismo. A sexta discute a visão ortodoxa que se contrapôs historicamente a esse tipo de pensamento, a sétima o Consenso de Washington e a oitava traz as conclusões.

1.1 Desenvolvimentismo no Brasil

A Crise de 1929, ou a Grande Depressão, mostrou as limitações da economia brasileira, baseada fundamentalmente na exportação agrícola, principalmente do café. A Crise foi um estímulo para que aqueles que defendiam a diversificação econômica brasileira ganhassem notoriedade no governo de Getúlio Vargas, em especial de estímulo industrial.

Esse não foi um fenômeno apenas brasileiro. A América Latina passou por processos econômicos e políticos que remontaram a construção de um pensamento próprio para o desenvolvimento regional, inclusive, com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Este processo foi fundamental para reunir os vários pensamentos de autores latino-americanos na construção de uma corrente teórica que, embora não seja única em suas conclusões e alternativas, moldou significativamente as políticas econômicas da região e se despreendeu da lógica econômica dominante oriunda das contribuições de David Ricardo.

O nascimento desse movimento no Brasil, no entanto, não é ensejado apenas pela Crise de 1929. Já havia algumas correntes teóricas que buscavam alternativas econômicas de caráter mais nacionalista e que se fundamentassem em uma maior diversificação da economia brasileira exatamente pelas limitações de um setor essencialmente agrícola e monocultor. Assim, o desenvolvimentismo se constrói na junção desses vários pensamentos, criando uma identidade própria, voltado, em especial, ao interesse urbano-industrial. Aliás, como defende Fonseca (2004), o desenvolvimentismo torna-se um *guia de ação*, ou seja, há uma escolha *consciente* dos governos latino-americanos pela primeira vez na busca do desenvolvimento econômico de seus países.

É durante o governo da Primeira República de Getúlio Vargas que essas ideias começam a se reunir de forma mais elaborada, culminando nos anos 50, como indica Mantega (1989), na predominância de uma corrente intervencionista na economia brasileira, a partir de uma nova abordagem da relação centro-periferia. Essas ideias foram traçadas por autores como Celso Furtado e Raul Prebisch que idealizaram uma percepção econômica voltada para os países periféricos e que contestavam a abordagem

clássica da teoria das vantagens comparativas e criavam uma teoria econômica própria para os países subdesenvolvidos da América Latina.

1.2 Primeiras Construções do Desenvolvimentismo

A gênese do conceito de desenvolvimentismo perpassa por grupos de pensamento no Brasil que estavam preocupados com questões como a necessidade de fortalecimento do nacionalismo, do intervencionismo, com a finalidade de garantir o crescimento econômico, e o fortalecimento do processo de industrialização.

Já no fim do Império, o debate sobre a necessidade de industrialização começa a ganhar novos contornos, pois havia uma associação entre industrialização e a modernização da própria sociedade. Todavia, a crise do Encilhamento contribuiu negativamente para a industrialização no Brasil, pois as ações estatais de estímulo à indústria do então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, ficaram associadas à crise financeira e institucional do período.

Aqueles¹ que faziam a defesa de um setor industrial, como defende Fonseca (2004), apontavam que o Brasil ainda vivia uma situação “colonial”, sendo, portanto, necessário investir na indústria nacional como uma forma, inclusive, de nacionalismo, embora não houvesse necessariamente um menosprezo ao capital estrangeiro para esse financiamento. Paralelamente, esses não rejeitam *a priori* o setor primário. Na verdade, a crítica se centrava na natureza exclusivamente agrária do país, sendo necessária a diversificação econômica e o progresso em direção à industrialização que se consolidava nos Estados Unidos e nos países europeus.

Todavia, é somente na década de 1930 que o governo Vargas engendrará uma política intervencionista em prol da industrialização brasileira, com base no arcabouço teórico que vinha sendo construído pela reunião de pensamentos que se consolidou posteriormente nos desenvolvimentistas, conseguindo, tardiamente, iniciar o processo de desenvolvimento da indústria nacional.

¹ Fonseca (2004) indica nomes como Antônio Felício dos Santos, Amaro Cavalcante, Aristides de Queirós, Alcindo Guanabara, Serzedelo Correa e Felisbello Freire.

Paralelamente, Sola (1998) indica ainda o próprio papel da tecnocracia, em especial no Brasil, influenciando à condução econômica brasileira, uma vez que uma parte significativa dos estruturalistas brasileiros faziam parte das elites governamentais que compuseram a burocracia estatal e, portanto, eram responsáveis pela condução do Estado. Mais ainda, a importância que esse setor “técnico-burocrático” vai adquirindo na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas e que impulsiona o nacionalismo econômico.

Fato é que Vargas precisava enfraquecer as elites locais, que poderiam ser uma ameaça ao seu governo. Para tanto, o fortalecimento de uma classe técnica, voltada ao interesse nacional, casa perfeitamente com esse projeto. Nesse sentido, Bresser Pereira (2001) aponta a formação de duas novas classes durante os anos 1930, “a burguesia industrial e a nova classe média tecnoburocrática”.

Complementarmente, a doutrina desenvolvimentista, com suas diferentes nuances, que prevalece no Brasil até o fim dos anos 1980, atende a essa necessidade inicial vinda desse corpo burocrático de dar um caráter técnico-científico que essa tecnocracia nacionalista necessitava na defesa de suas ideias. É imprescindível frisar que essa elite tecnoburocrática surge principalmente dos quadros do Exército, que compunham a aliança varguista no poder (BRESSER PEREIRA, 2007).

De fato, o pensamento nacionalista remonta ao próprio Brasil colônia, em um primeiro momento almejando certa autonomia da colônia em relação à metrópole, posteriormente com a própria bandeira da independência, na construção de uma nação e de uma identidade nacional. Nesse período, a ideia nacionalista está intrinsecamente relacionada ao liberalismo, com o repúdio ao mercantilismo, no campo econômico, e a reafirmação de uma soberania nacional, no campo político. Lima (1978) indica que a principal classe brasileira, a dos senhores agrícolas, a partir de 1831, “adquirira consciência de que Portugal constituía um entreposto oneroso, ditando-lhe isso o seu anseio de liberdade de comércio ao mesmo tempo que sua oposição tenaz, mais tarde, à recolonização” (p. 81).

Os nacionalistas se dividiam entre aqueles associados à defesa da indústria e o nacionalismo agrário², sendo esses últimos vencedores no debate durante todo século XIX, tendo em vista o predomínio das ideias sobre vantagem comparativa. Nesse sentido, como o Brasil apresentava recursos naturais em abundância, as ações deveriam ser direcionadas à produção primária. A dominância de um discurso econômico agrário se enfraquece após a crise de 29, quando as ideias dos defensores da indústria surgem com mais força.

Soma-se ainda o fato de que as ciências econômicas como disciplina ainda existia dentro de Faculdades de Direito, sendo assim, os debates se centravam predominantemente entre os jusnaturalistas, que estavam alinhados com o liberalismo clássico, e os positivistas³ que, em sua vertente política, pregava as boas práticas na administração das finanças e da política. Gremaud (1998) assinala que a principal obra ao estudo de Economia Política durante a República Velha no Brasil dentro dos cursos de direito é de José Luis de Almeida Nogueira intitulado Curso Didático de Economia Política ou Ciência do Valor de 1913.

Embora os positivistas valorizassem a boa administração, eles aceitavam a intervenção no Estado na Economia, desde que houvesse uma ‘necessidade social’, sendo, portanto, o Estado uma espécie de cérebro, que poderia pensar fisiologicamente quais seriam as melhores soluções para a sociedade. Mais ainda, como destaca Fonseca (2004, pp 245), seria “dever do Estado *ajudar a sociedade a rumar para o progresso*”. Esse posicionamento foi imprescindível para o desenvolvimentismo que se fundou posteriormente, pois possibilitava, no campo teórico, que o Estado atuasse quando fosse necessário para o desenvolvimento econômico. Loureiro (2009) indicou também que parte dos primeiros “economistas” são oriundos não só das faculdades de direito, mas também dos cursos de engenharia, que tinham uma formação de educação para os negócios.

² Fonseca (2004) apresenta diferentes visões do nacionalismo agrário: a defendida por autores como Américo Werneck que privilegia o setor primário, mas sem estabelecer uma dicotomia com a indústria; e a visão de Eduardo Frieiro e Alberto Torres que eram antiindustrialistas, e faziam uma defesa fervorosa das vantagens do setor agrícola, uma volta as próprias raízes brasileiras ao campo (ao sertão), as suas riquezas naturais, como uma forma de exaltação nacionalista.

³ Serviram de inspiração teórica autores como Comte, St. Simon, Stuart Mill, Benjamin Constant.

Vale ponderar que é somente em 1945 que se formarão os primeiros cursos de economia, e é nessa linha que Gudin (1956) indicou que ingressavam nas recentes faculdades de economia alunos com dois perfis:

Há os economistas, propriamente ditos, de formação integral, destinados a preencher os quadros dos serviços de estudos e pesquisas econômicas dos ministérios federais, dos centros de estatísticas, do Banco Central e dos grandes bancos, dos Institutos, das grandes emprêsas, etc. para os quais se requer preparo e capacidade especiais, que nem todos podem adquirir.

Mas há outras atividades econômicas também de grande utilidade para o país, que não exigem um grau tão elevado de conhecimento. É o caso da "administração dos negócios", como o caso da contabilidade superior. (GUDIN, 1956, p. 60)

Não obstante a política durante a República Velha estivesse essencialmente centrada nos partidos estaduais, era comum haver partidos com ideias positivistas em todo território, mantendo alguma identidade ideológica de âmbito nacional. Por fim, como o positivismo encontrou no Exército um de seus maiores aliados, com a revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, parte significativa das ideias positivistas que colocavam o Estado como um dos fatores que poderiam impulsionar o progresso do país encontra espaço no novo plano político. Não é possível, isto posto, desassociar o positivismo das ideias de moral e progresso. Dessa forma, o desenvolvimentismo latino-americano (e brasileiro) esteve estruturalmente relacionado a regimes autoritários ou ditatoriais, conforme explicita Fonseca (2004).

O positivismo econômico ortodoxo perde espaço nesse novo contexto, abrindo caminho para um positivismo que considera o Estado necessário no planejamento e ação econômica. E é aqui também que surge um movimento que acaba se distanciando, com sua evolução, do próprio positivismo, pelo menos do ponto de vista econômico, uma vez que uma nova concepção econômica surge com o compromisso do governo com o desenvolvimento, por meio de intervenções estatais na expansão da produção e nas próprias relações econômicas.

Por fim, no centro do debate brasileiro, a partir da segunda metade do século XIX, os papelistas e os metalistas travaram uma importante discussão que ajudou a fundar os ideários do desenvolvimentismo, pois discutiram questões acerca do papel da política monetária e cambial, principalmente o quão seria permitido alguma ação estatal,

por meio do déficit público e do crédito, bem como da manutenção do padrão ouro. Essa controvérsia já sido central na Inglaterra entre os *Currency School* (relacionados aos metalistas⁴) e os *Banking School* (relacionados aos papelistas) (CABELLO, 2012).

Enquanto aos monetaristas era imprescindível o padrão-ouro e a conversibilidade da moeda, a fim de garantir a estabilidade econômica e a política cambial, como indicam Fonseca e Mollo (2012), para os papelistas sua argumentação se baseava na própria taxa de juros e o nível da atividade econômica:

admitir o crédito, o déficit público e os empréstimos como indispensáveis para alavancar a economia. Conquanto estes são muitas vezes defendidos como política anticíclica, à la Keynes, gradualmente a defesa foi ganhando maior envergadura, argumentando-se como necessários simplesmente para fazer a economia crescer, propósito que, no desenvolvimentismo, tornar-se-ia quase um fim em si mesmo ou, pelo menos, a premissa maior para o desenvolvimento. (FONSECA, 2004, p. 238)

Nesse sentido, os papelistas se opuseram tanto ao jusnaturalismo, quanto ao liberalismo clássico exatamente por esse rompimento do papel do Estado na economia, principalmente com as ideias de déficit público. Conforme já mencionado, as ideias papelistas foram praticadas, por um de seus adeptos mais radicais, o Ministro Rui Barbosa, com tal elevada flexibilização, situação em que os próprios bancos privados emitiam moeda e tinham plena liberdade de atuação, não sendo possível ocorrer o controle da emissão pelo governo, ocorrendo uma crise inflacionária e especulativa.

A despeito do papelismo estar historicamente situado e ser referir fundamentalmente à produção agrícola e seus ciclos, bem como uma preocupação com a exportação dessa produção, não havendo, portanto, uma preocupação centrada com a indústria ou o nacionalismo, ele foi de suma importância para a construção das ideias desenvolvimentistas, pois, conforme aponta Fonseca (2004):

- ✓ Rompe com os princípios básicos da economia ortodoxa;

⁴ A tradição monetarista estava intrinsicamente relacionada aos autores clássicos como Hume, Ricardo, Smith, Say e apresentavam um campo teórico mais bem alicerçado. Os papelistas, por sua vez, justificavam suas ideias de forma empírica e pragmática, havendo quase nenhum referencial teórico que fundamentasse suas ideias.

- ✓ Indica que a política econômica adotada influencia o próprio crescimento. O Estado poderia funcionar como agente anticíclico;
- ✓ Subordinava, embora ainda que de maneira incipiente, as políticas monetária, cambial e creditícia à política econômica.

Logo, como se pode observar, existem grupos diversos que não formavam um todo homogêneo, mas que se complementaram na construção político-econômica que permeou as decisões econômicas nas décadas seguintes. Fonseca (2015), no entanto, indica um núcleo duro que compõe o projeto desenvolvimentista engendrado no Brasil:

1. A existência de um *projeto deliberado* ou *estratégia* tendo como objeto a nação e seu futuro. Esta pode ser associada, com certa licenciosidade, a *projeto nacional*, desde que não se entenda por isso repulsa ao capital estrangeiro nem rompimento com a ordem internacional, mas simplesmente a nação como epicentro e destinatária do projeto.
2. A *intervenção consciente e determinada do Estado* com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe atores aptos e capazes para executá-lo no aparelho do Estado e com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade.
3. A *industrialização*, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário (FONSECA, 2015, pp. 20-1).

1.3 O papel da CEPAL

Constituída em 1948, com sede no Chile, a CEPAL foi imprescindível na formulação teórica que orientou as políticas econômicas em direção ao desenvolvimentismo na América Latina nos anos 50. Indubitavelmente, Prebisch inaugura o pensamento cepalino com a ideia de um sistema de centro-periferia, em que o centro seria os países desenvolvidos e produtores de bens manufaturados e a periferia seria composta pelos países subdesenvolvidos e produtores de bens primários. Mollo e Amado (2015) apontaram ainda que o pensamento da Cepal é baseado em um método histórico-estrutural, ou seja, “o desenvolvimento é um fenômeno histórico e institucionalmente marcado” (p. 03), intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento capitalista.

Pela teoria clássica econômica, ocorreria uma distribuição do progresso técnico, no entanto, Prebisch mapeou que, na prática, isso não havia ocorrido na economia mundial. Pelo contrário, o progresso técnico havia se concentrado nos centros e o preço

dos produtos primários havia se deteriorado, mesmo com o aumento da produtividade. Ainda acrescentou o fator elasticidade-renda da demanda, no qual, com o aumento da renda, a demanda por produtos oriundas de bens industriais aumentava potencialmente em relação aos produtos primários. Ou seja, agravava-se ainda mais essa dinâmica de distribuição de renda entre centro e periferia (COUTO, 2007).

No Brasil, um dos principais autores das ideias cepalinas é Celso Furtado, que teve uma forte influência não só no meio acadêmico, através do arcabouço estruturalista, mas também no próprio governo por meio do refinamento das ideias que se consolidavam na CEPAL, em especial no que se refere ao planejamento econômico por meio da ação estatal, a fim de eliminar as diferenças no progresso técnico, em especial via industrialização. Bielschowsky (2000, p. 26), nesse sentido, indica que “a Cepal defende a urgência de programas de desenvolvimento, centrando a argumentação na necessidade de evitar desequilíbrios externos e estabelecer um equilíbrio razoável na expansão das atividades básicas”.

Segundo Bielschowsky (2000), Furtado foi um dos principais expoentes na concepção da necessidade de planejamento dentro do desenvolvimentismo, até porque, pela deficiência técnica dos países latino-americanos e pela ausência de dados, que praticamente não existiam ainda nos governos, era necessário que houvesse um guia de ação para a ação governamental. Nessa medida, o papel da Cepal, principalmente Brasil por meio de Furtado se consolida, pois apresenta essa orientação da política econômica de forma sistematizada e que influenciará o Presidente Juscelino Kubitschek (JK).

Portanto, o pensamento desenvolvimentista, baseado nas ideias cepalinas, mas que não se limitam a elas, se tornou a base teórica na política econômica brasileira, a fim de ser o meio para a superação do subdesenvolvimento, por meio de políticas centradas na mudança das estruturas produtivas, em especial pela industrialização, sendo esse o alicerce que estruturou a condução econômica nacional, em especial a partir do pós II Guerra Mundial.

1.4 Desenvolvimentismo Clássico

Bresser Pereira (2016, pp. 236), em nota de rodapé, indicou que a expressão “Desenvolvimentismo Clássico” foi uma sugestão de Ricardo Bielschowsky para

caracterizar de forma mais precisa o *development economics* ou a “teoria estruturalista do desenvolvimento” como uma teoria econômica e política, com vistas ao progresso e/ou ao desenvolvimento econômico, em uma clara crítica as teorias econômicas neoclássicas. É importante marcar que a expressão teórica subsidiou a política desenvolvimentista aplicada por governos, existente historicamente. Esse é um ponto importante, pois o termo “desenvolvimentismo” carrega em si uma série de pré-noções, em especial pela sua aplicação enquanto prática econômica, enquanto modelo utilizado pelos países periféricos para se desvencilhar do subdesenvolvimento. Então, ao se procurar estabelecer essa distinção, o objetivo é observar o desenvolvimentismo como uma teoria, para além de seus aspectos históricos, embora complementares.

O desenvolvimentismo clássico é caracterizado pelo processo pelo qual o Estado é responsável pelo planejamento, promoção e expansão dos setores econômicos, por meio de investimentos diretos, captação de recursos e coordenação das execução das políticas econômicas, para um projeto nacional de industrialização, visando a superação do subdesenvolvimento econômico brasileiro e, portanto, do próprio atraso e pobreza (BIELSCHOWSKY, 2011).

A teoria desenvolvimentista se desenvolveu como uma das respostas mais contundentes a teoria das vantagens comparativas, em especial, em países considerados subdesenvolvidos e com economias fundadas em um modelo exportador-primário, atrasados tecnologicamente, de baixa renda e com subempregos. Era no esforço do processo de industrialização, por meio do atendimento ao crescimento do mercado interno, que as amarras do subdesenvolvimento seriam superadas. E era o Estado o agente capaz de estabelecer essa mudança de paradigma, ele seria o ator que, agindo conscientemente, poderia alterar a situação, dar um outro rumo às economias nacionais dependentes de produtos industrializados dos centros.

De fato, o atraso ou dependência tecnológica era visto como um dos principais fatores que conferia o distanciamento entre centro e periferia, posto que os produtos industrializados importados do centro custavam mais alto do que os produtos primários exportados pelos países periféricos (MANTEGA, 1984). Isso conferia, na relação de intercâmbio, vantagens para os países já desenvolvidos, portanto a superação desse problema estrutural pelos países periféricos poderia dinamizar as economias desses países rumo ao desenvolvimento. Conseqüentemente, o desenvolvimento desses países

passou a ser responsabilidade do Estado, que deveria ter o papel de dinamizador da economia, até porque a burguesia industrial ainda se encontrava em estado embrionário nos países periféricos. Guido Mantega (1984, pp. 39) indicou esse processo: "(...) a industrialização é vista como o meio mais eficiente para se conseguir o aumento da renda nacional e da produtividade, para se evitar a deterioração dos termos de intercâmbio e, assim, reter-se os frutos do progresso técnico."

Todavia, Mollo e Amado (2015) indicam a existência de debates mais profundos, na medida em que, de acordo com as teorias ortodoxas, as interferências governamentais causavam um desequilíbrio do mercado de fundos de empréstimos, o que pressionaria a taxa de juros e a inflação da economia e, no fim, políticas monetárias não conseguiriam estimular de forma duradoura o crescimento econômico. Já para os heterodoxos, os instrumentos das políticas monetária e fiscal poderiam ser utilizados para provocar os estímulos necessários para garantir o crescimento econômico, por meio da mudanças das estruturas produtivas, em especial pelo financiamento tecnológico da indústria, em busca da melhoria da produtividade e crescimento da produção, o que contribuiria para se desvencilhar das amarras do subdesenvolvimento.

Dessa forma, o desenvolvimentismo se fundou enquanto teoria econômica e contribuiu para as políticas econômicas implementadas no Brasil, gerando debates profundos por economistas como Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Carlos Lessa. Já nos anos 1980, o balanço teórico foi realizado profundamente por autores como Ricardo Bielschowsky (1988) e Guido Mantega (1984). Na década de 1990, inicia-se uma "modernização" no campo das ideias do desenvolvimentismo clássico, em um primeiro momento com o novo-desenvolvimentismo e, posteriormente, com o social desenvolvimentismo.

1.5 Desenvolvimentos Posteriores:

1.5.1 Novo-Desenvolvimentismo (ND)

O novo desenvolvimentismo enfatiza a combinação em que o Estado atua no planejamento econômico, incentiva o mercado a investir no setor industrial e em áreas que são do interesse do setor privado e, em setores que historicamente possuem baixo

investimento privado, o Estado se torna responsável pelos investimentos, sendo isso possível “graças à” estabilidade macroeconômica.

Isso posto, Sicsú, Paula e Michel (2007) complementam sobre as diretrizes que alicerçam a escola novo-desenvolvimentista:

- (i) não haverá mercado forte sem um Estado forte;
- (ii) não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento dessas duas instituições (Estado e mercado) e sem a implementação de políticas macroeconômicas adequadas;
- (iii) mercado e Estado fortes somente serão construídos por uma estratégia *nacional* de desenvolvimento; e
- (iv) não é possível atingir o objetivo da redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas (SISCSÚ, PAULA e MICHEL. p. 509, 2007)

Bresser Pereira (2006) procurou fazer a distinção do novo-desenvolvimentismo com a ortodoxia convencional e o que ele denominou de esquerda burocrático-populista. Em artigo, o autor defendeu que, para a ortodoxia, as soluções estavam relacionadas ao mercado, porém esse grupo não apresentava um projeto de nação, de desenvolvimento nacional, ao passo que a esquerda burocrático-capitalista culpava a globalização e o mercado financeiro pelos problemas enfrentados. Portanto, para Bresser, deveria haver uma parceria entre Estado e mercado em um grande projeto de desenvolvimento nacional, uma terceira via:

Um país se desenvolverá aproveitando as forças do mercado, desde que: (1) mantenha a estabilidade macroeconômica; (2) conte com instituições gerais que fortaleçam o Estado e o mercado e com um conjunto de políticas econômicas que constituam uma estratégia nacional de desenvolvimento; e (3) seja capaz de promover a poupança interna, o investimento e a inovação empresarial”. (BRESSER PEREIRA, 2006, p. 19)

É importante argumentar que, ao apresentar essa terceira via, Bresser Pereira combina elementos do desenvolvimentismo e do discurso liberal. Do ponto de vista macroeconômico, isso significou o que Bresser Pereira defendia como “o controle das despesas do Estado e do seu déficit público, além da necessidade de estabelecer uma poupança pública positiva para financiar seus investimentos” (BRESSER PEREIRA, 2006). Ademais, autores como Prates, Fritz e Paula (2017) mostram que esse modelo de crescimento estava fundado na obtenção de superávits primários, ou seja, uma lógica “desenvolvimentista exportador do setor privado” (BASTOS, 2012).

Complementarmente, Mattei (2013) indicou que a aliança entre mercado e Estado proposta pelo ND é possível pelo entendimento de que a indústria brasileira já seria “madura” o suficiente para que não fosse necessária uma política estritamente protecionista promovida pelo Estado, cabendo a este o papel de agente regulador das relações econômicas, estimulando a competitividade. Além disso, caberia ao Estado o papel macroeconômico de controle inflacionário e equilíbrio fiscal.

Gonçalves (2012b) caracterizou todo esse movimento em torno do Estado e na condução econômica como um “desenvolvimentismo às avessas”, na medida em que, para o autor, não teria ocorrido transformações estruturais próprias do desenvolvimentismo clássico. Esse processo ficaria mais límpido quando se analisa que devido a abertura econômica foi ocorrendo um processo de desindustrialização e dessubstituição das importações, que ocasionou uma maior dependência tecnológica e uma ênfase na produção de *commodities*.

Em Gonçalves (2012a) fica evidente também que o autor considera que o novo desenvolvimentismo é uma forma de reformismo social, ainda baseado no liberalismo, pois não tem uma preocupação genuína com a desigualdade econômica, ou questões tributárias. Na verdade, é um Pós-Consenso de Washington que abarca “reformas de segunda geração e reformas institucionais” (p. 20).

Por outro lado, Carneiro (2012) indica que o novo-desenvolvimentismo surgiu das críticas às políticas econômicas liberais, resgatando ideias do “velho” desenvolvimentismo. Mollo e Fonseca (2013) destacam que o ND apresenta raízes em comum com as escolas desenvolvimentistas, na medida em que apresenta uma percepção econômica, principalmente monetária, que se distancia da ortodoxia. Outrossim, os autores defendem que pelo ND que o Estado tem um papel ativo para impulso do desenvolvimento econômico. Isso confronta diretamente com a visão ortodoxa, visto que, para esses, caberia a iniciativa privada esse papel.

É interessante notar que os autores trazem um contraponto ao marxismo ao mostrar que o Estado não poderia ser a solução dos problemas apresentados pelo capitalismo como modo de produção, até mesmo porque ele é garantidor desse modo de produção. O Estado, nesse modelo, precisaria garantir o arcabouço institucional e econômico, tais como, a proteção da propriedade privada, a regulamentação - ou

desregulamentação (quando necessário na intermediação dos conflitos entre trabalhadores e capital), a regulação em momentos de crise, entre outros.

Os autores ainda apresentam a visão Keynesiana, no qual o Estado “garantiria o desenvolvimento estimulando o investimento” (Mollo e Fonseca, 2013, p. 227). Ou ainda, na visão estruturalista, que o papel do Estado na política de desenvolvimento se daria em “um esforço deliberado de atuar sobre as forças da economia a fim de acelerar seu crescimento, não pelo crescimento em si, mas como meio de conseguir um melhoramento persistente da renda nos grupos sociais de rendas inferiores e médias, e sua participação progressiva na distribuição da renda global” (Prebisch, 1961, p.35 apud Mollo e Fonseca, 2013 p. 227).

1.5.2 Social-Desenvolvimentismo (SD)

O governo Dilma, segundo Curado (2017), apresentou uma maior aproximação do desenvolvimentismo clássico do que com o novo-desenvolvimentismo. De acordo com o autor, vários dos pressupostos que foram seguidos por Dilma e Guido Mantega, Ministro da Fazenda até 2014 não eram condizentes com os pressupostos novo-desenvolvimentistas, destacando-se, nesse aspecto:

- 1) A política fiscal executada ao longo do governo Dilma levou a uma deterioração das contas públicas. Vale lembrar que para os novos-desenvolvimentistas o governo deve buscar atingir o equilíbrio fiscal, ampliando a poupança pública;
- 2) A política monetária oscilou consideravelmente no tempo. A queda da taxa de juros no início do governo foi revertida. Este tipo de oscilação na política monetária é incompatível com a proposição novo-desenvolvimentista. Uma política monetária articulada com um plano nacional de desenvolvimento não poderia apresentar alterações abruptas;
- 3) Não ocorreu ao longo do primeiro mandato uma alteração intencional no tratamento da taxa de câmbio, variável fundamental para a competitividade externa da indústria nacional. A busca de uma taxa de câmbio competitiva através de um “regime de câmbio flutuante controlado” (Oreiro e Paula, 2012) é um dos principais elementos da agenda novo-desenvolvimentista que visa, de modo intencional, promover a elevação da competitividade externa da economia (CURADO, 2017, p. 142-3).

Autores como Prates, Fritz e Paula (2017) indicam que o Social Desenvolvimentismo apresenta uma maior aproximação com o desenvolvimentismo em sua abordagem clássica, visto que aponta “a demanda doméstica como a principal indutora dos investimentos voltados à diversificação produtiva”. Estabelece-se aqui uma diferença fundamental com o desenvolvimentismo até a década de 1980, pois, naquela concepção, o desenvolvimento das forças produtivas era a meta ser alcançada. Antes relegada a segundo plano, o desenvolvimento social passa a ter um caráter prioritário e, nesse sentido, o Estado passa a desenvolver um papel de responsável pela redistribuição pessoal de renda, a fim de garantir as mudanças estruturais necessárias.

Carneiro (2012) destaca que era necessária uma combinação de uma ampliação do crédito com melhoras progressivas na distribuição funcional da renda, pois esse concerto permitiria “superar o caráter subordinado dos segmentos produtores de bens de consumo no capitalismo” (p. 772). Além disso, a estratégia social-desenvolvimentista dependeria, para seu êxito, da reindustrialização e de uma forte ampliação da estrutura econômica e social, rumo a transição para um modelo de sustentação baseada no investimento autônomo.

Já em 2001, Bielschowsky (2001) acreditava na sinergia entre o aumento dos salários, em função disso, do consumo, por conseguinte, dos investimentos que levariam ao aumento da produtividade (círculo virtuoso). Em 2012, defende que o Brasil apresenta três motores do desenvolvimento, sendo eles:

- Um amplo mercado interno de consumo de massa– que será tanto mais amplo quanto melhor vier a ser a distribuição da renda. Também, uma estrutura produtiva potencialmente capaz de vir a realizar localmente boa parte da produção em larga escala correspondente, nos setores primários, industriais e de serviços, sem prejuízo de ampliar as exportações;
- Uma forte demanda nacional e mundial por seus abundantes recursos naturais;
- Perspectivas favoráveis quanto à demanda estatal e privada por investimentos em infraestrutura (econômica e social).” (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 730).

Tendo esse panorama, pode-se verificar que as ideias do Social Desenvolvimentismo se alicerçavam em um papel ativo do Estado, indutor da

economia, não só com políticas salariais de aumentos contínuos e de gastos com programas sociais, mas também de um Estado que teria o papel de direcionamento e/ou financiamento dos grandes projetos de investimento. Bastos (2012) define como um “desenvolvimento distribuído pelo Estado”.

Embora o pensamento desenvolvimentista, tanto na forma clássica, quanto no novo-desenvolvimentismo, ou ainda no social-desenvolvimentismo, tenha proporcionado debates profundos não só academicamente, mas na própria condução econômica do Brasil, há pensamentos que funcionaram de forma divergente, alinhados a ideias liberais, e que também foram fundamentais em certos momentos históricos para a determinação dos rumos econômicos do país. Novamente, é possível observar que o pensamento econômico influencia a prática econômica, sendo sinteticamente abordados a seguir.

1.6 A Corrente Liberal do Meio do Século XX

Ainda que houvesse uma predominância das ideias desenvolvimentistas no período, até mesmo a corrente teórica de maior oposição ao desenvolvimentismo, a corrente neoliberal, se destaca pelas contribuições em especial de dois grupos que orbitavam em torno dos dois maiores expoentes do seu pensamento no período no Brasil: Octávio Gouveia de Bulhões⁵ e Eugênio Gudin⁶. Ao abrigar em suas cadeiras, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) se torna o principal centro de estudos econômicos no país de viés liberal.

É importante observar que o desenvolvimentismo ainda era incipiente, portanto, ao defender a bandeira liberal, não se defendia a privatização ou a desestatização. A discussão se permeava especialmente na questão da redução de gastos do Estado, até pela própria debilidade desse aparato do estatal até então. As principais características desse grupo são elencadas por Bielschowsky (2000):

⁵ Será Ministro da Fazenda, durante os primeiros anos da Ditadura Militar, no Governo Castello Branco.

⁶ Com forte inserção dentro dos governos de sua geração, foi representante do Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Durante o Governo de Café Filho, vice-presidente que assumiu a presidência após o suicídio de Vargas, foi Ministro da Fazenda, com o compromisso de engendrar um plano de estabilização econômica e de combate à inflação.

- a. Eram partidários do princípio da redução da intervenção do Estado na economia brasileira;
- b. Manifestavam-se continuamente a favor de políticas de equilíbrio monetário e financeiro, evitando a discussão de seus efeitos sobre o nível de renda e emprego; e
- c. Não propunham medidas de suporte ao projeto de industrialização e eram frequentemente contrários a essas medidas. (BIELSCHOWSKY, 2000, pp. 36-7)

Com efeito, após a crise de 1929, o liberalismo assume uma nova roupagem em âmbito mundial, devido a desconfiança que se gerou em relação aos modelos econômicos fundamentados em princípios exclusivamente liberais. Assim, o liberalismo se reconfigura, aceitando em alguma medida “intervenção estatal, saneadora de desajustes”, principalmente em economias subdesenvolvidas, como era o caso do Brasil, embora prevalecesse a defesa do sistema de mercado.

Gudin era um dos principais críticos ao modelo desenvolvimentista, principalmente no que se refere à defesa da industrialização frente à agricultura. Sua principal argumentação girava em torno na existência de pleno emprego na economia, contrastando com as ideias desenvolvimentistas (BIELCHOWSKY, 2011). Embora seu pensamento tivesse um grande prestígio junto aos organismos internacionais, internamente, em especial, à elite industrial, encontrava-se insatisfeita com sua política econômica aplicada quando Ministro da Fazenda, uma vez que houve redução da expansão dos meios de pagamento e a taxa de inflação não cessara como era a promessa de suas medidas de austeridade (SARETTA, 2003).

Apesar das críticas, é preciso ponderar que, como indicou Bielschowsky (2001), Gudín foi o grande adversário intelectual dos desenvolvimentistas brasileiros, pelas críticas ao intervencionismo estatal na economia, em especial, nos momentos de crescimento econômico, bem como pela defesa da livre atuação das forças de mercado.

Na realidade, o domínio de ideias desenvolvimentistas nos anos 1960 e 1970 resultou que debates teóricos mais consistentes das ideias liberais voltaram a ocorrer de na economia brasileira de forma mais profícua somente no fim dos anos 1980. A consolidação de ideias liberais no consenso de Washington foi principal o norteador das políticas econômicas que conduzem a década 1990 no Brasil (e na América Latina).

1.7 O Consenso de Washington

Conforme John Williamson (2009) relata, o termo “Consenso de Washington” foi primeiramente cunhado em seu “documento base” para o *Institute for International Economics*, durante conferência realizada com economistas, funcionários do governo norte-americano (em geral, do departamento de tesouro) e os organismos internacionais FMI e BIRD, em 1989, para discutir o grau de satisfação quanto às reformas necessárias para o desenvolvimento dos países latino-americanos. Havia uma preocupação geral na condução econômica de viés desenvolvimentista que era predominante na América Latina desde os anos 1950. Assim, uma agenda de boas práticas econômicas foi desenhada e perpassavam por dez reformas (axiomas), consoante ao artigo Williamson (1993)⁷:

1. Disciplina Fiscal (em razão dos déficits nos balanços de pagamento dos países e a alta inflação);
2. Reordenamento das Prioridades das Despesas Públicas;
3. Reforma Tributária;
4. Liberalização das Taxas de Juros;
5. Taxa de Câmbio Competitiva;
6. Abertura Comercial;
7. Liberalização do Investimento Estrangeiro Direto;
8. Privatizações;
9. Desregulamentação (facilitar as barreiras de entrada e saída, porém sem abolir regulamentos para meio ambiente ou segurança);
10. Direitos de Propriedade.

É preciso compreender que mundialmente havia um retorno das ideias liberais nas economias dos estados nacionais. Conforme demonstra Anderson (1995), na Inglaterra, a primeira-ministra Margaret Thatcher impôs uma agenda econômica na qual elevou as taxas de juros, findou controles sobre os fluxos, arrefeceu as greves, estimulou altos níveis de desemprego, contraiu a emissão monetária e fomentou uma política de privatização. A onda de eleições de políticos à direita no espectro político

⁷ Tradução livre da própria autora.

desencadeou processos semelhantes em outros países que vinham de uma tradição baseada no *Welfare-State*. Nos Estados Unidos, dado o caráter de Estado mais enxuto, o presidente Ronald Reagan adotou algumas medidas, como a diminuição dos impostos dos mais ricos e elevação da taxa de juros. Porém, foi em sua política externa que as ideias liberais ficaram mais visíveis, com uma forte competição militar com a então União Soviética (URSS), e cujo modelo econômico comunista (economia planificada) entrou em colapso no fim da década de 1980.

Embora as ideias do Consenso de Washington tivessem um cunho predominantemente liberal para uma parcela significativa de economistas heterodoxos brasileiros, autores americanos como Williamson (1993), que se põe no centro esquerda⁸ no campo econômico, discordam desse aspecto e argumentam que ocorriam algumas mudanças nos países e essas alterações fomentavam a impressão de que as reformas eram mais radicais do que de fato eram. Um exemplo que o autor apresenta é que houve uma alternância nas elites inglesas, com um fortalecimento de sindicalistas o que, no fim dos anos 1970, durante o governo Margareth Thatcher, levou a ideia de que as reformas promovidas fossem consideradas mais extremas. Mais ainda, o autor, em outra obra (Williamson, 2009), defende que ocorreu uma tentativa de desacreditar as reformas recomendadas, colocando-as como neoliberalizantes, o que teria acirrado nos países latinos americanos as disputas no campo econômico.

Williamson (2009) aponta que vários outros países utilizaram durante os anos 1990 as ideias de reformas econômicas enumeradas como importantes para o saneamento econômico dos países, como exemplo os Novos Países Industrializados (NICs) da Ásia Oriental, em especial a Coreia do Sul e Taiwan.

Portanto, ponderando-se que houve uma mudança de paradigma nas escolhas econômicas dos agentes políticos na condução de seus países e, a América Latina não foi alijada desse processo. As ações propostas eram voltadas para a diminuição da interferência estatal na economia, por meio da abertura comercial, desregulamentação, privatização das empresas estatais, diminuição dos gastos

⁸ Nesse sentido se distancia do pensamento macroeconômico mais conservador, como monetaristas e o *Supply-side Economics*.

públicos, disciplina fiscal, entre outros. É importante compreender que esses processos já vinham sendo debatidos anteriormente dentro do cenário econômico, conforme indica Schneider (1992). Os próprios planos econômicos brasileiros da década de 1980 tentavam trazer elementos nesse sentido. Havia tentativas de programas de privatização (WERNECK, 1989), de reformas no setor público (BACHA e WERNECK, 1988) e de início das tratativas para o processo de desregulamentação trabalhista (DIEESE, 2003).

1.8 Conclusões

O capítulo procurou apresentar, de forma geral, a construção do pensamento econômico que norteou as políticas econômicas do Brasil a partir de 1930. Procurou-se identificar os principais grupos que influenciaram a formulação de um pensamento desenvolvimentista, vendo o Estado como agente imprescindível para as transformações das estruturas produtivas do país, com destaque para o processo de industrialização nacional. Isso é fundamental para o desenvolvimento dessa tese, pois identifica o arcabouço teórico que defendeu os momentos de expansão de financiamento do Estado, de interferência do Estado na economia. Por outro lado, similarmente, foram apresentados os principais momentos de contraponto teórico, que também acabaram influenciando as políticas econômicas do Estado, porém, em sentido contrário, ou seja, na defesa de contração desse financiamento estatal, principalmente pela defesa das forças de mercado.

As ideias aqui apresentadas, de forma sintética, nortearão o próximo capítulo, na medida em que procurar-se-á estabelecer como esses momentos de expansão e contração do financiamento estatal influenciam as políticas econômicas e, considerando o escopo mais geral da tese, como isso impacta no financiamento de ciência e tecnologia.

2. O Processo de Desenvolvimento e o financiamento do Estado

A maior parte das análises sobre o processo de desenvolvimento brasileiro concentra sua ênfase apenas na esfera econômica, sem se atentar que esse está associado a uma discussão mais ampla sobre o papel do Estado que transcende os limites da Economia como campo de estudo e como área de atuação do Estado. O debate está ligado um papel mais ativo do Estado, mas esse debate não ocorreu apenas em relação à política econômica ou ao papel desse Estado como agente de Desenvolvimento. Sua evolução institucional ao longo do século XX e o próprio tipo de Administração Pública – discussões mais relevantes nos campos da Ciência Política, Direito e da Administração – tangenciam pontos relevantes e que não foram integrados até agora ao debate de forma explícita.

Portanto, estabelecer uma relação entre a esfera econômica e a esfera político-institucional é fundamental para analisar o comportamento dos agentes com base nas próprias discussões no campo da evolução das ideias, como visto no capítulo 1, bem como na prática econômica, ou seja, nas decisões tomadas pelos agentes na condução econômica nacional, de acordo com o contexto social e político. Esse movimento é atrelado a própria capacidade (e vontade política) de financiamento das políticas públicas capitaneado pelo Estado, influenciado por fatores econômicos e sociais, em especial relacionados ao ideário nacional do desenvolvimento, de busca do progresso.

O objetivo do capítulo é fazer uma análise de forma mais ampla, incorporando na análise aspectos que englobam a evolução institucional da Administração Pública como um todo, relacionando os aspectos econômicos com o cenário político e as reformas institucionais. Ao analisar o processo histórico de desenvolvimento com foco nos movimentos relacionados com reformas institucionais no Brasil, buscar-se-á indicar os elementos em comum na trajetória econômica que influenciam a política brasileira e, conseqüentemente, as reformas realizadas para a contenção das crises econômicas. Desemprego, alta inflação e baixo crescimento são elementos que desestabilizam a governança e criam rupturas institucionais. Se no período desenvolvimentista, medidas intervencionistas acabam por impulsionar o crescimento, nas reformas estruturais o próprio desempenho do Estado é repensado e sua atuação assume novas configurações.

O capítulo é composto de onze seções além dessa introdução. A primeira seção procura estabelecer as bases para o restante do capítulo, identificando fases que se sucedem na economia brasileira no que se refere a capacidade de financiamento do desenvolvimento nacional a partir do Estado e a situação político/institucional do país. As seções 2, 3 e 4 fazem referência a um primeiro ciclo identificável no que se refere à atuação do Estado na economia. As seções 5, 6 e 7 dizem respeito a um segundo momento que ocorre a partir do fim das reformas estruturais do ciclo anterior e se estende até o começo dos anos 2000. As seções 8, 9 e 10 indicam a existência de um terceiro ciclo, que ainda está em andamento, mas que já é possível identificar o fim fase desenvolvimentista e rupturas institucionais motivadas por crises políticas e indicadores econômicos negativos. A última seção almeja apresentar uma síntese dos argumentos apresentados.

2.1 O Desenvolvimento e a Ruptura institucional:

Desde 1930, o Brasil iniciou uma trajetória de momentos de forte presença estatal na definição dos rumos econômicos nacionais, em busca do desenvolvimento econômico, seguindo o modelo dos países desenvolvidos, em um projeto de crescimento da indústria nacional, e tentando se desvencilhar das amarras do subdesenvolvimento. Ao longo dos últimos 90 anos, no entanto, esse movimento de o Estado ser visto como a principal força rumo ao desenvolvimento não é linear. Ele é marcado por momentos em que o Estado é tido como o principal agente para que isso ocorra e, em outros momentos, de que a atuação deve ser subsidiária, ou seja, apenas garantindo critérios mínimos para que os agentes privados possam atuar.

Portanto, o argumento é de que o desenvolvimento no Brasil é marcado por fases que estão diretamente relacionadas à discussão de Estado, seja este como motor do crescimento, seja na sua interferência na economia e no seu tamanho ideal. Nesse sentido, essas fases se caracterizam por um período com medidas intervencionistas e crescimento, seguido por um período de ruptura estrutural, com crise política, desemprego e inflação alta e, por fim, uma reforma estrutural, com medidas de contenção da inflação e reformas institucionais em relação ao próprio Estado.

Existiriam, nesse sentido, portanto, três fases identificáveis que se complementam com o cenário político nacional, conforme demonstrado no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Ciclo de Intervenção e Reformas

Fase	Nome da Fase	Caracterização da Fase	Desempenho Esperado
1	Período Desenvolvimentista	<ul style="list-style-type: none"> • Medidas Intervencionistas • Aumento do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento • Inflação contida
2	Ruptura Institucional	Crise Política	<ul style="list-style-type: none"> • Desemprego • Inflação alta • Baixa taxa de crescimento do PIB
3	Reforma Estrutural	<ul style="list-style-type: none"> • Reformas econômicas (Reforma Administrativa) 	<ul style="list-style-type: none"> • Desemprego • Contenção da inflação • Reavaliação do papel do Estado

Elaborado pela autora

2.2 Primeiro Ciclo

A Revolução de 1930 foi um processo político nacional intrinsecamente relacionado à crise econômica de 1929, quando houve a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, na medida em que a bolha criada pela especulação financeira e a recessão econômica posterior nos Estados Unidos levaram à falência dos cafeicultores brasileiros, base da elite econômica nacional, que viram os preços de suas mercadorias despencarem no mercado externo.

2.2.1 Industrialização por Substituição de Importações

Do ponto de vista econômico, os anos subsequentes foram marcados pelo que Furtado denominou de “deslocamento do Centro Dinâmico” da economia brasileira. Se, até então, o que determinava o nível de renda era a demanda externa (em especial, do setor cafeeiro), as atividades se voltaram para o mercado interno, seja tanto pelo consumo quanto pelos investimentos internos.

É preciso compreender que mundialmente o cenário era de recessão, portanto uma possível “vocação” agroexportadora, nesse momento, se tornou inviável

economicamente, embora a opção adotada pelo Estado tenha sido adotar uma política de compra das super safras de café (e posterior queima dos estoques) para que não houvesse uma derrocada ainda mais generalizada do emprego e da renda, conforme indicam Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2002). No entanto, isso provocava um efeito negativo no balanço de pagamentos, uma vez que parte dessa demanda interna era suprida pela importação de produtos. O governo, então, como apontam os autores, impôs “uma moratória sobre parte da dívida externa do país e (permitiu) uma expressiva desvalorização da moeda nacional” (p. 363). Além disso, o governo passou a regular a moeda estrangeira que entrava no país. Ao desvalorizar o câmbio, os produtos importados sofreram um *boom* em seus preços.

Isso ocasionou um efeito positivo sobre o mercado interno, na medida em que se iniciou fortemente um processo de substituição de produtos importados pelos produtos que começavam a ser produzidos nacionalmente, seja pela indústria já existente e que começou a trabalhar em sua plena capacidade, seja por aquela parcela da indústria que surgia a fim de dar conta das novas demandas. Villela (2013) relata que foi uma política bem sucedida, uma vez que após a contração inicial de 5% na atividade econômica de 1930 a 1931, a partir de 1932, a economia passa a crescer a uma média de 6,6% ao ano até o fim da década, marcando uma recuperação precoce da economia brasileira frente às demais economias do mundo.

A despeito desses esforços, Baer (1985) esclarece que não houve uma mudança significativa nesse primeiro momento em relação a indústria de bens não-duráveis. Só a partir dos anos 1940 que começa ocorrer uma diversificação rumo a outros subsetores da produção industrial como siderurgia, petróleo e químicos. A partir desse momento, os investimentos foram direcionados com base na própria pauta de importações, em um processo conhecido como de industrialização por etapas, a fim de atender as necessidades da demanda doméstica.

Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2002) relatam o Processo de Substituição de Importações (PSI) se consolida por ser uma industrialização fechada, tanto pela característica de ser uma indústria não voltada para exportação, mas para atendimento da demanda interna, bem como pela série de medidas tomadas pelo governo central a fim de proteger a indústria nacional que surgia diante da concorrência externa. Importante destacar que Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. (2002) indicam que o PSI

está intimamente relacionado a um processo muito mais amplo de “construção nacional”.

Vianna e Villela (2011, p. 01) dissertaram que após o fim da II Guerra Mundial, embora houvesse uma tentativa do governo Dutra em seguir um modelo liberal, as crises do Balanço de Pagamentos contribuíram “em um modelo de desenvolvimento industrial com a crescente participação do Estado”. É possível observar a noção de projetos econômicos em disputa dentro dos próprios governos, sendo moldados pelos resultados econômicos e pela pressão de grupos políticos.

No começo dos anos 1950, Getúlio Vargas retornou à presidência com a bandeira de defesa ao projeto de industrialização nacional, enfatizando-se aqui a importância que a temática da indústria assumiu no imaginário nacional para o desenvolvimento do país, além da criação de empresas públicas, como o BNDE e a Petrobrás, e que contribuíam no financiamento e no desenvolvimento desse projeto. Paralelamente, é possível observar o alinhamento da prática econômica com os debates que começavam a ocorrer dentro da CEPAL e, mais ainda, na corrente desenvolvimentista brasileira. Villela (2011) indica ainda que a eleição de Juscelino Kubitschek representou um “*continuum* democrático-populista” no campo político e, no campo econômico, uma pujança de ideias desenvolvimentistas, com vistas a transformação estrutural do país, sendo o Plano de Metas a síntese desse momento.

2.2.2 O Plano de Metas

Uma das principais contribuições da Cepal no que tange à necessidade de planejamento das ações econômicas estatais se refere exatamente a essa necessidade de planejamento que foi utilizada pelo governo JK na construção do Plano de Metas (PM) e que trazia como mote à economia brasileira um desenvolvimento econômico acelerado, com o lema “50 anos em 5”.

Todavia, havia uma diferença de como esse planejamento se daria e a sua própria condução. Bielschowsky (2010) assinala a disputa entre o modelo nacionalista defendido por Celso Furtado e o modelo não-nacionalista de Roberto Campos. Segundo o autor, as principais diferenças podem ser elencadas conforme abaixo:

A primeira é que o pensamento nacionalista considerava essencial que o processo decisório sobre a locação de recursos no Brasil ficasse nas mãos de agentes nacionais, fossem eles estatais ou privados. Os economistas não nacionalistas julgavam que a sede das decisões poderia perfeitamente estar na Europa ou nos Estados Unidos (...).

A segunda diferença era a ideia de uma possível harmonia entre as políticas desenvolvimentistas e as antiinflacionárias. Os nacionalistas não consideravam a inflação um impeditivo para a implantação de políticas desenvolvimentistas, ao contrário dos não nacionalistas que, temendo o avanço do processo inflacionário, preferiam maior austeridade monetária e fiscal.

A terceira diferença consistia na divergência sobre o que fazer com os ganhos gerados pelo desenvolvimento. Os nacionalistas queriam a distribuição de renda dos frutos do progresso técnico, preocupação que não aparecia nos textos dos autores não nacionalistas.

Finalmente, a quarta diferença, na qual os não nacionalistas saíram vitoriosos, dizia respeito ao modelo de planejamento, se ele seria setorial ou integral. O modelo setorial saiu vencedor. (BIELSCHOWSKY, 2010, p. 18)

A opção pelo planejamento setorial fez com que o Plano atuasse em algumas frentes, almejando o fortalecimento da indústria no Brasil. Ao todo eram 30 Metas⁹ que significariam à época um passo rumo ao desenvolvimento, à urbanização, e o distanciamento do “arcaico”, e do “rural”. Destaca-se como os setores que foram os mais privilegiados dentro dos estímulos planejados pelo governo JK, segundo Silva (2000), os setores de energia, transporte e indústria de base. Isso levou a uma mudança estrutural significativa no Brasil no que tange à base produtiva, com a produção de bens de consumo duráveis.

Após uma fase de crescimento econômico financiado pelo Estado, os indicadores econômicos começaram a se deteriorar, é nesse sentido que pode ser identificada uma segunda fase dentro da concepção de um ciclo de intervenção e reformas. Pode-se observar, conforme constará na Tabela 1, que se iniciou uma baixa taxa de crescimento do PIB, uma alta inflacionária e aumento do desemprego. Essa série

⁹ Posteriormente, foi apensada uma 31ª Meta: A criação de Brasília como capital federal.

de fatores contribuíram para uma crise política mais séria, que culminou com a ruptura institucional da ditadura militar.

De acordo com Roberto Campos, em seu livro de memórias *A lanterna na Popa* (1994), nada obstante ao sucesso do Plano de Metas, o processo inflacionário brasileiro se agravou cada vez mais por JK ter se recusado a manter um plano de estabilização econômica e uma reforma cambial, que fora subestimado pelo presidente, e que começou a gerar os problemas econômicos já no fim do governo JK.

O financiamento da política de industrialização engendrada era garantido por emissões monetárias, o que acelerava o quadro inflacionário, ao mesmo tempo em que gerava uma “deterioração do saldo em transações correntes e o crescimento da dívida externa, outra forma de financiamento do plano” (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JR., 2002, p. 381). Por outro lado, os autores demonstram que o PM foi um passo adiante no processo de substituição das importações, pois conseguiu superar o debate do estrangulamento externo e avançar para uma economia com “interação entre os diferentes setores e subsetores da economia brasileira”.

A situação se agrava no início da década de 1960. O Plano Trienal construído sob a liderança do então Ministro da Fazenda Celso Furtado, no governo João Goulart, não consegue conter a inflação, diminuir o déficit público, nem manter o investimento para o crescimento do país. As turbulências políticas se agravaram e o modelo econômico desenvolvimentista sofreu o seu primeiro esgotamento.

Ao se consolidar o golpe de 1964, a fase de ruptura institucional ficou marcada e se iniciou uma fase de reforma estrutural. É importante compreender que a ideia de ruptura institucional não significa apenas uma mudança de regime político por exemplo. Ele é uma série de eventos que combinam indicadores econômicos negativos, instabilidade institucional e a movimentação dos grupos políticos (e econômicos) para mudanças significativas na ordem econômica nacional.

Na fase de reforma estrutural há um deslocamento de um ideário desenvolvimentista do Estado, visto como o financiador do desenvolvimento nacional, para um Estado que seria o causador dos desequilíbrios econômicos. Nas reformas que ocorreram nos anos 1960, esses desequilíbrios poderiam ser evitados se houvesse série

de reformas que mudassem a atuação desse Estado. Já na fase de reforma estrutural ocorrida nos anos 1990, o Estado é visto como o vilão, o inimigo a ser combatido, aquele responsável pelo atraso econômico, pelo subdesenvolvimento nacional, cabendo à iniciativa privada atuar para sanar o mal causado por esse Estado.

2.3 PAEG – Primeira Reforma Estrutural Econômica Estatal

Com o golpe militar de 1964, Castello Branco assumiu a presidência e implantou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) com vista à estabilização econômica, principalmente com o controle inflacionário, diante do cenário de estagflação (inflação combinada com estagnação) da economia brasileira. Os principais articuladores do Plano foram o Ministro da Fazenda, Octávio Gouveia de Bulhões, e o Ministro do Planejamento, Roberto Campos.

Bulhões fazia parte do grupo de economistas não alinhados a nenhuma das correntes desenvolvimentistas e teve vital importância na formulação do PAEG no que diz respeito à criação do Banco Central e de uma reforma financeira (BIELSCHOWSKY, 2000). Já Mário Henrique Simonsen analisou em sua obra *Brasil 2001* (SIMONSEN, 1969) a importância do planejamento estatal por meio dos planos de governo¹⁰. Portanto, faz uma crítica a “tolerância inflacionária” no Brasil e, segundo o autor, as ideias antieconômicas que circulavam no imaginário econômico brasileiro tais como o nacionalismo protecionista, uma política de subsídios que parecia baixar os custos, mas que causava o aumento o déficit estatal, o combate o “tecnicismo” e uma política de expansão creditícia sem consequências inflacionárias, entre outros.

É possível estabelecer o alinhamento dos autores, pois o próprio Campos também fez duras críticas aos “nacionalistas”, por não se guiarem, segundo ele, pela “razão”, mas sim pela “paixão”. De acordo com Campos, as ideias desenvolvimentistas nacionalistas estavam arraigadas de populismo, na medida em que acreditava em um desenvolvimento sustentado, mesmo com alta inflação; que era possível manter uma política de aumentos salariais, mesmo sem aumento da produtividade e, por fim, que

¹⁰ Embora o livro seja posterior à sua participação na construção do PAEG, é possível notar a sua preocupação com a ideia de planejamento, as limitações do mercado ao se deixar somente à iniciativa privadas as ações (“laissez faire” na economia) ou ao Estado ser o único condutor econômico.

acreditavam na manutenção de uma política “nacionalista”, mesmo sem considerar os possíveis constrangimentos econômicos brasileiros (CAMPOS, 1994).

Não se deve desconsiderar, no entanto, que para Campos a industrialização era imprescindível para a superação do subdesenvolvimento, somado ao fato de que planejamento seria fundamental para superação dessa condição. Se diferenciava de outros autores desenvolvimentistas do período exatamente por não ter um caráter estritamente nacionalista e nem julgar o capital estrangeiro ou a indústria privada estrangeira como inimigas no crescimento econômico, pelo contrário, elas seriam aliadas no processo de industrialização nacional. O Estado, nesse seguimento, deveria, para Campos, participar diretamente nos investimentos que o país necessitava.

Na construção do PAEG propôs uma série de medidas monetárias e fiscais planejadas, pois as consideravam necessárias para combater a inflação provocada pelos desequilíbrios causados pela ação governamental, porém não deveria se inviabilizar a “transformação estrutural da economia”, forma de se desvencilhar do subdesenvolvimento brasileiro (BIELSCHOWSKY, 2000). Nessa perspectiva, Resende (1990) aponta os principais objetivos do PAEG:

(i) Acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico interrompido no biênio 1962/63; (ii) conter, progressivamente, o processo inflacionário, durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio de preços a partir de 1966; (iii) atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, assim como as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida; (iv) assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão-de-obra que continuamente influi no mercado; (v) corrigir a tendência de déficits descontrolados do balanço de pagamentos, que ameaçam a continuidade do processo de desenvolvimento econômico pelo estrangulamento periódico da capacidade de importar” (RESENDE, 1990, pp. 213-4)

Assim, as principais ações do PAEG, se centraram em:

a) um ajuste fiscal, via melhoria na forma de arrecadação tributária e corte nos gastos por meio da racionalização do sistema tributário (HERMANN, 2011a);

b) uma reforma estrutural no sistema financeiro, em especial, com a criação do Banco Central (BC) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), além de outras

reformas no próprio sistema monetário-financeiro como as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) que auxiliou na introdução das correções monetárias e a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) (CARDOSO, 2013).

c) mecanismos de correção salarial que, na prática, significaram uma redução real do poder de compra dos assalariados (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JR., 2002). Mais ainda, houve o fim da estabilidade¹¹ dos trabalhadores privados. Como política compensatória, foi criado o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS) que, na verdade, serviu como forma de financiamento ao setor habitacional.

d) uma política econômica internacional, com a ampliação da abertura da economia ao capital externo, de risco e de empréstimos, assim algumas medidas tomadas foram a redução de tarifas de importação e a promoção do mercado de capitais, cooperação técnica e financeira com agências internacionais e outros governos e a política de restabelecimento de crédito do país no exterior (RESENDE, 1990);

e) Do ponto de vista burocrático, o Decreto-Lei n° 200 (BRASIL, 1967) foi responsável por conduzir a reforma administrativa, em uma tentativa de desburocratização do Estado, por meio da autonomia da administração indireta e na promessa de “maior eficiência da administração descentralizada”. No entanto, Bresser Pereira (1996) destaca que as consequências foram o aumento de práticas patrimonialistas e fisiológicas, já que era possível a contratação sem concurso público, e, paralelamente ocorreu o escamoteamento da administração direta, vista como excessivamente burocrática.

2.4 Síntese do Primeiro Ciclo

O período desenvolvimentista do primeiro Ciclo foi caracterizado por medidas intervencionistas do Estado na economia. Uma política de Industrialização por Substituição das Importações, em uma nova concepção de Estado como *agente consciente* de suas ações, foi implementada visando uma mudança na estrutural econômica brasileira. Esse foi um fator importante para a garantia de altas taxas de crescimento e controle inflacionário. O Plano de Metas, no governo JK, contribuiu para

¹¹ Os trabalhadores privados conseguiam estabilidade após 10 anos de permanência no mesmo emprego.

o período de crescimento econômico, inflação controlada e emprego para a população. Como é possível observar na Tabela 1, o período entre 1950 e 1962 apresentou uma média de Produto Interno Bruto de 7,4% e inflação de 21,8% ao ano.

A partir do momento que esse Estado apresenta problemas de financiamento e não consegue sustentar processo de desenvolvimento como ele vinha ocorrendo, tem-se um período de ruptura institucional, devido ao baixo crescimento econômico, apenas 2% ao ano, desemprego e inflação à 84,15% ao ano. Esses fatores combinados conduziram a uma ruptura política no governo João Goulart, por meio de uma ditadura militar que se instaurou em 1964.

A solução apresentada para o controle da inflação e dos preços e aceleração econômica é uma série de reformas estruturais, como ajuste fiscal, reforma econômica e reforma administrativa. O PAEG foi a consolidação dessas reformas e durante os anos de ajuste, entre 1965 e 1967, demonstrou uma taxa decrescente de inflação e melhorias gradativas no PIB, embora fosse sustentado por desemprego e uma política salarial com ajustes controlados. A Tabela 1 consolida o PIB e a Inflação do período, dando a dimensão da média das taxas de acordo com as fases do ciclo.

Tabela 1- Taxa de Crescimento do PIB X Inflação no 1º Ciclo:

Ano	Presidentes	Taxa de Crescimento do PIB	Inflação
Período Desenvolvimentista			
1950	Gaspar Dutra	6,8%	9,2%
1951	Gaspar Dutra	4,9%	18,4%
1952	Getúlio Vargas	7,3%	9,3%
1953	Getúlio Vargas	4,7%	13,8%
1954	Getúlio Vargas	7,8%	27,10%
1955	Café Filho/ Carlos Luz/ Nereu Ramos	8,8%	11,8%
1956	Juscelino Kubitschek	2,9%	22,6%
1957	Juscelino Kubitschek	7,7%	12,7%
1958	Juscelino Kubitschek	10,8%	12,4%
1959	Juscelino Kubitschek	9,8%	35,9%
1960	Juscelino Kubitschek	9,4%	25,4%
1961	Jânio Quadros	8,6%	34,7%
1962	João Goulart	6,6%	50,10%
Média do Período		7,4%	21,8%
Ruptura Institucional			
1963	João Goulart	0,6%	78,4%
1964	Castelo Branco	3,4%	89,9%
Média do Período		2%	84,15%
Reforma Estrutural			
1965	Castelo Branco	2,4%	58,2%
1966	Castelo Branco	6,7%	37,9%

1967	Costa e Silva	4,2%	26,5%
Média do Período		4,3%	40,8%

Elaborado pela autora com dados extraídos de BAER (2009) a partir da Conjuntura Econômica, IBGE, 2003.

2.5 Segundo Ciclo

A maior parte dos autores¹² atribui ao PAEG as elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no período que se seguiu. Na prática, mesmo a queda da inflação, que em 1964 batia a casa dos 90% e em 1967 girava em torno de 27%, as medidas ainda mantinham baixas taxas de crescimento do PIB, o que começou a gerar um grau de insatisfação em parcela significativa da população. A situação se agravou com a edição do Ato Institucional nº5, que retirou uma série de garantias individuais, além de ter significado um endurecimento do regime. Cardoso (2013) indica que os militares necessitavam de uma “retomada do crescimento” a fim de justificar e garantir o próprio regime militar.

Por conseguinte, a despeito da crise política e da recessão anterior, o desenvolvimentismo foi retomado como estratégia de crescimento econômico, uma vez que os efeitos negativos como inflação e desajuste fiscal foram controlados. A etapa que se seguiu ficou conhecida como “milagre econômico brasileiro” e é possível identificar as principais características de um novo ciclo, a partir de medidas intervencionistas que garantiram crescimento e a contenção da inflação.

2.5.1 O Milagre Econômico e o II PND

O milagre econômico se caracteriza pelo período da história brasileira de 1968 a 1973 com as maiores taxas de crescimento do PIB, que giraram em torno de 11,2% ao ano. A nova equipe econômica, comandada pelo Ministro da Fazenda Delfim Netto, passou a identificar não mais a inflação da demanda como causa da inflação, mas sim a inflação de custos. Como medida para conter a inflação, foi criada uma política de controle de preços, que deveriam passar por prévia aprovação do governo.

¹² Giambiagi (2011), Cardoso (2013), Hermann (2011a).

É importante, contudo, observar que os salários foram enquadrados como um elemento do “custo”, portanto a política de restrição de aumentos salariais se intensificou. A consequência disso é que é um período com uma forte concentração de renda. A famosa frase de Delfim Netto “Primeiro temos de fazer o bolo crescer para depois distribuí-lo” marca de forma incisiva a ideia da época.

A política econômica foi marcada por forte intervenção do Estado, que controlava os preços da economia e era responsável por parte significativa do investimento e, portanto, na formação bruta de capital fixo (FBCF). Para se ter uma ideia, Simonsen (1969, p. 200) estima que as entidades públicas respondiam no fim dos anos 1960, com cerca de 60% da FBCF no Brasil.

O Estado brasileiro adotou uma política expansionista, com a oferta abundante de crédito, que contribuiu para o crescimento industrial, em especial com as grandes obras de infraestrutura, e o próprio setor agrícola que começou o processo de modernização via mecanização. Lago (1990) indica que o forte crescimento ocorre principalmente via demanda interna, advindas das políticas setoriais tocadas pelo governo.

Conquanto, a I Crise do Petróleo de 1973 contribuiu para a crise de financiamento que ocorre tanto pelos déficits em transações correntes pelo aumento do preço do petróleo (o valor do barril quadruplicou no período), quanto pela dependência de alguns bens capital e insumos que tiveram seus preços aumentados internacionalmente, em especial pela desvalorização da moeda nacional, e impactaram à balança comercial brasileira.

Em termos econômicos, Mário Henrique Simonsen assumiu o Ministério da Fazenda e procurou fazer um ajustamento por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)¹³ em 1974. Foi o momento, conforme relata Gremaud,

¹³ O I PND foi promulgado 1972 e ainda levava em consideração um cenário econômico favorável e tinha como base o Programa de Metas e Bases para a Ação do governo de 1970. Tinha como principais objetivos duplicar até o início dos anos 1980 a renda per capita brasileira; expansão do PIB; aumento da taxa de investimento bruto, investimentos em áreas estratégicas (observam-se grandes obras no período como a usina hidrelétrica de Itaipu, a construção da rodovia transamazônica e da ponte Rio-Niterói); e colocar o Brasil, em uma década, dentro da relações de países desenvolvidos.

Vasconcellos e Toneto Jr (2002), em que o governo optou em continuar o projeto desenvolvimentista, por meio de um ajuste na estrutura de oferta, ou seja, não houve uma tentativa de diminuir a demanda, mas de modificar a estrutura produtiva do país, por meio da diminuição das importações e aumento da capacidade de exportação brasileira. Isso significou o financiamento estatal não mais na produção de bens duráveis, mas na tentativa de consolidação de uma indústria de bens de capital e de insumos básicos.

O II PND, por sua vez, apresentava semelhanças com planos anteriores ao defender a continuação do processo de substituição de importações, do combate ao processo inflacionário brasileiro, abertura da política externa, fomento do mercado interno e, mais ainda, também atendia a uma demanda antiga da base de sustentação do governo de descentralização espacial dos projetos de investimento.

A fim de garantir o sucesso do II PND, o Estado brasileiro acabou se comprometendo de forma cada vez maior em dívidas durante a década, o que acabou por deteriorar a capacidade de financiamento público e exterior no período posterior. Isso causou, de acordo com Hermann (2011b), o fim da era da política engendrada pelos governos de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), que só se consolidou com a eleição de Collor no começo dos anos 1990.

Novamente, é possível identificar no começo dos anos 1980 a piora dos indicadores econômicos, tais como a baixa taxa de crescimento do PIB, sendo que em 1981 e 1983 foram negativos (tabela 2), aumento descontrolado da inflação, desemprego. Isso contribuiu para o questionamento do próprio regime de governo. A mudança para uma democracia não significou a necessária estabilidade política para findar o período de ruptura institucional. Isso é importante, pois fica evidente que não necessariamente existe um momento político que marque de forma incisiva o fim dessa ruptura e se iniciem as reformas estruturais que “questionam” o modelo econômico anterior. Crises podem perpassar por períodos longos, como foi a crise econômica e política na década de 1980 no Brasil.

2.5.2 A década de 1980 e a recessão brasileira

O começo da década de 1980 é extremamente conturbado devido à segunda crise do petróleo em 1979 e pelas tentativas de ajuste conduzidas pelo governo Geisel (1974- 1978). Essa política acabou trazendo consequências econômicas para o Estado brasileiro em razão, entre outros, do aumento dos juros internacionais no fim da década. Além disso, o protecionismo da indústria brasileira teria reduzido a capacidade competitiva brasileira no mercado internacional, devido a sua obsolescência tecnológica, com isso, os aportes de capital estrangeiro no país teriam reduzido drasticamente.

Assim, a capacidade do Estado brasileiro na rolagem de sua dívida externa se viu limitada ao mesmo tempo que, paralelamente, passa a ocorrer um “crescimento exógeno dos encargos da dívida externa” como explica Hermann (2011b). Nesse contexto, a autora ainda indica que isso trouxe consequências para as contas públicas, pois se acabou adotando uma política de ajustes recessivos que deterioraram a percepção econômica interna, principalmente com o aumento inflacionário.

Do ponto de vista político, a euforia inicial com o processo de redemocratização, se vê frustrado quando a Proposta de Emenda à Constituição nº 5 (BRASIL, 1983), que previa eleições diretas para a presidência e prefeituras de cidades, foi derrotado no Congresso Nacional. Tancredo Neves foi eleito presidente, de forma indireta, pelo colégio eleitoral. No entanto, mesmo antes de sua posse, Tancredo passou por uma série de problemas de saúde e faleceu. Seu vice, José Sarney (1985-1990) assume o posto da presidência. Sarney, mesmo com forte resistência sofrida em razão da sua trajetória política estar relacionada aos militares (SENADO FEDERAL, 1984), assume o cargo e, como afirma Hermann (2011b, p. 99), “sem a legitimidade das urnas, Sarney buscou a legitimidade das ruas, com o Plano Cruzado”.

Ressalta-se que foi no governo Sarney que se criou o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), porém, como destacado por Manini (2015), o cenário econômico não era favorável, tendo o ministério “um dos menores orçamentos ministeriais” no qual, pesava ainda o fato de 36% ser gasto com pessoal.

Fato é que houve uma sucessão de planos econômicos¹⁴ que visaram conter a onda inflacionária e dar impulso na economia, por meio de ações que passaram pelo congelamento de preços e salários, políticas de desvalorização cambial, diversos acordos com o Fundo Monetário Internacional - FMI (para a cooperação financeira externa), tentativas de indexação, definição de reajustes de aluguel, entre outros, que não conseguiram dar resposta às tentativas de estabilização econômica.

Essa realidade não era exclusiva do Brasil. Boa parte da América Latina passava por processos semelhantes em sua política, com o fim das ditaduras militares e, na economia, com países com crescimento estagnado. Com isso, ganha força no debate econômico latino-americano soluções que se distanciavam do pensamento desenvolvimentista predominante até então.

2.6 Segunda Reforma Estrutural

O Brasil deriva de uma forte tradição desenvolvimentista após o fim da República Velha, havendo uma forte resistência ao liberalismo e suas ideias. Na década de 1980, essa relutância ainda persiste, seja com os militares, seja no governo Sarney, embora começasse paulatinamente uma pressão para que algumas ideias de econômicas de cunho liberal, principalmente as saídas do Consenso de Washington, e que vinham sendo adotada por países desenvolvidos como Estados Unidos e Inglaterra, fossem aplicadas no Brasil.

No entanto, na ordem política e econômica, não era só a resistência ao “novo”. Na prática, o modelo desenvolvimentista adotado se deparou com as limitações do próprio modelo, principalmente no que se refere à capacidade de financiamento realizada pelo próprio Estado (GIAMBIAGI, 2011)

Nesse sentido, a eleição de Fernando Collor em 1990 foi fundamental para o avanço das ideias que saíram do Consenso de Washington. Se por um lado, politicamente, Collor precisava se distanciar de seus oponentes políticos que estavam claramente alinhados às ideias desenvolvimentistas, por outro lado, ele conseguiu reunir em seu apoio “elites políticas, empresariais e intelectuais” que assimilaram as

¹⁴ No governo Sarney: Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987) e Plano Verão (1989).

ideias liberais como sinônimo da modernidade (BATISTA, 1994), embora, como indicado por Schneider (1992), seu mandato eleitoral não tivesse *a priori* intrinsecamente baseado em um mandato eleitoral de cunho liberal.

Logo no dia de sua posse, em 15 de março de 1990, Fernando Collor lançou o Plano Collor I, um conjunto de reformas econômicas e, principalmente, de tentativa de estabilização da inflação. Além das medidas econômicas já corriqueiras nos planos anteriores, como o congelamento de preços de bens e serviços, houve a tentativa de aumento da arrecadação com aumento de alguns impostos já existentes como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre obrigações Financeiras (IOF), além da criação de novos tributos. Outrossim, houve uma reestruturação ministerial com a redução do número de ministérios e a demissão de vários funcionários públicos porquanto da extinção de órgãos estatais. O câmbio se tornou flutuante no período. Porém, o Collor I se destaca principalmente pelo bloqueio das aplicações financeiras, acima de NCr\$ 50.000¹⁵, havendo um sequestro da liquidez da economia.

As críticas dos economistas da época foram duras, pois o plano não focava nas necessidades de ajuste fiscal, pelo contrário, foram na contramão dessa tendência. O sequestro da liquidez significou, no longo prazo, um problema para o governo brasileiro, pois houve a judicialização de ações pelas perdas financeiras devidas ao sequestro de poupanças.

O Plano ainda se apoiou nas ideias já favoráveis que vinham dos organismos internacionais de abertura comercial e privatização das empresas públicas, lançando a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) e o Programa Nacional de Desestatização (PND) e que talvez teriam maior impacto em longo prazo no país.

Em 1990, foi anunciada a PICE que, segundo Guerra (1997), se desdobrava em duas linhas de ação: *uma política de competitividade e uma política de concorrência*. Santos *e al* (1992) enumeram os principais objetivos do PICE:

¹⁵ Em torno de \$1.200 dólares ao câmbio da época (GIAMBIAGI, 2011).

- a. Inserção mais favorável da economia brasileira no Mercado externo;
- b. Elevação do nível de competitividade da indústria brasileira;
- c. Aumento da eficiência na produção e comercialização de bens e serviços mediante a modernização e reestruturação da indústria;
- d. Ampliação da participação do setor privado na produção de bens e serviços básicos, nos dispêndios de P&D e no financiamento da produção;
- e. Melhoria progressiva dos padrões de qualidade e preço no mercado interno. (SANTOS e al, 1992, p. 8)

Observa-se que eles estavam alinhados a ideia de uma maior integração do país no mercado internacional, por meio da entrada de capitais, maior competitividade e modernização da indústria, estando, dessa forma, o PICE alinhado às propostas do Consenso de Washington. Para tanto, era necessária uma maior abertura comercial brasileira e, paralelamente, uma política de incentivo à competição doméstica e desincentivo à monopólios, embora Guerra (1997) exponha que essas últimas se deram em menor intensidade do que a política de abertura comercial.

Consoante Castro (2011a), o PICE significou também um aumento dos gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), passando de 0,5% do PIB em 1989 para 1,3% do PIB em 1994, no entanto a autora enfatiza que a Política resultou em maior competição do que realmente em competitividade.

Paralelamente, o I PND, editado também em 1990, permitiu a privatização de 18 empresas durante o governo Collor. Conforme demonstra Rodrigues e Jurgenfeld (2019) a ideia era que os investimentos do Estado se concentrassem somente em setores que não houve o interesse privado. Assim, o PND permitiu esse movimento de transferência de empresas estatais, principalmente em setores como siderurgia, petroquímica, mineração e fertilizantes para a iniciativa privada.

De fato, o I PND foi visto pelo governo com muito mais otimismo no início do que realmente aconteceu na prática, pois durante a sua vigência ocorreu somente a privatização de 33 empresas federais, embora houvesse uma mobilização significativa para essa atividade, já que havia a pressão internacional pela privatização, um grau de

insatisfação elevado da população com os serviços prestados por estas empresas, havendo concomitantemente um discurso de melhoria da prestação dos serviços e eficiência com a privatização e, portanto, aumento da competitividade.

Castro (2011b) prenuncia as principais razões pela baixa adesão às privatizações no começo da década de 1990, como a necessidade de resolver a situação financeira das empresas antes de colocá-las a venda, os dificuldade de avaliar o valor real dos ativos em decorrência dos sucessivos planos econômicos, inflação e mudança de moeda, além disso a constituição não permitia a venda de certas estatais para estrangeiros e a credibilidade do governo que começou a cair após a continuidade dos problemas econômicos.

Já para autores como Abreu e Werneck (2014) a agenda de privatizações foi bem sucedida, principalmente pela atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e pela atuação da Comissão Diretora de Privatização formada, em sua maioria, por membros de fora do governo. Castro (2011b), no entanto, relata que foi somente no governo FHC que houve a edição de normas que simplificaram os processos de privatização, inclusive ampliando o seu escopo e setores como energia, telecomunicações, transporte e mineração foram os mais alcançados nessa nova onda.

O Plano Collor II de 1991 encontrou maior dificuldade de repercussão, tendo em vista uma série de escândalos político s inviabilizou a ação econômica do governo. O Plano se baseava na “racionalização dos gastos nas administrações públicas, do corte das despesas e da aceleração do processo de modernização do parque industrial” (Castro, 2011b, p. 141). Além disso, a fim de evitar o processo inflacionário, pretendia-se acabar com as formas de indexação da economia. Porém o desgaste governamental já culminara para a abertura de um processo de impeachment que só não se concretizou porque o presidente renunciou horas antes da derrota política.

Abreu e Werneck (2014) indicam que o governo Collor fracassou no que se refere à estabilização econômica, porém deu passos importantes para que seus sucessores a conseguissem ainda durante a década de 1990.

A entrada do vice-presidente, Itamar Franco (1992-1994), não significou grandes problemas de ordem política, não encontrando grandes resistências, até porque ele vinha em um processo de distanciamento gradual de Collor já durante o mandato. No campo econômico, houve uma alta rotatividade de Ministros da Fazenda, entre eles o futuro presidente FHC. Independentemente da quantidade de ministros, em 27 de fevereiro de 1994, por meio da Medida Provisória nº 434, foi implantado no governo Itamar Franco o Plano Real. Foi um plano ancorado em três fases: I) a de ajuste fiscal; II) a de Desindexação (via Unidade Real de Valor – URV) e; III) da âncora monetária. O sucesso no combate à inflação no período contribuiu para a eleição de FHC em 1994 e sua reeleição em 1998.

Além da política de estabilização econômica, Amann e Baer (2002) indicam que o neoliberalismo começou a se integrar o Brasil de forma mais internacional nas economias de mercado. O governo FHC também foi marcado por um período de reformas, ainda em sucessão à agenda econômica de Collor. Giambiagi (2011) enumera as mudanças mais relevantes que ele considera:

1. Privatização.
2. Fim dos monopólios estatais nos setores de petróleo e comunicações.
3. Mudança no tratamento do capital estrangeiro.
4. Saneamento do sistema financeiro.
5. Reforma (parcial) da Previdência Social.
6. Renegociação das dívidas estaduais.
7. Aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
8. Ajuste fiscal, a partir de 1999.
9. Criação de uma série de agências reguladoras de serviços de utilidade pública.
10. Estabelecimento do sistema de metas de inflação como modelo de política monetária.” (GIAMBIAGI, 2011, p. 181)

Dentro da ideia de reformas do Estado, que contemplou a criação de agências reguladoras, agências executivas e, no caso de C&T, o processo de publicização dentro do Programa Nacional de Publicização (PNP) para a criação de OSs, com uma forte influência e participação do Ministro do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), Bresser-Pereira. Assim, há uma intrínseca relação entre as mudanças econômicas do período a fim de garantir a estabilização, e as reformas que foram engendradas dentro do Estado para garantir o ajuste fiscal. Percebe-se que

parte da agenda liberal proposta para a América Latina acompanha as decisões econômicas de reestruturação do Estado da década 1990 no Brasil.

Nesse seguimento, é importante apresentar a antítese com as ideias desenvolvimentistas, que também permeavam os debates econômicos, tanto por uma tradição histórica prática brasileira heterodoxa de condução da economia pelo Estado, basta ver a influência desenvolvimentista a partir de Vargas (BIESLCHOWSKY, 1988), quanto para estabelecer a divisão que ocorre entre o grupo de desenvolvimentistas ao longo da década de 1990, qual seja, entre social-desenvolvimentistas e novos- desenvolvimentistas, e a condução da agenda por estes últimos nas reformas do Estado que foram tocadas.

É possível, dessa maneira, traçar um contraste com as ideias do primeiro ciclo de intervenção e reformas. Nesse as principais reformas estruturais promovidas pelo PAEG se concentram no fim da estabilidade dos funcionários privados, o fortalecimento das empresas públicas, a fim de garantir maior desburocratização, flexibilidade e autonomia por meio da administração indireta, ajustes fiscais, pela melhoria do sistema tributário, ampliação da abertura da economia ao capital externo e uma reforma do sistema financeiro.

Em certa medida, algumas políticas que foram defendidas pelo Consenso de Washington repetem o receituário das reformas promovidas pelo PAEG, tais como a necessidade de uma reforma tributária e ajuste fiscal. Porém, as reformas são muito mais profundas sobre o próprio Estado, pois a disciplina fiscal proposta impactou sobre qual deveria ser o tamanho desse Estado, o que afetou diretamente as discussões sobre os serviços públicos. Assim, as soluções passaram pela privatização de atividades econômicas que o Estado desenvolvia, bem como um rearranjo institucional com à sociedade civil a fim de publicizar atividades que eram desenvolvidas pelo Estado e passá-las à sociedade civil.

Se o liberalismo se renovou no Brasil no fim dos anos 1980/começo dos anos 1990, tendo como referencial fundamental as teses apregoadas pelo Consenso de Washington, o pensamento desenvolvimentista brasileiro também se realinhou a nova realidade ao longo da década, estabelecendo novos formatos as ideias econômicas

defendidas. No entanto, é preciso compreender que esse realinhamento não significou uma total ruptura com o modelo nacional-desenvolvimentista anterior.

O fim dos anos 1980, como já indicado, foi um período de perturbações econômicas, principalmente com às altas taxas de inflação no mercado interno e o não crescimento econômico, que levaram ao questionamento quanto à real efetividade das ideias desenvolvimentistas. A aplicação das ideias liberais nos anos 1990, no entanto, também foi bastante criticada, tanto por não ter quebrado paradigmas como a melhor eficiência, a partir das privatizações e da abertura econômica, que ocorriam lentamente e, portanto, não conseguiam responder de forma mais rápida às demandas por reais melhorias do cenário econômico, haja vista sucessivos planos econômicos fracassados e o arresto das aplicações financeiras que gerou um descontentamento generalizado. Amann e Baer (2002) indicam também um elevado grau de insatisfação com o baixo crescimento econômico, bem como os problemas sociais que persistiam, principalmente pela alta concentração de renda.

2.7 Síntese do Segundo Ciclo

O período desenvolvimentista do segundo ciclo ficou conhecido como “milagre econômico” e foi caracterizado por medidas intervencionistas do Estado na economia, em especial com o objetivo de alterar a estrutura produtiva do país, com o fortalecimento de uma indústria de bens de capital e de insumos básicos. É, portanto, a ideia do processo de industrialização por substituição de importações modernizado. O Estado continua agindo como o grande promovedor econômico nacional. Como é possível observar na Tabela 2, o período entre 1968 a 1980 apresentou uma média de PIB de 8,92% e de inflação de 36,34% ao ano.

Novamente, quando o Estado apresenta problemas de financiamento, no caso, principalmente devido à crise do petróleo, não consegue sustentar seus gastos e tem-se um período de ruptura institucional. Nota-se um período de baixo crescimento econômico, desemprego e inflação. Na Tabela 2 observa-se que no período, a taxa de crescimento foi de apenas 1,63% ao ano. Já a inflação ficou em torno de 768%. Politicamente, isso foi representado pelo fim da ditadura militar, o processo de redemocratização brasileiro, a construção de uma nova constituição, eleições e o impeachment de Fernando Collor. Tem-se, portanto, uma década que economicamente

foi marcada por crises e vários planos econômicos que fracassaram e, politicamente, instabilidade.

Se o governo Collor foi quem de forma mais agressiva tentou estabelecer as reformas estruturais, é somente no governo FHC que elas se consolidam por meio do plano real, do ajuste fiscal, em especial com a LRF, e das reformas administrativas promovidas pelo seu governo. A inflação do período fica em 11,95% e a taxa de crescimento do PIB gira em torno de 2,52%, conforme demonstrado na Tabela 2 **Erro!** **Autoreferência de indicador não válida.:**

Tabela 2- Taxa de Crescimento do PIB X Inflação no 2º Ciclo

Ano	Presidente*	Taxa de Crescimento do PIB	Inflação
Período Desenvolvimentista			
1968	Costa e Silva	8,80%	26,70%
1969	Costa e Silva	9,50%	20,1%
1970	Médici	10,40%	16,40%
1971	Médici	11,30%	20,30%
1972	Médici	12,10%	19,10%
1973	Médici	14,00%	22,70%
1974	Ernesto Geisel	9,00%	34,80%
1975	Ernesto Geisel	5,20%	33,90%
1976	Ernesto Geisel	9,80%	47,60%
1977	Ernesto Geisel	4,60%	46,20%
1978	Ernesto Geisel	4,80%	38,90%
1979	João Figueiredo	7,20%	55,80%
1980	João Figueiredo	9,20%	110,00%
Média do Período		8,92%	36,34%
Ruptura Institucional			
1981	João Figueiredo	-4,50%	95,20%
1982	João Figueiredo	0,50%	99,72%
1983	João Figueiredo	-3,50%	210,99%
1984	João Figueiredo	5,30%	223,81%
1985	José Sarney	7,90%	235,11%
1986	José Sarney	7,60%	65,03%
1987	José Sarney	3,60%	415,83%
1988	José Sarney	-0,10%	1037,56%
1989	José Sarney	3,30%	1782,89%
1990	Fernando Collor	-4,40%	1476,71%
1991	Fernando Collor	1,03%	480,23%
1992	Fernando Collor	0,54%	1157,84%

1993	Itamar Franco	4,92%	2708,17%	
Média do Período		1,63%	768,39%	
Reforma Estrutural				
1994	Itamar Franco	5,95%	1093,89%	
1995	FHC	4,22%	14,78%	
1996	FHC	2,66%	9,34%	
1997	FHC	3,27%	7,48%	
1998	FHC	0,13%	1,70%	
1999	FHC	0,79%	19,98%	
2000	FHC	4,38%	9,81%	
2001	FHC	1,31%	10,40%	
Ano	Presidente	Taxa de Crescimento do PIB	Inflação	
2002	FHC	1,93%	26,41%	
2003	Lula	0,54%	7,67%	
Média do Período		2,52%	11,95***%	Elaborado pela autora com dados extraídos de BAER (2009) a partir da Conjuntura Econômica, IBGE, 2003.

* Quando houve mais de um presidente no mesmo ano, considerou-se o presidente com maior tempo de governo naquele ano

** Foi desconsiderado nessa média o ano de 1994, uma vez que a consolidação do plano de estabilidade econômica por meio do plano real se inicia em 1995. Se considerarmos a inflação de 1994, a média inflacionária do período será de 120,15%

2.8 Terceiro Ciclo

A eleição em 2002 de Luiz Inácio “Lula” da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT) foi percebida com bastante euforia. De um lado a massa de eleitores que apostaram em mudanças, transformações sociais, significativas de uma sociedade, conforme mencionado, marcada por desigualdades estruturais históricas e, de outro lado, o mercado financeiro que analisavam com desconfiança a eleição de um presidente de esquerda. Todavia, a eleição de Lula não significou uma ruptura da política econômica de FHC, nem com a estrutura política, principalmente ao escolher como vice-presidente na composição de sua chapa José de Alencar¹⁶, do partido liberal (PL), reforçando a ideia do “Lulinha Paz e Amor”, e mantendo as bases do

¹⁶ Quando convidado para compor a chapa com o PT, José Alencar estava sem partido, porém era empresário e representava o discurso moderado que Lula trouxe para a eleição de 2002, após ter perdido três eleições presidenciais.

sistema partidário em que estavam alicerçadas a *democracia liberal burguesa* (Pinto e Teixeira, 2012; Novelli, 2010).

A manutenção da política econômica de FHC por Lula se fundamentou principalmente na manutenção da estabilidade macroeconômica, adotada a partir de 1999, por meio do tripé: metas de inflação, câmbio flutuante e meta fiscal. Giambiagi (2011b) indicou que as decisões tomadas no começo do governo Lula enfatizaram esse caráter de continuidade da política econômica em relação à FHC, em especial, a nomeação de Henrique Meirelles para o Banco Central, as políticas anti-inflacionárias, a definição de metas desafiadoras de superávit primário, o aumento da taxa SELIC e uma política de corte nos gastos públicos. Essa série de fatores contribuiu para que o presidente adquirisse a confiança de uma ala econômica que temia o seu governo.

A despeito da manutenção da política macroeconômica, a melhoria dos indicadores econômicos, após passada a euforia inicial da eleição e primeiro ano de governo, contribuíram para uma série de políticas que melhoraram a distribuição de renda nacional tais como o aumento real de salário mínimo e o fortalecimento de políticas sociais, como o Bolsa Família. Assim, a década dos anos 2000 foi denominada por Serrano e Summa (2018) como a “Breve Era de Ouro”, ou seja, um processo de crescimento com inclusão social na economia brasileira, similar ao ocorrido nos países centrais pós-guerra, embora esses últimos tenham se dado em caráter muito mais intenso e longo e intenso do que o vivenciado em território nacional.

Nessa esteira, conforme indica Giambiagi (2011b), um novo papel do Brasil dentro do cenário internacional começou a se delinear durante o governo Lula, principalmente motivado pelos seguintes fatores:

- i) a crescente importância da economia chinesa no mundo;
- ii) a afeição das economias emergentes por produtos dos quais o Brasil tornara-se um grande produtor;
- iii) as potencialidades associadas à exploração do etanol;
- iv) as descobertas do petróleo do pré-sal;
- v) os efeitos indiretos da crise de 2009 sobre a imagem do país; e, “last but not least”;

vi. a escolha do Brasil para ser sede da Copa do Mundo de 2014 e do Rio de Janeiro como local de Olimpíadas de 2016. (GIAMBIAGI, 2011b, p. 225)

Conforme já delimitado no capítulo 1, o desenvolvimentismo enquanto corrente teórica se moderniza, surgindo, com a própria prática econômica, duas novas vertentes: o Novo-Desenvolvimentismo, analisado hoje como o modelo seguido pelo governo Lula, principalmente após 2003; e o Social-Desenvolvimentismo, tocado pelo governo Dilma. As duas vertentes significaram, do ponto de vista econômico, um retorno do Estado indutor a fim de “viabilizar as mudanças estruturais rumo a (re)industrialização, resultando, assim, na transformação social”, como indica Fonseca (2014) e Bielschowsky (2015) apud Prates, Fritz e Paula (2017, p.190).

Fato é que, paulatinamente, desde FHC, o papel do Estado começa a ser rediscutido, no que tange à sua atuação na economia. Se no desenvolvimentismo clássico o Estado era fundamental como indutor econômico, a partir do Consenso de Washington, o Estado deveria atuar de forma mínima. Logo, uma *forma híbrida* de atuação do Estado vai surgindo dentro do cenário brasileiro, e constitui o Estado como necessário para o crescimento econômico e nas decisões das políticas públicas. De acordo com Sicsú, Paula e Michel (2007) não se trata aqui de uma redução do Estado, pelo contrário, ele deve estar fortalecido para conseguir promover uma “estratégia nacional de desenvolvimento”, portanto ele deve estar financeiramente bem e a manutenção do tripé econômico dá a margem de segurança para isso.

Isto posto, é preciso analisar que o governo FHC, no qual Bresser Pereira foi Ministro do MARE e do MCT, adotou uma forte política de privatização (bem maior do que a iniciada por Collor), regulação e ajuste fiscal, principalmente baseada na crítica ao tamanho do Estado e sua eficiência. Esse é um discurso que surge fortemente no começo da década, por uma influência do liberalismo que vinha sendo pregado para a América Latina, e serve como justificativa para as tentativas de redução do Estado.

Esse é um ponto fundamental que estabelece os limites do novo desenvolvimentismo quanto ao papel do Estado na economia. O Estado deveria ser reformado, como forma de fazer o ajuste fiscal necessário. A bem do desenvolvimento nacional, aquilo que pudesse ser apropriado pela iniciativa privada

deveria sofrer a retração do Estado, enquanto as atividades não-exclusivas, mas que tivessem relevante interesse público, como era o caso da ciência e tecnologia, deveriam ser fomentadas (BRASIL, 1997b). Para tanto, houve a criação do PNP, com o objetivo de passar parte da responsabilidade do fomento a C&T ao terceiro setor, ao mesmo tempo em que se tentava promover as medidas para contenção dos gastos públicos por meio da política de redução de pessoal (servidores públicos).

Por óbvio, havia uma expectativa de que as atividades de ciência e tecnologia fossem paulatinamente também financiadas pelo setor privado de forma mais contundente. Esse processo também significou uma desburocratização para quem aderiu ao modelo de organização social, uma vez que elas não precisam seguir processos tão rígidos de controle e prestação de contas.

O início do governo Dilma também significou uma migração ao social-desenvolvimentismo. Singer (2015) indicou que “nova matriz econômica”, de caráter anticíclico adotado por Dilma abrangia redução de juros, desonerações das folhas de pagamento, uso intensivo do BNDES, desvalorização do real, proteção do produto nacional, controle de capitais, reforma do setor elétrico, plano de infraestrutura e a aposta na reindustrialização. As jornadas de 2013 foram um baque no governo Dilma. Pesquisa do Datafolha da época indicam que a popularidade da presidente caiu 27 pontos em três semanas¹⁷.

A reeleição de Dilma Rousseff foi conquistada após uma série de promessas no campo econômico que iam na contramão de seu principal adversário. No entanto, com a nomeação de Joaquim Levy para Ministro da Fazenda, houve uma sinalização de ruptura com a própria base que a elegeu e que teve suas expectativas frustradas com a nova política econômica iniciada, que tinha como base uma série de medidas com vistas a um “ajuste fiscal” da economia brasileira (MELLO e ROSSI, 2018).

Mello e Rossi (2018) ainda apontam que principais medidas tomadas pelo governo significaram uma forte contração fiscal, por meio de corte nos gastos

¹⁷ Pesquisa publicada na Folha de São Paulo em 29 de junho de 2013. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>

públicos, afetando o investimento público, o que desacelerou à economia. Concomitantemente, houve um aumento da taxa de juros e redução nas fontes de crédito, deteriorando cada vez mais o cenário econômico, fechando-se o ano com um Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 10,67%.

Por fim, o cenário político também se agravava com denúncias que envolviam uma série de atores econômicos e políticos no Brasil, como a Petrobrás e as principais construtoras nacionais, e relacionavam à corrupção estatal e desvios de dinheiro público a uma série de partidos, entre eles o próprio partido político da presidente, o Partido dos Trabalhadores (PT). A saída dos principais partidos da base política que formavam o governo Dilma viabilizou o pedido de impeachment da presidente e significou uma nova mudança no modelo de estruturação econômica brasileira.

2.9 Terceira Reforma Estrutural

Após o impeachment de Dilma Rousseff, o seu vice-presidente, Michel Temer completou o mandato restante. A partir dele, iniciou-se uma série de mudanças econômicas que se vem se consolidando de forma mais pujante desde a eleição de Jair Bolsonaro. O então candidato à presidência, Jair Bolsonaro, conseguiu um amplo apoio dos setores econômicos brasileiros após anunciar Paulo Guedes como Ministro da Economia. Oriundo da Universidade de Chicago e alinhado ao setor financeiro, Paulo Guedes é um dos principais pilares do governo e defende uma política econômica de redução do Estado na economia, bem como nas relações privadas de mercado.

Por certo, uma série de medidas econômicas vem sendo tomadas que tentam diminuir o tamanho do Estado na economia, com a justificativa de dinamizar a economia brasileira que enfrenta dificuldades no seu crescimento desde 2015. As mudanças que estão em curso são justificadas por Paulo Guedes: “o governo Bolsonaro está *‘removendo os arpões que travavam o crescimento’* do país, citando o descontrole fiscal” (QUINTINO, 2020).

Destacam-se as seguintes reformas nos últimos anos: a reforma trabalhista¹⁸ que resultou em flexibilização à legislação trabalhista, reforma previdenciária, aprovada no

¹⁸ Aprovada ainda durante o governo Michel Temer do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)

fim de 2019 e que criou idade mínima para a aposentadoria e outros critérios que tornam mais rígido o acesso aos benefícios previdenciários. Além disso, há a previsão de uma reforma administrativa, a fim de acabar a estabilidade dos servidores públicos e criar formas de contratação na administração pública que facilitem a demissão; uma reforma tributária que promete facilitar a descentralização de recursos para estados e municípios.

O governo Bolsonaro ainda se comprometeu com uma política de privatização de empresas estatais, uma diminuição do Estado por meio da venda de ativos, o leilão de reservas de petróleo via cessão onerosa¹⁹. Ainda no governo Temer, houve a aprovação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos que estabeleceu um teto aos gastos públicos nos próximos 20 anos em que o valor a ser gasto em um ano deverá ser o valor gasto no ano anterior, corrigido apenas pela inflação (IPCA). Além disso, uma série de medidas tem sido tomadas de forma a diminuir os gastos governamentais, o que enfatiza a existência de uma nova reforma econômica estrutural.

2.10 – Síntese do Terceiro Ciclo

Após as várias reformas realizadas nos anos 1990, o começo do século XXI inaugurou um momento para o financiamento estatal. É claro que as ações não significaram um modelo desenvolvimentista puro e similar ao adotado anteriormente. Os instrumentos foram modernizados, assim como a discussão e sua aplicação prática. Tanto o novo quanto o social desenvolvimentismo conseguiram trazer uma nova dinâmica, conforme explicado por Fritz, Paula e Prates (2020):

compartilhar o objetivo de combinar crescimento econômico sustentado com reestruturação produtiva e distribuição de renda, dando ao Estado um papel ativo. Contudo, divergem quanto à prioridade dada às políticas para atingir esse objetivo. A abordagem do novo desenvolvimentista se concentra no gerenciamento de uma taxa de câmbio competitiva para obter um excedente de exportação de manufaturados e criação de emprego no setor industrial. A variedade desenvolvimentista social favorece políticas redistributivas para promover a demanda doméstica e o investimento doméstico diversificado. (FRITZ, PAULA e PRATES, 2020, p. 26)²⁰

¹⁹ Ocorrida no fim de 2019.

²⁰ Tradução da autora.

Complementarmente, como é possível observar na Tabela 3, no período entre 2004 e 2013, o Brasil conseguiu sustentar uma taxa de crescimento do PIB e uma inflação anuais controlados. No entanto, a partir do momento em que a taxa de crescimento do PIB não cresce e, pelo contrário, gera um período de recessão, iniciam-se os processos de ruptura institucional. Embora a inflação no período não tenha sido exorbitante, em 2015 ela ultrapassa os dois dígitos e logo no ano seguinte, a presidente sofreu um processo de impeachment.

Constata-se, portanto, um padrão nos indicadores econômicos, corroborando a hipótese de quebra do período desenvolvimentista, devido ao baixo crescimento econômico, aumento do desemprego e a redução da capacidade de financiamento do Estado que leva a uma ruptura institucional.

As promessas de reformas do governo Bolsonaro podem indicar que já se iniciou uma última fase do ciclo, ou seja, a de reformas estruturais e, portanto, os últimos dois anos foram considerados nessa análise como parte dessa fase. Abaixo, a Tabela 3 indica de forma mais detalhada essas fases:

Tabela 3 - Taxa de Crescimento do PIB X Inflação no 3o Ciclo

Ano	Presidente	Taxa de Crescimento do PIB*	Inflação**
Período Desenvolvimentista			
2004	Lula	5,8%	7,60%
2005	Lula	3,2%	5,69%
2006	Lula	4,0%	3,14%
2007	Lula	6,1%	4,46%
2008	Lula	5,1%	5,90%
2009	Lula	-0,1%	4,31%
2010	Lula	7,5%	5,91%
2011	Dilma Rousseff	4,0%	6,50%
2012	Dilma Rousseff	1,9%	5,84%
2013	Dilma Rousseff	3,0%	5,91%
Média do Período		4,1%	5,53%
Ruptura Institucional			
2014	Dilma Rousseff	0,5%	6,41%
2015	Dilma Rousseff	- 3,5%	10,67%
2016	Michel Temer	-3,3%	6,29%
2017	Michel Temer	1,3%	2,95%

Média do Período		-1,25%	6,58%
Reformas Estruturais			
2018	Michel Temer	1,3%	3,75%
2019	Jair Bolsonaro	1,1%	4,31%
Média do Período		1,2%	4,03%

Elaborado pela autora com dados extraídos de IBGE, 2020.

* Os dados da taxa de crescimento do PIB anual foram extraídos do site do IBGE, em 23 de março de 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados>

** Para a Inflação, foi utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os dados da Inflação por ano foram coletados do site do IBGE, séries históricas, em 23 de março de 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>

2.11 Conclusão

Desde que o Estado passou a atuar fortemente na economia, ainda na década de 1930, como um *agente consciente* no campo econômico, observa-se a alternância de projetos de desenvolvimento que combinam ações econômicas, ora com a ideia de um Estado mais forte, que conduz ao desenvolvimento econômico, seja por políticas de industrialização, de inovação tecnológica ou de um agente na distribuição de renda, ora atuando para diminuir esse Estado, em especial por crises em seu próprio financiamento. Caracterizamos essa alternância em três fases: a) um período desenvolvimentista, que tem um caráter intervencionista; b) uma fase de ruptura institucional, em que esse Estado não consegue mais se sustentar, o que gera uma crise política; e, por fim, uma fase de reformas estruturais para mudança no arcabouço de atuação estatal.

Defende-se que o Brasil já passou duas vezes por esse ciclo e encontra-se em um terceiro ciclo, em seu momento de reforma estrutural, conforme consta na Tabela 4. Os principais indicadores para a situação atual são o estabelecimento de um teto dos gastos públicos, uma reforma trabalhista em 2018, a reforma previdenciária em 2019 e a promessa de reforma administrativa, no pacto federativo e tributária.

Tabela 4- Síntese

PRIMEIRO CICLO				
Fase	Nome da Fase	Período	Caracterização da Fase	Desempenho Esperado
1	Período Desenvolvimentista	Décadas de 1950 até 1962	<ul style="list-style-type: none"> • Medidas intervencionistas, aumento do Estado - industrialização por substituição de importações (ISI) - Plano de Metas 	Crescimento, inflação contida
2	Ruptura Institucional	1963 e 1964	<ul style="list-style-type: none"> • Crise Política - Ditadura Militar 	Baixo crescimento, Desemprego, inflação alta
3	Reformas Estruturais	1964/5 a 1967	<ul style="list-style-type: none"> • Reformas econômicas - Reforma Administrativa: Decreto Lei nº 200/67 	Desemprego, contenção da inflação
SEGUNDO CICLO				
Fase	Nome da Fase	Período	Caracterização da Fase	Desempenho Esperado
1	Período Desenvolvimentista	1968 a 1980	<ul style="list-style-type: none"> • Medidas intervencionistas, aumento do Estado - II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) 	Crescimento, inflação contida
2	Ruptura Institucional	1981 a 1993	<ul style="list-style-type: none"> • Crise Política - Fim da ditadura militar - Redemocratização - Impeachment 	Baixo crescimento, Desemprego, inflação alta
3	Reformas Estruturais	1994 a 2003	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma econômicas - Reforma Administrativa: Privatizações, Lei de OS, agências executivas 	Desemprego, contenção da inflação
TERCEIRO CICLO				
Fase	Nome da Fase	Período	Caracterização da Fase	Desempenho Esperado
1	Período Desenvolvimentista	2004 a 2013	<ul style="list-style-type: none"> • Medidas intervencionistas, aumento do Estado - Novo Desenvolvimentismo - Social Desenvolvimentismo 	Crescimento, inflação contida
2	Ruptura Institucional	2014 a 2017	<ul style="list-style-type: none"> • Crise Política - Impeachment 	Baixo crescimento, Desemprego, inflação alta
3	Reformas Estruturais	2018 em diante	<ul style="list-style-type: none"> • Reformas econômicas - Proposta de nova reforma administrativa 	Desemprego, contenção da inflação

Elaborado pela autora

3. A Reforma Gerencial dos anos 1990 e o modelo de Organizações Sociais e seu uso em C&T

Com a dificuldade de financiamento de sua própria estrutura, questiona-se a atuação da administração pública brasileira e a forma como ela está disposta. A primeira grande estruturação do setor público brasileiro e seu corpo burocrático ocorreram efetivamente durante o governo Vargas, porém, outras reformas administrativas foram sendo realizadas nos momentos de crise do Estado, principalmente em busca de um modelo mais eficiente, seja de gestão pública, seja no gasto de recursos públicos.

Em geral, como será demonstrado ao longo do capítulo, as justificativas de redução do seu tamanho se centram na necessidade de redução dos custos de manutenção deste Estado como forma de complementar os ajustes fiscais promovidos em momentos de crise, uma necessidade de diminuição do Estado a fim de possibilitar à iniciativa privada a concorrência em áreas antes dominadas pelo setor público, principalmente em setores da esfera produtiva, e que, por isso, dificultam o ingresso de empreendedores de mercado naquele setor, ou ainda, a própria disfuncionalidade que o setor público gera ao se tornar um fim em si mesmo, ou seja, a burocracia trabalha para si mesma, preocupada exageradamente com os processos, o que deixa a sua ação mais lenta e onerosa.

Após momentos de crise política, tem-se propostas de reforma estruturais, entre elas a reforma administrativa, que assumiu diferentes contornos conforme características econômicas, políticas e históricas próprias. Um dos pontos propostos em várias discussões recentes dentro do governo trata-se de uma ampla reforma administrativa²¹. A última grande reforma desse tipo vivenciada no Brasil ocorreu durante o governo FHC e trouxe uma série de mudanças na forma de gerenciamento do Estado. Dentre a reforma promovida na década de 1990, um dos pontos propostos é o de fomento de um setor público não-estatal, em uma parceria governo e sociedade

²¹ Ainda não houve uma proposta formalizada de reforma administrativa do governo federal, no entanto, é possível encontrar várias declarações do atual ministro da economia e do presidente da república que defendem a medida. Os principais pontos de discussão pautados se referem à estabilidade do servidor público, as promoções e progressões exclusivamente por tempo de serviço e vantagens de alguns cargos. (FERNANDES, 2020; BARBOSA, 2020; SOARES, 2020)

(BRASIL, 1997a). Para tanto, haveria a qualificação de OSs, entidades privadas, que seriam fomentadas pelo Estado para atuação em determinadas áreas, com intuito de melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços.

Passados vinte anos desde a promulgação da Lei 9.637, de 15 de maio de 2018, que autorizou a qualificação de OSs e criou o PNP, uma série de OSs foram fomentadas no Brasil. O objetivo desse capítulo é apresentar aspectos gerais do financiamento em C&T e das principais reformas administrativas já realizadas no Brasil, em especial, a reforma administrativa da década de 1990, que introduziu o modelo de OS. Além disso, o capítulo busca explorar as OSs que são supervisionadas pelo MCTI e são o objeto de estudo desta tese.

Para tal fim, o capítulo está subdividido em cinco seções. A primeira seção apresenta um apanhado do financiamento em C&T no Brasil nas últimas décadas. A segunda seção demonstra as duas primeiras reformas administrativas no Brasil: uma no governo Vargas e outra durante o regime militar. Já a terceira seção demonstra como se deu a reforma administrativa brasileira, por meio do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado. A quarta seção disserta sobre o modelo de OS, mostrando sua estruturação e as OSs em ciência e tecnologia que são o objeto de estudo dessa tese. Por fim, a quinta seção introduz as UPs, estruturas da administração pública direta, e que servirão de parâmetro de comparação com as OSs.

3.1. O Financiamento em C&T

Há indícios de esforços inovativos no Brasil desde o século XIX, ligados principalmente à agricultura e à saúde (DAHLMAN e FRISCHTAK, 1993, PÓVOA e CABELLO, 2016; CRUZ e TAVARES, 1986; RODRIGUES, 1973; SCHWARTZMAN, 1995) mas foi somente com seu processo de industrialização e especialmente no pós-guerra que uma política governamental voltada para o fomento desse tipo de atividade surgiu de forma clara, sendo reforçada e instrumentalizada nas décadas seguintes.

O processo de industrialização focou na indústria pesada e baseou-se em instrumentos de proteção da indústria nascente e tratamento especial para investidores estrangeiros, além da criação de órgãos atuantes na política e no fomento da ciência e tecnologia.

Segundo Schwartzman (1995, p. 245), difundiu-se a ideia de que “a pesquisa científica, se suficientemente apoiada, seria decisiva para resolver os problemas do desenvolvimento, e que a própria organização do Estado e da sociedade brasileiros deveriam ser pautados pelos princípios e normas da racionalidade científica.”

Havia uma preocupação também de direcionar os esforços e alinhá-los ao processo de desenvolvimento em curso e em como transformar o investimento de empresas estrangeiras em pesquisa (SALLES FILHO, 2002). Melo (2009) atenta para a participação pífia do mercado financeiro no financiamento da inovação, o que necessitou de forte participação estatal. Segundo esse autor, inicialmente o BNDES se encarregou de tal fim, mas órgãos específicos foram instrumentos e órgãos específicos foram criados como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) na década de 1960 e a FINEP.

No final da década, foi criado o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), ao qual coube o FNDCT para financiá-lo. A partir daí, foram propostos planos que buscavam estruturar a atuação e o financiamento dos esforços de incentivo ao desenvolvimento tecnológico. Buscava-se incentivar áreas prioritárias, o desenvolvimento de recursos humanos, o aumento da oferta de recursos de C&T e fortalecimento da infraestrutura tecnológica e da capacidade de inovação das empresas, aceleração de transferência de tecnologias em um sistema integrado com os diversos agentes atuantes. Foram três Planos Nacionais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: I PBDCT – 1973-1974; II PBDCT – 1975-1979; e III PBDCT – 1980-1985.

Na visão de Schwartzman (1995), esse período tinha quatro características: a abundância de recursos, fruto do bom momento econômico vivido pelo país; o formato flexível e descentralizado das iniciativas, desburocratizando os processos; a existência de uma tensão entre uma política científica e tecnológica nacionalista versus uma política de desenvolvimento aberta ao capital estrangeiro que teve como resultado um viés academicista e não prático dos resultados da pesquisa nacional; e, por fim, a não atenção à avaliação e acompanhamento de projetos.

Ainda assim, com os planos, tentava-se unificar e harmonizar políticas (ALBUQUERQUE, 2004). Institucionalmente, a evolução se iniciou com a criação da

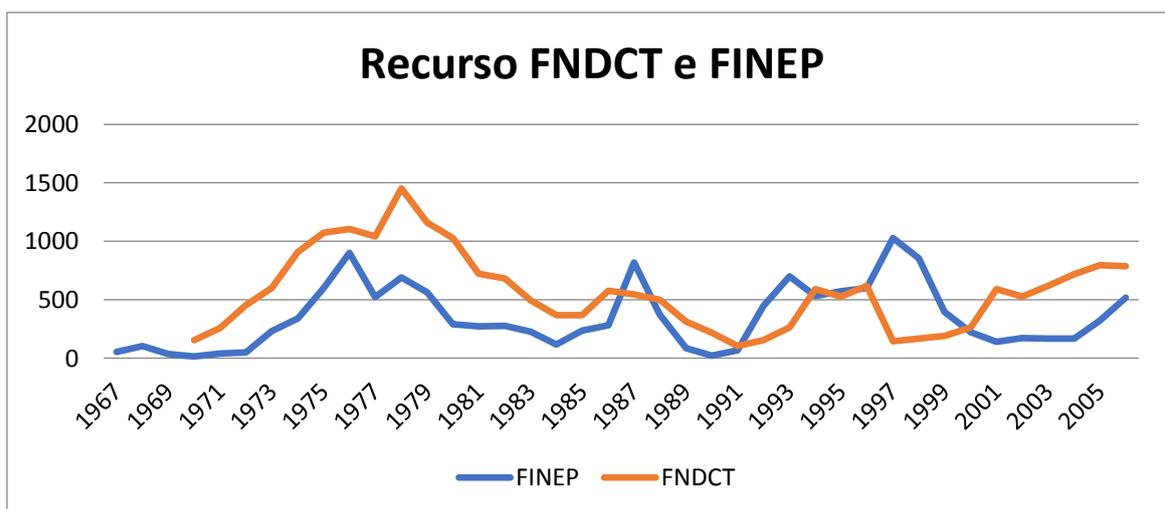
Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) no Ministério de Indústria e Comércio em 1972. Seu objetivo era administrar os programas de P&D e o sistema de propriedade intelectual, o financiamento, coleta de informações de atividades de C&T entre outros. No entanto, talvez o principal momento tenha ocorrido em 1985, com a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia, como uma tentativa de alavancar o setor, pelo menos em termos institucionais.

Em termos de financiamento, o modelo inicialmente utilizado era baseado principalmente em recursos orçamentários e contrapartida de empréstimos internacionais. Os recursos do FNDCT eram voltados para o financiamento de instituições de pesquisa (não reembolsáveis) e os da FINEP de empresas (reembolsáveis). A FINEP usa de empréstimos subsidiados e outros instrumentos de financiamento para incentivar atividades de desenvolvimento tecnológico. Dahlman e Frischtak (1993) argumentam que a efetividade das ações da FINEP em suas primeiras décadas de ação foi limitada por critérios rígidos de empréstimo e por questões burocráticas que se desencontram com as especificidades de firmas em busca de financiamento de atividades tecnológicas. Eles afirmam que até a década de 1980, o setor público foi responsável por entre 70 a 90% do financiamento de P&D no Brasil. Os investimentos totais em P&D em termos absolutos apesar de altos para países subdesenvolvidos seriam baixos quando comparados em termos relativos a países desenvolvidos.

Melo (2009) mostra que a segunda metade da década de 1970 foi particularmente favorável ao financiamento do desenvolvimento tecnológico no Brasil, com queda e forte oscilação a partir da década de 1980. Dahlman e Frischtak (1993) também observam essa perda de dinamismo. Schwartzman (1995, p. 241) também aponta que a trajetória de ações para o desenvolvimento tecnológico seguiu a do resto do país como um todo: “um curto período de grande expansão e otimismo, que coincide paradoxalmente com os anos dos governos militares, seguidos por crise e depressão, que se instalam no início dos anos 80 e continuam até o presente.” Schwartzman (1995) chama a atenção para uma questão política também, em que C&T deixa de ser prioritário frente a outras necessidades.

O Gráfico 1 mostra a evolução dos recursos do FNDCT e da FINEP entre 1967 e 2006:

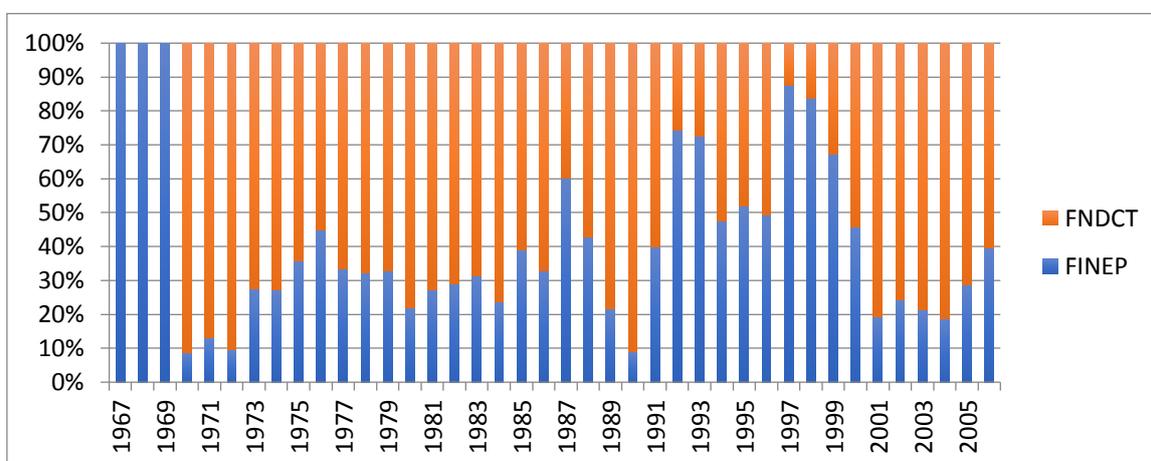
Gráfico 1 - Evolução dos recursos do FNDCT e da FINEP entre 1967 e 2006



Fonte: Melo (2009). Valores atualizados pelo IPCA de dezembro de 2006.

Em alguns anos, a FINEP foi capaz de compensar a retração de recursos do FNDCT, com financiamentos reembolsáveis ou empréstimos internacionais, mas Melo (2009) observa a tendência de queda de participação dos recursos do FNDCT – que eram não reembolsáveis e de livre aplicação - a partir do final da década de 1980. A exclusividade para empresas de capital nacional é abandonada também. O Gráfico 2 mostra a distribuição relativa de recursos da FNDCT e da FINEP entre 1967 e 2006:

Gráfico 2 - Distribuição Relativa dos recursos do FNDCT e da FINEP entre 1967 e 2006



Fonte: Melo (2009).

Dahlman e Frischtak (1993) creditam a dificuldade de recursos ao choque do

petróleo da década de 1970 e ao ajuste postergado, ao aumento das taxas de juros e à crise da dívida na década de 1980, levando a problemas de financiamento e recessão. Ressaltam também problemas de alocação de recursos devido a barreiras governamentais e incentivos mal organizados, estrutura produtiva heterogênea e poucos produtores. Albuquerque (2004, p. 201) também descreve “instabilidade” no sistema de C&T na década de 1980, relacionando-a também à recessão além da “incerteza quanto às dotações orçamentárias, ao acirramento da competição por recursos públicos e ao crescente clientelismo político”.

Já Melo (2009) chama a atenção que a criação do Ministério não se traduziu em uma revitalização dos recursos para a área. Na década de 1990, com recursos do BID e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), houve uma folga temporária. Melo (2009, p. 103) enfatiza a insuficiência dessas tentativas, apontando a “necessidade de reformular as fontes de recursos para o FNDCT, pelo esgotamento da capacidade fiscal do Estado brasileiro derivado da política de ajuste macroeconômico para a estabilização de preços.” O grande problema era a necessidade existente de financiamento do investimento em inovação das empresas nacionais e a renovação constante da infraestrutura nas instituições de pesquisa científica e tecnológica e que não podiam depender de uma fonte instável e oscilante de recursos (PACHECO, 2007). Dahlman e Frischtak (1993) já observavam na década de 1980 as dificuldades de firmas brasileiras de se engajarem em atividades de pesquisa de forma autônoma.

Em 1997, a partir da criação dos fundos setoriais, pode-se falar em nova mudança institucional, que modificou a forma em que recursos voltados para inovação e desenvolvimento tecnológico eram geridos no Brasil. Segundo Melo (2009, p. 104), os fundos foram “a solução encontrada para tentar eliminar a restrição fiscal (...) [com] a criação de contribuições para fiscais, aproveitando a lacuna legal aberta com a aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e sua vinculação à área da saúde.” O primeiro fundo foi criado em 1997, a partir da vinculação de parte dos royalties do petróleo. KOELLER et al (2016, p.17) atentam para a necessidade de diversificação dos gastos pelo Ministério também: “o Ministério da Ciência e Tecnologia apresentava como principal justificativa a necessidade de ampliar a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para além dos dispêndios em P&D realizados pelo CNPq, porque estes estariam vinculados à pesquisa básica.”

Pacheco (2007, p. 192) chama a atenção para a importância do final da década de 1990, do ponto de vista institucional, para a tentativa de mudança de modelo de financiamento e revitalização de recursos para o setor: “A ênfase dada pelo Governo Federal do Brasil, no período 1999 a 2002, às políticas de incentivo à inovação tem poucos precedentes. Em um curto espaço de tempo ampliou-se o espaço da política de C&T. Se iniciativas legislativas anteriores tinham sido importantes para a regulação das atividades de C&T (Lei de Propriedade Industrial, Lei de Cultivares, Lei do *Software* e de Biossegurança), quase não haviam afetado sua estrutura de incentivos à inovação, fomento e financiamento à C&T, com exceção da criação do CT-Petro. A reforma realizada depois de 1999 abrangeu aproximadamente 15 leis, duas aprovadas depois de 2002 (Lei de Inovação e a Regulamentação do FNDCT).”

Outras iniciativas que merecem menção são o Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI), do Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário (PDTA), da Política de Inovação Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) assim como a Lei de Inovação e a Lei do Bem que reforçam a percepção de uma tentativa de retomada de compromisso com a política de fomento ao desenvolvimento tecnológico.

Em 2004, foi criado o Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, visando a integração de ações. No modelo dos fundos, o papel da FINEP é reduzido, uma vez que, para cada fundo setorial, há um comitê gestor, além de um comitê gestor geral do FNDCT, aumentando o papel do Ministério em detrimento dessa agência (MELO, 2009). No entanto, a atuação da FINEP é realizada de forma mais descentralizada e com maior associação a outros órgãos do governo, buscando maior efetividade (DE NEGRI e MORAIS, 2016). Rauen et al (2019) chamam a atenção também para a maior diversificação de instrumentos à disposição da FINEP no período entre 2005 e 2014.

O impacto dos investimentos em inovação, principalmente via fundos setoriais, ainda parece ser limitado a algumas empresas, ainda que robustos em alguns casos (DE NEGRI et al, 2009; NOGUEIRA et al, 2011; SILVA e RUIZ, 2011; FREITAS et al, 2013), apesar de discussão sobre evidências de *crowding out* (ROCHA, 2015; ARAÚJO et al, 2012) e no caso das ações estratégicas, até de pulverização de recursos (NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2013; SANTOS, 2015; POMPERMAYER e GUEDES, 2012). Queiroz e Cavalcante (2012, p. 25) analisando evolução da execução

orçamentária do MCTI ao longo da década de 2000, observam o aumento relativo da importância dos fundos setoriais em detrimento das outras despesas, chamando a atenção para a possibilidade de gastos mais voltados “ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em empresas, [enquanto] outra parcela [relativamente menor] mantém um viés mais acadêmico e menos voltado à atuação empresarial.”

Nos planos PBDCT, havia uma preocupação em como transformar o investimento de empresas estrangeiras em pesquisa (SALLES FILHO, 2002), além de “total aderência da política de C&T à política nacional de desenvolvimento”, no sentido de vinculação, como agente do Plano Nacional de Desenvolvimento. Apesar disso, Dahlman e Frischtak (1993, p. 432) argumentam que, historicamente “o desenvolvimento tecnológico tem sido de importância secundária à substituição de importações e a considerações de balanço de pagamentos” na política de atração de capitais brasileira.

No entanto, esse caráter foi sendo diluído com o tempo (SALLES FILHO, 2003a, p. 180; 2003b). Mesmo depois da criação dos fundos setoriais, Melo (2009) chama a atenção para a sensibilidade do financiamento e C&T a crises macroeconômicas, com contingenciamentos crescentes. Nas palavras de Melo (2009, p. 109): “É uma forte contradição entre a política macroeconômica e a Política Industrial de Tecnologia e de Comércio Exterior – PITCE, políticas estas que explicitam objetivos incompatíveis entre si.”

Para esse autor, também havia, até a década de 1970, havia uma compatibilidade entre a política de desenvolvimento e a política de fomento ao desenvolvimento tecnológico e que hoje a atuação do Estado seria incoerente e inconsistente e inadequada de acordo com o que se propõe os estudos de Sistemas Nacionais de Inovação, principalmente de forma comparativa ao que se fazia na década de 1970. Ele ainda enfatiza o papel dos fundos setoriais nesse processo, “desde que vencida a barreira da política monetária restritiva, com a eliminação do contingenciamento de recursos, e assim possibilitando uma maior disponibilidade financeira para o financiamento da inovação.” (MELO, 2009, p. 116)

Essa dualidade com a política macroeconômica mais ampla é presente inclusive em documentos da época. Pacheco (2007, p. 204, grifo no original) relata em

documento apresentado à Presidência que era necessário um esforço de “construir um **novo padrão de financiamento** capaz de responder às necessidades crescentes de investimentos em C&T, e que inclusive contemple fontes novas de recursos haja visto a necessidade de levar adiante o ajuste fiscal em curso.”

No entanto, é preciso ponderar que o processo de financiamento em C&T e, no caso específico das Organizações Sociais que são o objeto de estudo dessa tese, não está alijado de uma discussão mais ampla sobre a própria questão da necessidade de reestruturação da administração pública, na medida em que uma gestão mais eficiente do poder público permite a destinação de recursos de forma mais efetiva. Portanto, será realizada um breve apanhado sobre o processo de modernização da administração pública no Brasil, até a proposta, no final dos anos 1990, da criação do modelo OSs, visando uma parceria entre Estado e setor público não-estatal na gestão dos recursos públicos no financiamento em C&T em áreas consideradas estratégicas pelo poder público.

3.2 As duas primeiras Reformas Administrativas Públicas

A estruturação da administração pública brasileira começou a ocorrer, de fato, a partir da Era Vargas, uma vez que, para a construção de um Estado nacional forte, se fazia necessário que houvesse um corpo burocrático próprio, distante dos projetos individuais e relacionados às elites locais. Uma série de autores como Raymundo Faoro, José Murilo de Carvalho, Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda indicavam o caráter clientelista e patrimonialista das relações público-privado no Brasil desde o Império.

Bresser-Pereira (2001) aponta que o fim do Império gerou a descentralização política para as oligarquias locais, elites essas que acabaram por alimentar o caráter patrimonialista do Estado. O grupo político vencedor indicava quem trabalharia no Estado, ao mesmo tempo em que os indicados eram apadrinhados políticos e atuavam no favorecimento de quem os colocou no cargo público. Era, inclusive, uma forma de emprego possível para a classe média que se formava nos centros urbanos e não conseguiam se posicionar em uma sociedade ainda marcada pelo seu caráter rural (agroexportador, em especial de café). Como panorama da situação, um levantamento

realizado pelo IPEA (2010) mostra que a quantidade de servidores públicos, civis e militares, na Primeira República, era ínfimo, representando 0,6% da população.

Assim, em geral, o serviço público era ocupado por pessoas mais especializadas, da elite, que se sentiam atraídas “pelas altas remunerações e pelo prestígio que o cargo proporcionava” (IPEA, 2010, p. 337), porém não se deve esquecer que as nomeações estavam intimamente ligadas às práticas clientelistas e patrimonialistas que alimentavam esse ‘privilégio’.

Eram justamente as carreiras militares, em especial o exército, uma das alternativas possíveis de posicionamento e para onde várias pessoas dessa nova classe média conseguiam se posicionar. Dessa forma, os militares do exército também se tornam um ponto de convulsão social durante a Primeira República e, a partir da década de 1930, ajudam na composição de uma elite burocrática, compondo a aliança de poder que se forma no governo varguista. Ao mesmo tempo, essa aliança garantiu o caráter autoritário que se configurou durante o período.

O fortalecimento de um corpo burocrático era imprescindível para sucesso do projeto nacional desenvolvimentista, caracterizado por *ações conscientes do Estado* no processo econômico a fim de promover o desenvolvimento nacional, em especial através da industrialização. Nesse sentido, o próprio Bresser Pereira (2001) ressalta a importância das duas novas classes sociais que surgem no período: a burguesia industrial e a classe média tecnoburocrática, essa última em especial oposição ao clientelismo e patrimonialismo, uma vez que tenta enfraquecer o poderio local de indicações políticas para cargos públicos.

Sola (1998) traça a importância que essa burocracia tecnocrática adquire dentro do Estado no aspecto econômico, já que se tornam “outro *locus* produtor de ideologia com força gravitacional comparável à irradiada a partir do Estado através desses através desses atores políticos.” (pp. 46-7). No entanto, para melhor compreensão dessas construções, serão apresentadas as diferentes estruturações e/ou reformas que o setor público passou.

3.2.1 Criação do DASP

A criação do Conselho Federal do Serviço Público em 1936 foi o primeiro passo para a criação de uma administração pública. Na realidade, só com a sua transformação em Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938, é que houve a criação de um órgão que tinha o objetivo de “organizar e racionalizar o serviço público no país” (CPDOC, 2017).

O decreto-Lei nº 579 de 30 de julho de 1938 estabeleceu que o DASP teria a função de organização da administração pública, em especial, com a seleção de pessoal baseada no mérito²², por meio de concursos públicos, a fim de dificultar as práticas patrimonialistas locais de indicação política, e a modernização administrativa, com o estabelecimento de uma burocracia racional-legal, nos moldes weberianos. Buscou-se a organização, centralização das decisões e o estabelecimento de métodos e de processos, com o objetivo de estabelecer o controle das atividades administrativas públicas.

Houve uma série de reestruturações dentro do Estado, até então extremamente reduzido, ampliando-se o seu raio de atuação na esfera judiciária, de segurança interna, saúde, educação, previdência e assistência social. Complementarmente, Leite (2019) indica que a criação do DASP foi um movimento inicial que facilitou a formação de outras estruturas administrativas. Com base em uma administração indireta, essas estruturas funcionavam de forma descentralizada, como foi o caso de autarquias e agências criadas durante o período varguista. Bresser (1996) vai além, e considera que esse processo inicial de descentralização significou os primeiros passos rumo a um modelo gerencial.

Embora haja esse processo incipiente de descentralização interno na estrutura administrativa federal, em relação aos outros entes federativos, o processo nacional era de centralização administrativa e política. Loureiro (2009), inclusive, indica que o DASP se tornou uma espécie de “superministério”. Isso foi fundamental para que o Estado conseguisse intervir na economia. Nunes (1997) demonstra que essa intervenção ocorre de 3 maneiras:

²² Baseada na Reforma Inglesa de moralização do serviço público via sistema de mérito ocorrida entre 1850 e 1870 (IPEA, 2010).

- a) a criação de agências regulatórias e adoção de políticas regulatórias;
- b) criação de institutos e agências estatais para a ‘defesa econômica’ de determinados produtos e indústrias;
- c) criação de empresas estatais e autarquias. (NUNES, 2017, p. 55).

Nesse sentido, Nunes (1997) indica que “o DASP era um organismo paradoxal, porque combinava insulamento burocrático com tentativas de institucionalização do universalismo de procedimentos” (p. 53). Ou seja, começou a se formar uma elite tecnocrática que tentou se afastar da influência de grupos partidários. Loureiro (2009) destaca a importância que os economistas adquiriram nesse processo, ao atestar que “o sistema político permitiu o surgimento de agências macroeconômicas isoladas, onde os economistas tomaram decisões com grande autonomia do resto do sistema político, particularmente o legislativo²³” (p. 101).

Essa elite burocrática se tornou um grupo ideológico que exercia forte influência nesse Estado e competia com setores mais tradicionais, que ainda usavam as brechas legais para nomeações políticas, e mantinham as práticas clientelistas e patrimonialista no seio estatal. Para tanto, os tecnoburocratas usavam a burocracia, a gestão baseada nos procedimentos, a seu favor, contra o clientelismo desses grupos políticos que tentavam influir no Estado.

O desenvolvimentismo durante o período Vargas e Juscelino Kubitschek foram, sem dúvida, a expressão da força política que essa burocracia, em especial a econômica, adquiriu, ocupando postos chave dentro do Estado, embora ainda houvesse muitas concessões ao clientelismo político durante todos os governos. Diante da crise política no começo dos anos 1960, o que levou a ruptura institucional por meio do golpe militar, inicia-se o processo de uma reforma estrutural. A fim de reestruturar esse Estado, em busca de melhor eficiência, tornou inevitável uma reforma administrativa, com o objetivo de dinamizar o Estado em sua recuperação econômica.

²³ Tradução da autora.

3.2.2 – Decreto Lei nº 200/67

Durante a primeira Reforma Estrutural Econômica Estatal, uma das medidas se centrou em uma reforma administrativa. A base da reforma convergia na tentativa de desburocratização do Estado, por meio do Decreto-Lei nº 200/67. Roberto Campos (1994) relatou que houve uma opção por não tramitar essa reforma no Congresso, visto que havia uma imensa dificuldade de tramitação legislativa de uma reforma global do sistema administrativo público, em especial, devido aos interesses de grupos setoriais corporativistas.

Segundo Bresser-Pereira (1996), o Decreto Lei nº 200/67 se caracteriza por uma “Reforma Desenvolvimentista”, com características básicas, um precursor, do modelo gerencial que virá nos anos 1990. Mais ainda, ele tenta superar o excesso de procedimentos trazidos pela reforma burocrática dos anos 1930 e que trazia lentidão à administração pública, demasiadamente focada nos processos. Apesar disso, Bresser-Pereira (2001) tece a crítica de que:

(no Brasil) o Estado Burocrático, na Sociedade Capitalista, Industrial teve vida curta. Curta porque a industrialização chegou tarde e logo começou a ser substituída pela sociedade pós-industrial do conhecimento e dos serviços, curta porque a Reforma Burocrática de 1936 também chegou tarde e foi atropelada pela reforma gerencial, que a globalização imporia e a democracia tornaria possível.” (BRESEER PEREIRA, 2001 p. 12).

Fato é que se nos outros países ocidentais houve um período de reforma burocrática mais longa, o que permitiu a esses países se afastar de forma mais clara do patrimonialismo, principalmente após a queda das monarquias absolutistas, no Brasil, não ocorre esse processo de maturação nos processos burocráticos e o distanciamento das relações do Estado com as pessoas que detém o poder político-econômico. Assim, as reformas posteriores, embora embutidas de boas intenções pelos seus idealizadores, muitas vezes não conseguem alcançar uma de suas principais críticas que é justamente o caráter ainda patrimonialista das relações público-privadas brasileira.

A ideia principal da reforma era a modernização da administração pública, introduzindo os princípios gerenciais privados, com o objetivo de garantir maior agilidade e flexibilidade, em uma tentativa de se desprender das amarras burocráticas excessivas. O próprio Decreto-Lei 200/67 traz como princípios fundamentais o

planejamento, a coordenação, a descentralização, a delegação de competência e o controle.

Um dos pontos mais importantes da reforma promovida foi a “relativa autonomia e *modus operandi* de pessoa jurídica de direito privado” das estatais (IPEA, 2010). Em um movimento de descentralização visando simplificar a gestão de pessoas (contratação e remuneração) e a gestão de materiais, foram dadas prerrogativas que garantiram uma maior liberdade econômica à administração indireta, o que passou a se diferenciar substancialmente da administração direta (central), que continuou presa às rotinas e à burocracia rígida.

As principais críticas de Bresser Pereira (1996) à reforma administrativa do Decreto-Lei nº 200/67 foram a possibilidade de contratação de empregados sem concurso público, o que fortaleceu as práticas patrimonialistas e fisiológicas; e a diminuição de formação (e contratação) de administradores públicos de alto nível na administração direta (central) e, conseqüentemente, do núcleo estratégico do Estado. O estudo do IPEA (2010) indica que a forma encontrada para contratação de pessoal altamente qualificado passou a ser via estatais e congêneres, formando-se “bolsões de eficiência” com conhecimento especializado e maior capacidade técnica, enquanto a administração direta, que deveria ser responsável pela formulação das políticas públicas, torna-se obsoleta e ineficiente pelo excesso de burocracia e procedimentos. Esse conjunto gerou uma tensão e disputa entre administração direta e indireta, com aquela saindo perdedora devido à insuficiência de capacidade para conseguir funcionar como esse núcleo estratégico que o Estado necessitava.

Na década de 1980, em um cenário de crise econômica e política, com uma gama de pessoas da classe média desempregadas, a forma de contratação da administração indireta também se tornou um ponto de estresse social, uma vez que o acesso aos cargos públicos se tornaram escassos e os que havia na administração indireta muitas vezes eram preenchidos com critérios clientelistas/patrimonialistas. Diante disso, a necessidade de reforma administrativa, em busca de relações mais eficientes e com custos menores, tornou-se como um ponto de pressão social.

Concomitantemente, segundo Bresser Pereira (1996) a alta burocracia também se aproveitou da janela de oportunidade e, durante as discussões da Constituição de

1988, acabou se permitindo que “uma série de privilégios fossem consolidados e criados” para os servidores públicos, atendendo a interesses corporativistas. Mais ainda, foi promovido um “retrocesso burocrático” ao se enrijecer a burocracia de forma extrema.

De fato, novas reformas na administração pública só serão engendradas na Segunda Reforma Estrutural Econômica do Estado, quando novamente o Estado brasileiro repensa o seu tamanho, formas de diminuição de seus custos e incentivos à atuação privada em áreas não estratégicas, principalmente baseado nas experiências internacionais que buscavam uma atuação mais eficiente do Estado.

De fato, desde o fim anos 1970, iniciou-se uma nova tendência mundial pela modernização das administrações públicas em vários países. Essa tendência se inseria dentro de uma mudança de paradigma sobre o próprio papel do Estado na economia, com o estabelecimento de limites sobre o financiamento dos Estados de bem-estar social no mundo. No que se refere à gestão da administração pública, colocava-se em xeque o modelo estritamente burocrático e focado em procedimentos que resultava em pouca eficiência, tendo em vista os custos empregados na manutenção dessa burocracia. Vários países iniciaram reformas administrativas como os Estados Unidos, Grã-Bretanha, Nova Zelândia, entre outros.

Dentro dos países, as reformas adquirem diferentes configurações de acordo com especificidades nacionais. Nos Estados Unidos, por exemplo, Abrucio (2006) indica que o país teve características próprias, tanto por existir um federalismo de fato no país, o que dificultou ações de caráter nacional nesse aspecto, assim o governo federal acabou sendo limitado pela própria forma de estado federalizado, uma vez que cada estado tinha o seu próprio aparato burocrático (modelo administrativo); quanto pelo próprio caráter do setor público americano que tenta evitar flexibilizações administrativas a fim de evitar salvaguardas políticas (Nigro, 1982 *apud* Abrucio, 2006). Dessa forma, nos EUA, as melhores práticas se desenvolveram em níveis subnacionais de governo²⁴.

²⁴ O livro referência nos Estados Unidos que serviu de base para as reformas foi o *Reinventing Government* (1992) de David Osborne e Ted Gaebler.

No entanto, é na Inglaterra que ocorreu o modelo de reforma administrativa mais bem-sucedida do ponto de vista de redução de custos e melhoria do sistema, tornando-se modelo para outros países ao longo das últimas décadas, principalmente no que se refere a uma mudança de perspectiva de papel do Estado como único ou principal financiador do desenvolvimento econômico dos países. Abrucio (2006) sugeriu que a crise no modelo burocrático ocorreu por quatro motivos: a) a crise econômica mundial em meados dos anos 1970 e que se agrava ao longo dos anos 1980; b) uma crise fiscal que, segundo o autor, se complicou ainda mais pela revolta dos contribuintes que se recusavam a pagar mais tributos, fazendo com que os governos não conseguissem financiar mais seus déficits, colocando “em xeque o consenso social que sustentara o *Welfare State*” (p. 176); c) a “ingovernabilidade” do próprio governo que não conseguia resolver seus problemas; d) e, por fim, novas configurações que a dinâmica globalizada trouxe principalmente culpando o Estado pelo excesso de carga tributária, custos trabalhistas e previdenciários, ou seja, o mercado responsabilizou o Estado pelo excesso de impostos e pressionou-o a diminuir sua participação no mercado de trabalho.

Em um primeiro momento, as ações do governo Thatcher se voltaram para a forma mais básica do “problema” que é o Estado em um cenário de constrição orçamentária: a necessidade de redução de seus custos e a melhoria de sua eficiência²⁵. Para tanto, as principais iniciativas do gerencialismo puro (*managerialism*) foram:

a clara definição das responsabilidades de cada funcionário das agências governamentais (Butler, 1993:399);

a clara definição dos objetivos organizacionais, analisados em sua substância e não como processo administrativo (Caiden, 1991:85);

a maior consciência acerca do ‘valor dos recursos’ (*value Money*) públicos, procurando maximizar a relação financeira entre os recursos iniciais e os gastos realizados para a produção de políticas, ou seja, incorporando o valor da eficiência na lógica de funcionamento da burocracia. (ABRUCIO, 2006, p. 183).

²⁵ Conforme demonstra Alcoforado (2012), o *New Public Management* foi uma iniciativa que veio dos próprios altos funcionários ingleses e consultores e que serviu como ponto de partida para um acordo do governo conservador de Thatcher e dos líderes dessa burocracia pública para uma reforma gerencial do setor público que, no fim, significou que outras reformas pensadas, de cunho mais liberal, como privatizações, fim do salário mínimo e redução dos programas sociais não fossem levadas adiante e a reforma do aparelho do Estado tenha se tornado a principal agenda do governo conservador inglês.

Já na metade dos anos 1980, novas demandas foram incorporadas, principalmente visando a qualidade, na medida que a crítica era que o modelo buscava a eficiência, e não a efetividade das ações. Posto isto, a reformulação se centrou em três pontos: uma descentralização administrativa a fim de facilitar a proximidade do ‘consumidor’ com o serviço prestado; a ideia de competição entre os serviços públicos; e, em especial, o estabelecimento de um novo modelo contratual com a finalidade de melhor controle e avaliação. Somente na fase posterior, já no começo dos anos 1990, o próprio conceito de cidadão passou a ser considerado como variável chave. Como boa parte dos conceitos do gerencialismo advém da iniciativa privada, a relação do serviço público com sua população era considerada uma relação entre consumidor e prestador de serviços. O fortalecimento dos regimes democráticos, as novas noções de *accountability*, transparência e equidade levaram a uma revisão do próprio modelo e na relação com o cidadão.

Indubitavelmente, os *Quangos* (*quasi non-governmental organizations*), ou “organizações quase-não-governamentais”, no Reino Unido foram inspiração para um dos pontos da reforma administrativa que ocorreu na década de 1990 no Brasil. Conforme explica Bresser Pereira (2000), os serviços não exclusivos do Estado não necessariamente precisariam ser promovidos pelo Estado, ao mesmo tempo em que o seu fornecimento só pela iniciativa privada poderia gerar externalidades negativas, além de ferir direitos humanos básicos, como acesso à saúde ou à educação. Assim sendo, um formato híbrido que combinaria entidades privadas, porém com finalidade pública não-estatal, ou seja, que não tivesse fins lucrativos, seria uma possibilidade no fornecimento dos serviços públicos. O Reino Unido passou a gestão de universidades e hospitais para os *Quangos*, o que foi considerado um ganho de eficiência na gestão dos recursos.

O formato dos *quangos* trouxeram uma maior autonomia administrativa, sem o excesso de controle da administração direta, a possibilidade de contratação de pessoal, com atividades que poderiam ser exercidas por pessoas que não faziam parte do quadro de servidores públicos, porém com essas instituições privadas, sem fins lucrativos, fazendo parte do orçamento público. É importante ressaltar que a leitura de Bresser Pereira é que isso não significou a privatização das atividades, mas o repasse do “controle do Estado para o controle público” (BRESEER PEREIRA, 2000, p. 22). É dentro dessa lógica que surge a ideia das Organizações Sociais no Brasil.

3.3 Reforma Administrativa dos anos 1990 no Brasil

A reforma institucional que ocorreu no governo FHC seguiu a tendência internacional de reforma de administrações públicas, baseando-se principalmente na ideia de um setor público mais eficiente e com maior controle de seus custos e de seu tamanho, casando com as discussões mais amplas de reformas liberais que ocorriam no mundo e nas quais o Brasil começava a aderir. Sano e Abrucio (2008) apontam que a reforma administrativa não era considerada uma prioridade pelo próprio FHC, por receios de interferir nas negociações (e votação no Congresso) da reforma fiscal. O então Ministro Bresser Pereira é quem encabeçou a bandeira da necessidade de uma reforma administrativa, inclusive estabelecendo um nexo de importância dessa reforma para o sucesso da reforma fiscal. Para Bresser Pereira (1998), a reforma gerencial era antes de tudo, uma reforma institucional, visto que afetaria tanto a estrutura legal, quanto a organização do Estado.

O Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) foi apresentado ainda em 1995 e trouxe uma série de conceitos-chave para o entendimento da reforma gerencial que estava sendo proposta pelo governo federal naquele momento. Pode-se destacar a ideia de profissionalização dos serviços, de reorganização da máquina estatal, da descentralização, da busca por eficiência e de controle por resultados (Brasil, 1995). Para tanto, foram estabelecidas as principais características necessárias na redefinição do papel do Estado que reduziria seu papel de executor e prestador de serviços diretos e teria funções mais regulatórias e provedoras:

- a) orientação da ação do Estado para o cidadão-usuário ou cidadão-cliente;
- b) ênfase no controle dos resultados através dos contratos de gestão (ao invés de controle dos procedimentos);
- c) fortalecimento e aumento da autonomia da burocracia estatal, organizada em carreiras ou corpos de Estado, e valorização do seu trabalho técnico e político de participar, juntamente com os políticos e a sociedade, da formulação e gestão das políticas públicas;
- d) separação entre as secretarias formuladoras de políticas públicas, de caráter centralizado, e as unidades descentralizadas, executoras dessas mesmas políticas;
- e) distinção de dois tipos de unidades descentralizadas: as agências executivas, que realizam atividades exclusivas de Estado, por

definição monopolistas, e os serviços sociais e científicos de caráter competitivo, em que o poder de Estado não está envolvido;

f) transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos competitivos;

g) adoção cumulativa, para controlar as unidades descentralizadas, dos mecanismos (1) de controle social direto, (2) do contrato de gestão em que os indicadores de desempenho sejam claramente definidos e os resultados medidos, e (3) da formação de quase-mercados em que ocorre a competição administrada;

h) terceirização das atividades auxiliares ou de apoio, que passam a ser licitadas competitivamente no mercado. (BRASIL, 1997b, p. 42)

Para a reforma, uma das primeiras definições que foram realizadas foi a separação de quais atividades deveriam ser executadas diretamente pelo Estado ou não. Dessa forma, o Plano Diretor trouxe a distinção entre quatro setores do Estado (Brasil, 1995):

a) Núcleo Estratégico – sentido *lato* do termo governo. Espaço em que as leis, o planejamento, a formulação das políticas públicas e as decisões estratégicas são definidas. É formada pelo próprio poder executivo (presidente e ministros), legislativo, judiciário e Ministério Público.

b) Atividades Exclusivas – são aquelas atividades que só podem ser realizadas pelo próprio Estado, como a fiscalização, a regulação, o fomento. Em geral, observa-se nesse espectro o poder de polícia do Estado, a capacidade de cobrança de impostos, o controle do meio ambiente.

c) Serviços não-exclusivos – são serviços em que o Estado pode atuar simultaneamente com entidades privadas. Essa atuação em concomitância ocorre por serem atividades de interesse público, ou seja, o fomento desses serviços para o Estado permite garantias constitucionais de direitos humanos fundamentais, bem como possuem externalidades positivas para a sociedade. O setor privado, por outro lado, pode fornecer esses serviços tanto visando o lucro (porém, nesse caso, sem subsídio estatal), quanto atuando em parceria com o Estado, desde que sem a finalidade lucrativa, seguindo os princípios gerenciais da administração, como são nos novos modelos de gestão pública. Inaugura-se a concepção de “propriedade pública não-estatal”. Em geral, são serviços como hospitais, universidades, escolas, institutos de pesquisa, preservação do meio ambiente e

da cultura. O PDRAE estabelece, inclusive, que a propriedade ideal é a pública não-estatal e permite um melhor controle social.

d) Produção de bens e serviços para o mercado – áreas em que o Estado atua, mas que poderiam ser exclusivamente fornecidas pelo setor privado. As atividades desse grupo têm a finalidade lucrativa e que, portanto, poderiam ser objetos de privatização, como o setor de infraestrutura.

De acordo com o PDRAE, no núcleo estratégico, o Estado deveria preocupar-se mais com a efetividade de suas ações do que com a eficiência. Nos demais campos, a preocupação deveria ser com a eficiência. Além disso, a reforma ainda previa, no plano de melhoria da governança, a transformação de autarquias e fundações em agências autônomas²⁶, além da publicização dos serviços não-exclusivos por meio das OSs.

É interessante observar que a divisão proposta se inseria dentro de uma discussão maior sobre qual deveria ser o papel do Estado, qual deveria ser o seu escopo de atuação e o que deveria ser provido pela iniciativa privada. Então, claramente, há ações que foram definidas como um núcleo estratégico do Estado e comportariam uma atuação estatal delimitada pelo papel de regulação, da própria governança e formulador de políticas públicas. No entanto, o papel executório não seria de responsabilidade desse Estado. Ele pertenceria à iniciativa privada, seja por uma suposta capacidade de ser mais eficiente do que o serviço público, seja por uma própria reivindicação do setor privado de retirada do Estado para que ele pudesse atuar de forma mais livre, sem ter como concorrente o próprio Estado.

²⁶ As agências autônomas se subdividem em: a) agências reguladoras, tem o objetivo de intervir em mercados específicos, regulando a relação entre oferta e demanda. Exemplos: Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Agência Nacional de Petróleo (ANP), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); b) agências executivas, devem ser responsáveis pela implementação de políticas públicas (no caso, as agências executivas não eram responsáveis pela implementação ou regulação, somente pela implementação). Exemplo: Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (Inmetro). (Souto, 1999).

3.4 A Construção do Modelo de Organizações Sociais no Brasil

OSs são uma forma de parceria entre o ente público e pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, “cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde” (BRASIL, 1998). É considerado um movimento em direção ao terceiro setor, em um processo de redefinição do Estado.

Para se tornar uma OS, é necessária sua qualificação. A qualificação é o ato, um título, em que o poder público outorga a uma entidade privada, sem fins lucrativos, para que ela tenha a capacidade de receber dotação orçamentária para a realização dos objetivos de sua atuação. Uma entidade qualificada pode assinar um contrato de gestão com o poder público. No contrato de gestão, são definidas, entre outros, as diretrizes, os objetivos estratégicos, o orçamento previsto daquela parceria e um quadro de indicadores e metas (QIM), que é o *core* do modelo. É o QIM que estabelece o que deverá ser entregue pela organização social, seguindo a ideia de controle por resultados, ou seja, é a busca pela eficiência pensada no PDRAE.

O Conselho de Administração é o principal espaço de gestão e poder deliberativo dentro das organizações sociais e possui atribuições específicas definidas na Lei nº 9.637/98²⁷. Sua composição, obrigatoriamente, deve contar com membros do poder público e da sociedade civil²⁸, exatamente na ideia de parceria entre Estado e sociedade, além do exercício do controle social. Para colaborar com o processo de avaliação pelo Estado da parceria, no Governo Federal existem comissões de acompanhamento e avaliação do contrato de gestão, formadas pelo poder público e profissionais de notória capacidade naquela área, que emitem relatórios e atestam se o que foi pactuado no QIM foi atendido pela OS.

²⁷ Até a sua conversão em Lei, houve três vezes a reedição da Medida Provisória de criação das organizações sociais, tendo pedido de urgência do poder executivo.

²⁸ De acordo com o 3º da Lei nº 9.637/98, o conselho de administração deve ter a seguinte composição “a) 20 a 40% de membros natos representantes do Poder Público (...); b) 20 a 30% de membros natos representantes de entidades da sociedade civil (...); c) até 10%, no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados; d) 10 a 30% de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral; e) até 10% de membros indicados ou eleitos (...).

A despeito disso, o modelo encontrou várias resistências. Ainda em 1998, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) entraram com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 1.923, em que questionavam a legalidade da Lei nº 9.637/98, a lei de criação do modelo OS, pois consideravam que o principal objetivo da norma era desresponsabilizar o Estado de suas obrigações, em especial, com uma forma de fuga aos processos de controle administrativo, o que poderia favorecer o desvio de dinheiro público e a contratação de pessoal por critérios não técnicos (no caso, sem o uso de concurso público). O julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ocorreu apenas em 2015, quando a corte julgou o pedido parcialmente procedente, visto que a Lei não foi derrubada, mas ficou estabelecida a necessidade de que a seleção da entidade qualificada como OS deveria se dar de forma pública, objetiva e impessoal, assim como a própria forma de contratação adotada pela OS, que também deve seguir esses princípios (LINS, 2018).

Indubitavelmente, o modelo OS encontrou no setor saúde o seu maior aliado. Em nível subnacionais, uma parte significativa dos estados regulamentaram localmente o modelo e começaram a aplicá-lo na gestão de hospitais e outros serviços de saúde. A literatura indica que isso ocorreu principalmente com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabeleceu limites para os gastos de pessoal na administração pública. É importante frisar que a LRF é um dos instrumentos de redução do tamanho do Estado, por meio do incentivo à adoção do modelo de organizações sociais. Dessa forma, modernizou-se os instrumentos e, ao mesmo tempo, foram impostos novos constrangimentos legais às unidades subnacionais para que esse instrumento fosse amplamente utilizado. Contrariamente ao esperado, não há uma redução efetiva da intervenção estatal, uma vez que o teto só se aplicaria ao gasto direto dos estados, mas não se aplicaria ao gasto por terceiros após repasse do recurso pelo poder público. Essa soma de fatores, na verdade, significou uma recharacterização do que é gasto fiscal. No caso específico das organizações sociais, houve essa introdução da relação privada que funcionou como uma forma de burlar a legislação.

Fato é que alguns estados, como São Paulo, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, começaram a publicizar seus serviços de saúde, como forma de fugir do limite da LRF, já que as despesas dos contratos de gestão não estavam sujeitas aos limites impostos de gastos de pessoal, uma vez que entram na rubrica de custeio (PACHECO et al, 2016;

IBANEZ et al, 2001; FERNANDES, 2018). Coelho e Greve (2016) sugerem que, embora partidos de esquerda tenham se posicionado contrários a modelo OS, principalmente pela contratação indireta de trabalhadores, na prática, eles acabaram adotando o modelo OS tão quanto as gestões de governos de direita e argumentaram que foram constrangidos devido à LRF.

Certamente, o modelo de contratação de pessoal para as organizações sociais, que deixava de ser via concurso público, e passava a ser por meio do regime celetista, com critérios de seleção mais próximos das entidades privadas, foi um dos pontos mais controversos do novo modelo, sendo acusado constantemente de ‘terceirização’ dos serviços. Nada obstante, os estudos sobre o tema ainda revelam que médicos e enfermeiros passaram a ter maiores salários dentro das organizações sociais em comparação ao serviço público e, por isso, seu grau de rotatividade é menor nas OSs. Na contramão, os demais trabalhadores de saúde recebem menores salários nas organizações sociais, portanto seu grau de rotatividade é maior nas OSs quando comparada aos servidores públicos de cargo similar (PILOTTO e JUNQUEIRA, 2017).

Druck (2016) demonstra que os próprios órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU), não conseguiram verificar em suas auditorias a economicidade e a produtividade do modelo OS. Esse é um ponto importante, pois existem três possibilidades para justificar tal fato: 1) Ou os indicadores que estão sendo pactuados não conseguem mensurar de forma adequada as vantagens do modelo; 2) Ou os órgãos de controle ainda não entenderam o modelo e estão apegados as formas tradicionais (burocráticas) de controle administrativo; 3) ou, realmente o modelo não conseguiu dar um salto de qualidade em termos de gestão pública.

De fato, Silva, Barbosa e Hortale (2016) realizaram uma série de entrevistas com gestores dos contratos de gestão e membros das OSs de saúde no Rio de Janeiro e identificaram o medo dos técnicos atestarem os serviços, justamente pela carga de responsabilização que recai sobre o gestor do contrato nas fiscalizações pelos órgãos de controle. Por outro lado, foi identificado principalmente uma relação de subordinação das OSs com o Estado. Isso demonstra um desvirtuamento inicial do instrumento, que deveria servir como uma forma de parceria entre os agentes. Nota-se que a compreensão de que as OSs são entes que tem uma autonomia própria e não estão sujeitas as formas

de controle por procedimentos, mas sim por resultados, ainda não está assimilada em parte significativa dos gestores.

Já o estudo de Schmidt (2011), no que diz respeito à comparação da diminuição das dívidas públicas de estados que adotaram o modelo OS em relação aos que não adotaram, demonstra que no período de 1996 a 2005, houve uma diminuição das dívidas públicas, porém não houve uma diminuição maior daqueles em relação a esses.

Como se pode observar, os principais estudos sobre OSs se concentram na área da saúde, principalmente por ser uma área com grupos de pesquisas consolidados e pelos dados de saúde serem de fácil acesso. Existem estudos pontuais sobre outras áreas publicizadas, como os contratos de gestão de cultura de São Paulo (NETTO, 2015). Em menor proporção, existem trabalhos publicados sobre as OSs do governo federal, no entanto, eles se concentram principalmente na questão legal do tema.

No que diz respeito às OSs do governo federal, a União já qualificou, desde a promulgação da lei, dez OSs, que ficaram sob a supervisão de órgãos da União diferentes, segundo sua área de atuação. O Quadro 3 traz essa relação:

Quadro 3 - Relação de Organizações Sociais Qualificadas pelo Governo Federal

Organização Social	Ministério Supervisor	Situação Atual
Acerp - Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto.	MEC	Sem contrato de Gestão
Bioamazônia - Associação Brasileira para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia	MMA	Desqualificada em 2004
Cebraspe - Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos	MEC	Sem contrato de Gestão
CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos	MCTI	Contrato Vigente
CNPEM – Centro Nacional de Pesquisa em Energias e Materiais	MCTI	Contrato Vigente
Embrapii – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial	MCTI	Contrato Vigente
IDS M – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	MCTI	Contrato Vigente

Organização Social	Ministério Supervisor	Situação Atual
IMPA – Instituto de Matemática Pura e Aplicada	MCTI	Contrato Vigente
ISD – Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont	MEC	Contrato Vigente
RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	MCTI	Contrato Vigente

Elaborado pela autora com base nos decretos federais de criação de organizações sociais

3.4.1 Organizações Sociais do MCTI

Atualmente, o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações (MCTI) supervisiona, em nome da União, seis OSs na área de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, que são considerados temas estratégicos dentro do governo federal. As seis OSs supervisionadas pelos MCTI são: o CNPEM, o IMPA, o IDSM, a EMBRAPII, o CGEE e a RNP.

Uma característica interessante das OSs do MCTI é a figura da interveniência, ou seja, ao se firmar um contrato de gestão, um órgão da União torna-se o responsável pela supervisão desse contrato de gestão. A supervisão tem um caráter único, somente um órgão pode ser supervisor do contrato. No entanto, outros órgãos podem ter interesse em fomentar as atividades de uma organização social. Nesse caso, surge o interveniente, órgão do poder público federal que também se compromete, junto com o supervisor, com o repasse de recursos, e que também passa a compor as instâncias de acompanhamento e avaliação do contrato de gestão. O Ministério da Educação é interveniente em cinco dessas OSs, exceto o IDSM, e o Ministério da Saúde é interveniente na Embrapii.

3.4.2 – CNPEM – Centro Nacional de Pesquisa em Energias e Materiais

Uma primeira tentativa de construção de um acelerador de partículas tipo sincrocíclotron ocorreu ainda na década de 1950, liderado pelo cientista Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva²⁹, que propunha a fabricação de um equipamento desse

²⁹ Um dos principais responsáveis pela criação do CNPq propondo, ainda em 1946, por meio da ABC (Associação Brasileira de Ciências), a criação de um Conselho Nacional de Pesquisa. A iniciativa deu seus frutos em 1951, quando o presidente Gaspar Dutra sancionou a Lei de criação do Conselho Nacional

tipo no Rio de Janeiro no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). No entanto, o projeto nunca ficou totalmente operacional. Ao longo das décadas seguintes, uma série de tentativas foram feitas a fim de viabilizar equipamento avançado na área.

Somente em 1981, as discussões retomam de forma mais vigorosa e ficou definida a cidade de Campinas como sede do LNLR (Laboratório Nacional de Radiação Síncroton), mais tarde convertido em LNLS (Laboratório Nacional de Luz Síncroton). Apesar das resistências, entre 1987 e 1997 ele foi construído e se tornou um laboratório nacional operacional³⁰.

A necessidade de uma nova de gestão era fundamental para a operacionalização do Síncroton. Os cientistas que participaram de sua construção, em geral com contratos de trabalho precários, eram imprescindíveis para a operacionalização do laboratório, uma vez que detinham o conhecimento técnico necessário para seu funcionamento e resolução de problemas. Vale pontuar que boa parte da construção das peças e dos componentes de laboratórios foram realizadas pelos membros que auxiliaram na construção do Síncroton.

A discussão de novos modelos de gestão pública que vinha sendo engendrada no interior do Estado foi a solução encontrada para garantir o funcionamento e a contratação do corpo técnico que ajudou na construção do modelo e era capaz de lidar com os desafios que o projeto impunha, principalmente na necessidade de um modelo de gestão mais eficiente e rápido (BRUM e MENEHINI, 2002).

A criação da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncroton (ABTLuS), em 1996, foi o primeiro passo a fim de facilitar a gestão do LNLS. O novo modelo de gestão por meio de OSs foi a forma de garantir uma maior liberdade na contratação,

de Pesquisas como uma autarquia vinculada à presidência da República, por meio da Lei nº 1.310 de 15 de Janeiro de 1951.

³⁰ A Brazilian Materials Research Society (SBPmat Brazil - MRS) postou reportagem sobre a História do Laboratório Nacional de Luz Síncroton (parte 1 e 2). A série de reportagens foram realizadas por Verônica Savignano, em 2015. Disponível em: <https://www.sbpmat.org.br/pt/historia-do-laboratorio-nacional-de-luz-sincrotron-parte-1-o-sonho-de-uma-grande-maquina-de-pesquisa-no-brasil-e-os-passos-previos-a-construcao-do-laboratorio/> e em <http://cnpem.br/historia-do-laboratorio-nacional-de-luz-sincrotron-parte-2-a-construcao-no-brasil-da-fonte-de-luz-sincrotron-e-de-suas-primeiras-estacoes-experimentais/>

dadas as particularidades de seu corpo técnico especializado, ao mesmo que garantiria uma maior eficiência em sua administração. Assim, a ABTLus foi qualificada por meio do Decreto nº 2.405 de 26 de novembro de 1997. Passou a ter como missão integrar competências singulares em Laboratórios Nacionais para o desenvolvimento científico e tecnológico e apoio à inovação em energia, materiais e biociências. Atualmente encontra-se em prorrogação do 2º Ciclo do Contrato de Gestão, tendo sido renovado pela última vez em 2010. Em 2018, o MEC tornou-se interveniente no contrato de gestão. Sua estrutura conta hoje com quatro laboratórios de referência:

a) LNBR – Laboratório Nacional de Biorrenováveis;

b) LNLS – Laboratório Nacional de Luz Síncroton – que opera uma fonte de Luz Síncroton de 2º Geração, o único na América Latina e, atualmente, é responsável pela construção de uma fonte de Luz Síncroton de 4º Geração, estabelecendo-se como uma das referências mundiais no tema;

c) LNNano – Laboratório Nacional de Nanotecnologia;

d) LNBio – Laboratório Nacional de Biociências.

3.4.3 IMPA – Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada

O IMPA foi a primeira Unidade de Pesquisa do CNPq, sendo criado em 15 de outubro de 1952. Tem como missão o estímulo à pesquisa científica, a formação de novos pesquisadores e a difusão e aprimoramento da cultura matemática no Brasil. Foi uma das primeiras organizações do governo federal e teve como referência inicial o Instituto *Pasteur* da França. Foi qualificada por meio do Decreto nº 3.605 de 20 de setembro de 2000, e foi transferido formalmente do CNPq para o MCTI. Em 2014, o MEC tornou-se interveniente no contrato de gestão.

Desde 2005, é responsável para OBMEP (Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas) que, a partir de 2017, também conta com a participação das escolas privadas, sendo essa uma das ações de maior impacto social do IMPA no Contrato de Gestão firmado com a União e a organização social, sob a supervisão do MCTI. Também se encontra em prorrogação, estando em seu segundo Ciclo contratual, com a última renovação em 2010.

3.4.5 IDSM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

Ainda em 1992 foi fundada a Sociedade Civil Mamirauá (SCM) com o objetivo de gestão sustentável, com combinação de conhecimento científico e tradicional³¹, de vasta área de floresta tropical inundada e pântanos na região amazônica, tornando-se responsável pela Reserva Mamirauá no Estado do Amazonas. Em 1996, conseguiu que lei estadual a transformasse em uma Unidade de Conservação.

As unidades de conservação são espaços territoriais (com sua biodiversidade, seus respectivos recursos ambientais, suas águas jurisdicionais etc.) legalmente instituídos pelo poder público, que possuem características naturais relevantes, com objetivos de conservação e com limites bem definidos, operando sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção e diferentes categorias de manejo (MMA, 1998, *apud* QUEIROZ, 2005).

Esse foi um importante passo, pois a SCM foi a primeira Unidade de Conservação do país. Em 2000, foi incorporada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e se tornou uma “Reserva de Desenvolvimento Sustentável”, dando um *status* inovador à iniciativa desenvolvida exatamente por conseguir combinar desenvolvimento da área, com redução significativa nos índices de pobreza da população, e gestão de áreas protegidas (PNUD, 2012).

A criação do IDSM e sua transformação em organização social ocorreram em 1999, por meio do Decreto s/n de 04 de junho de 1999, e, conforme explica Queiroz (2005) se deveu por três principais motivos: 1) a necessidade de “estruturas institucionais de longo prazo”, ou seja, uma maior segurança tanto administrativa, quanto no recebimento de recursos; 2) o interesse do governo de transformar as reservas em laboratórios nacionais de pesquisa aplicada; 3) e, uma forma para que os apoiadores privados pudessem repassar recursos, mas que houvesse a contrapartida governamental nas ações fomentadas por entidades privadas.

³¹ Na verdade, a legislação brasileira à época era bem mais conservadora não permitia população, nem o uso sustentável dos recursos naturais na área. No entanto, foi percebido pelos pesquisadores que trabalhavam na SCM a necessidade de envolver as comunidades locais no projeto tanto de manejo quanto de gestão das unidades. Isso foi fundamental para a preservação e desenvolvimento da área à longo prazo.

O contrato de gestão encontra-se em seu segundo ciclo, com a última renovação em 2010. O IDSM tem como missão promover pesquisa científica sobre a biodiversidade, manejo e conservação dos recursos naturais da Amazônia de forma participativa e sustentável.

3.4.6 RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

A criação da RNP em 1989, no então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), fez parte de um esforço do governo brasileiro em construir uma infraestrutura nacional de rede de internet de âmbito acadêmico. Foi a responsável pela implantação do primeiro *backbone* acadêmico brasileiro, que se tornou operacional em 1992, interligando 10 estados e o Distrito Federal. Além disso, tinha como objetivo a difusão da tecnologia internet e capacitação de recursos humanos na área de redes.

Somente em 1999 é que o governo brasileiro começou a procurar alternativas para a institucionalização da RNP. Até esse momento, ela funcionava como um projeto dentro do MCT. Foi criado, em 1999, a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa para desenvolver e executar o seu programa, sob orientação de um comitê gestor (CG-RNP) formado por representantes do MEC e do MCT. Logo em seguida, no mesmo ano, é criado o Programa Interministerial de Implantação e Manutenção da Rede Nacional para Ensino e Pesquisa, também sob a orientação desses dois ministérios, e significou um forte avanço no fornecimento de conectividade da RNP para universidades, institutos e unidades de pesquisa. Em 2002, por meio do Decreto n° 4.077, de 02 de janeiro de 2002, foi qualificada como organização social, sob a supervisão do MCTI.

A RNP tem como missão promover o uso inovador de redes avançadas, oferecendo conexão à Internet às universidades públicas federais, instituições federais de ensino superior e unidades de pesquisa federais ligados ao MEC e ao MCTI. Seu contrato de gestão encontra-se em seu segundo ciclo, com última renovação em 2010. Em 2014, o MEC tornou-se interveniente no contrato de gestão.

3.4.7 CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

Desde a criação dos Fundos Setoriais em ciência e tecnologia nos anos 2000, houve uma mudança no financiamento do sistema de C&T, com a entrada de muitos

recursos. Em 2001, durante a 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação surgiu a ideia de uma entidade que colaborasse com a gestão dos comitês gestores dos fundos setoriais que surgiam, bem como promovesse estudos prospectivos para a definição dos investimentos em C&T. O Decreto nº 4.078 de 09 de janeiro de 2002 qualificou o CGEE como organização social, sob a supervisão do MCTI.

Ao longo dos anos, o CGEE começou a atuar de forma mais ampla, contribuindo com a realização de estudos estratégicos para o planejamento em C&T e, uma vez tendo auxiliado na consolidação da gestão dos fundos setoriais, suas atividades pactuadas voltaram-se principalmente para esses estudos, atendendo as diretrizes que emanavam do órgão supervisor. Laplane (2016) indicou os caminhos dessa transformação:

O CGEE, uma vez cumprida a tarefa de instituir as secretarias técnicas dos fundos e, após instalados os comitês gestores, acabou desempenhando o seu papel de uma outra forma. Ele passou a funcionar mais como um *think tank* vinculado às *diretrizes* que emanavam do MCT e menos ligado diretamente aos comitês gestores (LAPLANE, 2016, p. 13)

Portanto, atualmente, o CGEE tem a missão de subsidiar processos de tomada de decisão em temas relacionados à ciência, tecnologia e inovação, por meio de estudos em prospecção e avaliação estratégica baseados em ampla articulação com especialistas e instituições do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Desde 2014, o MEC passou a ser interveniente no contrato de gestão.

3.4.8 EMBRAPII – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial

Última organização social qualificada pelo MCTI, por meio do Decreto s/n de 02 de setembro de 2013, a Embrapii tem como missão contribuir para o desenvolvimento da inovação na indústria brasileira através do fortalecimento de sua colaboração com institutos de pesquisas e universidades. Sua forma de financiamento é tripartite: a Embrapii, por meio de recursos repassados pelo contrato de gestão, financia até um terço do valor do projeto; até um terço são advindos das unidades Embrapii credenciadas, que se comprometem com equipamentos e profissionais capacitados para

o projeto (e não com recursos); e o um terço restante³² devem vir das empresas interessadas em investir em inovação para o seu negócio.

Desde a assinatura do contrato de gestão da Embrapii, em 2013, o MEC é interveniente no contrato. Em 2018, o Ministério da Saúde (MS) tornou-se interveniente no contrato de gestão.

O Quadro 4 abaixo sintetiza as informações apresentadas:

³² De acordo com a ABGI, atualmente 47% dos valores dos projetos de inovação que estão sendo tocados por meio do co-financiamento da Embrapii são de recursos do setor privado. Informação disponível em: <https://brasil.abgi-group.com/radar-inovacao/noticias/embrapii-menos-burocracia-mais-acesso-aos-recursos/> Data de acesso 10/03/2020.

Quadro 4 - Organizações Sociais sob a Supervisão do MCTI

Organizações Sociais	Decreto de Qualificação	Classificação	Missão	Origem*	Intervenção	1º Ciclo	1º Ciclo (prorrogação)	2º Ciclo	2º Ciclo (prorrogação)
CGEE	Decreto nº 4.078 de 09 de janeiro de 2002	Missão Específica	Subsidiar processos de tomada de decisão em temas relacionados à ciência, tecnologia e inovação, por meio de estudos em prospecção e avaliação estratégica baseados em ampla articulação com especialistas e instituições do SNCTI.	Sociedade Civil	MEC (2014)	2002-2006	2006-2010	2010-2016	2016-2020
IMPA	Decreto nº 3.605 de 20 de setembro de 2000	Foco em Ciência	Estímulo à pesquisa científica, a formação de novos pesquisadores e a difusão e aprimoramento da cultura matemática no Brasil	Estado (Unidade de Pesquisa)	MEC (2014)	2002-2006	2006-2010	2010-2016	2016-2020
IDSM	Decreto s/n de 04 de junho de 1999	Biomás	Promover pesquisa científica sobre a biodiversidade, manejo e conservação dos recursos naturais da Amazônia de forma participativa e sustentável	Sociedade Civil	—	2002-2006	2006-2010	2010-2016	2016-2020
CNPEM	Decreto nº 2.405 de 26 de novembro de 1997	Laboratórios Nacionais	Integrar competências singulares em Laboratórios Nacionais para o desenvolvimento científico e tecnológico e apoio à inovação em energia, materiais e biociências	Estado (CNPq e Funcamp)	MEC (2018)	1998-2002	2002-2010	2010-2016	2016-2020
RNP	Decreto nº 4.077 de 02 de janeiro de 2002	Foco em Tecnologia	Promover o uso inovador de redes avançadas	Estado (Projeto do MCT)	MEC (2014)	2002-2006	2006-2010	2010-2016	2016-2020

Organizações Sociais	Decreto de Qualificação	Classificação	Missão	Origem*	Intervenção	1º Ciclo	1º Ciclo (prorrogação)	2º Ciclo	2º Ciclo (prorrogação)
EMBRAPII	Decreto s/n de 02 de setembro de 2013	Foco em Tecnologia	Contribuir para o desenvolvimento da inovação na indústria brasileira através do fortalecimento de sua colaboração com institutos de pesquisas e universidades	Sociedade Civil	MEC (2013) MS (2018)	—	—	2013-2019	2019-2020

Elaborado pela autora com base nos contratos de gestão e decretos de qualificação das organizações sociais

* Por definição, as OSs são formadas por entidades civis, ou seja, sua origem vem da própria sociedade civil que se organiza e cria uma associação para tentar a qualificação como OS. No entanto, algumas OS eram anteriormente Unidades de Pesquisa do governo federal e, em algum momento, foi definido que aquela atividade ia ser publicizada, ou seja, existia claramente uma estrutura na administração que realizava aquela atividade e passou a deixar de existir como administração direta. Já outras OS tem origem diferente, na medida em que aquela atividade não vinha sendo desenvolvida pelo Estado e em algum momento tomaram a decisão de fomentar aquela atividade, optando-se por uma OS, em vez da administração direta.

3.5 Unidades de Pesquisa do MCTI

As UPs do MCTI são órgãos que fazem parte da administração direta da União, conforme disposto no o Decreto nº 9.677, de 2 de janeiro de 2019, e tem a competência de geração, aplicação e disseminação de conhecimentos, assim como o desenvolvimento de tecnologias e a promoção da inovação em suas áreas de atuação (Brasil, 2019). Embora não seja o objeto principal de estudo desse trabalho, uma introdução as suas características é imprescindível, pois em alguns momentos serão utilizadas para avaliar o comportamento dos agentes, em especial em duas situações a serem desenvolvidas: a) na comparação de orçamentos públicos destinado pelo Estado às OSs e UPs; b) no comparativo de gastos com pessoal entre os dois modelos.

Essa comparação auxiliará na verificação se as OSs significaram uma redução de custos em relação aos serviços de C&T diretamente realizados pelo Estado, por meio de instituto de pesquisas públicos, ou seja, observar-se-á a trajetória de alocação de recursos do Estado ao longo dos anos, avaliando se organizações sociais ou se institutos de pesquisa receberam cada um mais ou menos recursos quando comparado ao outro; e, além disso, poderá ser analisada a trajetória de gastos com pessoal de OSs e UPs, verificando-se se algum dos dois modelos apresenta custos menores em relação ao outro ao longo dos anos.

No presente, existem dezesseis UPs no Brasil que se encontram subordinadas ao MCTI. Elas se encontram em diferentes regiões/estados, com início de atividades em períodos distintos e missões específicas. O Quadro 5 especifica as unidades de pesquisa e dá a dimensão das diferenças de atuação entre elas.

Quadro 5 - Relação de Unidades de Pesquisa do MCTI

Unidades de Pesquisa	Classificação	Ano de Criação	Missão
CBPF - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	Foco em Ciência	1949	Realizar pesquisa básica em Física e desenvolver suas aplicações
CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Ambientais	Foco em Ciência	2011	Realizar o monitoramento das ameaças naturais em áreas de risco em municípios brasileiros suscetíveis à ocorrência de desastres naturais, além de realizar pesquisas e inovações tecnológicas que possam contribuir para a melhoria de seu sistema de alerta antecipado.
CETEM - Centro de Tecnologia Mineral	Foco em Tecnologia	1978	Desenvolver tecnologias inovadoras e sustentáveis, e mobilizar competências visando superar desafios nacionais do setor mineral
CETENE - Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste	Foco em Tecnologia	2005	Desenvolver, introduzir e aperfeiçoar inovações tecnológicas que tenham caráter estratégico para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste
CTI - Centro de Tecnologia de Informação Renato Archer	Foco em Tecnologia	1982	Gerar, aplicar e disseminar conhecimentos em Tecnologia da Informação
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	Missão Específica	1976	Promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico-tecnológico.
INMA - Instituto Nacional da Mata Atlântica	Biomás	2014	Realizar pesquisas, promover a inovação científica, formar recursos humanos, conservar acervos e comunicar conhecimentos nas suas áreas de atuação, relacionadas à Mata Atlântica.
INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	Biomás	1952	Gerar e disseminar conhecimentos e tecnologias e capacitar recursos humanos para o desenvolvimento da Amazônia
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	Foco em Tecnologia	1961	Produzir ciência e tecnologia nas áreas espacial e do ambiente terrestre e oferecer produtos e serviços singulares em benefício do Brasil.
INSA - Instituto Nacional do Semiárido	Biomás	2004	Viabilizar soluções interinstitucionais para a realização de ações de pesquisa, formação, difusão e formulação de políticas para a convivência sustentável do Semiárido brasileiro
INT - Instituto Nacional de Tecnologia	Foco em Tecnologia	1921	Participar do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio da pesquisa tecnológica, da transferência do conhecimento e da promoção da inovação.
LNA - Laboratório Nacional de Astrofísica	Laboratórios Nacionais	1985	Planejar, desenvolver, prover, operar e coordenar os meios e a infraestrutura para fomentar, de forma cooperada, a astronomia observacional brasileira.
LNCC - Laboratório Nacional de Computação Científica	Laboratórios Nacionais	1988	Realizar pesquisa, desenvolvimento e formação de recursos humanos em Computação Científica, em especial na construção e aplicação de modelos e métodos matemáticos e computacionais na solução de problemas científicos e tecnológicos, bem como disponibilizar ambiente computacional para processamento de alto desempenho.
MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins	Foco em Ciência	1985	Realizar pesquisas de História do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Brasileiro; Realizar a alfabetização científica em espaços não formais de educação; Preservar acervos científicos e tecnológicos e socializá-los por atividades museológicas e acadêmicas.

Unidades de Pesquisa	Classificação	Ano de Criação	Missão
MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi	Biomás	1866	Realizar pesquisas, promover a inovação científica, formar recursos humanos, conservar acervos e comunicar conhecimentos nas áreas de ciências naturais e humanas relacionadas à Amazônia
ON – Observatório Nacional	Foco em Ciência	1827	Realizar pesquisa e desenvolvimento em Astronomia, Geofísica e Metrologia em Tempo e Frequência, formar pesquisadores em seus cursos de pós-graduação, capacitar profissionais, coordenar projetos e atividades nessas áreas e gerar, manter e disseminar a Hora Legal Brasileira.

Elaborado pela autora com base nas informações que constam no site do <https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/entidadesVinculadas/unidadesPesquisa/index.html>

Torna-se vital também demonstrar as diferenças no formato entre OSs e UPs, para se compreender as possibilidades e limitações de cada modelo, principalmente quando se compara a flexibilidade que as OSs adquirem tanto na contratação de pessoal, quanto nos processos de compras³³. O Quadro 6 abaixo sinaliza algumas dessas diferenças:

Quadro 6 - Principais Diferenças entre OS e UP

	Organizações Sociais	Unidades de Pesquisa
Forma Jurídica	Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada pela União	Administração Direta. Poder público
Contratação de pessoal	Celetista*	Regime Jurídico Único (RJU)
Licitação	Não tem obrigação de licitar. Deve seguir os princípios da Administração Pública	Deve seguir a Lei de Licitações. - Lei nº 8.666/93
Controle	Controle por Resultados	Controle por Procedimentos**
Avaliação	Quadro de Indicadores e Metas (QIM). Metas pactuadas são avaliadas por Comissão de Acompanhamento e Avaliação e referendadas pelo Ministro de C,T&I.	Termos de Compromisso de Gestão (TCG). Avaliação das metas pactuadas, conforme Plano Diretor da UP. Referendado pelo Ministro do C,T&I.

Elaborado pela autora

³³ Cada organização social do MCTIC tem um regulamento de compras e contratações, com vistas a dar transparência nos processos e garantir que os princípios da administração pública sejam respeitados.

* Além dos celetistas, algumas OSs possuem em seus quadros servidores públicos cedidos. De acordo com a Lei nº 9.637/98, servidores públicos podem ser cedidos às organizações sociais, com ônus para o poder público. Em um primeiro momento, tendo em vista que as atividades foram publicizadas e o fato que vários servidores trabalhavam nos órgãos em questão, a cessão de servidores mostrou-se uma solução para a questão. Um exemplo, seria o caso dos servidores do IMPA logo após a qualificação, que detinha um corpo de pesquisadores altamente qualificado em matemática, portanto cedê-los a outros órgãos não seria vantajoso. Em capítulo posterior o tema será novamente abordado.

** Considera-se que o controle ainda é por procedimentos, pois as UPs devem seguir o disposto na lei de licitações (BRASIL, 1993), portanto está sujeito a verificações mais voltadas aos processos do que com os resultados.

4. O Fomento das Organizações Sociais – Recursos e Pessoal

A necessidade de reformas estruturais na década de 1990, a construção de modelos de atuação do Estado que restringissem o seu tamanho, buscando-se maior eficiência e qualidade nos serviços, repassando parte do seu arcabouço para o setor não-estatal.

À vista disso, surge a concepção parceria entre Estado e sociedade civil na atuação de serviços não exclusivos do Estado, concebida no plano diretor de reforma do Estado, que definiu um escopo de atividades de interesse da sociedade que poderiam ser fomentadas pelo Estado, porém desenvolvidas pelo setor privado, idealizando-se um projeto de “propriedade pública não-estatal”. (BRASIL, 1995). Assim, a própria Lei de criação das OSs prevê que o patrimônio oriundo dos recursos do contrato de gestão, em caso de desqualificação da OS, deve ser devolvido ao setor público.

O financiamento de C&T pelo setor público é fundamental, tendo em vista que existe um *gap* de financiamento em inovação, em especial, pelo próprio setor privado, pois eles apresentam um limite para o gasto em capital de risco, agravando-se essa situação em países que não estão altamente desenvolvidos tecnologicamente (BRONWYN e LERNER, 2010). Nesse sentido, o investimento em organizações sociais é uma forma de financiamento pelo setor estatal.

Assim sendo, o setor privado não-lucrativo passou a atuar nas áreas permitidas pela legislação. A forma de transferência de recursos para as OSs ocorre pela existência de um Contrato de Gestão em que é estabelecido um valor global para repasse ao longo da vigência contratual. No MCTI, com exceção da Embrapii, qualificada em 2013, todas as demais organizações sociais se encontram em um segundo ciclo contratual. Tanto no primeiro, quanto no segundo ciclo, houve prorrogações desses contratos por meio de seus termos aditivos. Atualmente, os contratos vigentes de todas as organizações sociais sob a supervisão do MCTI, encontram-se em prorrogação.

O objetivo desse capítulo é analisar informações orçamentárias e financeiras a partir da LOA, dos recursos orçamentários e dos recursos financeiros que foram repassados ao longo dos últimos vinte anos para as organizações sociais, buscando

investigar o comportamento do governo federal em relação ao fomento dessas organizações, em especial comparado às UPs. Questiona-se se a criação dessas organizações significou uma diminuição efetiva nos gastos do Estado, seja com o repasse de recursos para manutenção e (agora) atividades das OSs, seja no gasto de pessoal quando comparado aos gastos que o próprio Estado tem com o seu corpo técnico e o significado disso dentro do ciclo de reformas mais amplo discutido nos capítulos anteriores.

Posto isso, o capítulo se divide em cinco seções. Na primeira seção, é analisado o orçamento geral das organizações sociais, seja em relação à LOA, sua execução orçamentária e sua execução financeira realizada pelo MCTI, em comparação às UPs. Na seção seguinte é realizada comparação entre orçamentos e pessoal, tendo como ponto de partida a missão das OSs e UPs, conforme classificação disposta no Relatório Tundisi. A terceira seção indica quem são os principais órgãos que financiam o modelo OS dentro do Estado e como cada um desses tem OS com perfis alinhados a suas demandas. A quarta seção buscou analisar a trajetória de cada OS em função da compilação de dados evidenciados nesse trabalho. Por fim, a seção síntese almeja trazer um balanço do modelo, com base nos dados apresentados ao longo do capítulo.

4.1 Dados Gerais de Orçamento: Organizações Sociais X Unidades de Pesquisa

A Constituição Federal de 1988 determinou que, anualmente, por iniciativa do Poder Executivo, seja elaborado um projeto de orçamento anual para o Estado Brasileiro, que deve ser aprovado pelo Congresso Nacional. A LOA é o instrumento que disciplina todas as ações orçamentárias do governo federal em um determinado ano, estimando a receita e fixando a despesa naquele exercício.

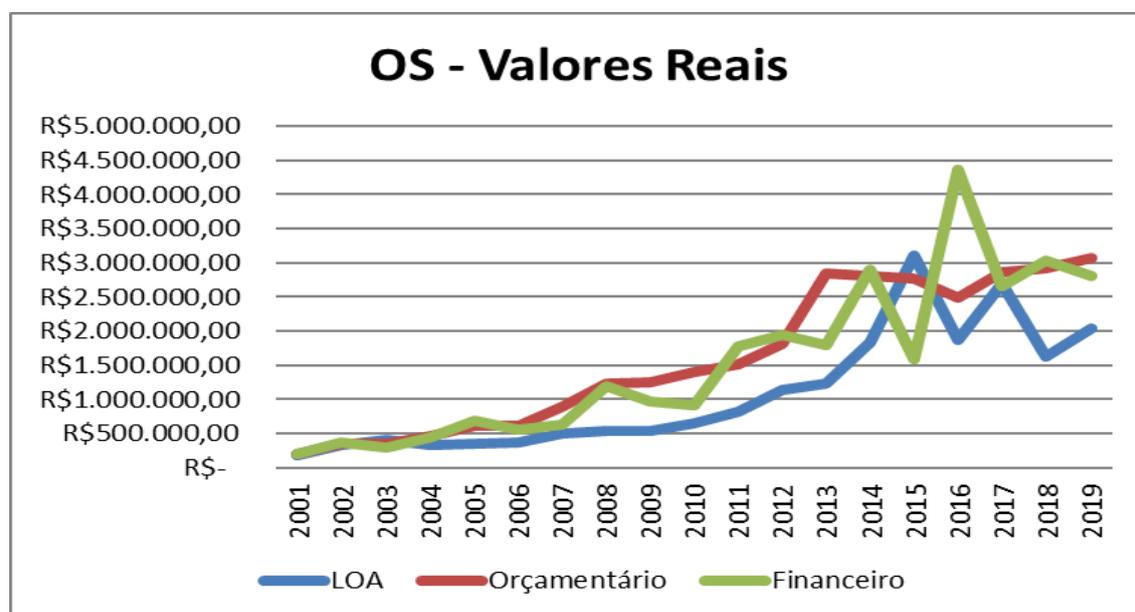
A elaboração da LOA está vinculada a um Plano Plurianual (PPA), que tem o objetivo de trazer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo para a administração pública, e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que indica as prioridades do governo para o próximo ano.

Para a utilização dos recursos previstos na LOA, a fim de se alcançar os objetivos e metas, existe uma série de formalidades legais. Assim, para fins didáticos,

considerou-se nesse trabalho o “**orçamentário**” como a execução orçamentária, por meio do empenho, ou seja, a autorização para determinado gasto em um ano de acordo com as disponibilidades da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia (SOF/ME) e autorizadas pelo ordenador de despesas da unidade; e o “**financeiro**” como a execução financeira, isto é, o dinheiro em si, também de acordo com as liberações autorizadas pela SOF/ME (BRASIL, 2014).

Nosso ponto de partida será analisar os dados do ponto de vista agregado. O Gráfico 3 indica, ao longo dos anos, o montante atualizado dos valores destinados pelo MCTI e demais órgãos do governo federal via contrato de gestão às organizações sociais na LOA e em termos de execução orçamentária e de execução financeira:

Gráfico 3 - Dados Gerais - OS



Fonte: SIOP/ME, Termos Aditivos ao Contrato de Gestão e Relatórios de Gestão. Elaborado pela autora.

Primeiramente, é preciso observar que todos os valores se referem valores reais, atualizados considerando o IPCA, utilizando-se como base o ano de 2000. Assim, uma comparação dos valores absolutos descritos no eixo da ordenadas dos gráficos com valores atuais não tem significado econômico.

É possível notar que houve uma tendência de aumento dos gastos com OSs ao longo dos anos. Nos primeiros anos (2001-2007), nota-se que o aumento dos repasses

públicos se deu de forma mais discreta. Isso pode ter ocorrido por três motivos: 1) o modelo estava se iniciando, portanto, era necessário se criar uma cultura de consolidação do próprio modelo, ainda em forma embrionária. 2) As próprias OSs ainda estavam sendo criadas, portanto elas se iniciam com um escopo menor e depois se consolidam; 3) Em 2003, houve uma mudança de governo do PSDB para o PT, assim, é possível que houvesse, por parte do o governo petista, ainda uma desconfiança do modelo, principalmente por ser o partido que entrou com a ADIN solicitando a sua inconstitucionalidade no STF. Porém, no ano de 2010, houve a renovação dos contratos de gestão das OSs pelo próprio PT, o que indica que a tendência de “desconfiança” do modelo foi se esvaindo ao longo dos anos.

Pondera-se ainda que o valor da LOA não abarca aqueles valores previstos pelo FNDCT/FINEP³⁴, uma vez que os recursos dos fundos setoriais se encontravam cada qual em sua ação específica, porém os valores a serem destinados às OSs se encontravam incorporados com outros projetos, não sendo possível especificá-los pelo Sistema integrado de Orçamento Público (SIOP). Os fundos setoriais se referem a instrumentos de financiamento, por meio de fontes complementares de recursos, para determinados setores estratégicos, definidos em lei específica. A criação dos fundos setoriais no começo dos anos 2000 traduziu-se em uma injeção de recursos no setor de ciência e tecnologia.

Os dados ainda demonstram que os valores pactuados em termos aditivos em um ano, principalmente a partir de 2010 (segundo ciclo de renovação contratual), não são necessariamente pagos nesse mesmo ano. Embora houvesse o compromisso orçamentário por parte do MCTI, com empenhos já emitidos, os recursos são inscritos em restos a pagar e são pagos somente posteriormente. A consequência é que essas instituições, por serem entidades privadas sem fim lucrativos e terem uma relação de parceria com o poder público, dependem dos repasses via contrato de gestão para sua

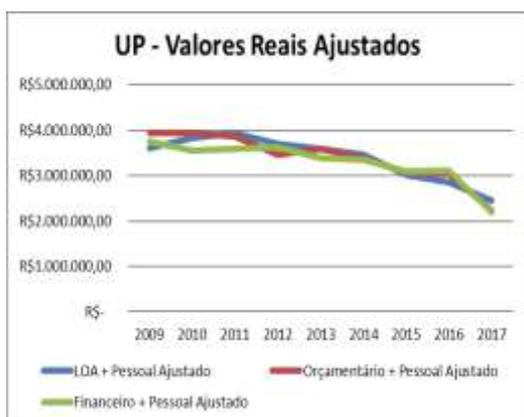
³⁴ Atualmente existem 16 fundos setoriais, dos quais 14 relacionados a setores específicos (CT-Aero, CT Agro, CT-Amazônia, CT-Aquaviário, CT-Bioteconologia, CT-Energia, CT-Espacial, CT-Hidro, CT-Info, CT-Mineral, CT-Petro, CT-Saúde, CT-Transporte, FUNTEL) e 2 com caráter transversal (CT-INFRA e CT- Verde e Amarelo).

manutenção. A não entrada de recursos pode ocasionar a paralisação de atividades ou a demissão de parte do seu corpo técnico.

Conforme já mencionado, as UPs são utilizadas nesse trabalho como objeto de comparação para observar a tendência dos gastos em ciência e tecnologia pelo governo federal. No entanto, conforme mencionado na metodologia, os dados foram extraídos dos relatórios de gestão do TCU, que se encontram disponíveis de forma segregada somente entre 2008 e 2017. Portanto, os gráficos refletem esse período.

Um ponto importante de ponderação nos gráficos é que nos relatórios de gestão do TCU há os dados de execução orçamentária e de execução financeira. Todavia, os gastos salariais dos servidores públicos são pagos diretamente pela União. Embora haja a autorização do órgão para o pagamento de salários, esses gastos não saem da LOA prevista para aquela unidade. Sendo assim, os gráficos abaixo demonstram dois cenários. Os valores “Ajustados” do Gráfico 4 se referem aos gastos da unidade para manutenção da unidade e financiamento dos projetos sob a sua responsabilidade, somados com gastos anuais de remuneração dos servidores públicos que compõe a força de trabalho da unidade, conforme consta no relatório de gestão da unidade para o TCU. No Gráfico 5, os valores “Não Ajustados” referem-se somente aos gastos da unidade para sua manutenção e financiamento de projetos.

Gráfico 4 - Valores Reais - UP (Ajustado)



Fonte: Relatórios de Gestão do TCU. Elaborado pela autora.

Gráfico 5 - Valores Reais - UP (Não Ajustado)



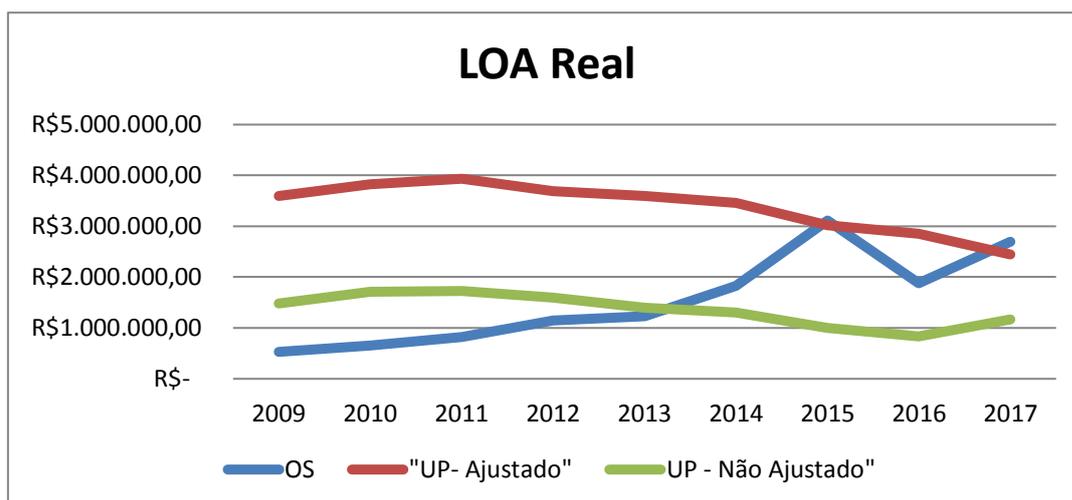
Fonte: Relatórios de Gestão do TCU. Elaborado pela autora.

Observa-se no Gráfico 4 uma tendência de diminuição do montante de recursos destinados às Unidades de Pesquisa ao longo dos anos e que se acentua a partir de 2014. Ao se comparar os dados do Gráfico 4 e do Gráfico 5, constata-se que houve uma diminuição nos recursos destinados para a própria manutenção das atividades das UP, porém isso se reflete também nos gastos salariais. Essa ponderação é importante, pois pode indicar duas hipóteses, que não serão investigadas nessa tese, mas podem ser um caminho para estudos futuros: 1) parece haver um problema de reposição de pessoal, já que o último concurso para a área de ciência e tecnologia ocorreu entre 2012/2013; além disso, há um grande número de aposentadorias, o que contribuiu na tendência de diminuição dos gastos reais com pessoal das UP; 2) Os últimos reajustes salariais da categoria não teriam conseguido repor a inflação do período, o que significou um perda real do poder compra.

Por outro lado, ao se sobrepor os gráficos acima, divididos pelas categorias orçamentárias, é possível se observar uma maior volatilidade nos recursos para as Organizações Sociais, em momentos de rupturas institucionais.

Para facilitar a comparação, nos gráficos seguintes, os dados de OS se limitam ao mesmo período das unidades de pesquisa, isto é, o período entre 2009 e 2017.

Gráfico 6 - LOA Comparada



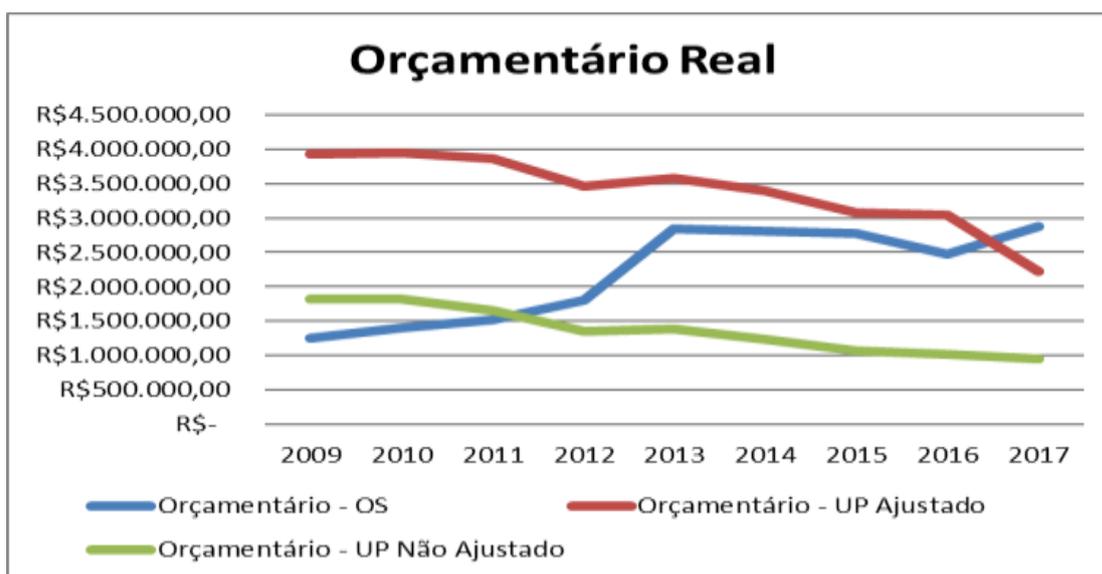
Fonte: SIOP/ME e Relatórios de Gestão do TCU. Elaborado pela autora.

O Gráfico 6 demonstra uma tendência, tanto no “ajustado”, quanto no “não ajustado”, de queda real nos valores consignados em LOA às UP no decorrer do período analisado. Por outro lado, há uma propensão de aumento real nos valores consignados em LOA às OS. Notadamente, há uma escolha política e econômica de preferência governamental ao longo dos anos pelo modelo de parceria entre o setor público e o privado sem fins lucrativos para o estímulo à política pública em ciência e tecnologia.

Paralelamente é possível notar que, em momentos de crise institucional, no que se refere à LOA, os valores destinados às organizações sociais se tornam mais voláteis. Ou melhor, é mais fácil diminuir a previsão destinada às OSs, uma vez que não há vinculação de gastos obrigatórios pela União. Porém, sob outra perspectiva, em termos reais, os recursos consignados em LOA para as UPs foram diminuindo ao longo dos anos, não foi um movimento exclusivo devido à crise institucional.

Do ponto de vista orçamentário, entretanto, a oscilação de recursos destinados à OS foi bem menor do que se era previsto em LOA. Isso deve significar que houve um esforço do ministério para a recomposição dos recursos orçamentários destinados à OS. O Gráfico 7 apresenta essa tendência.

Gráfico 7 - Execução Orçamentária Comparada



Fonte: Termos Aditivos ao Contrato de Gestão e Relatórios de Gestão do TCU. Elaborado pela autora.

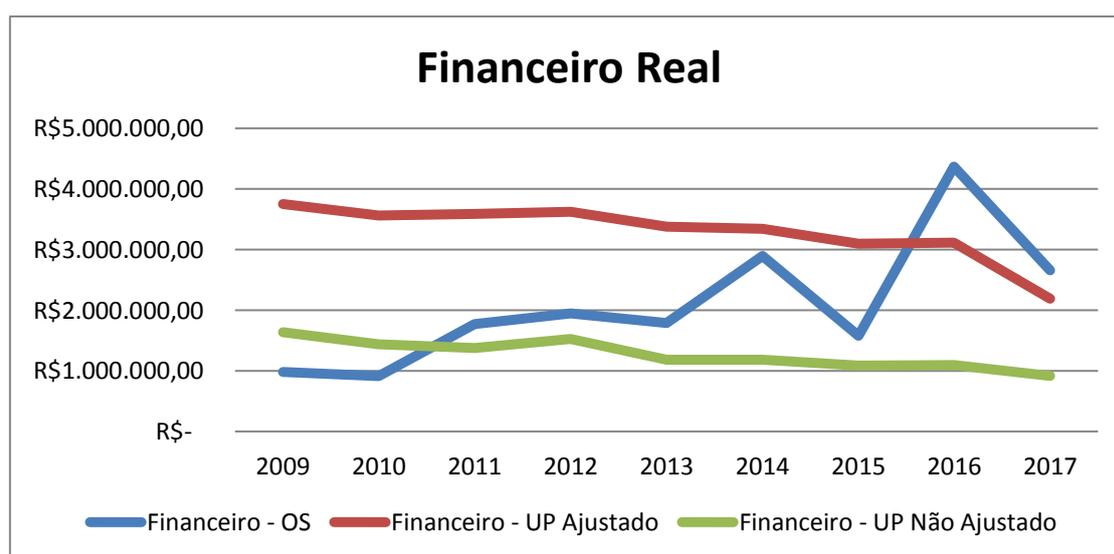
Elucida-se que existe uma diferença fundamental entre o modelo de OSs e o repasse federal às unidades de pesquisa vinculadas ao MCTI. As UPs só podem empenhar depois de um processo licitatório (ou a justificativa para sua não realização, conforme exceções permitidas na legislação). O empenho, ou seja, essa fase “orçamentária” só ocorre depois que houve o processo de contratação e sua homologação. Já os empenhos orçamentários do MCTI para as OSs seguem o previsto no contrato de gestão e são pactuados em termos aditivos ao longo dos anos, sem essa fase anterior da licitação³⁵.

É importante observar que mesmo que o Gráfico 3 e o Gráfico 7 demonstrem que houve uma ligeira queda orçamentária para as OSs no período entre 2015 e 2016, ou seja, uma diminuição do real comprometimento dessa autorização de gasto pelo gestor, houve uma recuperação na sequência. O mesmo não ocorre com as UPs que veem, ano a ano, os recursos em termos reais serem reduzidos, indicando uma fragilização desse tipo de modelo de gestão de pesquisa.

³⁵ Cada organização social possui um regulamento próprio de compras e um regulamento próprio de contratação de pessoal. Esses documentos devem seguir os princípios da administração pública no que se refere aos gastos com recursos do contrato de gestão.

Quanto aos repasses financeiros, a burocracia é bem maior para a transferência de recursos às UPs quando comparado às OSs. Naquelas, os pagamentos só são realizados após a verificação do serviço realizado, já nessas o pagamento é anterior à realização do objeto, bastando a assinatura do termo aditivo que o autoriza. Verifica-se, dessa forma, a mudança advinda pelo modelo, em vez do controle ser por procedimentos, típico do modelo burocrático da administração pública, o controle ocorre por resultados.

Gráfico 8 - Execução Financeira Comparada



Fonte: Relatórios de Gestão das OS e Relatórios de Gestão do TCU. Elaborado pela autora

O Gráfico 8 acima reflete o repasse de recursos ao longo do período analisado. Novamente é possível verificar uma maior volatilidade no repasse dos recursos das organizações sociais, principalmente nos últimos 05 anos. Uma explicação possível é que os repasses para UPs estão sujeitos à menor discricionariedade do gestor. Boa parte das despesas das UPs são vinculadas, ou melhor, estão sujeitas a legislação específica que não permite a plena disposição de tais recursos por mera discricionariedade do gestor. Em contrapartida, as OSs estão mais propensas a esse tipo de interferência, visto que se encontram dentro dos gastos discricionários do órgão público. Portanto, uma hipótese é que pode haver uma preferência do gestor do recurso, em determinadas situações, para definição do que deve ser prioritário no pagamento de um ano, conforme disponibilidade financeira autorizada pela SOF/ME.

Um ponto de destaque e que pode indicar a dificuldade de recuperação de orçamento pelas instituições em ciência e tecnologia é que a partir de 2017, passou a ter vigência a Emenda Constitucional EC nº 95/2016, também conhecida como Lei do Teto dos Gastos Públicos, que estabeleceu que o aumento dos gastos do governo federal só poderá ocorrer em conformidade com a inflação estabelecida no IPCA pelos próximos 20 anos (BRASIL, 2016). A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) tem indicado as quedas de orçamento do MCTI e o impacto da emenda constitucional (EC 95) que “certamente dificultará muito, durante seu período de vigência, um aumento real de recursos orçamentários para CT&I” (MOREIRA, 2017, pp.9). No fim de 2018, o SBPC já apontava a queda do financiamento em CT&I a partir de 2014 e considerou que a aprovação da EC 95 significava “o golpe fatal” nas políticas de CT&I (KLEBIS, 2018).

Gráfico 9 - Financeiro Excluído Gasto com Pessoal OS



Fonte: Relatórios de Gestão das OS. Elaborado pela autora.

Gráfico 10 - Financeiro Total das OS



Fonte: Relatórios de Gestão das OS. Elaborado pela autora.

O Gráfico 9 reflete, tendo em visto os recursos financeiros repassados para a OS, como eles se comportam ao longo dos anos ao se excluir os gastos com pessoal declarados pela entidade. O objetivo é verificar se os recursos para o desenvolvimento das atividades de P&D das OS permanecem estáveis ou se eles sofrem grandes oscilações. Pode-se notar, em comparação com o Gráfico 10, repasses financeiros ao

longo do período, que o montante para manutenção e fomento de atividades das OSs está sujeito às flutuações de recursos repassados às OSs. Assim, as atividades desenvolvidas pela OS podem ser prejudicadas pela ausência de recursos, o que pode dificultar o controle por resultados preconizado pelo modelo. Constatou-se, por exemplo, que, em 2015, houve uma redução significativa de recursos para a OS, principalmente em termos financeiros. Os relatórios de gestão indicam a paralisação de algumas atividades pela ausência de recursos:

O Instituto Mamirauá iniciou 2015 conduzindo cerca de 95 projetos de pesquisa correntes, mas cerca de 35% deles foram paralisados por falta de recursos ao longo do ano. (...)

As dificuldades encontradas para manter o funcionamento destes grupos e dar continuidade a suas atividades são, principalmente, a fixação de recursos humanos de alta capacidade, e a manutenção do fluxo adequado de recursos financeiros necessários à sua atuação. Esta última dificuldade mostrou-se especialmente crítica desde o segundo semestre de 2014. Em 2015 tal dificuldade aprofundou-se uma vez que houve brusca redução dos valores transferidos pelo MCTI, levando projetos a serem paralisados e equipes de pesquisa a serem reduzidas (RELATÓRIO DE GESTÃO DO IDSM DE 2015)

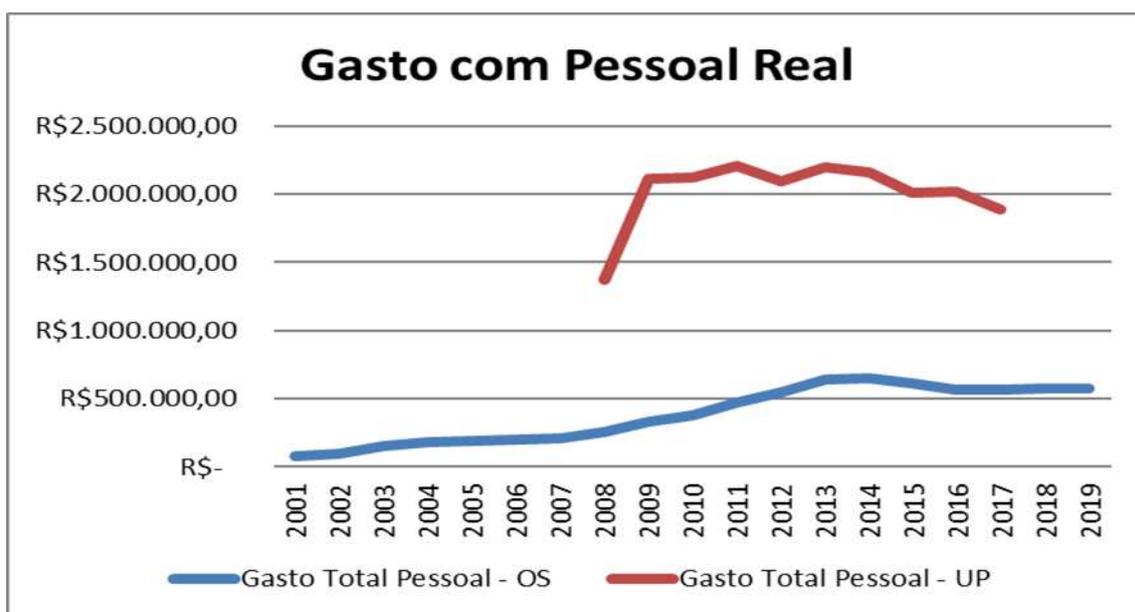
Conforme assinalado o 9º Termo Aditivo, firmado em 2015, apresentou uma redução da ordem de 78,8 % (setenta e oito vírgula oito por cento) em relação aos valores do 8º Termo Aditivo, fazendo retroceder a receita anual do Contrato de Gestão, aos números de 2003. Com isso o Centro foi obrigado a rever seu planejamento no sentido de renegociar contratos e reduzir dispêndios uma vez que iniciará o ano de 2016 em situação bastante adversa em relação aos anos anteriores (RELATÓRIO DE GESTÃO DO CGEE DE 2015).

A RNP foi bastante afetada em seu financiamento em 2015, o que representou uma redução de cerca de 40% dos recursos do fomento anual de 2014 para o Programa Interministerial RNP. Esse corte ocorreu ao final do ciclo de forte crescimento para a inclusão dos campi no interior nos últimos três anos (...)

Ao longo do ano foram reduzidos os gastos possíveis e repactuados e diferidos os compromissos com gastos recorrentes de telecomunicações com o intuito de não paralisar nenhum serviço na rede acadêmica enquanto são encontradas alternativas de sustentação. (RELATÓRIO DE GESTÃO DA RNP, 2015)

Diante disso, também é importante investigar como se comportou o gasto com pessoal tanto das organizações sociais quanto das UPs:

Gráfico 11 - Gasto com Pessoal OS X UP

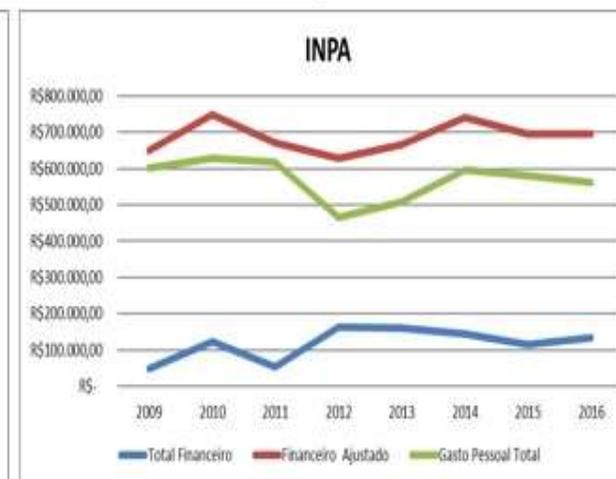
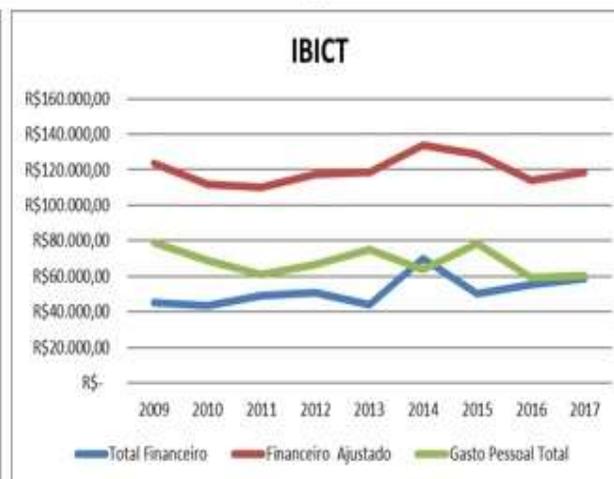
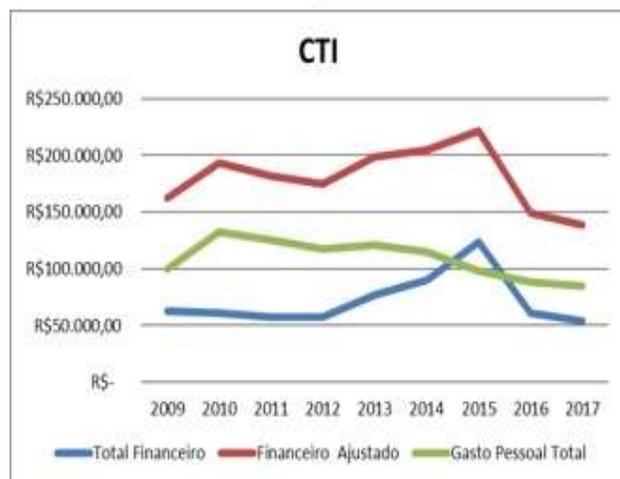
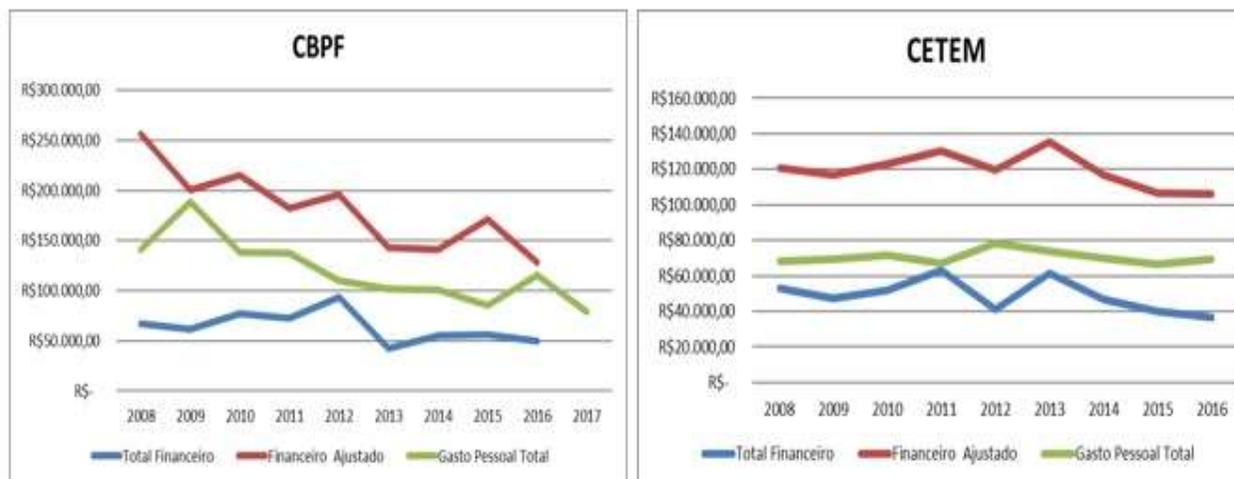


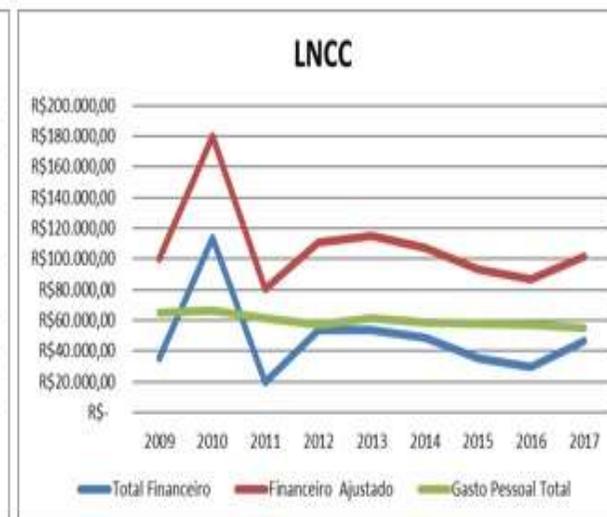
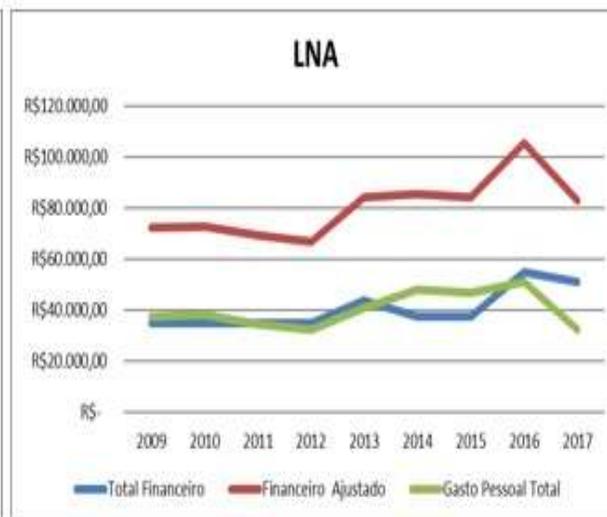
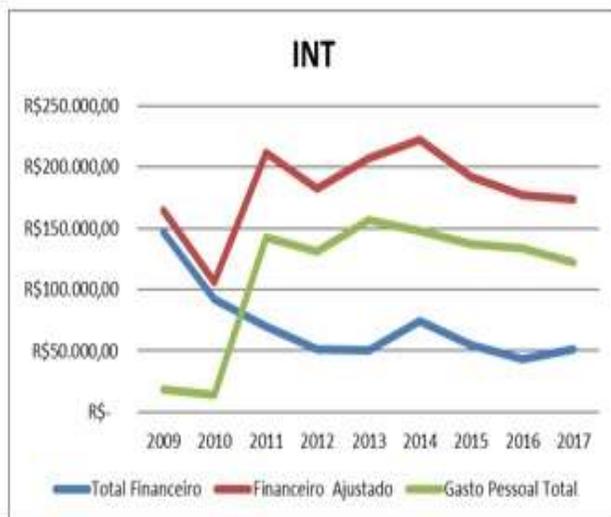
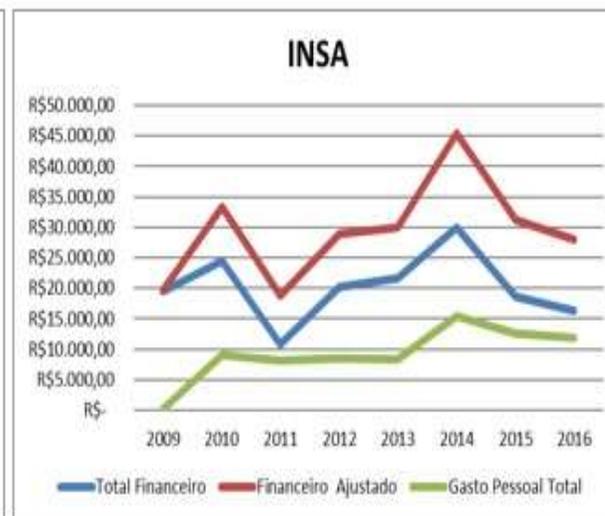
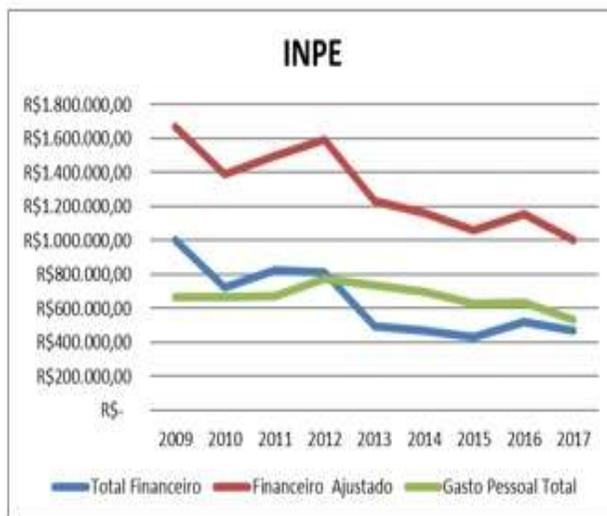
Fonte: Relatórios de Gestão das OS e Relatórios de Gestão do TCU. Elaborado pela autora.

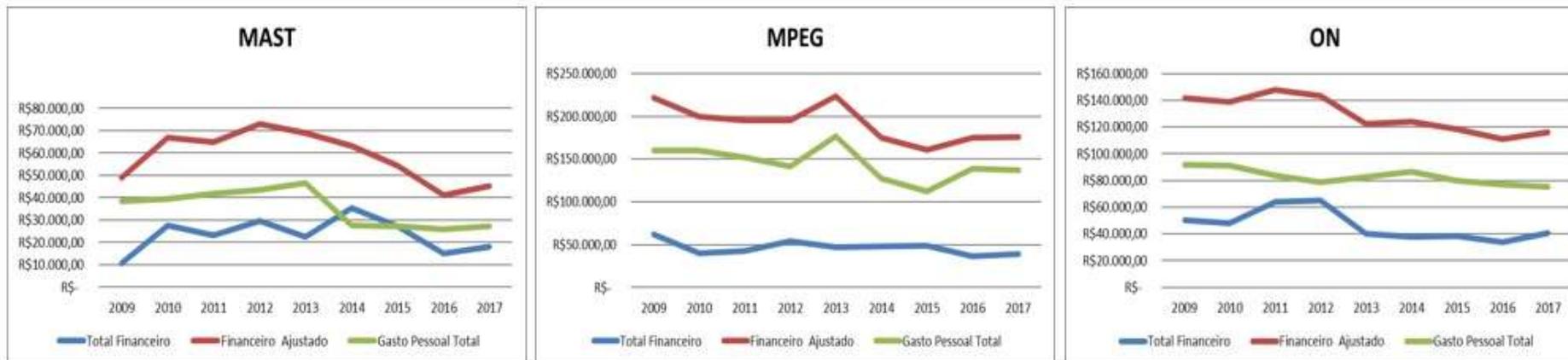
O Gráfico 11 demonstra o quanto foi gasto com Pessoal por OS e UP ao longo do período analisado. Assinala-se que os gastos de pessoal das UPs se referem aos gastos com servidores públicos, sendo esses recursos pagos diretamente da União, não passando estes pela unidade de pesquisa. Recursos de terceirizados são pagos com contratos administrativos, sendo esses gastos incluídos nos recursos de custeio da unidade.

A pesquisa permitiu identificar o comportamento dos gastos de pessoal em cada UP, considerando os valores financeiros destinados para aquela entidade no ano. Portanto, para determinação desse financeiro foram somados os valores que constavam em “gastos com pessoal” (ajustado), os valores de “restos a pagar” pagos no ano e os valores pagos em relação aos demais gastos da UP, constante nos créditos recebidos pela Unidade.

Gráfico 12 - Comparação da Execução Financeira e Gastos de Pessoal - UP





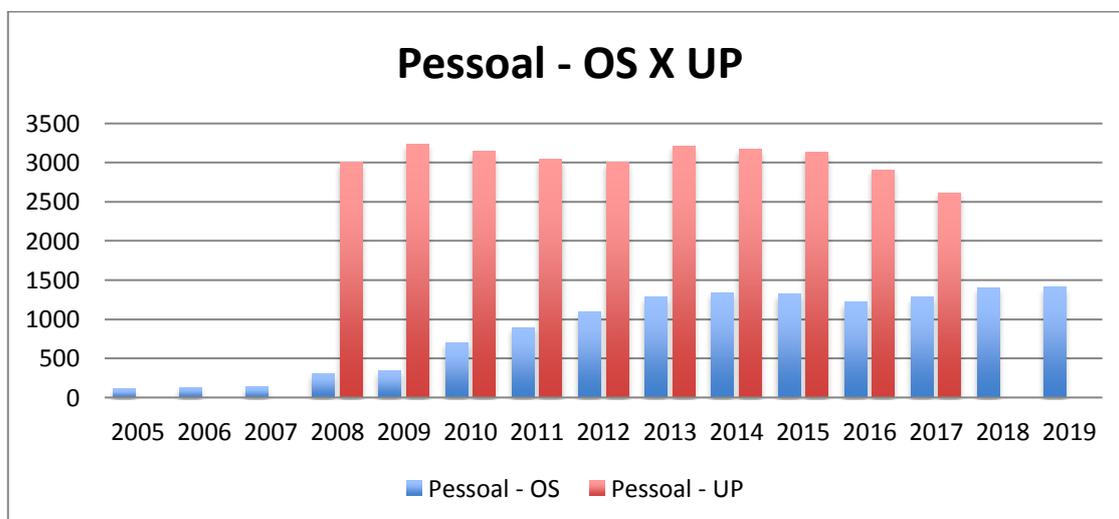


Fonte: Relatório de Gestão do TCU. Elaborado pela autora.

Frisa-se que a período para o qual os dados estão disponíveis para as UPs é menor que o para as OSs, todavia é possível verificar que os gastos com salários de servidores têm diminuído ao longo dos anos em termos absolutos e tem uma tendência de queda nas UPs quando analisados de forma individual. No Gráfico 13, é possível ver uma recomposição de pessoal em 2013, já que houve concurso público para a carreira de C&T, porém há uma tendência de decréscimo no número de servidores, que pode ter ocorrido pelas aposentadorias, bem como pela saída da mão-de-obra e a dificuldade de sua reposição, pois é necessária autorização do ministério da economia para abrir novos concursos públicos.

Relembra-se que para mensuração dos gastos de pessoal das organizações sociais foram colhidas as informações constantes nos relatórios de gestão. É interessante observar que há uma tendência de aumento do número de funcionários, bem como de seus gastos. Isso pode ser explicado por duas principais razões que se combinam: 1) algumas dessas OSs surgiram de UPs que já existiam, portanto, conforme a lei faculta, esses servidores foram cedidos às organizações sociais e está havendo uma troca da mão de obra de servidores concursados por funcionários celetistas, em razão das aposentadorias; 2) as OSs estão cada vez mais consolidadas e, portanto, seu corpo técnico cada vez aumenta mais.

Gráfico 13 - Número de Pessoal - OS X UP



Fonte: Relatórios de Gestão das OS e Relatórios de Gestão do TCU. Elaborado pela autora.

Por fim, é preciso ponderar que diferentes instituições possuem escopo diferentes. Há UPs muito grandes e variações muito grandes entre elas. Por exemplo, em 2017, o INPE possuía um total de 849 servidores públicos, enquanto o INSA possuía 25 servidores. O mesmo ocorre com as OSs. Em 2017, havia um total de 29 colaboradores na EMBRAPA e 568 funcionários no CNPEM. Por conseguinte, analisa-se aqui, em termos comparativos, instituições com perfis e objetivos diferentes. A classificação proposta na metodologia procura ter um parâmetro mínimo de comparação entre essas instituições e será usado na próxima seção.

4.2 A Divisão do Orçamento – Por Classificação

O “Relatório Tundisi” foi um importante documento elaborado por uma comissão de especialistas, no começo dos anos 2.000, com uma proposta de Política de Longo Prazo para as UPs Vinculadas ao MCTI. As unidades de pesquisa foram enquadradas em 6 blocos institucionais: UPs da Amazônia, UPs com foco em Ciência, UPs com foco em Tecnologia, UPs da Área Nuclear, UPs como Laboratórios Nacionais e UPs como Missão Específica.

Sobre a divisão e utilização desses blocos institucionais nessa pesquisa, três considerações são importantes. A primeira é que no Relatório Tundisi também foram analisadas as entidades vinculadas ao MCTI da área nuclear. Não existe uma Unidade de Pesquisa da área nuclear, a CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), uma autarquia federal, vinculada ao MCTI, é o principal ente em C&T que desenvolve a política nacional de energia nuclear, portanto não será considerada nessa pesquisa as “UPs nucleares”, uma vez que elas não fazem parte do objeto de estudo, considerando a sua estruturação institucional.

Outro ponto é que, com a modernização e ampliação das atividades das unidades de pesquisa, tomou-se uma decisão metodológica de ampliar o escopo de “UPs da Amazônia” para “Ups Biomas”. Tal classificação permite que unidades de pesquisa relacionadas a conservação e na agregação de valor aos recursos naturais em diferentes partes do território, e que foram criadas nos últimos anos, sejam classificadas dentro dessa categoria quando contribuem para o desenvolvimento sustentável e regional de acordo com as especificidades locais.

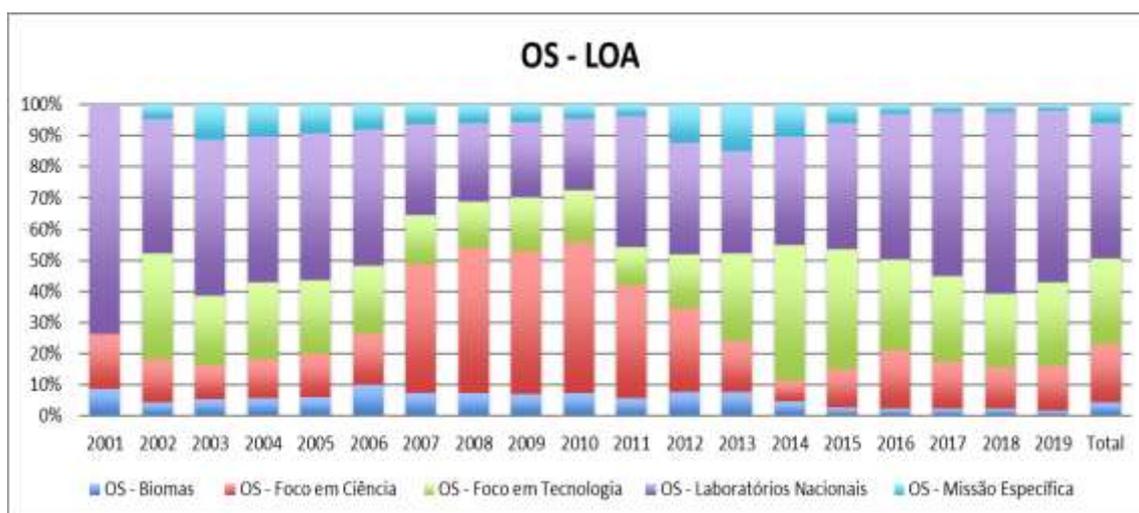
Por último, algumas das OSs e UPs ainda não haviam sido criadas nos anos 2000, em vista disso, com base na missão e no escopo de atuação de cada uma das instituições, foi feita uma divisão, conforme consta na metodologia (Quadro 1).

Existem outros documentos estruturantes para se pensar uma política de longo prazo em CT&I, a exemplo da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022 (ENCTI) ou das Portarias definidoras dos eixos prioritários de atuação do MCTI ao longo do ano. No entanto, esses materiais são definidos em eixos estruturantes ou áreas estratégicas prioritárias que nem sempre comportam as especificidades das instituições que aqui se estudam, podendo, inclusive, haver sobreposição de conteúdo. Diante disso, a opção de divisão a partir do Relatório Tundisi ocorre em especial por ser esse material a síntese que analisou detalhadamente as unidades vinculadas ao MCTI e permitiu um real avanço das estruturas, além disso possibilitou classificá-las de acordo com suas missões:

“Além de servir de “choque de gestão” e de conscientização a quase todos os Institutos do MCT de então, o “Relatório Tundisi” permitiu que a Secup - Secretaria de Coordenação das Unidades de pesquisa (hoje uma Subsecretaria, Scup) elaborasse um Plano de Ação para atendimento às recomendações da Comissão” (CILONI e BERBERT, 2013).

Por conseguinte, os gráficos seguintes refletem a tentativa de se observar quais têm sido as prioridades do governo na divisão de seus recursos no que tange à ciência, tecnologia e inovação. Há, novamente, uma divisão em três momentos: a) previsão de recursos da LOA; b) o orçamento empenhado, ou seja, o compromisso do governo federal de que há recursos e eles serão repassados para aquela ação; c) o financeiro, o repasse real de recursos.

Gráfico 14 - LOA por Classificação nas OS



. Fonte: SIOP/ME. Elaborado pela autora

Em 2001, só havia três organizações sociais qualificadas, o IDSM, o IMPA e o CNPEM (antigo ABTLuS), portanto, observa-se uma concentração da LOA nessas entidades (de acordo com a classificação). A partir de 2002, mais duas organizações sociais foram qualificadas, portanto, do montante de recursos destinados às organizações sociais pela LOA, há uma redistribuição do percentual. Isso não significou que OS que já existiam tiveram sua previsão de LOA reduzida. Pelo contrário, como mostrado na seção anterior, houve, ao longo dos anos, uma trajetória ascendente nos recursos previstos em LOA destinados às organizações sociais.

Para as OSs com foco em Ciência, a entrada do MEC no financiamento governamental ao IMPA, a partir de 2007, em especial para expansão e consolidação das Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), significou um *boom* na previsão da LOA para organização social.

Depreende-se também, pelo Gráfico 14, que a maior parte dos recursos LOA, a partir de 2014, tem sido empreendidos na Classificação “Laboratórios Nacionais”. Isso ocorreu especialmente pela criação da Ação programática 13CL, que visa a construção do SIRIUS, uma fonte de luz síncrotron de 4ª geração, sendo essas uma das maiores obras de infraestrutura científica brasileira. O crescimento em termos proporcionais da LOA, bem como do orçamentário e financeiro (poderá ser verificado nos Gráfico 17 e

Gráfico 20) das OS com Laboratórios Nacionais nos últimos anos ocorre, em especial, com a construção do SIRIUS. Ressalta-se que a previsão de entrega inicial da obra era em 2018:

é importante ressaltar que os desafios do projeto não têm apenas caráter tecnológico. De acordo com o coordenador de obras do Sirius no CNPEM, a primeira fase da construção está prevista para durar quarenta meses, sendo estabelecido o mês de setembro de 2017 como o mês de conclusão do prédio principal, a partir do qual ocorrerá a liberação para o início da montagem do anel, e, em 2018, há a previsão de que já sejam iniciados os primeiros testes no anel de luz.(RAUEN, 2017)

Todavia, os problemas de liberação orçamentária e financeira dos últimos anos geraram atrasos na execução da obra, agora com previsão de entrega em 2021:

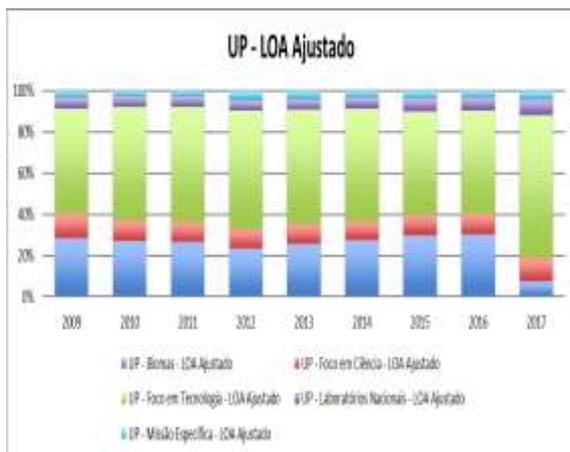
O saldo financeiro dos recursos destinados especificamente ao Projeto Sirius foi reprogramado no 13º Termo Aditivo, em observância à Subcláusula Terceira, da cláusula sexta do Contrato de Gestão. Assim, a execução orçamentária de 2015 foi possível devido a ações de reprogramação do saldo financeiro de 2014, de R\$79,0 milhões, ao recebimento de restos a pagar referentes ao ano de 2014, no montante de R\$28,2 milhões, e ao recebimento parcial dos recursos contratados em 2015 (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2015).

Em 2018, foram contratados R\$352,4 milhões para o Projeto Sirius. Este valor agrega os R\$ 218,4 milhões reservados à ação 13CL na LOA 2018 e suplementação orçamentária de R\$ 134 milhões. Essa suplementação não decorreu de aumento do custo do projeto, mas dos repasses inferiores às necessidades em anos anteriores, sobretudo no ano de 2017. Destaca-se ainda que, o valor total contratado ficou aquém do montante requerido para o cumprimento pleno das atividades previstas no cronograma de execução do projeto (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2019).

Ao se comparar com as unidades de pesquisa, conforme constam nos gráficos 15 e Fonte: Relatórios de Gestão do TCU. Elaborado pela Autora.

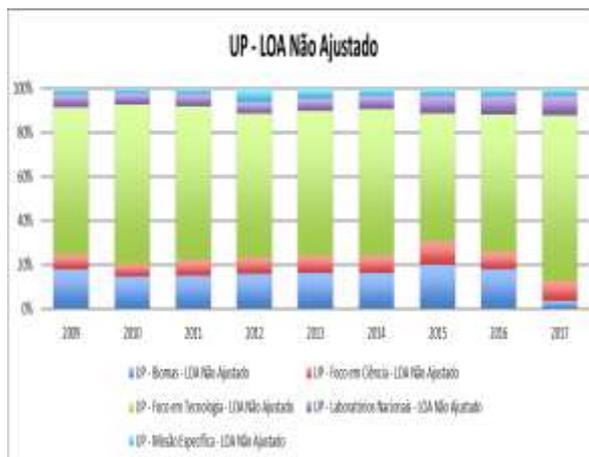
Gráfico 16, é possível identificar que a previsão da LOA, tanto em um cenário em que se consideram os gastos de salários (Ajustado), quanto na situação em que só são considerados os recursos que entraram para o funcionamento da unidade, excluído os gastos salariais com servidores (não-ajustado) há uma predominância das UPs com Foco em Tecnologia.

Gráfico 15 - LOA por Classificação das UPs (Ajustado)



Fonte: Relatórios de Gestão do TCU.
Elaborado pela Autora.

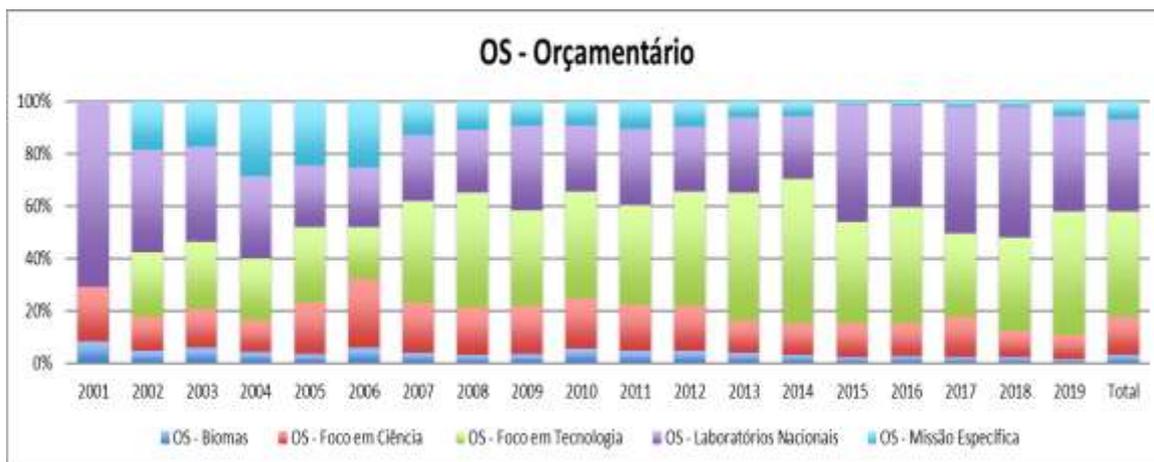
Gráfico 16 - LOA por Classificação das UPs (Não Ajustado)



Fonte: Relatórios de Gestão do TCU. Elaborado pela autora.

Quanto aos dados orçamentários, ou seja, a promessa do governo federal de que há recursos para aquela ação e que uma parte já foi “reservada”, há o indicativo de que a priorização do governo nas OSs seja, primeiramente, as OS com foco em tecnologia e, em seguida, os laboratórios nacionais, conforme se aduz do Gráfico 17.

Gráfico 17 - Execução Orçamentária por Classificação nas OS

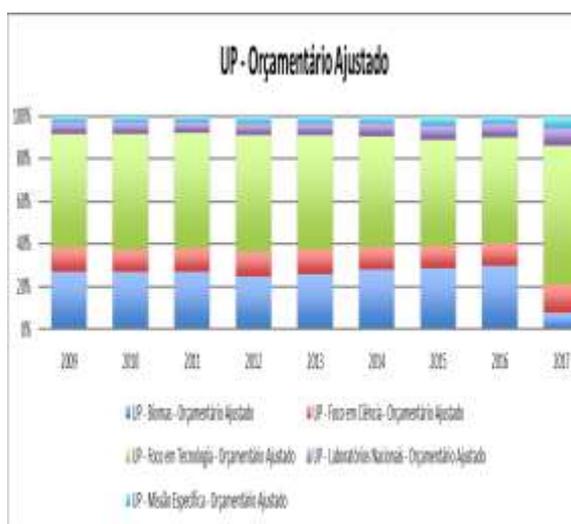


Fonte: Contratos de Gestão das OSs. Elaborado pela autora.

A análise se torna mais interessante ao se comparar com as unidades de pesquisa. Como se pode notar pelos Gráfico 18 e Gráfico 19, há uma preponderância da execução orçamentária com foco em tecnologia, porém os gastos com laboratórios nacionais é bem mais baixo. Por outro lado, há um maior gasto em UP em biomás,

justificando-se, em especial, pela atuação do INPA, que tem bases em várias partes da Amazônia, sendo referência em biologia tropical no mundo. Em 2017, não havia dados do INPA disponível nos relatórios de gestão do TCU, por isso os gráficos mostram uma queda na execução orçamentária em Biomas, porém nota-se que há uma constância, o que deve se refletir também em 2017.

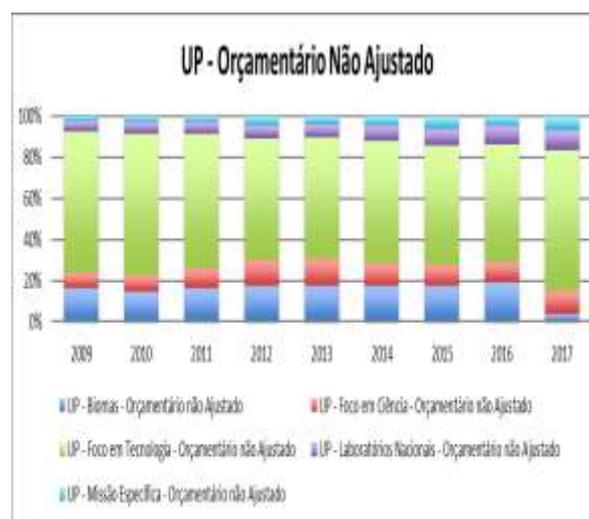
Gráfico 18 - Execução Orçamentária por Classificação - UPs (Ajustado)



Fonte: Relatórios de Gestão do TCU.

Elaborado pela Autora.

Gráfico 19 - Execução Orçamentária por Classificação - UPs (Não Ajustado)



Fonte: Relatórios de Gestão do TCU.

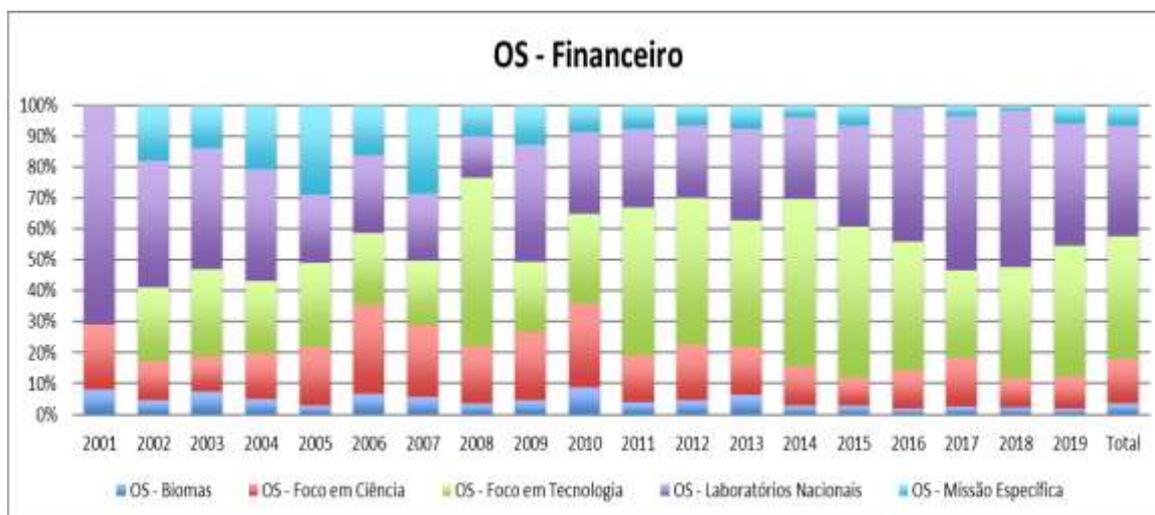
Elaborado pela Autora.

É interessante perceber que existe uma constância maior na execução orçamentária em UPs por classificação do que em OS. Isso pode indicar que OS estão mais suscetíveis a mudanças de entendimento da política de ciência, tecnologia e inovação do que as UPs. Existe uma maior discricionariedade do gestor na definição do orçamento, estando-se as OS mais sujeitas a mudanças políticas. Um exemplo é que com a reeleição de Dilma Rousseff em 2015, houve uma série de mudanças ministeriais. A partir desse momento, a OS com missão específica perdeu preponderância dentro do governo, o que se refletiu na diminuição proporcional da execução orçamentária com essa finalidade.

Os gráficos abaixo refletem o repasse real de recursos, de acordo com a classificação estabelecida nesse trabalho. É imprescindível notar que os recursos efetivamente repassados para UPs são mais constantes ao longo da série. Conforme já

mencionado, existe menor discricionaridade de receitas destinadas às UPs, um dos motivos apontados é uma maior vinculação de despesas da administração pública direta, o que é visto por uma parte da literatura como uma desvantagem do modelo orçamentário brasileiro que gera uma maior rigidez orçamentária (MOTTA, 2008; FURTADO, 2008).

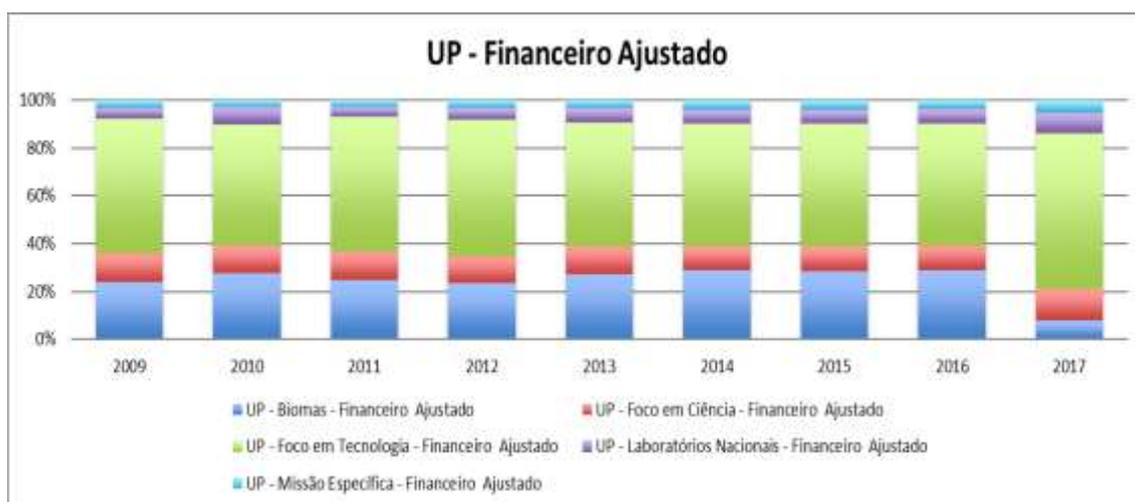
Gráfico 20 - Execução Financeira por Classificação nas OS



Elaborado pela autora. Fonte: Relatórios de Gestão das OSs.

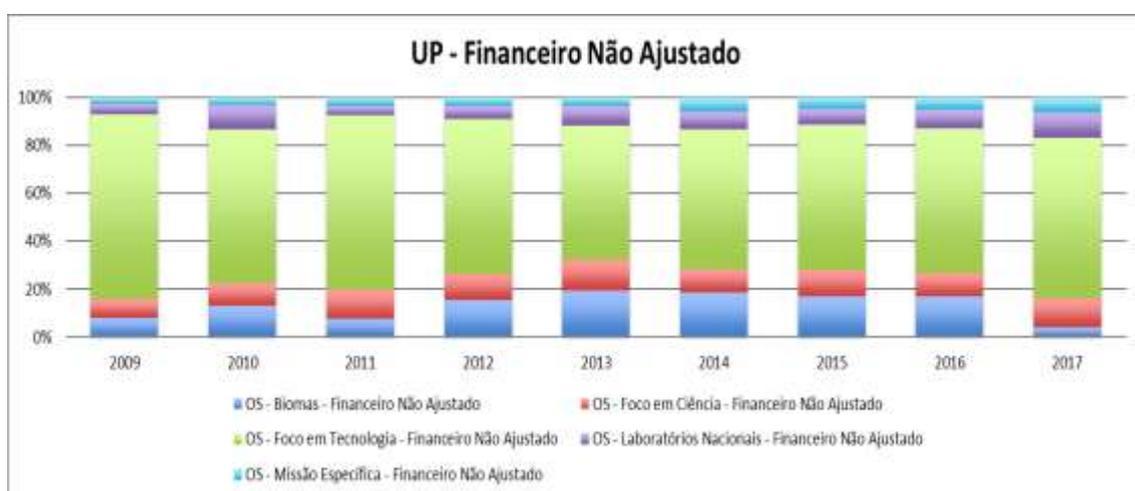
A execução financeira de OS, embora tenham alguma constância em termos proporcionais, mostram variações ao longo da série. Em exemplo interessante é que em 2008, embora tenha sido destinado, no orçamento recursos para a OS – laboratórios nacionais, boa parte deles só foram repassados em 2009. Isso indica que as organizações sociais têm uma menor garantia financeira durante o ano. Nos termos aditivos é possível observar uma “reserva técnica”, que deveria ser usada para garantir possíveis passivos que podem ocorrer devido a decisões judiciais ou cobrir gastos de emergência, porém que acabam sendo utilizados para cobrir a ausência da entrada de recursos em um ano.

Gráfico 21 - Execução Financeira por Classificação - UPs (Ajustado)



Fonte: Relatórios de Gestão do TCU. Elaborado pela Autora.

Gráfico 22 - Execução Financeira por Classificação - UPs (Não Ajustado)

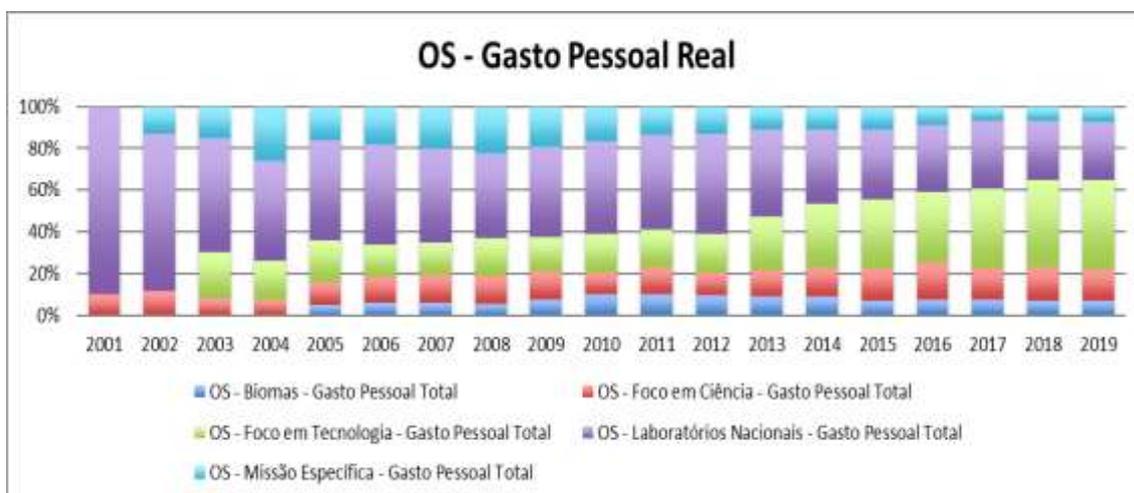


Fonte: Relatórios de Gestão do TCU. Elaborado pela Autora.

Uma questão interessante é observar o comportamento somente do gasto com pessoal ao longo do tempo. Em termos proporcionais, cada vez mais os gastos com pessoal de “laboratórios nacionais” decrescem e as com foco em tecnologia aumentam. É claro que é possível considerar que em 2013, houve a criação da EMBRAPPII, que se encontra dentro da classificação de foco em tecnologia. Porém, é uma OS pequena, contando, em 2014 com 18 colaboradores e, em 2019, com 31 colaboradores. Portanto, pode ser que esteja ocorrendo um aumento maior desse tipo de gasto com OS com foco em tecnologia. Nada obstante, não constará na análise desse trabalho os motivos pelos quais isso pode estar ocorrendo, principalmente porque não é possível identificar

relatórios de gestão o detalhamento do gasto de pessoal por categoria, mas é um objeto interessante de investigação futura.

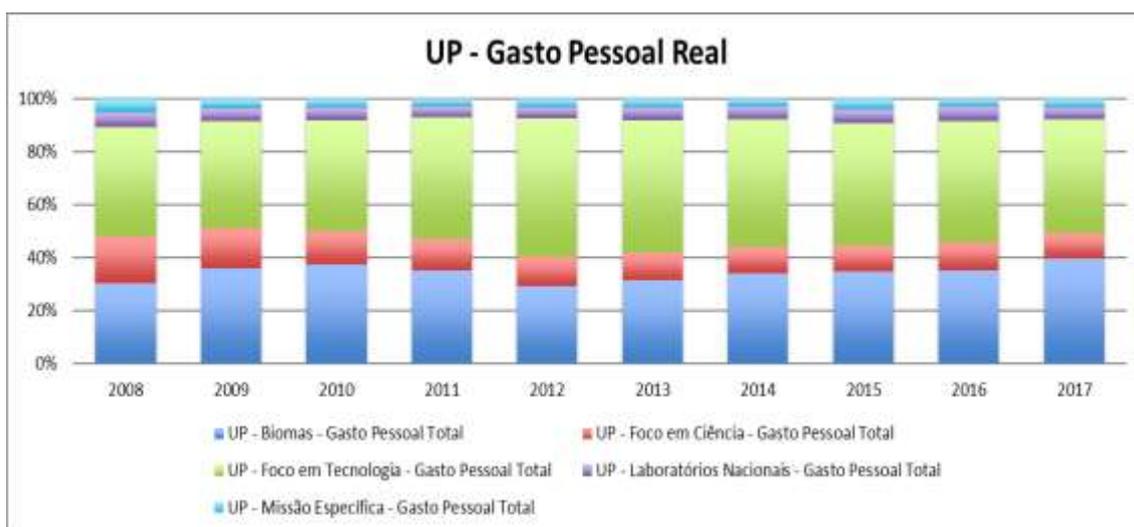
Gráfico 23 - Gasto de Pessoal por Classificação - OS



Elaborado pela autora. Fonte: Relatórios de Gestão das OSs.

Em relação aos gastos de pessoal por UP, constata-se que ele é mais estável, conforme se verifica no Gráfico 24, exatamente pela forma de contratação ocorrer via concurso público e serem gastos mais engessados de forma horizontal em todas as instituições. As pequenas variações devem ocorrer pelas aposentadorias de servidores ou, quando ocorrem concursos públicos, pela definição de áreas que receberão maior contingente. Novamente, é preciso que reforçar que a análise de perfil dos servidores públicos ingressantes e egressos não faz parte desse trabalho.

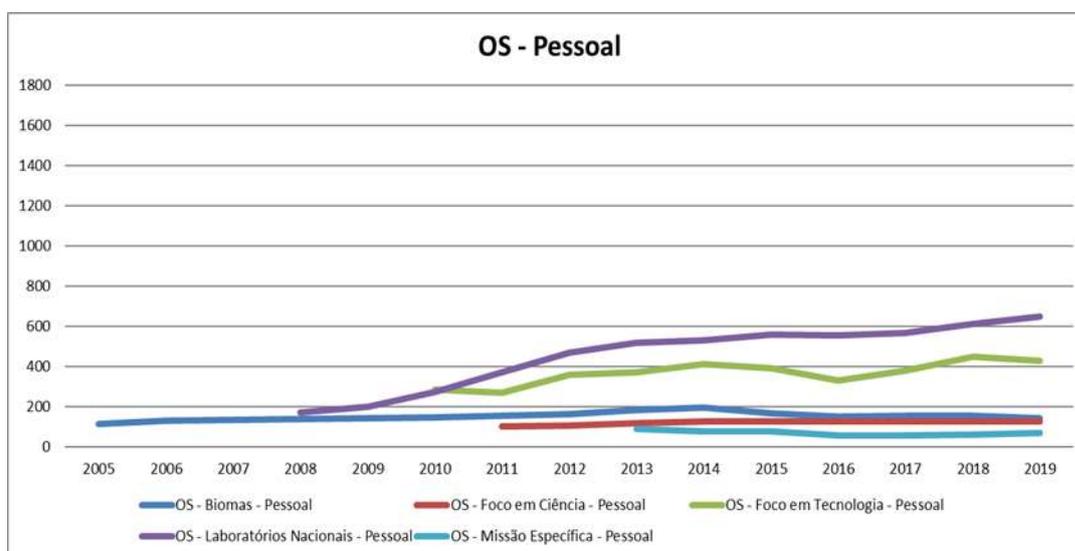
Gráfico 24 - Gasto de Pessoal por Classificação - UP



Elaborado pela Autora. Fonte: Relatórios de Gestão do TCU.

Por fim, em relação ao número de pessoal, há uma queda de contingente nas UPs e um aumento de pessoal nas OSs, consoante ao já observado no Gráfico 13. Os relatórios de gestão das OSs não apresentam uniformidade na apresentação do número de pessoal, inclusive a mera disponibilização desse dado ocorre em momentos diferentes. Após essa observação metodológica é imprescindível notar que o número de funcionários tem crescido mais em OS com perfil foco em tecnologia e laboratório nacional, o que pode ser justificado pela garantia de recursos para essas áreas.

Gráfico 25 - Nº de Pessoal por Classificação - OS



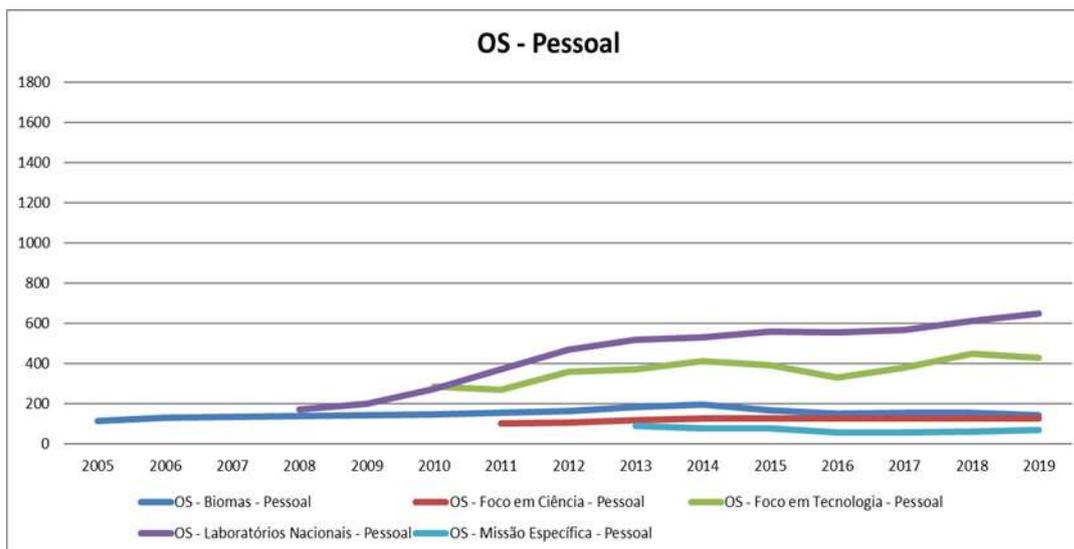
Elaborado pela autora. Fonte: Relatório de Gestão

Por outro lado, o Gráfico 25 demonstra que há uma queda em pessoal em Biomás e Missão específica, principalmente a partir de 2015. Os próprios relatórios de gestão das OSs nessa classificação indicam a diminuição do fluxo de recursos o que impactou no pessoal contratado:

A direção do CGEE, diante deste contexto, viu-se obrigada a reagir de forma a ajustar-se, em pouquíssimo tempo, à realidade que se impunha. Foram tomadas, entre outras providências, a descontinuidade ou redução de serviços de manutenção prestados ao CGEE, uma redução significativa no quadro de pessoal, buscando preservar as equipes essenciais atuando nas atividades nucleares do Centro (RELATÓRIO DE GESTÃO DO CGEE, 2015).

(...) o IDSM já possuía um corpo de pesquisadores em 2015 com aproximadamente 40% de doutores, sendo todos os demais mestres (a maioria deles já engajada em programas de doutoramento). Todavia, com as dificuldades financeiras enfrentadas a partir de 2015, boa parte deste quadro ainda modesto, mas que havia sido construído com grande dificuldade na década anterior, teve que sofrer fortes reduções e a demissão de pesquisadores (inclusive doutores) e técnicos de pesquisa. Além disso, a falta de recursos financeiros impediu que os salários fossem mantidos em níveis atrativos, o programa de apoio à pós-graduação foi interrompido e as condições de trabalho deterioraram-se sensivelmente. Situação que se perdurou em 2016, com a continuação da redução das equipes (...) (RELATÓRIO DE GESTÃO DO IDSM, 2016).

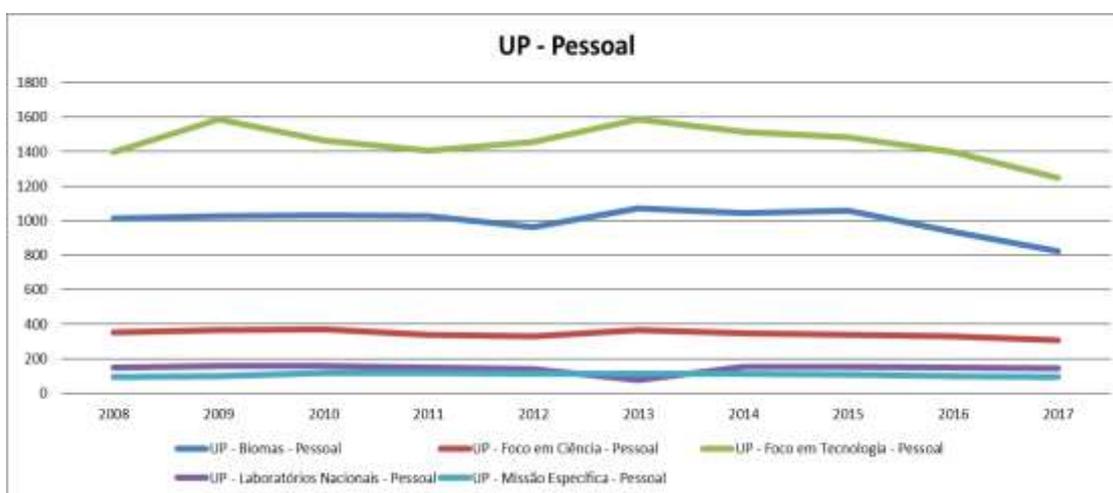
Gráfico 25 - Nº de Pessoal por Classificação - OS



Elaborado pela autora. Fonte: Relatórios de Gestão das OSs.

Nas UPs, é possível observar que houve uma reposição de contingente em 2013, em conformidade à realização de concurso público no período, porém a queda de contingente de pessoal vem ocorrendo de forma bastante semelhante em todas as classificações, em termos proporcionais.

Gráfico 26 - Número de Pessoal por Classificação - UP



Elaborado pela Autora. Fonte: Relatórios de Gestão do TCU.

É nesse contexto que pode-se verificar que o modelo OS consegue responder de forma mais rápida a duas questões governamentais: a) mudanças nas políticas

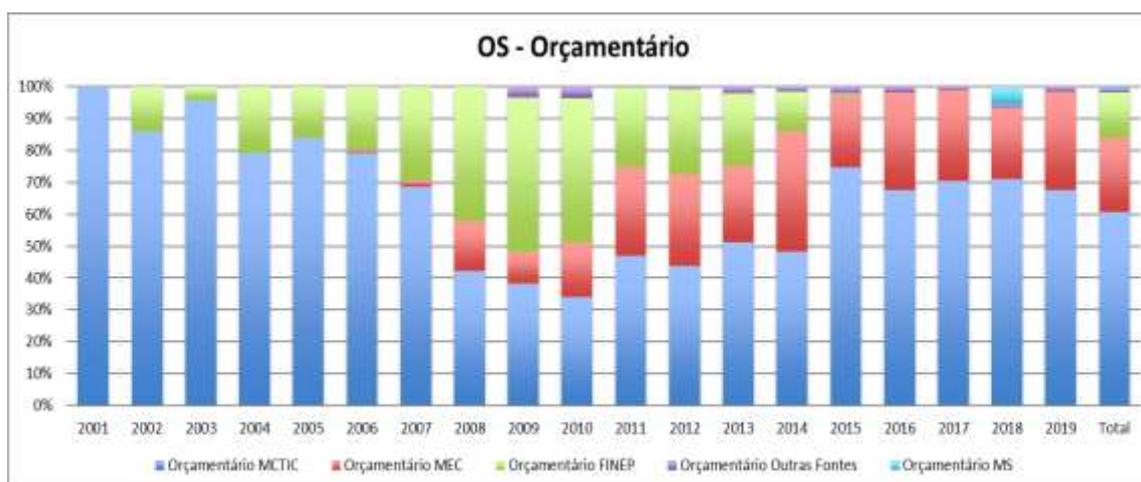
prioritárias podem ser realizadas de forma mais ágil por meio das OSs, uma vez que não há a obrigatoriedade do Estado de manutenção da estrutura da instituição. Embora haja um contrato de gestão que estabelece a parceria entre Estado e entidade privada sem fins lucrativos, o Estado pode descontinuar a parceria ou diminuir os recursos destinados a aquela organização, conforme seus interesses; b) em situações de crise fiscal, é mais fácil diminuir os recursos, principalmente se as áreas não são prioritárias dentro daquela política de governo. Nas UPs os gastos apareceram de forma mais estável, já nas OSs houve uma maior oscilação.

4.3 Geral por Fonte – Os financiadores do Modelo OS

A qualificação de uma organização social é o primeiro passo para se firmar uma parceria entre o Estado e a entidade qualificada. Após essa etapa, é necessário que se firme entre a União e a OS um contrato de gestão que estabeleça os termos dessa parceria. O entendimento é que se é firmado um contrato de gestão com a OS, isto é, fica estabelecido contratualmente que um determinado órgão é o supervisor do contrato de gestão dentro da União, podem outros órgãos, que se interessarem, fomentar as atividades da OS por meio da interveniência.

O MCTI é responsável pela supervisão de seis contratos de gestão dentro da União. Em cinco deles há atualmente intervenientes, que podem repassar recursos para as OSs. O Gráfico 27 apresenta a execução orçamentária por fonte das organizações sociais no período analisado.

Gráfico 27 - Execução Orçamentária por Fonte - OS



Elaborado pela Autora. Fonte: Termos Aditivos das OS

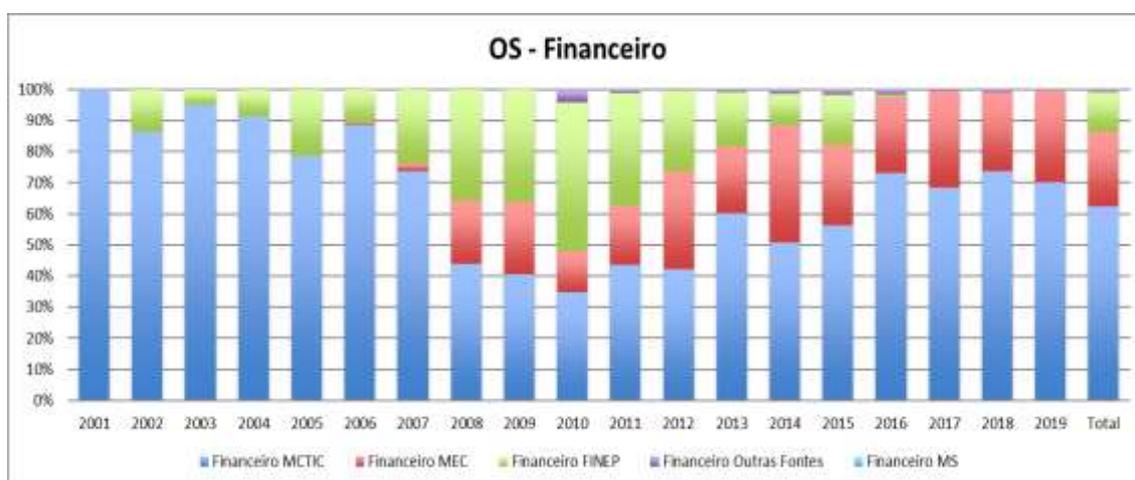
É possível observar que inicialmente somente o MCTI era financiador das organizações sociais. O financiamento via FINEP começou a ocorrer a partir de 2002, com a qualificação do CGEE como organização social e a assinatura do seu contrato de gestão. Inicialmente, o CGEE foi pensado para ser a gestor dos fundos setoriais que acabavam de surgir e vinculavam parte da arrecadação tributária de determinadas áreas para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional. Porém, paulatinamente, os fundos setoriais via FINEP passaram a destinar recursos para outras organizações sociais, como se depreende dos gráficos a seguir. Além disso, não é possível desconsiderar que a FINEP é uma empresa pública do próprio MCTI. Desse modo, pode-se observar que somente a partir de 2006 um outro órgão público, não vinculado ao MCTI, começa a destinar recursos às OSs.

Claramente existe uma conexão entre a missão da maior parte das entidades supervisionadas pelo MCTI e o MEC, dado que uma parcela significativa do desenvolvimento científico e tecnológico passa pelo próprio sistema educacional e pelas universidades brasileiras. Assim, progressivamente se nota um aumento do financiamento via MEC.

Uma comparação entre os Gráfico 27 e Gráfico 28 mostra que nem sempre o comprometimento orçamentário em um ano significa o repasse financeiro naquele mesmo ano, muitas vezes o recurso é inscrito em restos a pagar e pago em exercícios seguintes. Uma situação muito interessante de se observar é a execução orçamentária

realizada pelo MS em 2018 à EMBRAPPII. Após se tornar interveniente do contrato de gestão, o MS se comprometeu com o repasse de R\$ 50 milhões assinado em termo aditivo, porém não houve a execução financeira nem em 2018, nem em 2019. Esse é um problema para o modelo, pois ele se baseia no pressuposto de que uma vez assinado o termo aditivo, há o comprometimento de repasse dos recursos. Gera-se uma expectativa de recebimentos pela OS e uma vez que eles não são recebidos, pode causar graves problemas na manutenção da OS ou ainda descrédito da OS. No caso da EMBRAPPII, os recursos da saúde seriam destinados ao fortalecimento e apoio a projetos de inovação do Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CIS), porém como os recursos não foram repassados, a parceria se estabeleceu apenas no papel, sem, contudo, ter eficácia.

Gráfico 28 - Execução Financeira por Fonte - OS

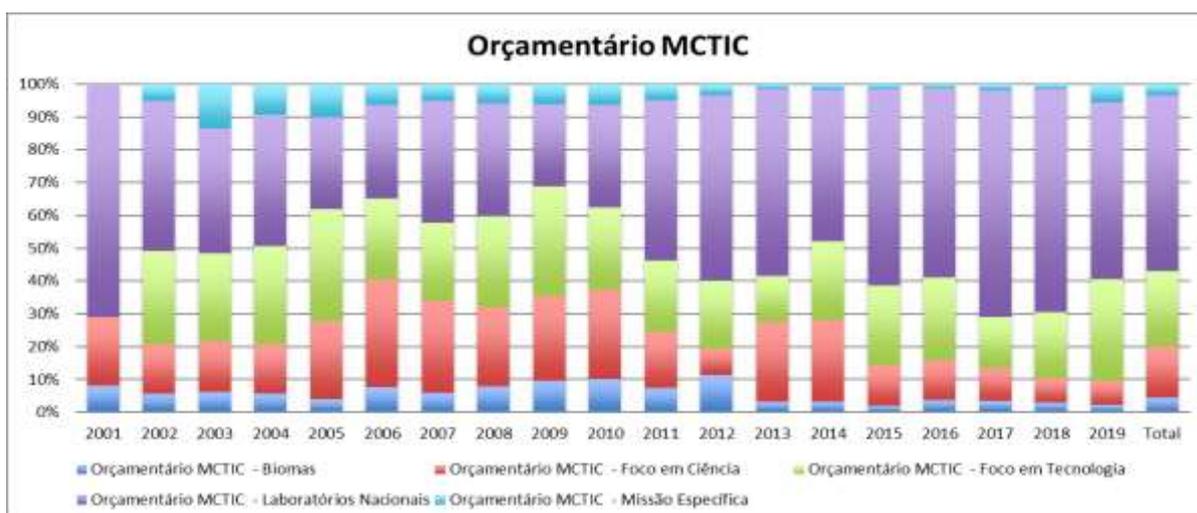


Elaborado pela Autora. Fonte: Relatórios de Gestão das OS

Outra possibilidade é verificar a distribuição de recursos, de acordo com o que foi repassado por cada órgão público, tendo em vista a classificação das OSs. Assim, é possível verificar de forma mais incisiva quais têm sido os direcionamentos de orçamento de cada órgão.

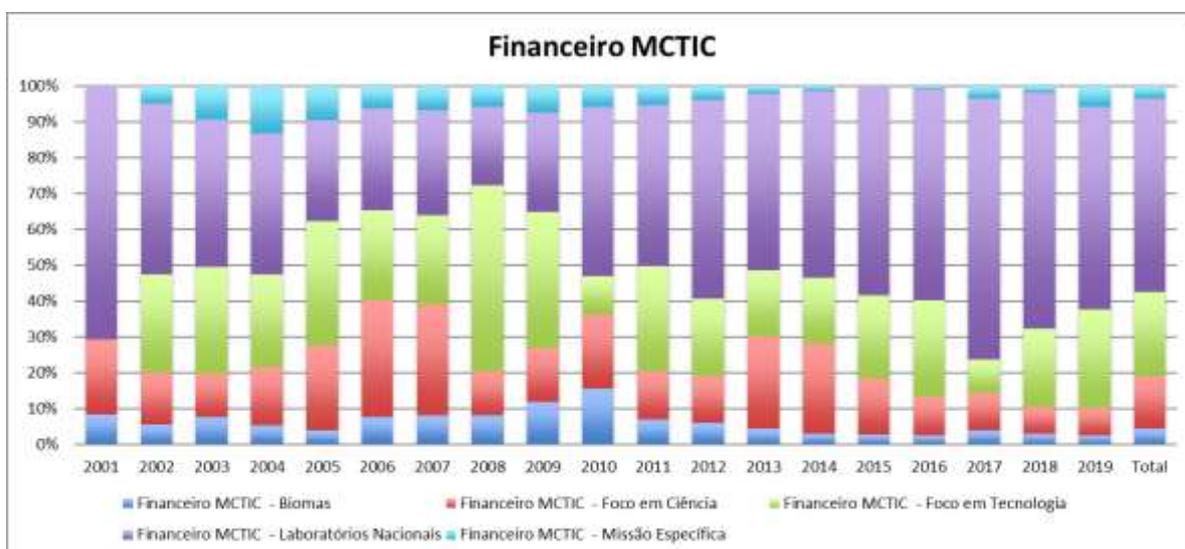
No MCTI, há uma prevalência de recursos para laboratórios nacionais, conforme se verifica nos Gráfico 29 e Gráfico 30. Isso se reforçou nos últimos anos, pois, como já mencionado, boa parte dos recursos têm sido despendidos na construção do Sirius:

Gráfico 29 - Distribuição da Execução Orçamentária por Classificação - MCTI



Elaborado pela Autora. Fonte: Termos Aditivos das OSs.

Gráfico 30 - Distribuição da Execução Financeira por Classificação - MCTI



Elaborado pela Autora. Fonte: Relatórios de Gestão das OSs.

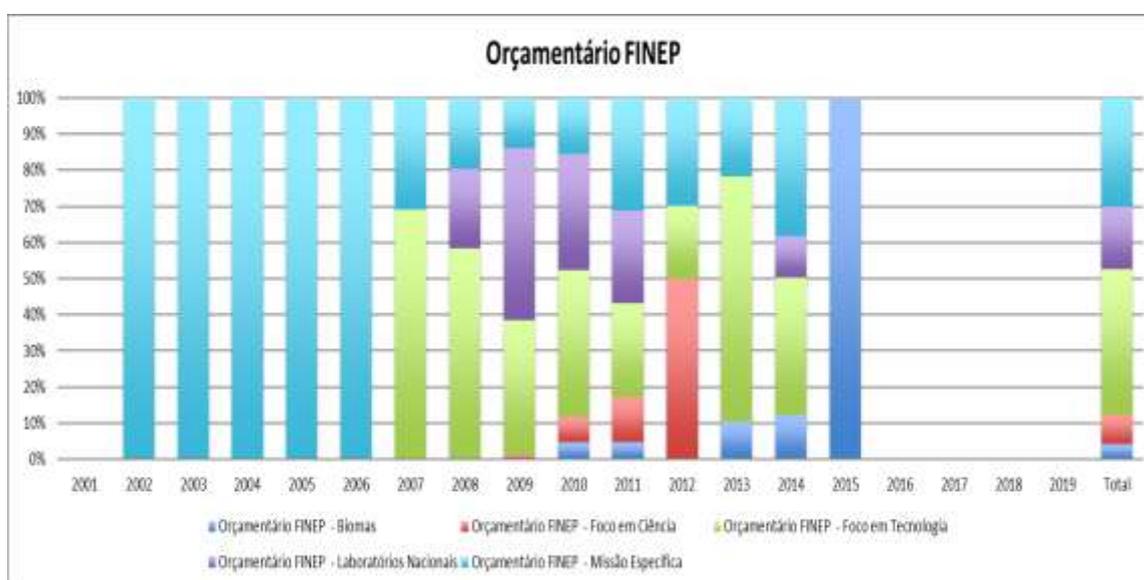
Quanto aos recursos da FINEP oriundos dos fundos setoriais, observa-se que inicialmente a destinação orçamentária e financeira era para a organização social com a qual a FINEP estabeleceu interveniência, ou seja, o CGEE. O objetivo era que o CGEE funcionasse como secretaria técnica dos fundos setoriais. O relatório de gestão de 2002 dá a dimensão dessa parceria:

Encontram-se em operação no CGEE 10 Secretarias Técnicas dos Fundos Setoriais que, articuladas com o CNPq e a Finep em processo de gestão compartilhada, prestam apoio técnico ao MCT na

formulação de estratégias e programas de fomento em CT&I. O corpo técnico destas secretarias é responsável pelo planejamento e operação das atividades de **prospecção e avaliação**, em articulação com técnicos do CGEE especializados nestes temas. O trabalho das Secretarias Técnicas foi fundamental para a elaboração, integrada, dos planos anuais de investimento dos Fundos que direcionaram a alocação de um total aproximado de 1 bilhão de reais em 2001 e 2002 (RELATÓRIO DE GESTÃO DO CGEE, 2002).

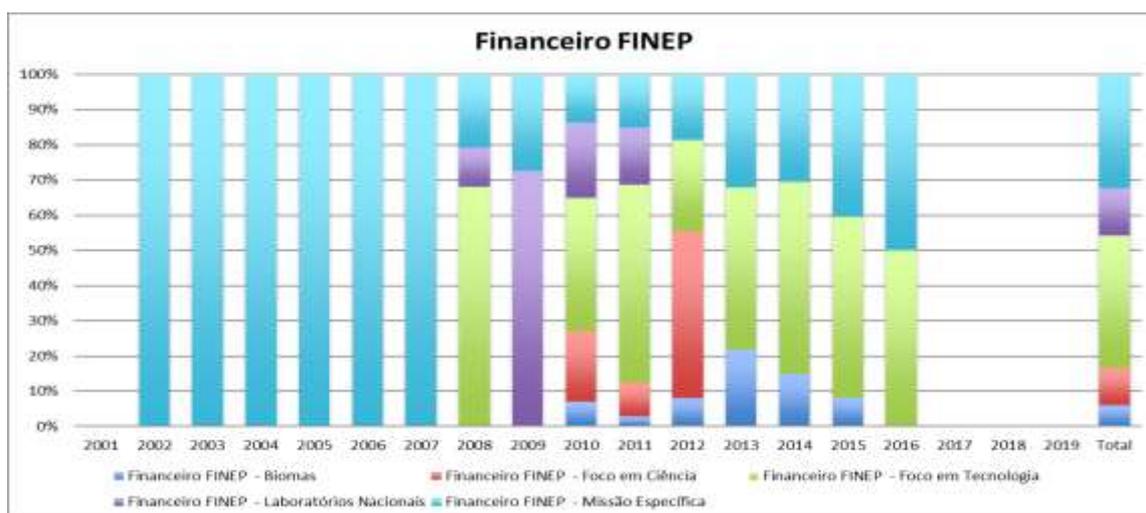
A partir de 2007, outras OSs começaram a receber dotação orçamentária e financeira por meio da FINEP. Esses repasses ocorriam por meio de acordos de cooperação técnica assinados em termos aditivos pactuados com a OS. Nos gráficos Gráfico 27 e Gráfico 28 foi possível verificar o aumento proporcional desses gastos em relação aos demais financiadores. Nos Gráfico 31 e Gráfico 32, há a indicação de quais áreas receberam os recursos.

Gráfico 31 - Distribuição da Execução Orçamentária por Classificação - FINEP



Elaborado pela Autora. Fonte: Termos Aditivos das OSs.

Gráfico 32- Distribuição da Execução Financeira por Classificação - FINEP



Elaborado pela Autora. Fonte: Relatórios de Gestão das OSs.

Nota-se que não há uma estabilidade no repasse orçamentário e financeiro ao longo do período. Isso gera uma expectativa de recebimento de recursos pela OS em um determinado ano, o que nem sempre se concretiza.

Outro ponto que pode-se abordar é que, visto que a FINEP é uma entidade vinculada ao MCTI, isso pode indicar que a partir do momento em que se encontrou uma alternativa de financiamento via FNDCT, o MCTI passou a destinar parte dessas dotações para as organizações sociais³⁶.

O acórdão 500/15-TCU-Plenário apontou que a inclusão no orçamento do FNDCT de ações para repassar recursos a organizações sociais poderia representar destinação indevida de verbas do fundo para pagamento de despesas não previstas na sua finalidade básica e nos objetivos citados na Lei 11.540/2007 (lei do FNDCT), especialmente às direcionadas para o pagamento de gastos com pessoal³⁷. Com isso, os recursos só poderiam ser repassados na modalidade de investimento e se se referissem a

³⁶ Os recursos dos fundos setoriais são definidos pelos comitês gestores de cada fundo e pelo conselho diretor do FNDCT. Essas reuniões têm um caráter colegiado com a participação do governo, comunidade científica e setor empresarial. Cada fundo tem sua própria composição definida em lei e/ou em regulamentos próprios.

³⁷ O Acórdão 500/2015-TCU-Plenário surgiu após uma auditoria realizada pelo TCU e apontou dois principais problemas de financiamento via FNDCT: os repasses às organizações sociais e os recursos destinados ao Ciência Sem Fronteiras (CsF).

projetos ou programas específicos de desenvolvimento científico e tecnológico, aprovadas pelo Conselho Diretor do FNDCT. Na prática, não houve mais destinação orçamentária para as organizações sociais depois da decisão, havendo, no restante de 2015 e em 2016, somente o pagamento dos passivos já pactuados em termos aditivos anteriores ao acórdão.

No que tange à leitura do TCU e órgãos de controle sobre as possibilidades de como a política de inovação se estrutura, o desafio não se limita somente ao financiamento de OSs pelo FNDCT/FINEP. Entendimentos divergentes das consultorias jurídicas e dos órgãos de controle foram indicados por Rauen & Turchi (2017) como um dos fatores críticos para Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT's) na construção da interação entre ICT's e empresas. ICT's desempenham um papel fundamental tanto nas UPs quanto nas OSs no que se refere à capacidade de inovação nacional e enfrentam, conforme apontado pelas autoras:

(...) questionamentos jurídicos referentes à formalização de acordos de parcerias, ao acesso a laboratórios e demais instalações de ICTs, à gestão das contrapartidas financeiras, à gestão de recurso humano contratado e aos mecanismos de incentivo para o envolvimento de servidores em atividades de apoio à inovação.” (RAUEN & TURCHI, 2017, pp. 155).

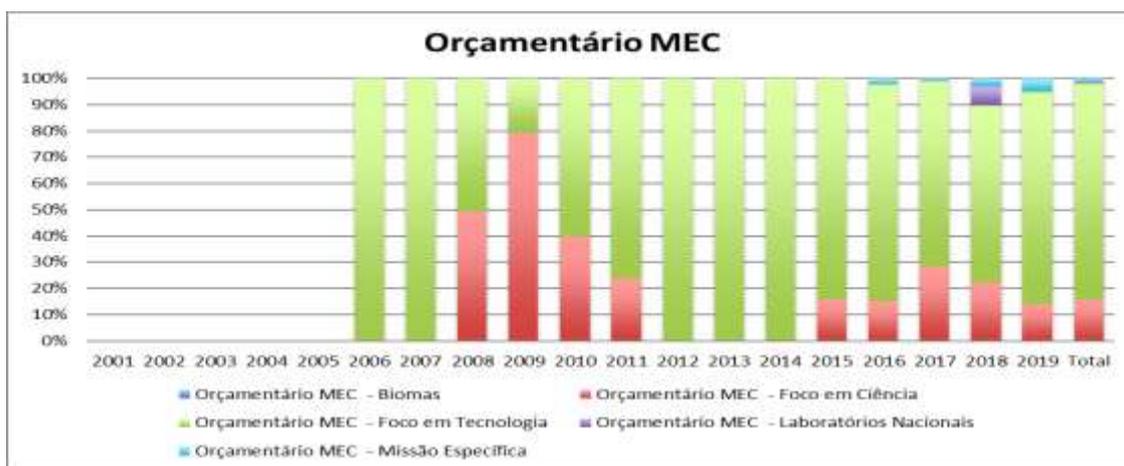
No tocante aos recursos do MEC, constata-se uma predominância orçamentária e financeira para organizações sociais com foco em tecnologia. Um dos principais motivos é o Programa Interministerial PRO-RNP, que tem o objetivo de financiar a implantação e a manutenção de uma rede de internet acadêmica. Essa é a rede utilizada nas universidades públicas e institutos federais de pesquisa em todo o país. Daí a importância que essa ação assume perante ao MEC.

Paralelamente, é observável um crescimento do financiamento do MEC à organização social com foco em ciência entre 2007 e 2011. Isso ocorreu especialmente, conforme já apontado, em virtude do financiamento às Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP). Antes de se tornar interveniente nos contratos de gestão, o MEC encaminhava recursos para as organizações sociais por meio de um “destaque”, isto é, uma forma de descentralização de créditos em que há a transferência de recursos de uma unidade gestora para outra unidade gestora, de

estruturas administrativas diferentes. A fragilidade dos repasses do MEC fez com que durante 03 anos não houvesse execução orçamentária do órgão para a OS.

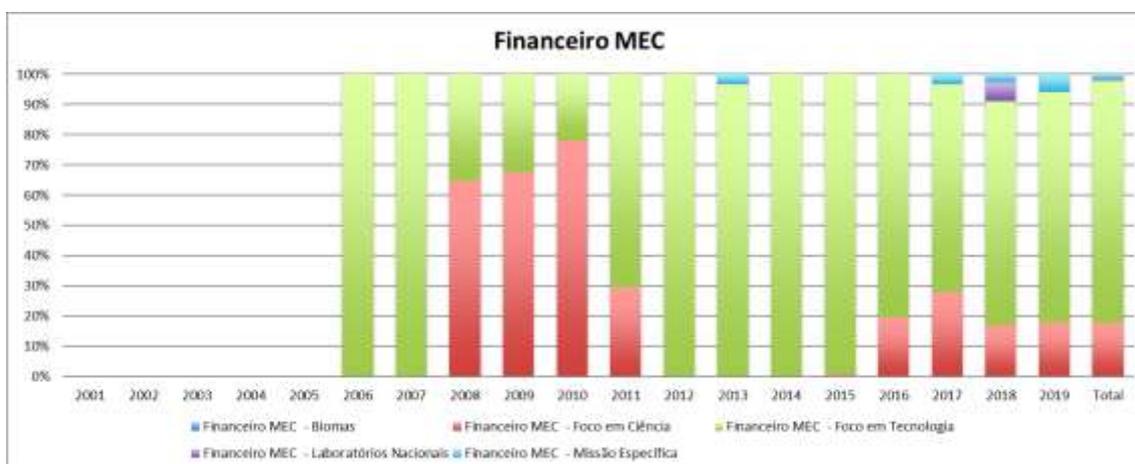
O retorno dos repasses só volta a ocorrer após a assinatura do 14º termo aditivo ao contrato de gestão, em 30 de dezembro de 2014, em que o MEC se torna interveniente no instrumento de parceria. Ao longo da série, nota-se que outras organizações sociais também receberam recursos do MEC, porém de forma mais discreta. Os Gráfico 33 e Gráfico 34 dão a dimensão dos repasses por classificação ao longo dos anos.

Gráfico 33 - Distribuição da Execução Orçamentária por Classificação - MEC



Elaborado pela Autora. Fonte: Termos Aditivos das OSs.

Gráfico 34 - Distribuição da Execução Financeira por Classificação - MEC



Elaborado pela Autora. Fonte: Relatórios de Gestão das OSs.

O comportamento de repasse orçamentário e financeiro indica que diferentes órgãos orçamentários apresentam interesses distintos no financiamento das organizações sociais. A interveniência no contrato de gestão facilita o repasse de recursos de distintos órgãos às OSs, o que se torna uma possibilidade de diferentes financiamentos (fontes de recursos) pela OS dentro do nível de governo com qual existe a parceria entre entidade privada sem fins lucrativos e o Estado. Portanto, como a forma de controle no modelo OS se dá por resultados, os instrumentos de avaliação desses resultados sempre devem ser revistos e melhorados, estabelecendo-se metas ousadas, porém realistas a fim de que a sociedade tenha os benefícios desse modelo.

4.4 Os Recursos para Fomento por Organização Social do MCTI

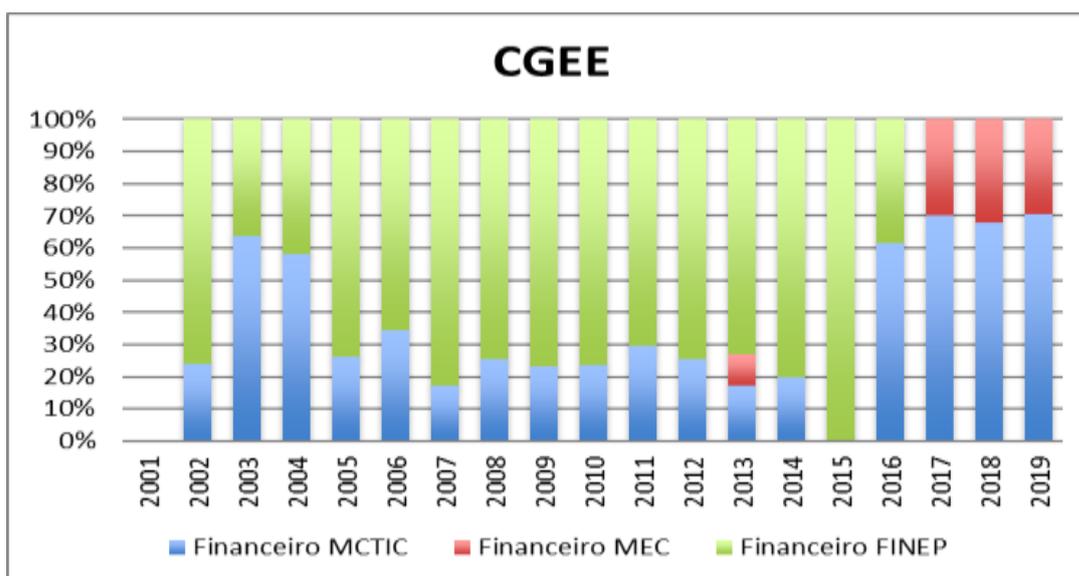
O comportamento do financiamento para manutenção do fomento das organizações sociais em ciência e tecnologia do governo federal tem suas particularidades de acordo com o perfil de cada OS. Sendo assim, serão apresentados os gráficos e análises correspondentes a cada uma das seis organizações sociais sob a supervisão do MCTI. Para tanto, serão consideradas as execuções financeiras, ou seja, os recursos efetivamente recebidos por uma OS em um determinado ano.

4.4.1 CGEE – Fomento e Pessoal

Desde a assinatura do contrato de gestão com o MCTI, a FINEP foi a maior financiadora do CGEE. A FINEP figurou como interveniente no contrato desde 2002, e somente saiu da parceria após a Acórdão 500/2015 TCU-Plenário que estabeleceu limitações que inviabilizaram recursos do FNDCT para as OS. Mesmo assim, o montante de recursos repassados era de tal grandeza que toda a execução financeira de 2015 destinada ao CGEE proveio de restos a pagar de anos anteriores.

Embora já tenha ocorrido um pequeno repasse do MEC em 2013 por meio de “destaque”, somente no fim de 2016 ele se torna interveniente ao contrato de gestão do CGEE. Com isso, o MEC passa a contribuir com uma média de 30% dos recursos repassados anualmente para a OS.

Gráfico 35 - Execução Financeira por Fonte- CGEE

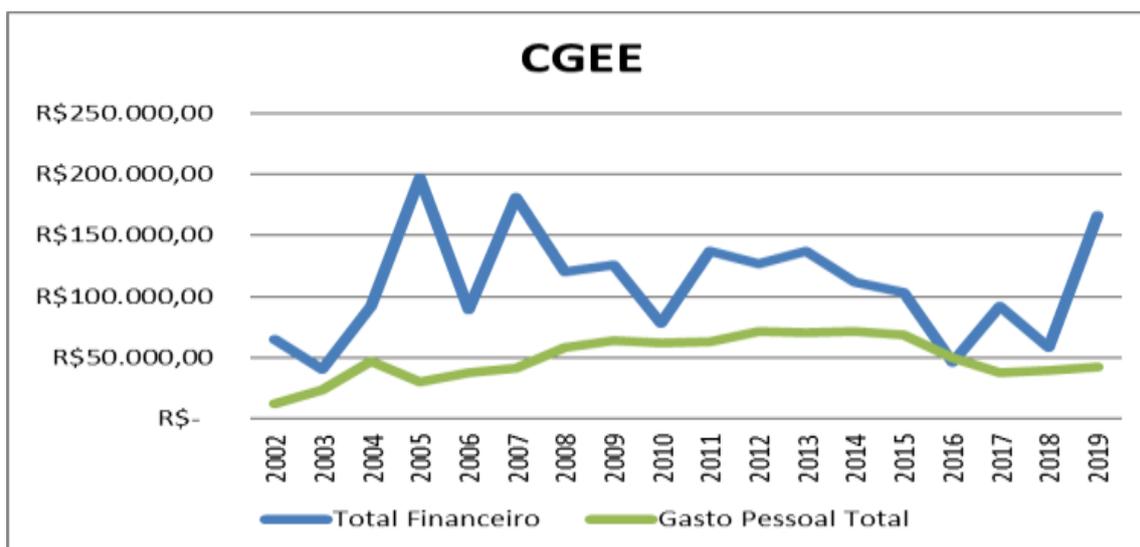


Elaborado pela autora. Fonte: Relatórios de Gestão do CGEE.

A análise dos dados de repasse financeiro em termos reais, consoante ao Gráfico 36, demonstra uma alta volatilidade do repasse dos recursos para o CGEE. Há 3 quedas mais bruscas em termos financeiros: a) em 2006, porém houve um alto aporte de recursos em 2005, o que pode ter levado a diminuição dos repasses em 2006. Isso reforça a falta de recursos constantes para as OSs; b) em 2010, que foi um ano com uma renovação do contrato de gestão (segundo ciclo contratual), o que pode ter dificultado a negociação para o repasse de valores durante o ano; c) e uma queda significativa de repasses em 2016, alinhado com um cenário de queda do PIB em -3,3%, o fim da interveniência da FINEP e um cenário mais severo de ruptura institucional, com o impeachment presidencial. Isso pode significar que houve uma mudança de entendimento do papel dessa OS durante o governo Temer, uma vez que permaneceu por três anos em valores reais muito abaixo.

Uma recuperação parece ter se delineado em 2019 com uma nova mudança governamental, o que pode indicar que houve uma releitura da OS, havendo uma recuperação significativa no orçamento, considerando a soma de execução financeira do MEC e do MCTI, saindo, em termos nominais, de R\$ 17.536.896,00 em 2018 para R\$ 52.536.896,00 em 2019.

Gráfico 36 - Comparação de Gasto com Pessoal em relação ao Financeiro do CGEE



Elaborado pela autora. Fonte: Relatórios de Gestão do CGEE

As oscilações trouxeram um uma situação inusitada em 2016, os gastos salariais passaram o recebimento das execuções financeiras, sendo compensada pela reserva técnica do CGEE:

Buscando ajustar-se às restrições financeiras impostas ao CGEE em 2016, o Centro procedeu à uma desmobilização expressiva em sua força de trabalho com o desligamento, em junho, de 24 profissionais, entre celetistas e servidores públicos cedidos, chegando ao final do exercício com um efetivo de pessoal composto por 61 profissionais. Somando-se aos desligamentos que já haviam sido realizados em outubro de 2015, a redução total do quadro atingiu um montante de 40% em relação aos números verificados neste mês. (...)

O forte ajuste feito nos números de pessoal foi uma consequência direta da redução de aproximadamente 80% nas receitas oriundas do Contrato de Gestão, em relação ao ano de 2014, que passou de R\$ 32 milhões, naquele ano, para R\$ 6,6 milhões em 2016. O reflexo da redução operada, certamente, só será observado nos próximos anos, embora os custos desses desligamentos tenham onerado o presente exercício. (...)

Em 2016, o CGEE envidou esforços no sentido de reduzir custos em busca do equilíbrio financeiro, consequência direta da redução, orçamentária e financeira, dos recursos repassados por intermédio do Contrato de Gestão pelo MCTIC. (...) o valor daquele não foi suficiente para manter a estrutura operacional do Centro, que foi obrigado a valer-se dos saldos acumulados de superávit e parte da reserva técnica para cumprir com os compromissos já assumidos e

manter o funcionamento da Instituição (RELATÓRIO DE GESTÃO DO CGEE, 2016).

Assim sendo, é notável que os gastos com pessoal, que tinham uma tendência histórica de crescimento, caíram significativamente a partir de 2015, ainda não tendo se recuperado. A situação do CGEE reflete a possibilidade de interrupções mais bruscas de gastos com pessoal, em virtude da ausência de recursos, o que não ocorre nas unidades de pesquisa, visto que os gastos estão atrelados a servidores com estabilidade de concursos públicos. À vista disso, o instrumento atende uma das expectativas do modelo, isto é, fazer ajustes fiscais de forma mais rápida caso se faça necessário.

Por outro lado, é imprescindível se o questionamento acerca de rupturas bruscas na área de ciência e tecnologia são desejáveis. Fagerberg, Srholec e Verspagen (2010) apontam a relação positiva entre o nível de desenvolvimento tecnológico e o crescimento dos países, bem como a importância de desenvolvimento em uma inovação própria. Com essa perspectiva, é fundamental que os investimentos em C&T sejam constantes e crescentes. Marques (2019) apresenta um levantamento que a partir de 2016 houve uma reversão no ciclo de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) no Brasil, baixando de 1,34% de dispêndio do PIB em 2015 para 1,27% de dispêndio do PIB em 2016. Se se considerar que ainda houve um período de queda de - 3,3% do PIB, o autor indica que representou uma queda corrigida pela inflação de - 9%. O próprio MCTI diminuiu o dispêndio em 2016 em - 27,5% quando comparado a 2015.

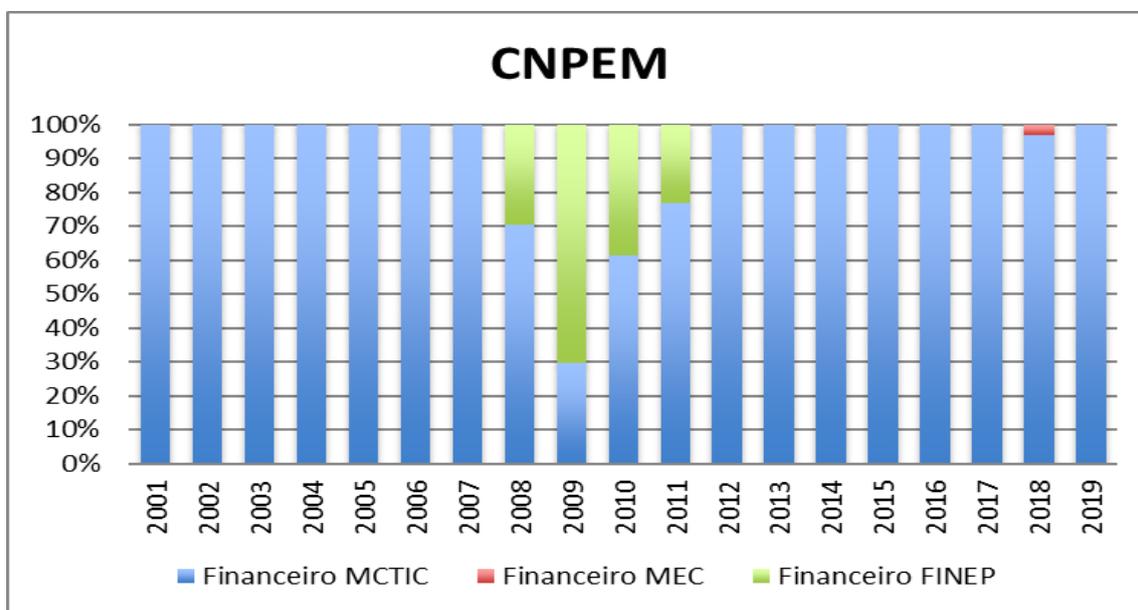
Com isso, pondera-se que existem vantagens do ponto de vista fiscal do modelo, todavia se é questionável se os investimentos em C&T, que são investimentos de maturação longa, devem realmente ser suscetíveis a cortes em momentos de baixo crescimento econômico. Em certa medida, se fortalece um ciclo vicioso no qual, em momentos de crise, os investimentos em P&D diminuem, paralelamente se reduz a capacidade inovativa do país, o que dificulta a capacidade de crescimento do país e o desvencilhamento das amarras que impedem o desenvolvimento econômico nacional.

4.4.2 CNPEM – Fomento e Pessoal

O principal órgão financiador do CNPEM é o MCTI. Durante 2008 e 2011 houve repasses, via contrato de gestão, pela FINEP, com recursos oriundos dos fundos

setoriais. Em 2018, o MEC tornou-se interveniente no contrato de gestão, sendo responsável por um repasse de R\$ 15 milhões em termos nominais, porém é uma parcela ínfima dado os recursos que são repassados anualmente pelo MCTI.

Gráfico 37 - Execução Financeira por Fonte - CNPEM



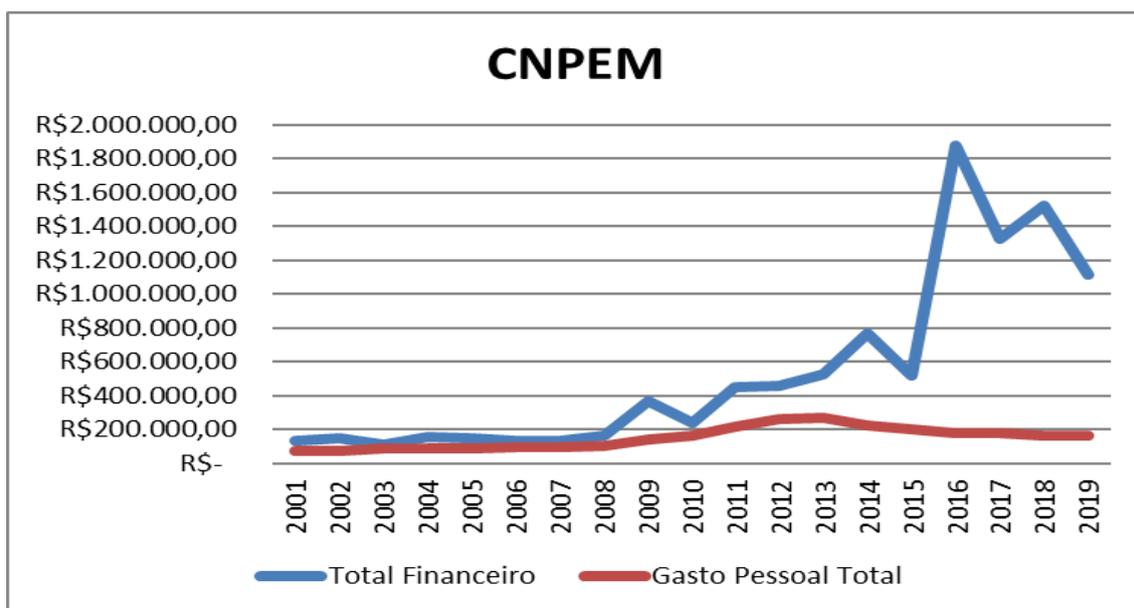
Elaborado pela autora. Fonte: Relatórios de Gestão do CNPEM

Em 2015, o relatório de gestão do CNPEM indicava as dificuldades que a entidade enfrentava na sua manutenção, utilizando-se dos saldos financeiros de anos anteriores para conseguir se manter no período:

O CNPEM encerrou o ano de 2015 com gastos no valor de R\$ 73,3 milhões e um orçamento comprometido com o pagamento de fornecedores e folha de pagamento de R\$2,8 milhões. Esse nível de execução só foi possível graças à utilização do saldo financeiro do ano de 2014, no valor de R\$47,7 milhões, e ao recebimento de restos a pagar referentes a 2014, de R\$17,8 milhões. (...).

Na execução orçamentária de 2015 cabe menção a três movimentos: (i) ao aumento do gasto com energia elétrica, da ordem de 47%, em decorrência do aumento das tarifas. Mesmo com os esforços de redução do consumo de energia, o acréscimo na tarifa trouxe impacto significativo para o custeio do CNPEM; (ii) ao impacto da redução do quadro de pessoal realizado em 2014; e (iii) à forte retração dos investimentos, da ordem de 60% (RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2015 DO CNPEM).

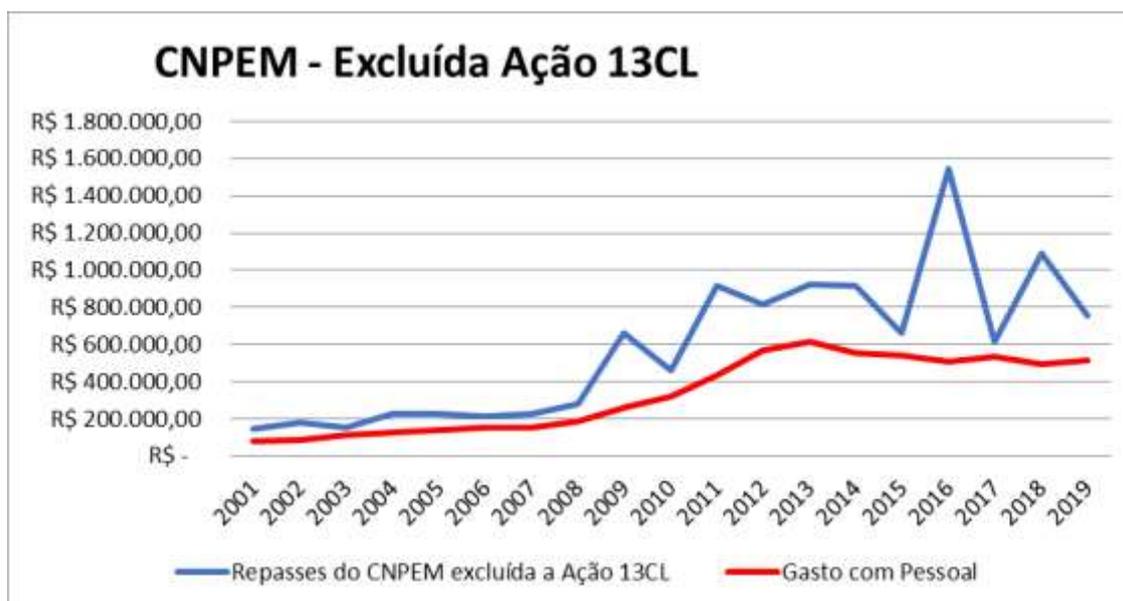
Gráfico 38 - Comparação de Gasto com Pessoal em relação ao Financeiro do CNPEM



Elaborado pela autora. Fonte: Relatórios de Gestão do CNPEM

No Gráfico 38, é interessante notar que houve uma explosão de recursos na década de 2010. Isso ocorreu, em especial, conforme já mencionado, pelo financiamento do Sirius. No entanto, se forem excluídos os gastos com o Sirius (Ação 13CL), observa-se, conforme Gráfico 39, que os recursos destinados a outras atividades do CNPEM se deram em uma proporção menor, com um repasse maior em 2016, porém bem mais baixo em 2017, o que indica a volatilidade no repasse de recursos.

Gráfico 39 - Comparação de Gasto com Pessoal em relação ao Financeiro do CNPEM Excluía a Ação 13CL (Sirius)



Elaborado pela autora. Fonte: Relatórios de Gestão do CNPEM

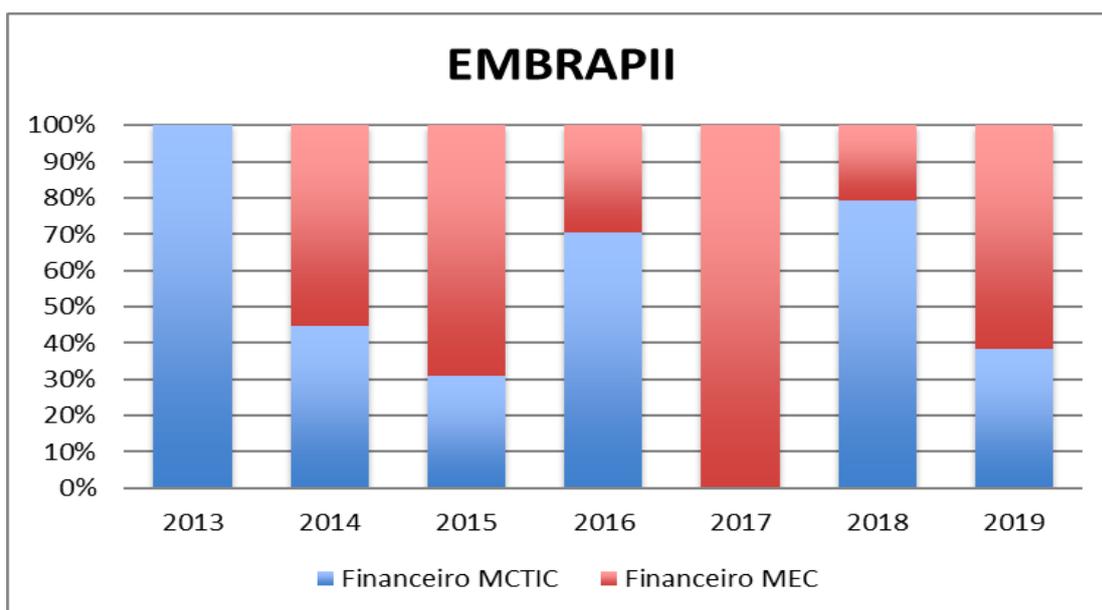
Sem embargo, é imprescindível comparar o Gráfico 12 e o Gráfico 39. Os laboratórios nacionais de UPs (LNA e LNCC) tem apresentado uma média de gastos com pessoal maior que os próprios recursos destinados ao fomento das atividades. Algumas observações são importantes sobre essa situação. Em primeiro lugar, isso pode indicar uma tendência de contenção de gastos do governo federal em um modelo de gestão estritamente público, refletindo-se de forma mais contundente nos gastos de manutenção e investimento das UPs, visto que servidores públicos têm estabilidade funcional, o que impede demissões de forma mais fácil. Em segundo lugar, as OSs estão sujeitas a cláusulas contratuais que estabelecem um limite global de gastos com pessoal em relação aos recursos efetivamente recebidos via contrato de gestão, o que pode levar a OSs a conter suas contratações, tendo em vista esse limite. Todavia, tal situação pode significar uma dificuldade de contratação de mais capital humano e, inclusive, da manutenção de pessoas altamente qualificadas. Um dos problemas atuais no campo de P&D no Brasil é a alta taxa de fuga de cérebros, isto é, a emigração de profissionais altamente qualificados, seja por falta de postos de trabalho condizentes com a formação profissional/acadêmica, seja por salários baixos comparados a média internacional para pessoas com o mesmo nível educacional (ROITMAN, 2020).

4.4.3 EMBRAPII – Fomento e Pessoal

A Embrapii é a OS mais recente qualificada pelo MCTI. Nota-se, pelo Gráfico 40 que o interveniente MEC tem sido um dos principais aportadores de recursos na OS. Isso ocorreu devido ao chamamento por meio editais públicos para a seleção de Institutos Federais e Universidades Federais para serem credenciadas como unidade Embrapii a partir dos recursos repassados pelo MEC ao longo dos anos. Em termos nominais, o MEC já repassou R\$ 249,2 milhões em termos financeiros via contrato de gestão, enquanto o MCTI repassou R\$ 316 milhões. Sem embargo, a interveniência do MEC tem sido fundamental, na medida em que o contrato de gestão assinado em 2013 previa que até 2019 seria repassado a Embrapii um montante de R\$ 1,5 bilhão, sendo 50% desse total oriundos do MCTI e 50% advindos do MEC. No entanto, apenas 37% do inicialmente previsto foi repassado até o fim de 2019.

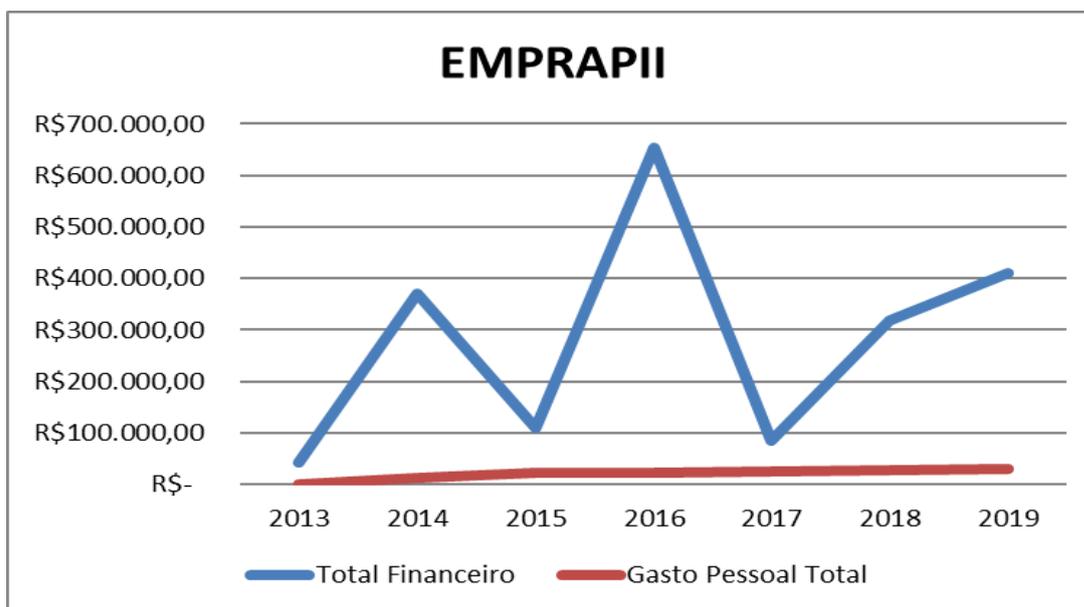
Diante desse panorama, se colocam duas reflexões importantes. A primeira é que a OS tem um contrato de gestão, que estabelece uma previsão orçamentária-financeira ao longo do período de pactuação do contrato. Portanto, a organização social tem um plano de atuação que ela pode não conseguir respeitar, tendo em vista o não repasse de recursos por parte do contratante. No caso específico da Embrapii, editais são lançados, o que gera uma expectativa não só por parte da organização social, mas nas unidades credenciadas, bem como no setor produtivo que espera a contrapartida governamental para fomentar projetos de P&D em suas empresas. É importante frisar que a Embrapii só pode financiar projetos da indústria brasileira com recursos públicos. Em segundo lugar, mostra um problema governamental de planejamento a médio/longo prazo. O próprio poder público estabeleceu um contrato que ele não consegue cumprir sua contrapartida orçamentária e financeira.

Gráfico 40 - Execução Financeira por Fonte - EMBRAPPII



Elaborado pela autora. Fonte: Relatórios de Gestão da EMBRAPPII.

Gráfico 41 - Comparação de Gasto com Pessoal em relação ao Financeiro da EMBRAPPII



Elaborado pela autora. Fonte: Relatórios de Gestão da EMBRAPPII.

Nos seis anos de existência parceria entre Estado e a OS, contata-se uma enorme variação no repasse de recursos financeiros. Isso não gera impacto nos gastos de pessoal, visto que a estrutura da OS é bem enxuta, já que não conta com um quadro de pesquisadores como as demais OS. Na verdade, os “recursos humanos” utilizados no

desenvolvimento da inovação são das entidades que foram credenciadas como unidades e polos Embrapii. Os funcionários da Embrapii funcionam como uma ponte dos recursos governamentais, as entidades credenciadas e a iniciativa privada. Eles credenciam, acompanham e avaliam o trabalho desenvolvido pelas unidades Embrapii. É um modelo de gestão completamente novo, com vistas a desburocratizar ainda mais as estruturas de inovação, dentro do próprio modelo:

Vale ressaltar que, desde seu funcionamento efetivo, as ações da EMBRAPII promoveram o investimento de mais de 1 bilhão de reais, com 650 projetos de 460 empresas contratantes de suas Unidades e Polos. Desse valor investido, 33% foram recursos provenientes da entidade, 49% das empresas contratantes e 18% da contrapartida das Unidades e Polos EMBRAPII (RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018 DA EMBRAPII).

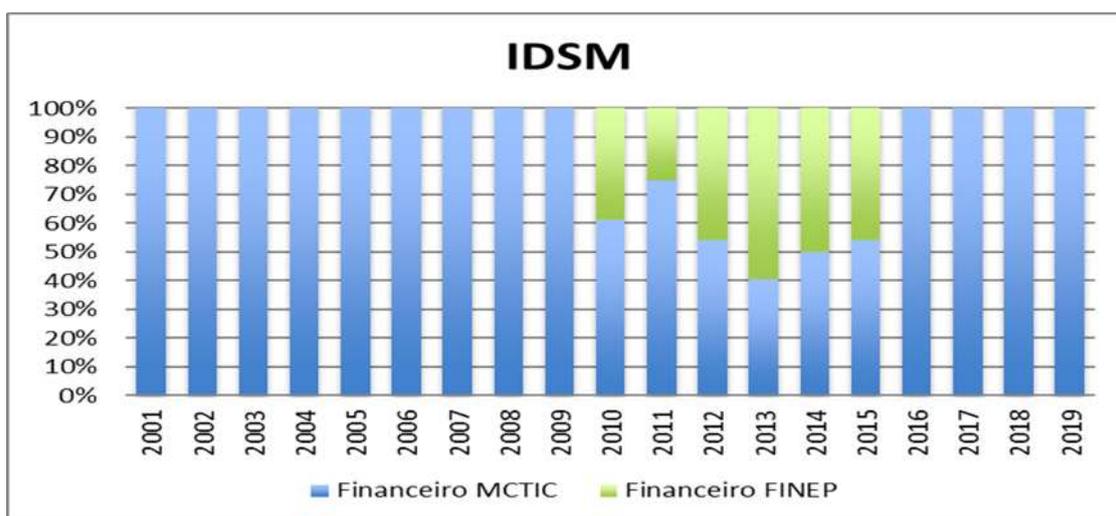
O apoio privado à iniciativa fica evidente quando se observa que, em 2018, 49% dos recursos vieram das empresas privadas. Gordon & Stallivieiri (2019, p.357) reforçam o modelo como um “alavancador de investimentos empresariais em projetos cooperativos”. Isso ocorre pela própria forma de financiamento dos projetos em que são injetados recursos públicos e privados.

Porém estruturas públicas de pesquisa já existentes se tornam fundamentais, já que boa parte das unidades credenciadas fazem parte de institutos federais, de universidades públicas, do sistema “S”, ou de unidades de pesquisa públicas. Os estudos ainda indicam que a produção científica no Brasil estão intrinsecamente relacionadas às universidades públicas, seja no quesito publicação acadêmica, colaboração internacional ou relação com a indústria (CROSS, THOMSON e SINCLAIR, 2017).

4.4.4 IDSM – Fomento e Pessoal

O IDSM é uma OS que só recebeu recursos do Contrato de gestão, via MCTI, seja de forma direta ou advinda do FNDCT. Os recursos de FNDCT ocorreram entre 2010 e 2015, mas, novamente, ocorre a interrupção dos repasses após o acórdão 500/15 do TCU. Inclusive, o IDSM foi a única OS que conseguiu pactuar termo aditivo, em 2015, antes do acórdão, com recursos orçamentários do FNDCT/FINEP um montante de R\$ 5.586.383,17, em termo nominais.

Gráfico 42 - Execução Financeira por Fonte - IDSM



Elaborado pela autora. Fonte: Relatórios de Gestão do IDSM.

A mensuração dos gastos de pessoal do IDSM em relatórios de gestão só começa a ocorrer em 2005. Inicialmente, não havia mensuração dos salários considerando os encargos trabalhistas. Portanto, é só a partir do relatório de gestão de 2007 que consta os gastos com pessoal de forma sistemática. Sem embargo, é possível acompanhar que os gastos de pessoal estão relacionados ao crescimento de gastos da própria OS. Uma questão principal é apontada: a dificuldade de manutenção de um corpo técnico qualificado:

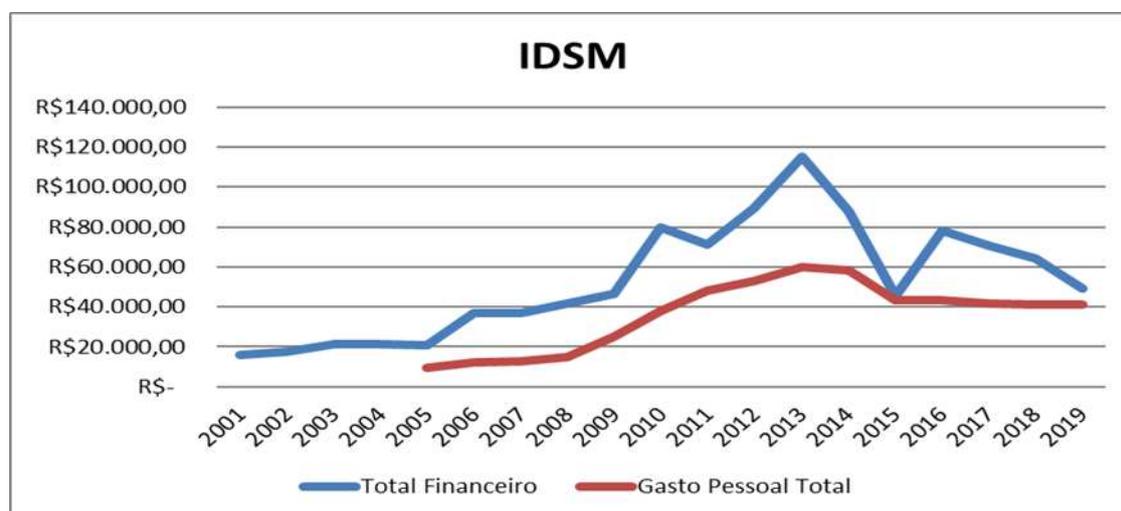
O IDSM está sempre empenhado em contratar doutores e captar bolsistas mestres e/ou doutores esperando que estes se adaptem à Instituição e à região. Os que demonstram capacidade científica e interesse são convidados para ingressar no quadro de pessoal do IDSM. A dificuldade encontrada é a seleção de pessoal qualificado que aceite permanecer no interior da Amazônia, na região onde se encontra o IDSM.

A natureza das pesquisas desenvolvidas no IDSM demanda um grupo de pesquisadores muito especializados e com alta titulação. Historicamente existem grandes limitações à atração e fixação deste tipo de recursos humanos em toda a Amazônia. Devido a um esforço direcionado a minorar este problema, o IDSM vinha desenvolvendo estratégias de captação de doutores, com o oferecimento de salários atrativos, de boas condições de trabalho, e de comunicação e intercâmbios científicos, além de um programa institucional de capacitação e apoio à pós-graduação (RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2011 DO ISDM).

Assim, a desmobilização de recursos humanos capacitados, como tem ocorrido desde 2015, é um entrave para o desenvolvimento da organização social e da própria região amazônica. Rands (2012) indica que a própria falta de disponibilização de capital humano qualificado no território é um dos fatores que contribuem para as desigualdades regionais. Nessa linha, quando o próprio Estado não contribui para a fixação de mão de obra qualificada em regiões mais inóspitas, uma vez que ele quebra a continuidade de repasse de recursos, ele contribui para a manutenção das disparidades regionais.

Nota-se ainda que os recursos recebidos a título de fomento têm contribuído para a manutenção da folha salarial e demonstram uma tendência de diminuição de recursos em uma OS com foco em meio ambiente na região amazônica.

Gráfico 43- Comparação de Gasto com Pessoal em relação ao Financeiro do IDSM



Elaborado pela autora. Fonte: Relatórios de Gestão do IDSM.

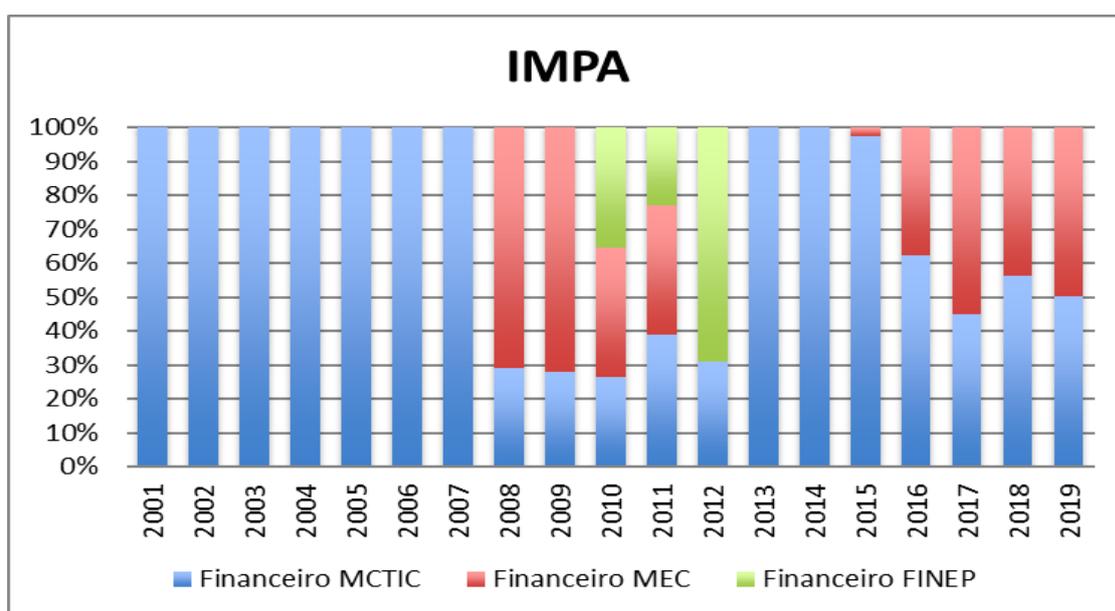
O fato de ser a única OS que não tem interveniente no contrato de gestão é um dado interessante. É possível levantar algumas hipóteses: 1) a própria OS não tem interesse que haja intervenientes no contrato; 2) a OS pode tentar se articular para isso, no entanto, não houve “interessados” no governo federal em aportar recursos para a OS; 3) o fato da OS se localizar fisicamente no interior do Amazonas, em Tefé, dificulta a articulação da OS para acesso aos recursos. A situação se agrava ao se constatar que existe uma tendência de recursos públicos serem menos direcionados à região norte (e nordeste). Tal tendência pode facilmente ser comprovada em estudos que analisam a distribuição de recursos públicos em diversas áreas como no Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (MONTEIRO e LEMOS, 2019), no SUS, embora a legislação tenha diminuído a disparidade ao longo dos anos (CARVALHO, 2020), ou na educação, em que a abertura de novos *campi* no território nacional buscam diminuir disparidades regionais, em especial na formação de capital humano (DINIZ e VIEIRA, 2015).

4.4.5 IMPA – Fomento e Pessoal

O IMPA é um dos institutos de pesquisa mais antigos do país e a sua transformação em OS garantiu uma maior flexibilidade gerencial. A principal fonte de financiamento é o MCTI, porém o MEC também tem sido financiador do modelo, primeiramente, entre 2008 e 2011, o repasse do MEC ocorria de forma mais precária, já que não havia a parceria com o MEC estabelecida. O estabelecimento da interveniência com o MEC se iniciou no fim de 2014, com contribuições de forma mais estável a partir de 2016.

Gráfico 44 - Execução Financeira por Fonte - IMPA



Elaborado pela autora. Fonte: Relatórios de Gestão do IMPA

É possível notar claramente uma trajetória ascendente de recursos financeiros para o IMPA, crescendo também o gasto com pessoal, porém em menor proporção. Como a OBMEP é realizada pela OS, isso pode indicar o porquê do crescimento dos recursos. O baixo repasse de recursos financeiros em 2015, no montante de R\$

37.700.00,00 foi compensado pelo seu aumento em 2016, que repassou em termos nominais R\$ 156.488.416,00. Isso indica que o IMPA tem conseguido manter uma média nos seus recursos. Mesmo com os cortes realizados em 2015, o IMPA conseguiu recompor seu orçamento no ano seguinte.

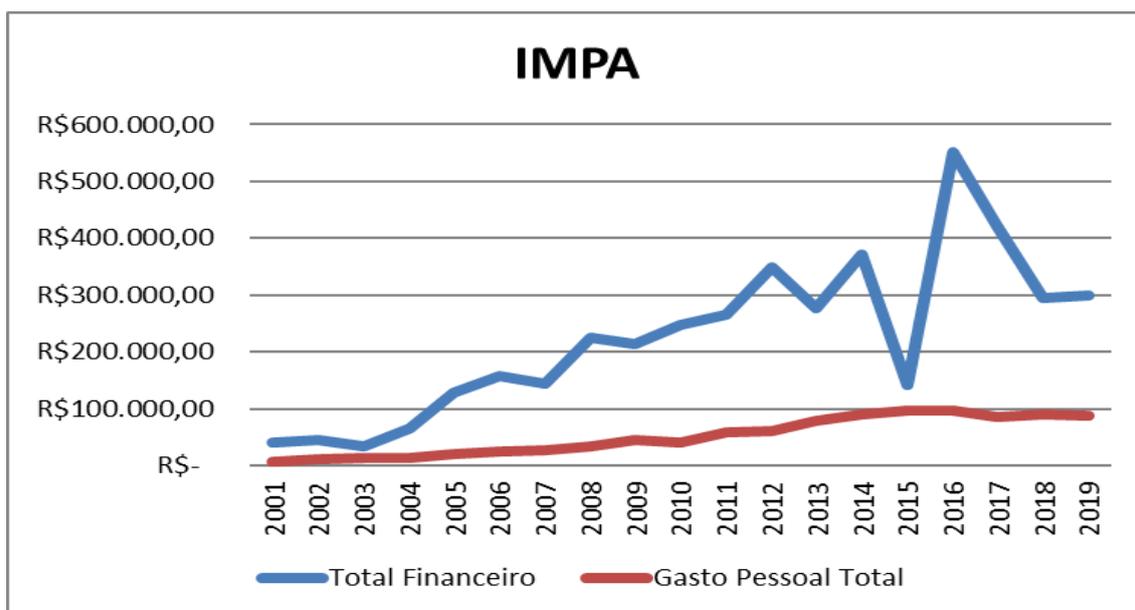
O aumento de gastos com pessoal também se justifica. O IMPA era anteriormente uma UP que foi em 2000 qualificada como OS. Os servidores que trabalhavam na unidade foram cedidos à OS. Isso ocorreu atendendo ao próprio interesse público, já que os servidores e pesquisadores do IMPA detinham o conhecimento institucional e técnico inicial para a formação da OS, basta mencionar que o modelo OS ainda era incipiente nos anos 2000. Além disso, não fazia sentido redistribuir o corpo técnico entre as outras UPs, pois se tratava de capital humano especializado em determinada área, se fossem redistribuídos não utilizariam o seu potencial.

De acordo com a legislação, os servidores cedidos continuam sendo pagos pelo órgão de origem. Sendo assim, o gasto com pessoal do IMPA inicialmente é mais baixo. Ao longo dos anos, os servidores públicos que compõe a OS estão se aposentando, o que exige uma renovação do seu quadro de pessoal:

Em 2001 o quadro de pesquisadores do IMPA contava com 29 matemáticos, todos servidores públicos cedidos à Organização Social IMPA, e mais três pesquisadores eméritos. Desses 29, 13 estariam em condições de se aposentar até 2013, mais 5 até 2025 e outros 11 até 2036. A estratégia adotada nos dois primeiros contratos com o aval do Conselho de Administração previa uma urgente reposição do quadro de pesquisadores fortalecendo-se em especial as dez áreas existentes no IMPA. Nos últimos onze anos essa estratégia foi seguida à risca. Contrataram-se 18 novos pesquisadores (...) (RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2012 DO IMPA)

Portanto, a substituição do quadro de pessoal do IMPA de servidores públicos cedidos por funcionários celetistas justifica o aumento que tem ocorrido no gasto de pessoal ao longo da série, conforme é possível verificar no Gráfico 45. Esse é um importante ponto de monitoramento, afinal será possível medir o custo da transição, em termos de pessoal, de uma UP para uma OS. Porém, ainda não é possível mensurar, pois há ainda um robusto quadro de servidores públicos na instituição, em especial, de pesquisadores.

Gráfico 45 - Comparação de Gasto com Pessoal em relação ao Financeiro do IMPA



Elaborado pela autora. Fonte: Relatórios de Gestão do IMPA

A questão dos servidores públicos cedidos é um ponto importante na legislação. A lei nº 9.637/98 prevê a cessão de servidores públicos para o desenvolvimento de atividades da OS. Todavia, tal previsão faz sentido quando há a publicização de uma atividade desenvolvida pelo Estado, ou seja, existe uma estrutura pública estatal que é responsável por uma ação e há a transformação dessa estrutura em OS. Assim, os servidores que já trabalham naquela estrutura têm a opção de permanência dentro da instituição, uma vez que seus conhecimentos e habilidades contribuem nessa transição.

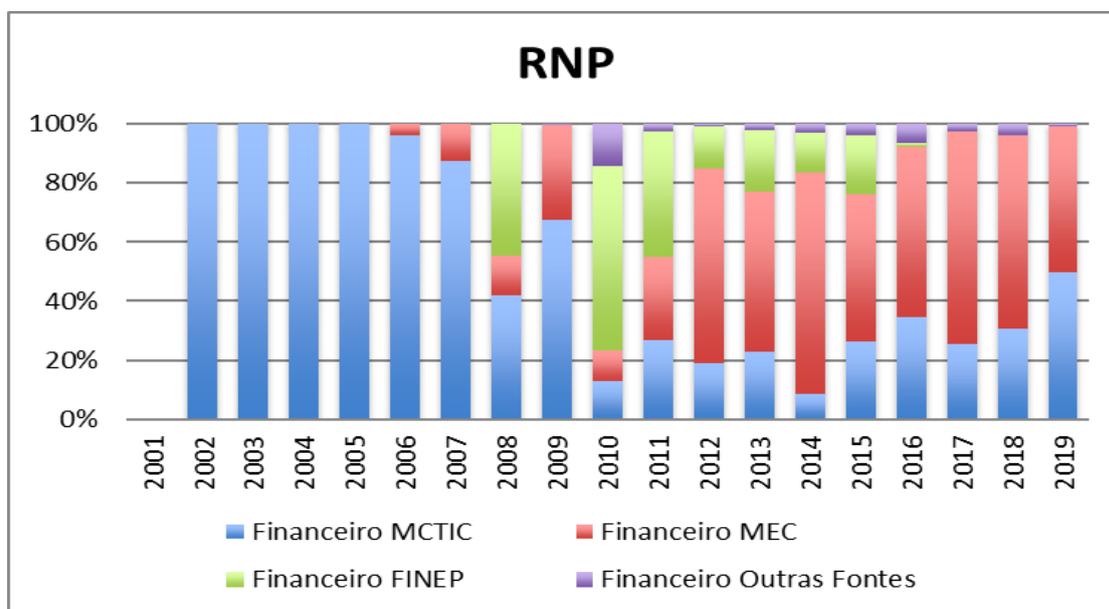
No entanto, ainda existe a cessão de servidores para composição dos quadros de OSs. É possível verificar pelos relatórios de gestão que há a cessão de servidores mais recentemente. Diante desse cenário, é imprescindível se questionar se a legislação não deveria somente permitir a cessão de servidores em momentos de transição de modelos de gestão, afinal o custo desse pessoal recai sobre o erário público de forma direta. Paralelamente, pode-se questionar se cessões de servidores públicos fariam sentido para ocupação de cargos de direção dentro das OSs. Ou as OSs devem ser instituições com quadros de direção próprios, contratados/escolhidos com essa finalidade?

4.4.6 RNP – Fomento e Pessoal

A RNP é a OS com a maior variedade de financiadores dentro do governo federal. É possível verificar em seus termos aditivos o repasse orçamentário, via Termo de Execução Descentralizada (TED), de recursos do Ministério da Saúde, do Ministério da Defesa, do Ministério da Cultura, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), entre outros, o que indica o potencial de conectividade da rede, da qual a RNP é responsável.

Apesar dessa multiplicidade, os recursos desses outros entes são ainda incipientes comparados aos repasses do MCTI e do MEC. Aliás, o MEC tem adquirido importância vital para a manutenção da conectividade acadêmica da rede, ao se constatar, pelo Gráfico 46, que ele tem sido o principal financiador da RNP nos últimos anos. Isso ocorre, especialmente, devido programa interministerial que reúne uma série de ministérios na definição dos próximos passos do desenvolvimento tecnológico e de inovação, no que tange a serviços de informação e comunicação para a ciência, tecnologia, inovação e para a educação e seus possíveis desdobramentos em políticas públicas setoriais.

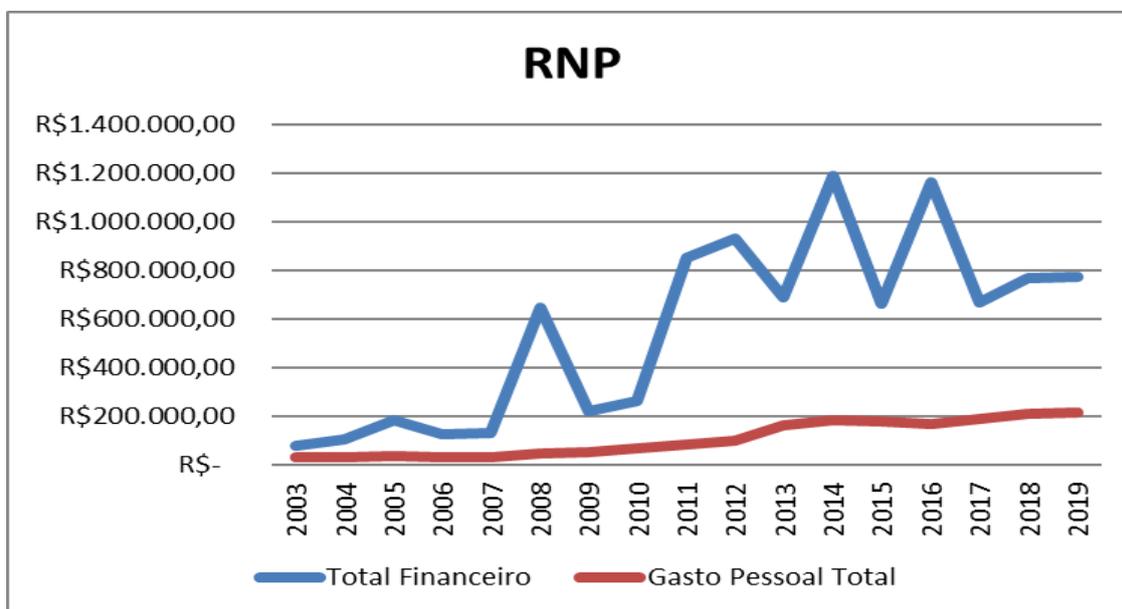
Gráfico 46 - Execução Financeira por Fonte - RNP



Elaborado pela autora. Fonte: Relatórios de Gestão da RNP.

O crescimento e a instabilidade no repasse dos recursos à RNP se refletem ao longo da série, há variações significativas de disponibilização financeira. Já a trajetória de gastos com o pessoal é baixa, uma vez que a manutenção e investimento em equipamentos é alta nesse tipo de atividade, porém existe uma trajetória ascendente de gastos com pessoal, o que pode ser explicado pela própria ampliação da rede.

Gráfico 47 - Comparação de Gasto com Pessoal em relação ao Financeiro da RNP



Elaborado pela autora. Fonte: Relatórios de Gestão da RNP

4.5 Síntese do Capítulo

Os dados indicam que, em termos reais, há uma tendência de diminuição do repasse de recursos a UP e aumento de recursos para OS. No entanto, o comportamento de repasse de recursos para OS é mais volátil, tendo em vista a fragilidade imposta pelo modelo de gestão. Nesse sentido, os relatórios apontam que no MCTI ocorre gradualmente uma transferência dos recursos destinados a atividades antes executadas diretamente pelo Estado para essas entidades privadas sem fins lucrativos com um contrato de gestão com o Estado e que atuam em C&T.

Essa mudança se alinha a concepção do novo desenvolvimentismo na medida em que o Estado auxilia, por meio das OS, no financiamento e no planejamento de C&T, aliado aos interesses do setor privado. Nada obstante, os dados também demonstram a dificuldade do Estado em manter um planejamento de longo prazo,

principalmente quando essas despesas são discricionárias, como é no caso das organizações sociais.

O deslocamento do financiamento em C&T de instituições estritamente públicas, como é o caso das UPs, para formatos híbridos, no caso as OS, também recai sobre a própria mão-de-obra. A ausência de concursos públicos e o alto índice de servidores que se aposentam e não são substituídos geram uma diminuição dos efetivos e, paralelamente, dos gastos com pessoal, enquanto as organizações sociais tendem a aumentar seu número de funcionários e o gasto com pessoal. Todavia, a forma de manutenção dos recursos humanos das OS se encontra ameaçada quando não há o repasse constante de recursos públicos.

É visto ainda que tem ocorrido uma preferência por financiamento de atividades com foco em tecnologia ou em laboratórios nacionais. Diferentes ministérios apresentam distintas demandas na preferência de seus financiamentos, porém com estrita relação com a missão institucional de cada órgão. Uma vantagem do modelo OS é possibilitar a injeção de recursos de diferentes órgãos em uma mesma entidade, por meio de mecanismos menos burocráticos, principalmente na mudança em relação ao controle por procedimentos para um controle por resultados.

Conclusão

O propósito central dessa tese foi analisar a forma de financiamento público baseada em um modelo de gestão surgido no Brasil no fim dos anos 1990, o modelo OS, que pressupõe uma parceria entre Estado e entidades privadas, sem fins lucrativos, na consecução de políticas públicas de atividades não exclusivas de Estado. Nessa análise, o objetivo central era compreender como a criação desse modelo modificou a forma de atuação do Estado, principalmente na área de C&T, e quais as diferenças entre a execução das atividades desenvolvidas de forma direta pelo Estado e as atividades que foram publicizadas, isto é, as atividades que são executadas pelas OSs. Dentro desse panorama, o setor público é fundamental para o financiamento, em especial nas atividades de P&D, uma vez que os estudos indicam que há uma disposição limitada de gasto de capital de risco pelo setor privado.

O surgimento do modelo OS não está dissociado da conjuntura econômica e política do país à época, conforme descrito abaixo:

- a) um período desenvolvimentista, marcado pela concepção de um Estado forte, motor do desenvolvimento econômico, por meio de políticas de industrialização, encarregado pela inovação tecnológica, ou ainda, em sua versão social-desenvolvimentista, responsável também pela distribuição de renda;
- b) uma segunda fase, que é pautado por crises institucionais severas, associadas a baixo desempenho econômico e a alta inflacionária, o que leva a crises políticas, ocasionando uma ruptura institucional;
- c) uma última fase composta de uma série de reformas estruturais. As reformas ocorrem tanto em âmbito econômico, quanto institucional. No pacote de reformas promovidas, sempre há a necessidade de reavaliação do papel estatal, seja em relação à excessiva burocratização, que torna lenta as ações estatais, seja em relação ao seu tamanho e financiamento, que devem ser reduzidos. O modelo de gestão de recursos públicos por meio de OSs foi engendrado nessa fase no último ciclo de reformas pelo qual o Brasil passou no fim dos anos 1990.

Advogou-se que atualmente o país se encontra novamente dentro da fase de reformas estruturais, em especial, pelos pacotes de reformas que têm sido propostos nos últimos anos. No entanto, é sempre imprescindível ponderar que a aproximação histórica dificulta a análise do momento.

Como argumentado ao longo do trabalho, a compilação dessas ideias permitiu observar, na verdade, que essa tendência na formação de ciclos de intervenção e reformas no Brasil ocorre desde os anos 1930. Em relação ao último ciclo completo, o Brasil havia saído, desde o fim dos anos 1970, da fase desenvolvimentista, pautada por crescimento econômico em um período conhecido como “milagre econômico brasileiro”, e vivia a segunda fase do ciclo, ou seja, um período de crise econômica marcada por rupturas institucionais, como a migração de uma ditadura militar para um governo democrático e um processo de impeachment no começo dos anos 1990. O diagnóstico do período, por economistas de uma vertente mais liberal e altamente influenciados pela conjuntura internacional, exigia uma série de reformas estruturais, dentre elas, a reforma do próprio Estado, que deveria diminuir o seu tamanho.

Foi dentro do contexto de reformas no fim da década de 1990, em uma tentativa de redução da atuação direta, da execução, pelo Estado em determinadas áreas que poderiam ser promovidas pela iniciativa privada. No governo federal, houve a publicização de várias OS em C&T no começo dos anos 2000.

Paulatinamente, foi ocorrendo um crescimento, em termos reais, do financiamento das OSs de C&T pelo poder público via contrato de gestão pelo governo federal. É imprescindível notar que isso ocorre quando se inicia mais uma etapa desenvolvimentista no Brasil, ou seja, o Estado retorna a ser um agente provedor do financiamento rumo a uma política desenvolvimentista nacional. Todavia, isso não significou um aumento de recursos, em termos reais, para entidades exclusivamente públicas relacionadas à C&T. Argumenta-se que há uma preferência pelo modelo de gestão pública via OS.

Essa preferência pode ser justificada pelas próprias características do modelo OS que traz uma facilidade de execução orçamentária e financeira, visto que há uma mudança de concepção de controle por procedimentos para controle por resultados, o

que simplifica a burocracia estatal, traz agilidade e flexibilidade no financiamento público. Uma proposta de campo para estudo futuro é analisar os indicadores, metas e seus resultados para observar se o modelo OS efetivamente apresenta melhores ganhos do que modelos de gestão exclusivamente públicos.

Um ponto importante é que, a partir do momento em que os indicadores econômicos do Estado se deterioraram, ou seja, de crise política e ruptura institucional, as OSs sofreram os efeitos de forma mais brusca do que as UPs – ou seja, o modelo tradicional de atuação direta do Estado. Portanto, o modelo OS parece ser mais sensível a ajustes fiscais, uma vez que seu orçamento é mais discricionário para o gestor público, e se torna mais fácil os processos de descontinuidade de suas ações. No entanto, mudanças bruscas na política de C&T podem ser um problema real para o crescimento do país, visto que são um investimento de longa maturação. As políticas de C&T devem ser consideradas como de Estado e não podem estar sujeitas a cortes orçamentários de forma indiscriminada, devido ao seu caráter de retornos incertos e de longo prazo. Além disso, a paralisação desse investimento dificulta a própria recuperação econômica.

O estudo também mostrou que há uma maior facilidade de contratação de pessoal pelas OSs quando comparada às UPs. No entanto, novamente, quando há restrições no orçamento do Estado, as OSs são obrigadas a demitir parte de seu quadro de funcionários. Isso pode ser um problema na fixação de quadros qualificados, em especial quando se observa uma “fuga de cérebros” do Brasil por falta de oportunidade, dificuldade de encontrar empregos se considerando a qualificação profissional, ou ainda salários abaixo da média internacional, tendo em vista o nível educacional dos profissionais. Na contramão, embora UPs não sofram a pressão da demissão, tem maiores dificuldades de reposição de pessoal, uma vez que a forma de admissão ocorre por meio de concurso público, que dependem de autorização do Ministério da Economia.

Sendo assim, as OSs supervisionadas pelo MCTI apresentam características distintas e estão mais sujeitas a discricionariedade do gestor e a volatilidade orçamentária e financeira, em especial, em períodos de ajuste fiscal. Nada obstante, elas têm tido um crescimento ao longo dos últimos vinte anos, o que sinaliza que o modelo de gestão de

recursos públicos via OS tem gerado resultados positivos. Portanto, o estudo indica que existe uma escolha política em favor de OS.

Por outro lado, há poucos indícios de que a escolha do modelo de fato reduziu o comprometimento fiscal. Na verdade, aumentou-se a oscilação e a flexibilidade no repasse de recursos, aumentando a incerteza, o que é prejudicial quando se considera o horizonte de tempo de investimentos de C&T (e até da área de saúde). Talvez em áreas de investimentos mais cíclicos, o modelo OS possa ser mais bem sucedido, porém questiona-se se toda a política de C&T possa ser centralizada nesse modelo apenas, sem correr o risco de abrir mão de resultados competitivos a longo prazo que prejudiquem a capacidade de crescimento de um país que já não vê taxas de crescimento robustas há algum tempo.

Bibliografia

ABREU, Marcelo de Paiva e WERNECK, Rogério L. F. Estabilização, Abertura e Privatização, 1990-1994. A Ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier. Capítulo 15. Pp. 313-330, 2014.

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma administrativa pública à luz da experiência internacional recente. In: Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial/ Orgs. Luiz Carlos Bresser Pereira e Peter Kevin Spink; tradução Carolina Andrade. – 7º Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ABUD, Katia Maria. Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 18, n. 36, p. 103-114, 1998. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200006&lng=en&nrm=iso. access on 12 dez. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200006>.

ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcante. Ações Programadas do CNPq - III PBDCT (Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- 1980/85), Revista Brasileira de Inovação, Vol. 3, no. 1, Janeiro/Junho, 2004.

ALCOFORADO, Flávio Carneiro Guedes. Obstáculos à Implementação da Reforma Gerencial: As Organizações Sociais. Tese de Doutorado. FGV, São Paulo. 2012.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir, e GENTILLI, Pablo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 09-023, 1995.

AMANN, Edmund e BAER, Werner. Neoliberalism and Its Consequences in Brasil. Journal of Latin American Studies. Cambridge University Press. Vol. 34, No. 4, pp. 945-959. Nov. 2002.

ARAÚJO, Bruno César, PIANTO, Donald, DE NEGRI, Fernanda., CAVALCANTE, Luiz Ricardo, e ALVES, Patrick. Impactos dos fundos setoriais nas empresas. Revista Brasileira de Inovação, vol. 11, no. especial, pp. 85-112, 2012.

BACHA, E., e WERNECK, R. L. F. Reforma do setor público: o primeiro desafio, In: Estratégias de desenvolvimento: alternativas para o Brasil. Rio de Janeiro, INPES/IPEA, 1988 (Relatório Interno, 8).

BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. Werner Baer, tradução de Paulo de Almeida Guimarães – 6º Edição aumentada. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1985.

_____. A Economia Brasileira. Tradução do Editr Sciulli. 3ª Edição revis. ampl e atual. – São Paulo: Nobel. 2009.

BARBOSA, Marina. Reforma Administrativa continua na Pauta, diz Guedes. Correio Brasiliense. 03 de julho de 2020. Acesso em 04 de julho de 2020. Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/economia/2020/07/03/internas_economia,869223/reforma-administrativa-continua-na-pauta-diz-paulo-guedes.shtml

BASTOS, Pedro Paulo Zahhuth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. Economia e Sociedade. v. 21. Campinas. Número Especial, p. 779-810, dez. 2012.

BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: a visão neo-liberal dos problemas latino-americano. Programa Educativo Dívida Externa – PEDEX, Caderno Dívida Externa, n. 6. 2 ed., nov. 1994.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do Desenvolvimentismo. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000 [1988].

_____. Capítulo II – Ideologia e Desenvolvimento: Brasil, 1930-1964. 50 anos de ciência Econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos. Org. Maria Loureiro. Petrópolis. RJ. 1997. pp. 71-104.

_____. Cinquenta anos de Pensamento na CEPAL – Uma resenha. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. Anotações sobre a estratégia de crescimento pelo mercado interno de consumo popular e o programa do PT para 2003-2006. São Paulo: Instituto da Cidadania. Mimeo. 2001.

_____. Eugênio Gudín. Estud. av., São Paulo, v. 15, n. 41, p. 91-110, Apr. 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100009&lng=en&nrm=iso>. access on 07 July 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000100009>.

_____. O Desenvolvimentismo: do pós-guerra até meados dos anos 1960. Palestra realizada na conferência O desenvolvimentismo econômico brasileiro e a caixa. 2010. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.com.br/arquivos/image/201109261231420.LivroCAIXA_C_0_15.pdf Acesso em 12 de jan de 2020

_____. O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: palestras / Ricardo Bielschowsky ... [et al.]. – Rio de Janeiro : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento : Caixa Econômica Federal. 2011.

_____. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, número especial, p. 729-747, dez. 2012.

BRASIL. Decreto -Lei nº 579 de 30 de julho de 1938. Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos

Ministérios e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938-350919-publicacaooriginal-126972-pe.html>

_____. Decreto-lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 de fevereiro de 1967. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0200.htm>>. Acesso em: 31.01.2020.

_____. PEC nº 05/1983. Dispõe sobre a eleição direta para Presidente e Vice-presidente da República. Brasília. 24/04/1984.

_____. Presidência da República. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília. 1995.

_____. Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE)/ SECRETARIA DA REFORMA DO ESTADO. Organizações Sociais. Brasília. 1997a. (Cadernos MARE da reforma do Estado: v. 2)

_____. A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle / Luiz Carlos Bresser Pereira. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997b. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1)

_____. Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização. Brasília, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm

_____. Portaria MCT nº137 de 26 de abril de 2000.

_____. Relatório da Comissão de Avaliação das Unidades de Pesquisa do MCT. Proposta de Política de Longo Prazo para as Unidades de Pesquisa Vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia”. MCT: Brasília. Agosto, 2001.

_____. Orçamento Público. Conceitos Básicos. Módulo 5. Noções de Execução Orçamentária. ENAP. Brasília, 2014.

_____. Tribunal de Contas da União. Acórdão 550/2015-TCU-Plenário. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho TC 012.779/2014-8. Sessão de 11 de março de 2015.

_____. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá

outras providências, 2016. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

_____. Decreto nº 9.677, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos. Brasília, 2019. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9677.htm

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. Revista do Serviço Público. Brasília.1996.

_____. Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34, 1998

_____. A Reforma Gerencial do Estado de 1995. Rio de Janeiro 34(4):7-26, Jul./Ago. 2000

_____. Do Estado Patrimonial ao Estado Gerencial. In Pinheiro, Wilhelm e Sachs (orgs.), Brasil: Um Século de Transformações. S.Paulo: Cia. Das Letras, 2001: 222-259.

_____. O novo-desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

_____. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. Revista de Economia Política, vol. 36, nº 2 (143), pp. 237-265, abril-junho/2016.

_____. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. Rev. Sociol. Polit., Curitiba , n. 28, p. 9-30, June 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 21 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782007000100003>.

BRUM, José Antônio e MENECHINI, Rogério. O Laboratório Nacional de Luz Síncrotron. São Paulo Perspec., São Paulo , v. 16, n. 4, p. 48-56, Oct. 2002 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000400009&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392002000400009>.

BRONWYN, H. Hall e LERNER, Josh. The Financing of R&D and Innovation. Chapter 14. In: Handbook of the Economics of Innovation. Elsevier. vol. 1, pp 609-639. 2010.

CABELLO, Andrea Felipe. As Contribuições à Macroeconomia de Mário Henrique Simonsen. Tese de Doutorado. UnB. 2012.

CAMPOS, Roberto. A Lanterna na Popa: Memórias. Volume 1. Quarta Edição Revisada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARDOSO, Renato Fragelli. Política Econômica, Reformas Institucionais e Crescimento: A Experiência Brasileira (1945-2010). In: Desenvolvimento Econômico: uma perspectiva brasileira. Orgs. Pedro Ferreira et al. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Velhos e novos desenvolvimentismos. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, número especial, p. 749-778, dez. 2012.

CARNEIRO, Dionísio Dias, Crise e Esperança: 1974 -1980. A Ordem do Progresso. Cem anos de Política Econômica Republicana. 1889-1989. Orgs. Marcelo De Paiva Abreu et al. Rio de Janeiro. Elsevier, 1990.

CARVALHO, Gregory dos Passos. Desigualdades regionais e o papel dos recursos federais no sus: Fatores políticos condicionam a alocação de recursos?. Cien Saude Colet [periódico na internet] (2020/Fev). [Citado em 22/05/2020]. Está disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/desigualdades-regionais-e-o-papel-dos-recursos-federais-no-sus-fatores-politicos-condicionam-a-alocacao-de-recursos/17512?id=17512>

CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança. Frustração e Aprendizado: A História da Nova República (1984-1989). In GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; e HERMANN, J. Economia Brasileira contemporânea [1945-2010]. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

_____. Privatização, Abertura e Desindexação: A primeira metade dos anos 90. In GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; e HERMANN, J. Economia Brasileira contemporânea [1945-2010]. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CILONI, Arquimedes Diógenes e BERBERT, Diógenes Oití. As Unidades de Pesquisa do MCTI no Contexto da Ciência Brasileira. Parc. Estrat. CGEE. Ed. Esp. • Brasília-DF • v. 18 • n. 37 • p. 83-102 • jul-dez 2013.

COELHO, Vera Schattan P.; GREVE, Jane. As Organizações Sociais de Saúde e o Desempenho do SUS: Um Estudo sobre a Atenção Básica em São Paulo. Dados, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 867-901, Sept. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582016000300867&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201694>.

COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. Econ. soc., Campinas, v. 16, n. 1, p. 45-64, Apr. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182007000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182007000100003>.

CPDOC. A Era Vargas: dos Anos 20 a 1945. Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. FGV. c2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>. Acesso 15 de fev de 2020.

CROSS, Di, THOMSON, Simon & SINCLAIR, Alexandra. Research in Brazil: A Report for Capes by Clarivate Analytics, Clarivate Analytics. 2017.

CRUZ, Hélio Nogueira da e TAVARES, Martus. As Patentes Brasileiras de 1830 a 1891. Estudos Econômicos 16, no. 2 p. 205-25, 1986.

CURADO, Marcelo. Por que o governo Dilma não pode ser classificado como novo-desenvolvimentista? Revista de Economia Política n° 37 (1), pp. 130-146. 2017.

DAHLMAN, Carl J. e FRISCHTACK, Cláudio R.. National Systems Supporting Technical Advance in Industry: The Brazilian Experience. IN: NELSON, R. (Org.) National innovation systems: A comparative analysis, Oxford University Press, 1993.

DE NEGRI, Fernanda., DE NEGRI, João Alberto, e LEMOS, Mauro Borges. Impactos do ADTEN e do FNDCT sobre o desempenho e os esforços tecnológicos das firmas industriais brasileiras. Revista Brasileira de Inovação, vol. 8, no. 1, pp. 211-254, 2009.

DE NEGRI, João Alberto. e MORAIS, José Mauro de. Evolução das Ações e Programas da FINEP no Apoio à Inovação Empresarial – 2003-2014, Boletim Radar, IPEA, no. 48, dezembro, 2016.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil. Ano 2003.

DINIZ, Clélio Campolina e VIEIRA, Danilo Jorge. Ensino Superior e Desigualdades Regionais: notas sobre a experiência recente do Brasil. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, v.36, n.129, p.99-115, jul./dez. 2015.

DRUCK, Graça. A Terceirização na Saúde Pública. Formas Diversas de Precarização do Trabalho. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro , v. 14, supl. 1, p. 15-43, Nov. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462016000400015&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00023>.

FAGERBERG, Jan, SRHOLEC, Martin e VERSPAGEN, Bart. Innovation and Economic Development. Chapter 20. In: Handbook of the Economics of Innovation. Elsevier. vol. 2, pp 833-872. 2010.

FERNANDES, Adriana. Reforma administrativa quer acabar com promoções por tempo de serviço. Veja online. 27 de jan de 2020. Acesso em 04 de julho de 2020.- Veja mais em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/01/27/reforma-administrativa-quer-acabar-com-promoco-es-por-tempo-de-servico.htm?cmpid=copiaecola>.

FERNANDES, Lorena Estevam Martins et al . Recursos Humanos em Hospitais Estaduais Gerenciados por Organizações Sociais de Saúde. A Lógica do Privado. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 955-973, Dec. 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-

77462018000300955&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Jan. 2019. Epub Aug 02, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00140>

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil”. PESQUISA & DEBATE, SP, volume 15, n. 2(26), pp. 225-256, 2004.

_____. Desenvolvimentismo: A construção do Conceito. Texto para Discussão. 2103. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2015.

_____ e MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas. Nova econ., Belo Horizonte , v. 22, n. 2, p. 203-233, Aug. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512012000200001&lng=en&nrm=iso>. access on 24 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512012000200001>.

FREITAS, Rogério Edivaldo; ANDRADE, Israel de Oliveira. e LOPES, Geovane de Oliveira. Fundo Setorial de Biotecnologia: Uma Análise de Contexto, Operação e Resultados. Texto para Discussão do IPEA no. 1806, janeiro de 2013.

FRITZ, Bárbara, PAULA, Luiz Fernando de e PRATES, Daniela Magalhães. Varieties of Developmentalism: A Critical Assessment of the PT Governements. in Latin American Perspectives 47(1):45-64 January 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339302291_Varieties_of_Developmentalism_A_Critical_Assessment_of_the_PT_Governements. Acesso em 23 de março de 2020.

FURTADO, José de Ribamar Caldas. O problema da Vinculação de Recursos Orçamentários. Revista do TCU. Jan/abr, 2008.

GIAMBIAGI, Fábio. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os anos FHC. In GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; e HERMANN, J. Economia Brasileira contemporânea [1945-2010]. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011a.

GIAMBIAGI, Fábio. Rompendo com a Ruptura: O Governo Lula (2003-2010). In GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; e HERMANN, J. Economia Brasileira contemporânea [1945-2010]. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011b.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. Versão de 30 Ago. 2012a. Disponível em <http://reinaldogoncalves.blogspot.com/>

_____. Governo Lula e o nacionaldesenvolvimentismo às avessas. Revista Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 31, p. 5-30, fevereiro 2012b.

GORDON, José Luis. STALLIVEIRI, Fábio. Embrapii: um novo modelo de apoio técnico e financeiro à inovação no Brasil. Revista Brasileira de Inovação. 2019. ISSN 2178-2822 DOI: <https://doi.org/10.20396/rbi.v18i2.8653648>.

GREMAUD, Amaury Patrick, VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval & TONETO Jr., Rudinei. Capítulo 14 – Processo de Substituição de importações. Economia Brasileira Contemporânea. 4º Edição – São Paulo: Atlas, 2002.

GREMAUD, Amaury Patrick. Uma Escola Macleodista no Brasil: A Economia Política no Largo São Francisco ao longo do Império e da República Velha. Anais do III Encontro Nacional de Economia. 1998.

GUDIN, Eugênio. A Formação do Economista. Revista Brasileira de Economia. 1956.

GUERRA, O. Política Industrial e Competitividade de Collor a FHC. Organizações & Sociedade. Abril, 1997. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10307/7343>

HERMANN, Jennifer. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre Econômico”. In GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; e HERMANN, J. Economia Brasileira contemporânea [1945-2010]. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 73-96, 2011a.

_____. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984). In GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; e HERMANN, J. Economia Brasileira contemporânea [1945-2010]. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 73-96, 2011b.

IBANEZ, Nelson et al. Organizações sociais de saúde: o modelo do Estado de São Paulo. Ciênc. saúde coletiva, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 391-404, 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232001000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Jan. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232001000200009>

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Séries Históricas: Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>. Acesso em 23 de março de 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas Nacionais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados>. Acessado em 22 de março de 2020

IPEA. Estado, Instituições e Democracia: República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília: IPEA, 2010

KLEBIS, Daniela. Ciência não é gasto, é investimento. Jornal da Ciência. 2018. Acesso em 05 de julho de 2020. Disponível em: http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/wp-content/uploads/2018/12/JCiencia_782_web.pdf

KOELLER, Priscila., VIOTTI, Renato. e RAUEN, André. Dispendios do Governo Federal em C&T e P&D: Esforços e Perspectivas Recentes, Boletim Radar, IPEA, no. 48, dezembro, 2016.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. A Retomada do Crescimento e as Distorções do “Milagre”: 1967-1973. A Ordem do Progresso. Cem anos de Política Econômica Republicana. 1889-1989. Orgs. Marcelo De Paiva Abreu et al. Rio de Janeiro. Elsevier, 1990.

LAPLANE, Mariano. O CGEE e a evolução do SNCTI. Entrevista concedida a Bianca Torreão. Parc. Estrat. • Brasília-DF • v. 21 • n. 43 • p. 11-24 • jul-dez • 2016.

LEITE, Leonardo Queiroz. História da Reforma Gerencial do Estado de 1995. Tese (doutorado CDAPG) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2019

LIMA, Heitor Ferreira. História do Pensamento Econômico no Brasil. 2º edição. São Paulo. Editora Nacional, 1978.

LINS, Bernardo Wildi. Organizações Sociais e contratos de Gestão. – 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

LOUREIRO, Maria Rita. Economists in the Brazilian Government: from Developmentalist State to Neoliberal Policies. In: Economists in the Americas. Org. MONTECINOS, Verónica. MARKOFF, John. Editora Edward Elgar. 2009.

MANINI, Ricardo. 30 anos do MCTI: Estabilidade e responsabilidade na política de inovação são principais marcas. Cienc. Cult., São Paulo , v. 67, n. 2, p. 08- 09, June 2015 . Available from: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000200003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 18 de abr de 2019. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602015000200003>.

MANTEGA, Guido. Celso Furtado e o Pensamento Econômico Brasileiro. Revista de Economia e Política, vol. , nº 4. Out-dez, 1989.

_____. A Economia Política Brasileira. Polis. Vozes. 1984.

MARQUES, Fabrício. Ciclo Interrompido. Revista Pesquisa FAPESP. Edição 275. jan. 2019. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2019/01/10/ciclo-interrompido/>

MATTEI, Lauro. Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro. Rev. Econ. Polit., São Paulo , v. 33, n. 1, p. 41-59, mar. 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572013000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 jul. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572013000100003>.

MELLO, Guilherme e ROSSI, Pedro. Do Industrialismo à Austeridade: a Política Macro dos Governos Dilma. Para além da Política Econômica. Org. /organizado por Ricardo Carneiro, Paulo Baltar, Fernando Sarti. – São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018, pp. 245-81.

MELO, Luiz Martins de. Financiamento à Inovação no Brasil: análise da aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) de 1967 a 2006. Revista Brasileira de Inovação, 8(1), 87-120, 2009.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg, e FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. Revista de Economia Política. v. 33, nº 2 (131), p. 222-239, abril-junho, 2013.

_____ & AMADO, Adriana Moreira. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp. IE. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n1art1>

MONTEIRO, A., LEMOS, J.. Desigualdades na distribuição dos recursos do Pronaf entre as regiões brasileiras. Revista de Política Agrícola, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 28, ago. 2019. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1279>>. Acesso em: 22 Mai. 2020.

MOREIRA, Ildeu de Castro. Orçamento de CT&I para 2018: tragédia anunciada. Jornal da Ciência. Edição Especial de Dezembro de 2017 / N°.778. Disponível em: <http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/wp-content/uploads/2017/12/JC778.pdf> Acessado em 05 de julho de 2020.

MOTTA, João Ricardo Santos Torre Da. A Economia Política de Vinculação de Receitas no Brasil. Tese de Doutorado – ECO/FACE/UNB. 218p. 2008.

NASCIMENTO, Paulo A. Meyer M., e OLIVEIRA, João Maria de. Papel das ações transversais no FNDCT: redirecionamento, redistribuição, indução ou nenhuma das alternativas. Revista brasileira de Inovação, vol. 12, no. 1, pp. 73-104, 2013

NOGUEIRA, Mauro Oddo., KUBOTA, Luis Cláudio. e MILANI, Daniele Nogueira. CT-Info: uma visão a fundo. Revista Brasileira de Inovação, vol. 10, no. 2, pp. 407-444, 2011

NOVELLI, J. M. N. A questão da continuidade da política macroeconômica entre o Governo Lula Cardoso e Lula (1995-2006). Revista de Sociologia e Política. V. 18, Nº 36: 227-240 Jun. 2010.

NETTO, José Veríssimo Romão. Gestão de políticas de cultura e qualidade da democracia: São Paulo, 10 anos de um modelo ainda em construção. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro , v. 49, n. 4, p. 1011-1038, Aug. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-

76122015000401011&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Jan. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612126964>

NUNES, Edson de Oliveira. A gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Garamond, 1997.

PACHECO, Carlos Américo. Memória – Apresentação, Revista Brasileira de Inovação, Vol. 6, no. 1, pp. 191-223, Janeiro/Junho, 2007.

PACHECO, Hélder Freire et al. Organizações sociais como modelo de gestão da assistência à saúde em Pernambuco, Brasil: percepção de gestores. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 20, n. 58, p. 585-595, Sept. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832016000300585&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Jan. 2019. Epub Feb 23, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622015.0338>.

PILOTTO, Bernardo Seixas; JUNQUEIRA, Virginia. Organizações Sociais do setor de saúde no estado de São Paulo: avanços e limites do controle externo. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 130, p. 547-563, Dec. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000300547&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.123>.

PINTO, Eduardo Costa e TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. Econ. soc., Campinas, v. 21, n. spe, p. 909-941, Dec. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400009&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182012000400009>.

PNUD. United Nations Development Programme. Sociedade Civil Mimirauá, Brasil. Equator Initiative Case Study Series. New York, NY. 2012.

POMPERMAYER, Fabiano Mezadre. e GUEDES, Erivelton Pires. Avaliação dos Fundos Setoriais: CT-Transporte, Textos para Discussão do IPEA no. 1689, janeiro de 2012.

PÓVOA, Luciano Martins Costa. e CABELLO, Andrea Felipe. Análise Econômica da Primeira Lei de Patentes Brasileira. Estudos Econômicos, vol. 48, no. 4, pp. 721-756, 2016.

PRATES, Daniela M.; FRITZ, Barbara, e PAULA, Luiz Fernando de. Uma avaliação das políticas desenvolvimentistas nos governos do PT. Cadernos do Desenvolvimento. v. 12, n. 21, p. 187-215. Rio de Janeiro, julho-dezembro, 2017.

QUEIROZ, Glauber Pimentel. e CAVALCANTE, Luiz Ricardo. “Evolução da Execução Orçamentária do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação entre 2001 e 2010”, Textos para Discussão do IPEA, no. 1751, junho de 2012.

QUEIROZ, Helder L. A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá. *Estud. av.*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 183-203, Aug. 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200011&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Feb. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000200011>.

QUINTINO, Larissa. Guedes diz que, para o país crescer, é necessário abrir a economia”. *Revista Veja*. 21 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/guedes-diz-que-e-necessario-abrir-economia-para-crescimento-do-pais/> Acesso em 31 de jan de 2020.

RANDS, Alexandre de Barros. *Desigualdades Regionais no Brasil: natureza, causas, origens e solução*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

RAUEN, André, SAAVEDRA, Cayan. e HAMATSU, Newton. Impactos do Crédito Direto da FINEP no Esforço de P&D das Firms Beneficiárias. *Boletim Radar*, Ipea, no. 59, abril, 2019.

RAUEN, Cristiane Viana. *O Projeto Sirius e as Encomendas Tecnológicas para a Construção da Nova Fonte de Luz Síncrotron Brasileira*. IPEA, 2017.

_____ & TURCHI, Lenita Maria. Apoio à Inovação por Institutos Públicos de Pesquisa: Limites e Possibilidades Legais da Interação ICT-EMPRESA. Capítulo 4. In: *Políticas de apoio à inovação tecnológica no Brasil: avanços recentes, limitações e propostas de ações / organizadores: Lenita Maria Turchi, José Mauro de Moraes*. – Brasília: Ipea, 2017. 485 p.

RESENDE, André Lara. Capítulo 9. Estabilização e Reforma: 1964-1967. *A Ordem do Progresso. Cem anos de Política Econômica Republicana. 1889-1989*. Orgs. Marcelo De Paiva Abreu et al. Rio de Janeiro. Elsevier, 1990.

ROCHA, Frederico. Does governmental support to innovation have positive effect on R&D investments? Evidence from Brazil. *Revista Brasileira de Inovação*, vol. 14, pp. 37-60, 2015.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes e JURGENFELD, Vanessa Follmann. Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao Primeiro Governo FHC). *Economia e Sociedade*, Campinas, Unicamp. v. 28, n. 2 (66), p. 393-420, 2019 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n2art05>.

RODRIGUES, Clovis da Costa. *Inventiva Brasileira*, Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973

ROITMAN, Isaac. Fuga de Cérebros, uma calamidade para o Brasil. *Jornal da USP*. 2020. Disponível em: jornal.usp.br/?p=297959. Acesso em 25 de maio de 2020.

SALLES, FILHO, Sérgio. Memória - Política de Ciência e Tecnologia no I PND (1972/74) e no I PBDCT (1973/74). Revista Brasileira de Inovação, Vol. 1, no. 2, Julho/Dezembro, 2002.

_____. Memória - Política de Ciência e Tecnologia no II PBDCT (1976) Revista Brasileira de Inovação, Vol. 2, no. 1, Janeiro/Junho, 2003.

_____. Memória - Política de Ciência e Tecnologia no III PBDCT (1980/85) Revista Brasileira de Inovação, Vol. 2, no. 2, Julho/Dezembro, 2003.

SANO, Hironobu e ABRUCIO, Fernando Luiz. Promessas e resultados da Nova Gestão Pública no Brasil: o caso das organizações sociais de saúde em São Paulo. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 48, n. 3, p. 64-80, Sept. 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902008000300007&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902008000300007>.

SANTOS, Célia Maria Franco et al. A política Industrial e de Comércio Exterior do Governo Collor. Cadernos EBAP. FGV. N° 59, 1992. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12867/000058110_59.pdf?sequence=1&isAllowed=y

SANTOS, Gesmar Rosa. Financiamento Público da Pesquisa em Energias Renováveis no Brasil: A Contribuição dos Fundos Setoriais de Inovação Tecnológica. Texto para Discussão do IPEA no. 2047, março de 2015.

SARETTA, Fausto. A Política econômica no período 1945/1955: algumas notas. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. 2003. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_fausto_saretta_a-politica-economica-no-periodo-1954_1955-algumas-notas.pdf Acessado em 31 de jan de 2020.

SCHMIDT, Vera Viviane. Coerência programática e disciplina parlamentar: partidos políticos frente à proposta das organizações sociais. Rev. Sociol. Polit., Curitiba , v. 19, n. 40, p. 211-231, Oct. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000300015&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000300015>.

SCHNEIDER, Ben Ross. A privatização no governo Collor: triunfo do liberalismo ou colapso do Estado desenvolvimentista?. Revista de Economia Política. v. 12, nº 1(45), janeiro-março, 1992.

SCHWATZMAN, Simon. Ciência e Tecnologia na década perdida: o que aprendemos. In: Lourdes Sola, Leda M. Paulani (eds), Lições da Década de 80. São Paulo - Editora da Universidade de São Paulo, 1995

SENADO FEDERAL. O Estado de S. Paulo. A resistência ao candidato Sarney. São Paulo. 03/08/1984. Disponível em: <

http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/443628/PS%20jan_dez1984%20-%200058.pdf?sequence=1>. Acessado em 30 de maio de 2019.

SERRANO, Franklin & SUMMA, Ricardo. Conflito Distributivo e o Fim da “Breve Era de Ouro” da Economia Brasileira. Grupo de Economia Política IE-UFRJ. Publicado em 26 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.excedente.org/artigos/conflito-distributivo-e-o-fim-da-breve-era-de-ouro-da-economia-brasileira/>

SICSÚ, João, PAULA, Luiz Fernando de e MICHEL, Renaut. Por que novo-desenvolvimentismo. Revista de Economia Política, vol. 27, nº 4 (108), pp. 507-524 outubro-dezembro. 2007.

SILVA, Ricardo. Planejamento Econômico e Crise Política: do Esgotamento do Plano de Desenvolvimento ao Malogro dos Programas de Estabilização. Rev. Sociol. Polit., Curitiba , n. 14, p. 77-101, June 2000 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782000000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782000000100005>

SILVA, Vanessa Costa e; BARBOSA, Pedro Ribeiro; HORTALE, Virgínia Alonso. Parcerias na saúde: as Organizações Sociais como limites e possibilidades na gerência da Estratégia Saúde da Família. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 21, n. 5, p. 1365-1376, May 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000501365&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015215.23912015>.

SILVA, Thiago Caliarí. e RUIZ, Ricardo Machado. Uma Análise Exploratória do Fundo Setorial da Saúde. Revista Brasileira de Inovação, Vol. 10, no. 2, Julho/Dezembro, pp. 343-370, 2011.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: O Ensaio Desenvolvimentista no Primeiro Mandato de Dilma Rousseff. Novos estud. CEBRAP, São Paulo , n. 102, p. 39-67, jul. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002015000200039&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 jul. 2020. <https://doi.org/10.25091/s0101-3300201500020004>.

SIMONSEN, Mário Henrique. Brasil 2001. Apec Editora. Rio de Janeiro. 1969.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro recebe a reforma administrativa; servidores atuais estão fora. Correio Brasiliense. 18 de fev. de 2020. Acesso em 04 de julho de 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/02/18/interna_politica,828732/bolsonaro-recebe-a-reforma-administrativa-servidores-atuais-estao-for.shtml

SOETE, Luc, VERSPAGEN, Bart e WEEL, Bas Ter. Systems Of Innovation. Chapter 27. In: Handbook of the Economics of Innovation. Elsevier. vol. 2, pp 1.159-1180. 2010

SOLA, Lourdes. Ideias Econômicas: Decisões Políticas. EDUSP; Edição: 1ª Edição. 1998.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. Agências reguladoras. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 216, p. 125-162, abr. 1999. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47359>>. Acesso em: 12 Fev. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rda.v216.1999.47359>.

VIANNA, Sérgio Bresserman & VILLELA, André. O pós-Guerra (1945-1955). Capítulo 1. ”. In GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; e HERMANN, J. Economia Brasileira contemporânea [1945-2010]. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 1-24, 2011.

VILLELA, André. O desenvolvimento econômico do Brasil Pré-1945. Desenvolvimento Econômico: uma perspectiva brasileira. Pedro Ferreira et al. Rio de Janeiro – Elsevier, 2013 pp. 91-165.

_____. Dos “Anos Dourados” de JK à Crise Não Resolvida (1956-1967). Capítulo 2”. In GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; e HERMANN, J. Economia Brasileira contemporânea [1945-2010]. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 25-48, 2011.

WELFFORT, Francisco. O populismo na política Brasileira. Paz e Terra. 5ª edição. Rio de Janeiro. 2003 [1978].

WERNECK, Rogério. L. F. Aspectos Macroeconômicos da Privatização no Brasil. Pesq. Plan. Econ. 19(2) ago, 1989.

WILLIAMSON, John. Democracy and the “Washington Consensus”. World Development, Vol. 21, No. 8, pp. 1329-1336, 1993.

WILLIAMSON, John. A Short History of The Washignton Consensus. 15 Law & Bus. Rev. Am. 7. 2009. <https://scholar.smu.edu/lbra/vol15/iss1/3>

Relatórios de Gestão do CGEE:

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Final do Contrato de Gestão. MCTIC/CGEE. Dezembro, 2019.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Final do Contrato de Gestão. MCTIC/CGEE. Dezembro, 2018.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Final do Contrato de Gestão. MCTIC/CGEE. Dezembro, 2017.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Final do Contrato de Gestão. MCTIC/CGEE. Dezembro, 2016.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Final do Contrato de Gestão. MCTI/CGEE. Dezembro, 2015.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Final do Contrato de Gestão. MCTI/CGEE. Dezembro, 2014.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Final do Contrato de Gestão. MCTI/CGEE. Dezembro, 2013.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Final do Contrato de Gestão. MCTI/CGEE. Dezembro, 2012.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Final do Contrato de Gestão. MCTI/CGEE. Dezembro, 2011.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Final do Contrato de Gestão. MCT/CGEE. Dezembro, 2010.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Final do Contrato de Gestão. MCT/CGEE. Dezembro, 2009.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Final do Contrato de Gestão. MCT/CGEE. Dezembro, 2008.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Final do Contrato de Gestão. MCT/CGEE. Dezembro, 2007.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Final do Contrato de Gestão. MCT/CGEE. Dezembro, 2006.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Final do Contrato de Gestão. MCT/CGEE. Dezembro, 2005.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Final do Contrato de Gestão. MCT/CGEE. Dezembro, 2004.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Final do Contrato de Gestão. MCT/CGEE. Dezembro, 2003.

Relatórios Anuais do Contrato de Gestão do CGEE:

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Anual do Contrato de Gestão. MCTIC/CGEE. 2019.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Anual do Contrato de Gestão. MCTIC/CGEE. 2018.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Anual do Contrato de Gestão. MCTIC/CGEE. 2017.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Anual do Contrato de Gestão. MCTIC/CGEE. 2016.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Anual do Contrato de Gestão. MCTI/CGEE. 2015.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Anual do Contrato de Gestão. MCTI/CGEE. 2014.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Anual do Contrato de Gestão. MCTI/CGEE. 2013.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Anual do Contrato de Gestão. MCTI/CGEE. 2012.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Anual do Contrato de Gestão. MCTI/CGEE. 2011.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Anual do Contrato de Gestão. MCT/CGEE. 2010.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Anual do Contrato de Gestão. MCT/CGEE. 2009.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Anual do Contrato de Gestão. MCT/CGEE. 2008.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Anual do Contrato de Gestão. MCT/CGEE. 2007.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Anual do Contrato de Gestão. MCT/CGEE. 2006.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Anual do Contrato de Gestão. MCT/CGEE. 2005.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Anual do Contrato de Gestão. MCT/CGEE. 2004.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Anual do Contrato de Gestão. MCT/CGEE. 2003.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Anual do Contrato de Gestão. MCT/CGEE. 2002.

Relatórios Anuais do Contrato de Gestão do CNPEM:

Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais. Relatório Anual. Parte I. MCTIC/CNPEM. 2019.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais. Relatório Anual. Parte I. MCTIC/CNPEM. 2018.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais. Relatório Anual. Parte I. MCTIC/CNPEM. 2017.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais. Relatório Anual. Parte I. MCTIC/CNPEM. 2016.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais. Relatório Anual. Parte I. MCTI/CNPEM. 2015.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais. Relatório Anual. Parte I. MCTI/CNPEM. 2014.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais. Relatório Anual. Parte I. MCTI/CNPEM. 2013.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais. Relatório Anual. MCTI/CNPEM. 2012.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais. Relatório Anual. MCTI/CNPEM. 2011.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais. Relatório Anual. MCT/CNPEM. 2010.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais. Relatório Anual. MCT/CNPEM. 2009.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais. Relatório Anual. MCT/CNPEM. 2008.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais. Relatório Anual. MCT/CNPEM. 2007.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais. Relatório Anual. MCT/CNPEM. 2006.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais. Relatório Anual. MCT/CNPEM. 2005.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais. Relatório Anual. MCT/CNPEM. 2004.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais. Relatório Anual. MCT/CNPEM. 2003.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais. Relatório Anual. MCT/CNPEM. 2002.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia de Materiais. Relatório Anual. MCT/CNPEM. 2001.

Relatórios Anuais do Contrato de Gestão da EMBRAPII:

Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial. Relatório Anual Apresentado à Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão. MCTIC/MEC/EMBRAPII. 2019

Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial. Relatório Anual Apresentado à Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão. MCTIC/MEC/EMBRAPII. 2018

Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial. Relatório Anual Apresentado à Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão. MCTIC/MEC/EMBRAPII. 2017

Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial. Relatório do Contrato de Gestão. MCTIC/MEC/EMBRAPII. 2016

Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial. Relatório Anual do Contrato de Gestão. EMBRAPII/MCTI /MEC. 2015

Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial. Relatório Anual do Contrato de Gestão. EMBRAPII/MCTI. 2014

Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial. Relatório Anual do Contrato de Gestão. EMBRAPII/MCTI. 2013

Relatórios Anuais do Contrato de Gestão do IDSM:

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCTIC e o IDSM. Parte I e II. Tefé. Dezembro de 2019.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCTIC e o IDSM. Parte I e II. Tefé. Dezembro de 2018.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCTIC e o IDSM. Parte I e II. Tefé. Dezembro de 2017.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCTIC e o IDSM. Parte I e II. Tefé. Dezembro de 2016.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e o IDSM. Parte I e II. Tefé. Dezembro de 2015.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e o IDSM. Parte I e II. Tefé. Dezembro de 2014.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e o IDSM. Parte I e II. Tefé. Dezembro de 2013.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e o IDSM. Parte I e II. Tefé. Dezembro de 2012.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e o IDSM. Parte I e II. Tefé. Dezembro de 2011.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCT e o IDSM. Parte I e II. Tefé. Dezembro de 2010.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCT e o IDSM. Parte I e II. Tefé. Dezembro de 2009.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCT e o IDSM. Parte I e II. Tefé. Dezembro de 2008.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCT e o IDSM. Parte I e II. Tefé. Dezembro de 2007.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCT e o IDSM. Parte I e II. Tefé. Dezembro de 2006.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCT e o IDSM. Parte I e II. Tefé. Dezembro de 2005.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCT e o IDSM. Parte I e II. Tefé. Dezembro de 2004.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCT e o IDSM. Parte I e II. Tefé. Dezembro de 2003.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCT e o IDSM. Parte I e II. Tefé. Dezembro de 2002.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCT e o IDSM. Parte I e II. Tefé. Dezembro de 2001.

Relatórios Anuais do Contrato de Gestão do IMPA:

Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Relatório de Gestão Anual. IMPA/MCTIC. Rio de Janeiro. 2019.

Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Relatório Anual de Gestão. IMPA/MCTIC. Rio de Janeiro. 2018.

Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Relatório Anual de Gestão. IMPA/MCTIC. Rio de Janeiro. 2017.

Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Relatório Anual de Gestão. IMPA/MCTIC. Rio de Janeiro. 2016.

Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Relatório Anual de Gestão. IMPA/MCTI. Rio de Janeiro. 2015.

Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Relatório Anual de Gestão. IMPA/MCTI. Rio de Janeiro. 2014.

Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Relatório Anual de Gestão. IMPA/MCTI. Rio de Janeiro. 2013.

Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Relatório Anual de Gestão. IMPA/MCTI. Rio de Janeiro. 2012.

Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Relatório Anual de Gestão. IMPA/MCTI. Rio de Janeiro. 2011.

Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Relatório Anual de Gestão. IMPA/MCT. Rio de Janeiro. 2010.

Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Relatório Anual de Gestão. IMPA/MCT. Rio de Janeiro. 2009.

Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Relatório Anual de Gestão. IMPA/MCT. Rio de Janeiro. 2008.

Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Relatório Anual de Gestão. IMPA/MCT. Rio de Janeiro. 2007.

Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Relatório Anual de Gestão. IMPA/MCT. Rio de Janeiro. 2006.

Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Relatório Anual de Gestão. IMPA/MCT. Rio de Janeiro. 2005.

Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Relatório Anual de Gestão. IMPA/MCT. Rio de Janeiro. 2004.

Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Relatório Anual de Gestão. IMPA/MCT. Rio de Janeiro. 2003.

Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Relatório Anual de Gestão. IMPA/MCT. Rio de Janeiro. 2002.

Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Relatório Anual de Gestão. IMPA/MCT. Rio de Janeiro. 2001.

Relatórios Anuais do Contrato de Gestão da RNP:

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Relatório de Gestão. Edição Anual. Contrato de Gestão MCTIC/RNP. 2019.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Relatório de Gestão. Edição Anual. Contrato de Gestão MCTIC/RNP. 2018.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Relatório de Gestão. Edição Anual. Contrato de Gestão MCTIC/RNP. 2017.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Relatório de Gestão. Edição Anual. Contrato de Gestão MCTIC/RNP. 2016.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Relatório de Gestão. Edição Anual. Contrato de Gestão MCTI/RNP. 2015.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Relatório de Gestão. Edição Anual. Contrato de Gestão MCTI/RNP. 2014.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Relatório de Gestão. Edição Anual. Contrato de Gestão MCTI/RNP. 2013.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Relatório de Gestão. Edição Anual. Contrato de Gestão MCTI/RNP. 2012.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Relatório de Gestão. Edição Anual. Contrato de Gestão MCTI/RNP. 2011.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Relatório de Gestão. Edição Anual. Contrato de Gestão MCT/RNP. 2010.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Relatório de Gestão. Edição Anual. Contrato de Gestão MCT/RNP. 2009.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Relatório de Gestão. Edição Anual. Contrato de Gestão MCT/RNP. 2008.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Relatório de Gestão. Edição Anual. Contrato de Gestão MCT/RNP. 2007.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Relatório de Gestão. Edição Anual. Contrato de Gestão MCT/RNP. 2006.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Relatório de Gestão. Edição Anual. Contrato de Gestão MCT/RNP. 2005.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Relatório de Gestão. Edição Anual. Contrato de Gestão MCT/RNP. 2004.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Relatório de Gestão. Edição Anual. Contrato de Gestão MCT/RNP. 2003.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Relatório de Gestão. Edição Anual. Contrato de Gestão MCT/RNP. 2002.

Relatórios de Gestão do Tribunal de Contas da União - CBPF

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Relatório de Gestão. Exercício 2017. CBPF/MCTIC. 2018

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão. Exercício 2016. CBPF/MCTIC. 2017.

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão. Exercício 2015. CBPF/MCTIC. 2016

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Exercício 2014. Relatório de Gestão. CBPF/MCTI. 2015

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão. Exercício 2013 CBPF/MCTI. 2014

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão. Exercício 2012. CBPF/MCTI. 2013

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão. Exercício 2011. CBPF/MCTI. 2012

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão. Exercício 2010 CBPF/MCT. 2011

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão. Exercício 2009. CBPF/MCT. 2010

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Relatório de Gestão. Exercício 2008. CBPF/MCT. 2009

Relatórios de Gestão do Tribunal de Contas da União - CETEM

Centro de Tecnologia Mineral. Relatório de Gestão. Prestação de Contas Ordinária Anual. Exercício 2017. CETEM/MCTIC. 2018

Centro de Tecnologia Mineral. Relatório de Gestão. Prestação de Contas Ordinária Anual. Exercício 2016. CETEM/MCTIC. 2017

Centro de Tecnologia Mineral. Relatório de Gestão. Prestação de Contas Ordinária Anual. Exercício 2015. CETEM/MCTI. 2016

Centro de Tecnologia Mineral. Relatório de Gestão. Prestação de Contas Ordinária Anual. Exercício 2014. CETEM/MCTI. 2015

Centro de Tecnologia Mineral. Relatório de Gestão. Prestação de Contas Ordinária Anual. Exercício 2013. CETEM/MCTI. 2014

Centro de Tecnologia Mineral. Relatório de Gestão. Prestação de Contas Ordinária Anual. Exercício 2012. CETEM/MCTI. 2013

Centro de Tecnologia Mineral. Relatório de Gestão. Prestação de Contas Ordinária Anual. Exercício 2011. CETEM/MCTI. 2012

Centro de Tecnologia Mineral. Relatório de Gestão. Prestação de Contas Ordinária Anual. Exercício 2010. CETEM/MCT. 2011

Centro de Tecnologia Mineral. Relatório de Gestão. Prestação de Contas Ordinária Anual. Exercício 2009. CETEM/MCT. 2010

Centro de Tecnologia Mineral. Relatório de Gestão. Prestação de Contas Ordinária Anual. Exercício 2008. CETEM/MCT. 2009

Relatórios de Gestão do Tribunal de Contas da União - CTI

Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer. Prestação de Contas Ordinárias Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2017. MCTIC/CTI. 2018

Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer. Prestação de Contas Ordinárias Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2016. MCTIC/CTI. 2017

Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer. Prestação de Contas Ordinárias Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2015. MCTI/CTI. 2016

Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer. Prestação de Contas Ordinárias Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2014. MCTI/CTI. 2015

Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer. Prestação de Contas Ordinárias Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2013. MCTI/CTI. 2014

Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer. Prestação de Contas Ordinárias Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2012. MCTI/CTI. 2013

Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer. Prestação de Contas Ordinárias Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2011. MCTI/CTI. 2012

Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer. Prestação de Contas Ordinárias Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2010. MCT/CTI. 2011

Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer. Prestação de Contas Ordinárias Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2009. MCT/CTI. 2010

Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer. Prestação de Contas Ordinárias Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2008. MCT/CTI. 2009

Relatórios de Gestão do Tribunal de Contas da União - IBICT

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Relatório de Gestão do Exercício de 2017. MCTIC/IBICT. 2018

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Relatório de Gestão do Exercício de 2016. MCTIC/IBICT. 2017

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Relatório de Gestão do Exercício de 2015. MCTI/IBICT. 2016

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Relatório de Gestão do Exercício de 2014. MCTI/IBICT. 2015

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Relatório de Gestão do Exercício de 2013. MCTI/IBICT. 2014

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Relatório de Gestão do Exercício de 2012. MCTI/IBICT. 2013

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Relatório de Gestão do Exercício de 2011. MCTI/IBICT. 2012

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Relatório de Gestão do Exercício de 2010. MCT/IBICT. 2011

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Relatório de Gestão Individual do Exercício de 2009. MCT/IBICT. 2010

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Roteiro de Verificação de Peças e Conteúdos do Exercício de 2008. MCT/IBICT. 2009

Relatórios de Gestão do Tribunal de Contas da União - INPA

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Relatório de Gestão do Exercício de 2017. MCTIC/INPA. 2018.

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Relatório de Gestão do Exercício de 2016. MCTIC/INPA. 2017

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Relatório de Gestão do Exercício de 2015. MCTI/INPA. 2016

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Relatório de Gestão do Exercício de 2014. MCTI/INPA. 2015

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Relatório de Gestão do Exercício de 2013. MCTI/INPA. 2014

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Relatório de Gestão do Exercício de 2012. MCTI/INPA. 2013

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Relatório de Gestão do Exercício de 2011. MCTI/INPA. 2012

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Relatório de Gestão do Exercício de 2010. MCT/INPA. 2011

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Relatório de Gestão do Exercício de 2009. MCT/INPA. 2010

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Relatório de Gestão do Exercício de 2008. MCT/INPA. 2009

Relatórios de Gestão do Tribunal de Contas da União - INPE

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Relatório de Gestão do Exercício 2017. MCTIC/INPE. 2018

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Relatório de Gestão do Exercício 2016. MCTIC/INPE. 2017

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Relatório de Gestão do Exercício 2015. MCTI/INPE. 2016

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Relatório de Gestão do Exercício 2014. MCTI/INPE. 2015

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Relatório de Gestão do Exercício 2013. MCTI/INPE. 2014

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Prestação de Contas Ordinárias Anual. Relatório de Gestão do Exercício 2012. MCTI/INPE. 2013

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Prestação de Contas Ordinárias Anual. Relatório de Gestão do Exercício 2011. MCTI/INPE. 2012

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Prestação de Contas Ordinárias Anual. Relatório de Gestão do Exercício 2010. MCT/INPE. 2011

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Prestação de Contas Ordinárias Anual. Relatório de Gestão do Exercício 2009. MCT/INPE. 2010

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Relatório de Gestão do Exercício 2008. MCT/INPE. 2009

Relatórios de Gestão do Tribunal de Contas da União - INSA

Instituto Nacional do Semiárido. Relatório do Gestão do Exercício de 2017. MCTIC/INSA. 2018

Instituto Nacional do Semiárido. Relatório do Gestão do Exercício de 2016. MCTIC/INSA. 2017

Instituto Nacional do Semiárido. Relatório do Gestão do Exercício de 2015. MCTC/INSA. 2016

Instituto Nacional do Semiárido. Relatório do Gestão do Exercício de 2014. MCTI/INSA. 2015

Instituto Nacional do Semiárido. Relatório do Gestão do Exercício de 2013. MCTI/INSA. 2014

Instituto Nacional do Semiárido. Relatório do Gestão do Exercício de 2012. MCTI/INSA. 2013

Instituto Nacional do Semiárido. Relatório do Gestão do Exercício de 2011. MCTI/INSA. 2012

Instituto Nacional do Semiárido. Relatório do Gestão do Exercício de 2010. MCT/INSA. 2011

Instituto Nacional do Semiárido. Relatório do Gestão do Exercício de 2009. MCT/INSA. 2010

Instituto Nacional do Semiárido. Relatório do Gestão do Exercício de 2008. MCT/INSA. 2009

Relatórios de Gestão do Tribunal de Contas da União - INT

Instituto Nacional de Tecnologia. Relatório de Gestão do Exercício de 2017. MCTIC/INT. 2018

Instituto Nacional de Tecnologia. Relatório de Gestão do Exercício de 2016. MCTIC/INT. 2017

Instituto Nacional de Tecnologia. Relatório de Gestão do Exercício de 2015. MCTI/INT. 2016

Instituto Nacional de Tecnologia. Relatório de Gestão do Exercício de 2014. MCTI/INT. 2015

Instituto Nacional de Tecnologia. Relatório de Gestão do Exercício de 2013. MCTI/INT. 2014

Instituto Nacional de Tecnologia. Relatório de Gestão do Exercício de 2012. MCTI/INT. 2013

Instituto Nacional de Tecnologia. Relatório de Gestão do Exercício de 2011. MCTI/INT. 2012

Instituto Nacional de Tecnologia. Relatório de Gestão do Exercício de 2010. MCT/INT. 2011

Instituto Nacional de Tecnologia. Prestação de Contas Consolidado Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2009. MCT/INT. 2010

Instituto Nacional de Tecnologia. Relatório de Gestão do Exercício de 2008. MCT/INT. 2009

Relatórios de Gestão do Tribunal de Contas da União - LNA

Laboratório Nacional de Astrofísica. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2017. MCTIC/LNA. 2018

Laboratório Nacional de Astrofísica. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2016. MCTIC/LNA. 2017

Laboratório Nacional de Astrofísica. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2015. MCTI/LNA. 2016

Laboratório Nacional de Astrofísica. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2014. MCTI/LNA. 2015

Laboratório Nacional de Astrofísica. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2013. MCTI/LNA. 2014

Laboratório Nacional de Astrofísica. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2012. MCTI/LNA. 2013

Laboratório Nacional de Astrofísica. Relatório de Gestão do Exercício de 2011. MCTI/LNA. 2012

Laboratório Nacional de Astrofísica. Relatório de Gestão do Exercício de 2010. MCT/LNA. 2011

Laboratório Nacional de Astrofísica. Relatório de Gestão do Exercício de 2009. MCT/LNA. 2010

Laboratório Nacional de Astrofísica. Relatório de Gestão do Exercício de 2008. MCT/LNA. 2009

Relatórios de Gestão do Tribunal de Contas da União - LNCC

Laboratório Nacional de Computação Científica. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2017. MCTIC/LNCC. 2018

Laboratório Nacional de Computação Científica. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2016. MCTIC/LNCC. 2017

Laboratório Nacional de Computação Científica. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2015. MCTI/LNCC. 2016

Laboratório Nacional de Computação Científica. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2014. MCTI/LNCC. 2015

Laboratório Nacional de Computação Científica. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2013. MCTI/LNCC. 2014

Laboratório Nacional de Computação Científica. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2012. MCTI/LNCC. 2013

Laboratório Nacional de Computação Científica. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2011. MCTI/LNCC. 2012

Laboratório Nacional de Computação Científica. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2010. MCTI/LNCC. 2011

Laboratório Nacional de Computação Científica. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2009. MCTI/LNCC. 2010

Laboratório Nacional de Computação Científica. Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2008. MCTI/LNCC. 2009

Relatórios de Gestão do Tribunal de Contas da União - MAST

Museu de Astronomia e Ciências Afins. Relatório de Gestão do Exercício de 2017. MCTIC/MAST. 2018

Museu de Astronomia e Ciências Afins. Relatório de Gestão do Exercício de 2016. MCTIC/MAST. 2017

Museu de Astronomia e Ciências Afins. Relatório de Gestão do Exercício de 2015. MCTI/MAST. 2016

Museu de Astronomia e Ciências Afins. Relatório de Gestão do Exercício de 2014. MCTI/MAST. 2015

Museu de Astronomia e Ciências Afins. Relatório de Gestão do Exercício de 2013. MCTI/MAST. 2014

Museu de Astronomia e Ciências Afins. Relatório de Gestão do Exercício de 2012. MCTI/MAST. 2013

Museu de Astronomia e Ciências Afins. Relatório de Gestão do Exercício de 2011. MCTI/MAST. 2012

Museu de Astronomia e Ciências Afins. Relatório de Gestão do Exercício de 2010. MCTI/MAST. 2011

Museu de Astronomia e Ciências Afins. Roteiro de Verificação de Peças e Conteúdos do Exercício de 2009. MCTI/MAST. 2010

Museu de Astronomia e Ciências Afins. Roteiro de Verificação de Peças e Conteúdos do Exercício de 2008. MCT/MAST. 2009

Relatórios de Gestão do Tribunal de Contas da União - MPEG

Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório de Gestão do Exercício de 2017. MCTIC/MPEG. 2018

Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório de Gestão do Exercício de 2016. MCTIC/MPEG. 2017

Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório de Gestão do Exercício de 2015. MCTI/MPEG. 2016

Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório de Gestão do Exercício de 2014. MCTI/MPEG. 2015

Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório de Gestão do Exercício de 2013. MCTI/MPEG. 2014

Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório de Gestão do Exercício de 2012. MCTI/MPEG. 2013

Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório de Gestão do Exercício de 2011. MCTI/MPEG. 2012

Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório de Gestão do Exercício de 2010. MCT/MPEG. 2011

Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório de Atividades do Gestor do Exercício de 2009. MCT/MPEG. 2010

Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório de Atividades do Gestor do Exercício de 2008. MCT/MPEG. 2009

Relatórios de Gestão do Tribunal de Contas da União - ON

Observatório Nacional. Relatório de Gestão do Exercício de 2017. MCTIC/ON. 2018

Observatório Nacional. Relatório de Gestão do Exercício de 2016. MCTIC/ON. 2017

Observatório Nacional. Relatório de Gestão do Exercício de 2015. MCTI/ON. 2016

Observatório Nacional. Relatório de Gestão do Exercício de 2014. MCTI/ON. 2015

Observatório Nacional. Relatório de Gestão do Exercício de 2013. MCTI/ON. 2014

Observatório Nacional. Relatório de Gestão do Exercício de 2012. MCTI/ON. 2013

Observatório Nacional. Relatório de Gestão do Exercício de 2011. MCTI/ON. 2012

Observatório Nacional. Relatório de Gestão do Exercício de 2010. MCT/ON. 2011

Observatório Nacional. Prestação de Contas Ordinárias Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2009. MCT/ON. 2010

Observatório Nacional. Prestação de Contas Ordinárias Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2008. MCT/ON. 2009

Contrato de Gestão e Termos Aditivos do CGEE:

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 20º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o CGEE. 27 de dezembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 19º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o CGEE. 27 de dezembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 18º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o CGEE. 20 de dezembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 17º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o CGEE. 21 de agosto de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o CGEE. 21 de dezembro de 2018.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o CGEE. 7 de novembro de 2018.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 14º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o CGEE. 28 de junho de 2018.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o CGEE. 26 de outubro de 2017.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 12º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o CGEE. 06 de julho de 2017.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o CGEE. 30 de dezembro de 2016.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o CGEE. 30 de junho de 2016.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 9º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o CGEE. 22 de dezembro de 2020.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, FINEP e o CGEE. 13 de novembro de 2014.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, FINEP e o CGEE. 20 de novembro de 2013.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, FINEP e o CGEE. 27 de dezembro de 2012.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 5º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, FINEP e o CGEE. 12 de novembro de 2012.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, FINEP e o CGEE. 29 de dezembro de 2011.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, FINEP e o CGEE. 1 de setembro de 2011.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, FINEP e o CGEE. 20 de julho de 2011.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, FINEP e o CGEE. 30 de julho de 2010.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. Contrato de Gestão que entre si celebram. MCT, FINEP e o CGEE. 27 de maio de 2020.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, FINEP e o CGEE. 29 de dezembro de 2009.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, FINEP e o CGEE. 23 de junho de 2009.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 14º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, FINEP e o CGEE. 30 de dezembro de 2008.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, FINEP e o CGEE. 30 de setembro de 2008.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 12º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, FINEP e o CGEE. 20 de março de 2008.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, FINEP e o CGEE. 23 de novembro de 2007.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, FINEP e o CGEE. Dezembro de 2006.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 09º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, FINEP e o CGEE. 29 de setembro de 2006.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, FINEP e o CGEE. 20 de dezembro de 2005.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, FINEP e o CGEE. 18 de agosto de 2005.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, FINEP e o CGEE. Novembro de 2004.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 5º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, FINEP e o CGEE. 29 de junho de 2004.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, FINEP e o CGEE. 28 de novembro de 2003.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, FINEP e o CGEE. 18 de setembro de 2003.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, FINEP e o CGEE. 13 de maio de 2003.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, FINEP e o CGEE. 09 de setembro de 2002.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. Contrato de Gestão que entre si celebram. MCT e o CGEE. 16 de abril de 2002.

Contrato de Gestão e Termos Aditivos do CNPEM:

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 31º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e CNPEM. 26 de dezembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 30º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e CNPEM. 03 de dezembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 29º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e CNPEM. 20 de novembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 28º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e CNPEM. 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 27º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e CNPEM. 21 de junho de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 26º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e CNPEM. 19 de dezembro de 2018.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 25º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e CNPEM. 07 de novembro de 2018.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 24º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e CNPEM. 02 de outubro de 2018.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 23º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e CNPEM. 24 de julho de 2018.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 22º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e CNPEM. 15 de fevereiro de 2018.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 21º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e CNPEM. Dezembro de 2017.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 20º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e CNPEM. 07 de dezembro de 2017.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 19º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e CNPEM. 20 de julho de 2017.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 18º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e CNPEM. 06 de julho de 2017.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 17º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e CNPEM. 04 de maio de 2017.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e CNPEM. 16 de dezembro de 2016.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e CNPEM. 22 de dezembro de 2016.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 14º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e CNPEM. 31 de março de 2016.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e CNPEM. 01 de outubro de 2015.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 12º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e CNPEM. 2014.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e CNPEM. 21 de outubro de 2014.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e CNPEM. 03 de junho de 2014.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 9º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e CNPEM. 30 de dezembro de 2013.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e CNPEM. 31 de outubro de 2013.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e CNPEM. 10 de julho de 2013.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e CNPEM. 20 de dezembro de 2012.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 5º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e CNPEM. 20 de dezembro de 2012.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e CNPEM. 25 de julho de 2012.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e ABTLuS. 29 de dezembro de 2011.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e ABTLuS. 28 de julho de 2011.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e ABTLuS. 30 de dezembro de 2010.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. Contrato de Gestão que entre si celebram. MCT e ABTLuS. 17 de setembro de 2010.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 28º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e ABTLuS. 21 de junho de 2010.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 27º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e ABTLuS. 22 de abril de 2010.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 26º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e ABTLuS. 21 de janeiro de 2010.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 25º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e ABTLuS. 29 de dezembro de 2009.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 24º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e ABTLuS. 6 de agosto de 2009.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 23º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e ABTLuS. 29 de dezembro de 2008.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 22º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. 13 de novembro de 2008.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 21º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. 30 de setembro de 2008.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 20º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. 03 de julho de 2008.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 19º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. 27 de dezembro de 2007.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 18º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. 12 de dezembro de 2007.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 17º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. 25 de junho de 2007.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. 21 de dezembro de 2006.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. 17 de agosto de 2006.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 14º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. 22 de junho de 2006.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. 25 de janeiro de 2006.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 12º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. 9 de junho de 2005.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. Março de 2004.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. 17 de dezembro de 2003.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 9º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. 2003.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. 24 de março de 2003.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. 2002.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. 30 de agosto de 2002

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 5º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. 25 de março de 2002

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. 29 de junho de 2001

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT, CNPq e ABTLuS. 29 de março de 2001.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. Contrato de Gestão que entre si celebram. MCT, CNPq e ABTLuS. 29 de janeiro de 1998.

Contrato de Gestão e Termos Aditivos da EMBRAPPII:

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e EMBRAPPII. 19 de dezembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 14º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e EMBRAPPII. 31 de outubro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e EMBRAPPII. 12 de julho de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 12º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e EMBRAPPII. 28 de dezembro de 2018.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e EMBRAPPII. 21 de novembro de 2018.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MS, MEC e EMBRAPPII. 27 de março de 2018.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 9º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e EMBRAPPII. 27 de dezembro de 2017.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e EMBRAPPII. 01 de dezembro de 2016.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, MEC e EMBRAPPII. 11 de maio de 2016.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, MEC e EMBRAPPII. 10 de dezembro de 2015.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 5º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, MEC e EMBRAPPII. 26 de outubro de 2015.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, MEC e EMBRAPPII. 30 de dezembro de 2014.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, MEC e EMBRAPPII. 22 de outubro de 2014.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, MEC e EMBRAPPII. 18 de agosto de 2014.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, MEC e EMBRAPPII. 18 de dezembro de 2013.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Contrato de Gestão que entre si celebram. MCTI, MEC e EMBRAPPII. 02 de dezembro de 2013.

Contrato de Gestão e Termos Aditivos do IDSM:

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 26º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o IDSM. 26 de dezembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 25º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o IDSM. 25 de outubro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 24º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o IDSM. 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 23º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o IDSM. 28 de maio de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 22º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o IDSM. 14 de novembro de 2018

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 21º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o IDSM. 06 de agosto de 2018

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 20º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o IDSM. 28 de março de 2018.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 19º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o IDSM. Dezembro de 2017.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 18º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o IDSM. 01 de junho de 2017.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 17º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o IDSM. 04 de janeiro de 2017.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o IDSM. 16 de dezembro de 2016.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC e o IDSM. 09 de junho de 2016.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 14º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IDSM. 11 de dezembro de 2015.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IDSM. 01 de outubro de 2015.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 12º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IDSM. 08 de julho de 2015.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IDSM. 21 de outubro de 2014.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IDSM. 11 de junho de 2014.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 9º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IDSM. 2013.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IDSM. 2013.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IDSM. 14 de junho de 2013.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IDSM. 12 de dezembro de 2012.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 5º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IDSM. 10 de julho de 2012.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IDSM. 29 de julho de 2011.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. 2011.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. 30 de dezembro de 2010.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. 22 de julho de 2010.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. Contrato de Gestão que entre si celebram. MCT e IDSM. 27 de maio de 2010.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 18º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. 29 de dezembro de 2009.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 17º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. 02 de julho de 2009.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. 22 de dezembro de 2008.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. Maio de 2008.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 14º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. Julho de 2007.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. Maio de 2007.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 12º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. Março de 2006.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. Janeiro de 2006.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. Dez de 2005.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 9º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. Junho de 2005.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. Março 2005.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. Dezembro de 2004.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. 2004.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 5º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. Dezembro de 2003.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. Outubro de 2003.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. 2003.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. Março de 2003.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM. 2002.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. Contrato de Gestão que entre si celebram. MCT e IDSM. 23 de março de 2001.

Contrato de Gestão e Termos Aditivos do IMPA:

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 25º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e o IMPA. 27 de dezembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 26º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e o IMPA. 20 de dezembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 25º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e o IMPA. 05 de novembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 24º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e o IMPA. 14 de outubro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 23º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e o IMPA. Dezembro de 2018.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 22º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e o IMPA. 2018.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 21º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e o IMPA. 29 de dezembro de 2017.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 20º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e o IMPA. 29 de novembro de 2017.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 19º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e o IMPA. 31 de maio de 2017.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 18º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e o IMPA. 25 de maio de 2016.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. 17º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, MEC e o IMPA. 6 de maio de 2016.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, MEC e o IMPA. 29 de dezembro de 2015.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, MEC e o IMPA. 8 de outubro de 2013.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. 14º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, MEC e o IMPA. 21 de setembro de 2015.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IMPA. 29 de setembro de 2014.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. 12º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IMPA. 28 de maio de 2014.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IMPA. 8 de outubro de 2013.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IMPA. 13 de junho de 2013.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. 9º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IMPA. 12 de dezembro de 2012.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IMPA. 28 de agosto de 2012.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IMPA. 05 de junho de 2012.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IMPA. 29 de dezembro de 2011.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. 5º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e o IMPA. 18 de agosto de 2011.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 19 de maio de 2011.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. Dezembro de 2010.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 13 de setembro de 2010.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 18 de junho de 2010.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. Contrato de Gestão que entre si celebram. MCT e IMPA. 27 de maio de 2010.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 21º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 15 de abril de 2010.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 20º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 15 de janeiro de 2010.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 19º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 29 de dezembro de 2009.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 18º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 18 de junho de 2009.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 17º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 29 de dezembro de 2008.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 03 de julho de 2008.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 27 de dezembro de 2007

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 14º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 12 de abril de 2007.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 14 de novembro de 2006.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 12º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 16 de agosto de 2006.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 22 de junho de 2006.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 19 de janeiro de 2006.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 9º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 05 de agosto de 2005.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 26 de abril de 2005.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 28 de dezembro de 2004.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 23 de dezembro de 2004.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 5º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 20 de outubro de 2004.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 19 de abril de 2004.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 17 de dezembro de 2003.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 24 de março de 2003.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e o IMPA. 05 de março de 2002.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. Contrato de Gestão que entre si celebram. MCT e IMPA. 23 de janeiro de 2001.

Contrato de Gestão e Termos Aditivos do RNP:

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 26º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e a RNP. 31 de dezembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 25º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e a RNP. 30 de dezembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 24º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e a RNP. 27 de dezembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 23º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e a RNP. 27 de dezembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 22º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e a RNP. 20 de dezembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 21º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e a RNP. 26 de setembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 20º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e a RNP. 28 de dezembro de 2018.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 19º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e a RNP. 26 de dezembro de 2018.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 18º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e a RNP. 19 de setembro de 2018.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 17º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e a RNP. 27 de dezembro de 2017.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e a RNP. 19 de outubro de 2017.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e a RNP. 27 de dezembro de 2016.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 14º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e a RNP. 19 de outubro de 2016.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTIC, MEC e a RNP. 04 de agosto de 2016.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 12º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, MEC e a RNP. 29 de dezembro de 2015.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, MEC e a RNP. 19 de novembro de 2015.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, MEC e a RNP. 30 de dezembro de 2014.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 9º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, MEC e a RNP. 17 de novembro de 2014.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI, MEC e a RNP. 01 de agosto de 2014.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e a RNP. 30 de dezembro de 2013.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e a RNP. 04 de dezembro de 2013.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 5º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e a RNP. 10 de julho de 2013.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e a RNP. 20 de dezembro de 2012.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e a RNP. 04 de setembro de 2012.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e a RNP. 29 de dezembro de 2012.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCTI e a RNP. 13 de setembro de 2011.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia. Contrato de Gestão que entre si celebram. MCT e RNP. 22 de dezembro de 2010.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 17º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e a RNP. 30 de dezembro de 2010.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e a RNP. 21 de dezembro de 2010.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e a RNP. 29 de dezembro de 2009.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 14º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e a RNP. 30 de outubro de 2009.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e a RNP. 29 de dezembro de 2008.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 12º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e a RNP. 13 de novembro de 2008.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e a RNP. 03 de julho de 2008.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e a RNP. 17 de dezembro de 2007.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 9º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e a RNP. Julho de 2007.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e a RNP. 16 de janeiro de 2007.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e a RNP. 21 de dezembro de 2006.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e a RNP. 10 de agosto de 2006.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 5º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e a RNP. 11 de novembro de 2005.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e a RNP. 31 de março de 2005.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e a RNP. 26 de agosto de 2004.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e a RNP. 19 de abril de 2004.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão entre o MCT e a RNP. 24 de março de 2003.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. Contrato de Gestão que entre si celebram. MCT e RNP. 26 de março de 2002.

Anexo 1 - Fonte de Dados - OS

Instituição	Tipo de Dado	Fonte	Observação
CGEE	LOA	<p>– Baseado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Disponível em: https://www.siop.planejamento.gov.br/modulo/login/index.html#/ Acesso em 28 de fevereiro de 2020.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Em 2017, foram considerados os dados da PLOA pois, nos dados do SIOP público, os valores da Ação 212H LOA foram compilados em um único Plano Orçamentário, não sendo possível identificar os valores exatos da LOA. - Entre 2002 e 2013, foram consideradas as ações citadas em termos aditivos, como a Ação Programática 4475. - Entre 2014 e 2019, foram consideradas as ações da Ação Programática 212H. - Os valores que se encontravam nos fundos setoriais (FNDCT/FINEP) e foram pactuados para serem repassados para a organização social não são possíveis de serem especificados, pois no SIOP o valor da LOA encontra-se de forma integral e apenas uma pequena parcela foi para o CGEE. Os demais recursos foram designados para outras ações. - Disponíveis de 2002 a 2019
CGEE	Orçamentário	Termos aditivos assinados entre a OS e o MCTIC	<ul style="list-style-type: none"> - Em geral, os termos aditivos são assinados com Nota de Empenho, sendo, portanto, considerado esse valor como o orçamentário. - Disponíveis de 2002 a 2019.
CGEE	Financeiro	Relatórios de Gestão da OS	<ul style="list-style-type: none"> - Disponíveis de 2002 a 2019.
CGEE	Gasto com Pessoal	Relatórios de Gestão da OS	<ul style="list-style-type: none"> - Disponíveis de 2002 a 2019.
CGEE	Pessoal	Relatórios de Gestão da OS	<ul style="list-style-type: none"> - Considerado o número de profissionais informados pelo centro, excluído os cedidos. - Disponíveis de 2013 a 2019.
CNPEM	LOA	<p>– Baseado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Disponível em: https://www.siop.planejamento.gov.br/modulo/login/index.html#/ Acesso em 28 de fevereiro de 2020.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Em 2017, foram considerados os dados da PLOA pois, nos dados do SIOP público, os valores da Ação 212H LOA foram compilados em um único Plano Orçamentário, não sendo possível identificar os valores exatos da LOA. - Entre 2001 e 2013, foram consideradas as ações citadas em termos aditivos como as Ação Programática 4192, 1259, 5209, 4940 , 6236. - Entre 2014 e 2019, foram consideradas as ações da Ação Programática 212H, 14XT e 13CL. - Os valores que se encontravam nos fundos setoriais (FNDCT/FINEP) e foram pactuados para serem repassados para a organização social não são possíveis de serem especificados, pois no SIOP o valor da LOA encontra-se de forma integral e apenas uma pequena parcela foi para o CNPEM. Os demais recursos foram designados para outras ações. - Disponíveis de 2001 a 2019.
CNPEM	Orçamentário	Termos aditivos assinados entre a OS e o MCTIC	<ul style="list-style-type: none"> - Em geral, os termos aditivos são assinados com Nota de Empenho, sendo, portanto, considerado esse valor como o orçamentário. - Disponíveis de 2001 a 2019.

Instituição	Tipo de Dado	Fonte	Observação
CNPEM	Financeiro	Relatórios de Gestão da OS	- Disponíveis de 2001 a 2019.
CNPEM	Gasto com Pessoal	Relatórios de Gestão da OS	- Disponíveis de 2001 a 2019.
CNPEM	Pessoal	Relatórios de Gestão da OS	- Em número de profissionais, foram considerados os funcionários em regime celetista. - Disponíveis de 2014 a 2019.
EMBRAPII	LOA	- Baseado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Disponível em: https://www.siop.planejamento.gov.br/modulo/login/index.html#/ Acesso em 28 de fevereiro de 2020.	- Em 2017, foram considerados os dados da PLOA pois, nos dados do SIOP público, os valores da Ação 212H LOA foram compilados em um único Plano Orçamentário, não sendo possível identificar os valores exatos da LOA. - Foi considerada a Ação Programática 212H. - Disponíveis de 2013 a 2019.
EMBRAPII	Orçamentário	Termos aditivos assinados entre a OS e o MCTIC	- Em geral, os termos aditivos são assinados com Nota de Empenho, sendo, portanto, considerado esse valor como o orçamentário. - Disponíveis de 2013 a 2019.
EMBRAPII	Financeiro	Relatórios de Gestão da OS	- Disponíveis de 2013 a 2019.
EMBRAPII	Gasto com Pessoal	Relatórios de Gestão da OS	- Disponíveis de 2013 a 2019.
EMBRAPII	Pessoal	Relatórios de Gestão da OS	- Considerado no quantitativo de pessoal o número de colaboradores. - Disponíveis de 2014 a 2019.
IDSMS	LOA	- Baseado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Disponível em: https://www.siop.planejamento.gov.br/modulo/login/index.html#/ Acesso em 28 de fevereiro de 2020.	- Em 2017, foram considerados os dados da PLOA pois, nos dados do SIOP público, os valores da Ação 212H LOA foram compilados em um único Plano Orçamentário, não sendo possível identificar os valores exatos da LOA. - Entre 2001 e 2013, foi considerada a Ação 4188. - Entre 2014 e 2019, foi considerada a Ação Programática 212H. - No que se refere aos dados da LOA, os valores que se encontravam nos fundos setoriais (FNDCT/FINEP) e foram pactuados para serem repassados para a organização social não são possíveis de serem especificados, pois no SIOP o valor da LOA encontra-se de forma integral e apenas uma pequena parcela foi para o IDSMS. Os demais recursos foram designados para outras ações. - Disponíveis de 2001 a 2019. -
IDSMS	Orçamentário	Termos aditivos assinados entre a OS e o MCTIC	- Em geral, os termos aditivos são assinados com Nota de Empenho, sendo, portanto, considerado esse valor como o orçamentário. - Disponíveis de 2001 a 2019.

Instituição	Tipo de Dado	Fonte	Observação
IDS	Financeiro	Relatórios de Gestão da OS	- Disponíveis de 2001 a 2019. -
IDS	Gasto com Pessoal	Relatórios de Gestão da OS	- Os valores de pessoal entre 2005 e 2007 aparecem de tal forma que mostra a quantidade de funcionários que aparecem recebendo aquele salário. Portanto, foi feita a multiplicação da quantidade de funcionários, por salários. Além disso, considerou-se o pagamento de 12 meses mais o 13º Salário. No entanto, é importante ponderar que essa metodologia não permite observar os gastos com encargos trabalhistas e outras formas de remuneração que acrescentavam às despesas salariais anuais. - Disponíveis de 2005 a 2019.
IDS	Pessoal	Relatórios de Gestão da OS	- Disponíveis de 2005 a 2019.
IMPA	LOA	- Baseado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Disponível em: https://www.siop.planejamento.gov.br/modulo/login/index.html/ Acesso em 28 de fevereiro de 2020.	- Em 2017, foram considerados os dados da PLOA pois, nos dados do SIOP público, os valores da Ação 212H LOA foram compilados em um único Plano Orçamentário, não sendo possível identificar os valores exatos da LOA. - Entre 2001 e 2013, foram consideradas as ações citadas em termos aditivos como as Ação Programática 4122, 8870 e 2B08. - Entre 2014 e 2019, foi considerada a Ação Programática 212H. - No que se refere aos dados da LOA, os valores que se encontravam nos fundos setoriais (FNDCT/FINEP) e foram pactuados para serem repassados para a organização social não são possíveis de serem especificados, pois no SIOP o valor da LOA encontra-se de forma integral e apenas uma pequena parcela foi para o IMPA. Os demais recursos foram designados para outras ações. - Disponíveis de 2001 a 2019.
IMPA	Orçamentário	Termos aditivos assinados entre a OS e o MCTIC	- Em geral, os termos aditivos são assinados com Nota de Empenho, sendo, portanto, considerado esse valor como o orçamentário. - Disponíveis de 2001 a 2019.
IMPA	Financeiro	Relatórios de Gestão da OS	- Disponíveis de 2001 a 2019.
IMPA	Gasto com Pessoal	Relatórios de Gestão da OS	- Disponíveis de 2001 a 2019.
IMPA	Pessoal	Relatórios de Gestão da OS	- Em quantitativo de pessoal, são considerados os funcionários em regime CLT. Não são considerados os cedidos. - Disponíveis de 2011 a 2019.

Instituição	Tipo de Dado	Fonte	- Observação
RNP	LOA	<p>– Baseado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Disponível em: https://www.siop.planejamento.gov.br/modulo/login/index.html#/ Acesso em 28 de fevereiro de 2020.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Em 2017, foram considerados os dados da PLOA pois, nos dados do SIOP público, os valores da Ação 212H LOA foram compilados em um único Plano Orçamentário, não sendo possível identificar os valores exatos da LOA. - Entre 2001 e 2013, foram consideradas as ações citadas em termos aditivos como as Ação Programática 3491, 4655. - Entre 2014 e 2019, foi considerada a Ação Programática 212H. - No que se refere aos dados da LOA, os valores que se encontravam nos fundos setoriais (FNDCT/FINEP) e foram pactuados para serem repassados para a organização social não são possíveis de serem especificados, pois no SIOP o valor da LOA encontra-se de forma integral e apenas uma pequena parcela foi para o RNP. Os demais recursos foram designados para outras ações. - Disponíveis de 2002 a 2019.
RNP	Orçamentário	Termos aditivos assinados entre a OS e o MCTIC	<ul style="list-style-type: none"> - Em geral, os termos aditivos são assinados com Nota de Empenho, sendo, portanto, considerado esse valor como o orçamentário. - Disponíveis de 2002 a 2019.
RNP	Financeiro	Relatórios de Gestão da OS	<ul style="list-style-type: none"> - Disponíveis de 2002 a 2019.
RNP	Gasto com Pessoal	Relatórios de Gestão da OS e Relatórios de Auditores Independentes	<ul style="list-style-type: none"> - Até 2012, o gasto com pessoal foi retirado de “pessoal” do relatório anual. A partir de 2013, foi considerado o relatório dos auditores independentes. - Foram considerados somente o número de empregados, prestadores de serviços. - Foram excluídos cedidos e estagiários. - Disponíveis de 2003 a 2019.
RNP	Pessoal	Relatórios de Gestão da OS	<ul style="list-style-type: none"> - Disponíveis de 2010 a 2019.

Anexo 2 - Fonte de Dados - UPs

Instituição	Tipo de Dado	Fonte	Observação
CBPF	LOA	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017.
CBPF	Orçamentário	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017. - Empenhos realizados constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP)
CBPF	Financeiro	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017. - Os valores pagos constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP e os valores declarados de Restos a Pagar pagos.
CBPF	Gasto com Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2008 a 2017.
CBPF	Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2008 a 2017.
CETEM	LOA	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017.
CETEM	Orçamentário	Relatórios de Gestão	- Disponíveis de 2009 a 2017. - Empenhos realizados constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP). -
CETEM	Financeiro	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017. - Os valores pagos constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP e os valores declarados de Restos a Pagar pagos.
CETEM	Gasto com Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2008 a 2017.
CETEM	Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2008 a 2017.
CTI	LOA	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017.
CTI	Orçamentário	Relatórios de Gestão do TCU	- Empenhos realizados constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP) - Disponíveis de 2009 a 2017.

Instituição	Tipo de Dado	Fonte	Observação
CTI	Financeiro	Relatórios de Gestão do TCU	<ul style="list-style-type: none"> - Disponíveis de 2009 a 2017. - Os valores pagos constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP e os valores declarados de Restos a Pagar pagos.
CTI	Gasto com Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	<ul style="list-style-type: none"> - Disponíveis de 2009 a 2017.
CTI	Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	<ul style="list-style-type: none"> - Disponíveis de 2009 a 2017.
IBICT	LOA	Relatórios de Gestão do TCU	<ul style="list-style-type: none"> - Disponíveis de 2009 a 2017.
IBICT	Orçamentário	Relatórios de Gestão do TCU	<ul style="list-style-type: none"> - Empenhos realizados constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP) - Disponíveis de 2009 a 2017.
IBICT	Financeiro	Relatórios de Gestão do TCU	<ul style="list-style-type: none"> - Disponíveis de 2009 a 2017. - Os valores pagos constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP e os valores declarados de Restos a Pagar pagos.
IBICT	Gasto com Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	<ul style="list-style-type: none"> - Disponíveis de 2009 a 2017.
IBICT	Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	<ul style="list-style-type: none"> - Disponíveis de 2008 a 2017.
IINPA	LOA	Relatórios de Gestão do TCU	<ul style="list-style-type: none"> - Disponíveis de 2009 a 2016.
IINPA	Orçamentário	Relatórios de Gestão do TCU	<ul style="list-style-type: none"> - Disponíveis de 2009 a 2016. - Empenhos realizados constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP)
INPA	Financeiro	Relatórios de Gestão do TCU	<ul style="list-style-type: none"> - Disponíveis de 2009 a 2016. - Os valores pagos constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP e os valores declarados de Restos a Pagar pagos.

Instituição	Tipo de Dado	Fonte	Observação
INPA	Gasto com Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2008 a 2017.
INPA	Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2008 a 2017.
INPE	LOA	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017.
INPE	Orçamentário	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017. - Empenhos realizados constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP)
INPE	Financeiro	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017. - Os valores pagos constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP e os valores declarados de Restos a Pagar pagos.
INPE	Gasto com Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2008 a 2017.
INPE	Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2008 a 2017.
INSA	LOA	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2016.
INSA	Orçamentário	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2016. - Empenhos realizados constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP)
INSA	Financeiro	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2016. - Os valores pagos constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP e os valores declarados de Restos a Pagar pagos.
INSA	Gasto com Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Em relação aos dados salariais do INSA em 2008 e 2009, não constava a soma dos valores que os servidores sem gratificação recebiam. Portanto, os dados estão subestimados. - Disponíveis de 2008 a 2016.

Instituição	Tipo de Dado	Fonte	Observação
INSA	Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2008 a 2017.
INT	LOA	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017.
INT	Orçamentário	Relatórios de Gestão do TCU	- Empenhos realizados constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP) - Disponíveis de 2009 a 2017.
INT	Financeiro	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017. - Os valores pagos constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP e os valores declarados de Restos a Pagar pagos.
INT	Gasto com Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Em relação aos dados salariais do INT em 2008, 2009 e 2010, não constava a soma dos valores que os servidores sem gratificação recebiam. Portanto, os dados estão subestimados. - Disponíveis de 2008 a 2017.
INT	Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2008 a 2017. - Em 2008, 2009 e 2010, não constava a soma dos valores que os servidores sem gratificação recebiam. Portanto, os dados estão subestimados.
LNA	LOA	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017.
LNA	Orçamentário	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017. - Empenhos realizados constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP)
LNA	Financeiro	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017. - Os valores pagos constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP e os valores declarados de Restos a Pagar pagos.
LNA	Gasto com Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2008 a 2017.

Instituição	Tipo de Dado	Fonte	Observação
LNA	Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Em relação a LNA, não há dados disponíveis para 2013. - Disponíveis de 2008 a 2017.
LNCC	LOA	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017.
LNCC	Orçamentário	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017. - Empenhos realizados constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP)
LNCC	Financeiro	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017. - Os valores pagos constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP e os valores declarados de Restos a Pagar pagos.
LNCC	Gasto com Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2008 a 2017.
LNCC	Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2008 a 2017.
MAST	LOA	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017.
MAST	Orçamentário	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017. - Empenhos realizados constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP)
MAST	Financeiro	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017. - Os valores pagos constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP e os valores declarados de Restos a Pagar pagos.
MAST	Gasto com Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2008 a 2017.
MAST	Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017.
MPEG	LOA	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017.

Instituição	Tipo de Dado	Fonte	Observação
MPEG	Orçamentário	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017. - Empenhos realizados constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP)
MPEG	Financeiro	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017. - Os valores pagos constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP e os valores declarados de Restos a Pagar pagos.
MPEG	Gasto com Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2008 a 2017.
MPEG	Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2008 a 2017.
ON	LOA	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017.
ON	Orçamentário	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017. - Empenhos realizados constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP)
ON	Financeiro	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017. - Os valores pagos constantes em Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos; Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ; e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, conforme a disponibilidade em cada UP e os valores declarados de Restos a Pagar pagos.
ON	Gasto com Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2009 a 2017.
ON	Pessoal	Relatórios de Gestão do TCU	- Disponíveis de 2008 a 2017.